

ISSN 1981-8610

CC BY

# repec

Versão em Português

## Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade

Journal of Education and Research in Accounting

REPeC, Brasília, v. 13, n. 1, jan./mar. 2019  
Disponível online em [www.repec.org.br](http://www.repec.org.br)  
DOI: <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v13i1>

## EQUIPE EDITORIAL

### CORPO DIRETIVO

Maria Clara Cavalcante Bugarim, Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), Brasil

### COMITÊ DE POLÍTICA EDITORIAL

Antonio Carlos Dias Coelho, Doutor, Universidade Federal do Ceará (UFC), CE, Brasil  
Carlos Renato Theóphilo, Doutor, Universidade Montes Claros (Unimontes), MG, Brasil  
Edgard B. Cornachione Jr., Ph.D., Universidade de São Paulo (USP), SP, Brasil  
Emani Ott, Doutor, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), RS, Brasil  
Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Doutora, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), MG, Brasil  
Orleans Silva Martins, Doutor, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), PB, Brasil  
Patrícia Gonzalez Gonzalez, Doutora, Universidade del Valle (UV), Cali, Colômbia

### EDITOR

Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Doutor, University of Illinois at Urbana-Champaign, Estados Unidos da América

### EDITORES ADJUNTOS

Anderson Braga de Aguiar, Doutor, Universidade de São Paulo (USP)  
Bruna Camargos Avelino, Doutora, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
José Elias Feres de Almeida, Doutor, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
Márcia Martins Mendes de Luca, Doutora, Universidade Federal do Ceará (UFC)  
Robson Zuccolotto, Doutor, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
Vinicius Gomes Martins, Doutor, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

### COMITÊ CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Ervin Black, Oklahoma University, Estados Unidos da América  
Gary Hetch, University of Illinois at Urbana-Champaign, Estados Unidos da América  
Greg Burton, Brigham Young University, Estados Unidos da América  
Lúcia Lima Rodrigues, Universidade do Minho, Portugal

### AVALIADORES AD HOC

Lista publicada anualmente no último número da Revista

### REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Maria do Carmo Nóbrega, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

### REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA

Aksent Assessoria Acadêmica

### REVISÃO DE NORMALIZAÇÃO

Rosângela Bekman dos Santos, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

### PREPARAÇÃO/REVISÃO DE METADADOS

Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Doutor, University of Illinois at Urbana-Champaign, Estados Unidos da América

### PROJETO GRÁFICO

Thiago Luis Gomes, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

### DIAGRAMAÇÃO

Sabrina Mourão, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil  
Filipe Xavier da Costa, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

### BIBLIOTECÁRIA

Lúcia Helena Alves de Figueiredo, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

### ASSISTENTE EDITORIAL

Rosângela Bekman dos Santos, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, pela internet no sistema SEER, disponibilizando gratuitamente o conhecimento científico ao público com vistas à sua democratização.

A REPEC está utilizando o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) como meio de gerenciamento do periódico.

O Sistema Eletrônico de Editoração (SEER) foi traduzido e adaptado do Open Journal Systems (OJS) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse software livre, desenvolvido pela Universidade British Columbia do Canadá, tem como objetivo dar assistência na edição de periódicos científicos em cada uma das etapas do processo, desde a submissão e avaliação dos consultores até a publicação *on-line* e sua indexação.

Disponível em: <http://www.repec.org.br>

© Abracicon – Academia Brasileira de Ciências Contábeis – 2019



Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon)  
SAS, Qd. 5, Bl. J, 4º andar, Ed. CFC, CEP: 70070-920, Brasília-DF  
E-mail: [repec@cfc.org.br](mailto:repec@cfc.org.br)

REPEC: Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade [recurso eletrônico] / Academia Brasileira de Ciências Contábeis – v.1, n.1 (jan. 2007/abr. 2007)- -- Brasília: CFC, 2007-.

Trimestral  
ISSN: 1981-8610  
Modo de acesso: <http://www.repec.org.br>

1. Ciências Contábeis 2. Contabilidade I. Conselho Federal de Contabilidade II. Título.

CDU-657

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Lúcia Helena Alves de Figueiredo CRB 1/1.401

## Palavra do Editor

Caríssimos leitores,

Para mim é uma honra iniciar este ano como editor da Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPEC). O mais difícil, na minha opinião, não é apenas ser editor, mas vir após grandes editores e pesquisadores, como o Prof. Dr. Orleans Martins, Prof. Dr. Valcemiro Nossa e tantos outros que chefiaram esse tão importante periódico. Vale salientar que esta revista é um periódico científico mantido pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), publicado trimestralmente de forma eletrônica.

Gostaria de agradecer e dar boas-vindas à nova equipe editorial: Prof. Dr. Andson Braga, Prof<sup>ª</sup>. Dra. Bruna Avelino, Prof. Dr. José Elias, Prof<sup>ª</sup>. Dra. Márcia De Luca, Prof. Dr. Robson Zuccolotto e o Prof. Dr. Vinícius Martins por aceitarem o trabalho a ser realizado nesses dois anos.

Foi criado um comitê científico internacional com mais quatro grandes pesquisadores: Prof. Dr. Ervin Black, Prof. Dr. Greg Burton, Prof. Dr. Gary Hetch e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lúcia Lima Rodrigues.

Convido sempre os autores a lerem os termos de submissão, pois vários pontos foram alterados e adicionados, além das mudanças futuras que faremos em relação à diagramação e publicação dos artigos científicos.

Em relação a essas mudanças, neste primeiro número, teremos um editorial elaborado pelo Prof. Dr. Giorgio Gotti e pela pesquisadora Patrice Hills, ambos da Universidade do Texas – El Paso, falando sobre os programas de doutorado nos Estados Unidos. Essa será uma nova política da revista em que autores internacionais terão participação com editoriais.

Em relação aos outros artigos, faço, a seguir, um breve relato para o entendimento de vocês. Espero que fiquem satisfeitos em ler e prestigiar a REPEC, além de que esperamos superar as suas expectativas.

O segundo artigo, após o editorial, é intitulado: **“Enade: os estudantes estão motivados a fazê-lo?”** Escrito pelos autores Gilberto Miranda, Edvalda Leal, Mônica Gama e Aline Miranda. O estudo objetiva identificar os níveis de motivação dos estudantes de Ciências Contábeis para a realização do Enade, com e sem a oferta de mecanismos de motivação extrínseca. Em seu resultado principal, foi constatado que os níveis de motivação dos estudantes investigados para realizarem o Enade 2015 são estatisticamente inferiores à motivação que eles têm para fazer o curso de Ciências Contábeis.

O terceiro artigo, **“O poder do periódico científico na construção da representação de pesquisa científica”**, caracteriza-se como uma excelente pesquisa quali-quantitativa efetuada pela pesquisadora Iracema Neves pelos pesquisadores Gilberto Martins e Valdir Barzotto, sobre conhecer a concepção de produção científica representada por uma das mais importantes revistas da nossa área, a Revista de Contabilidade & Finanças. O estudo evidencia a representação social do conhecimento científico por meio da força ideológica dos editores e avaliadores de uma revista, bem como pela autoridade que se constitui por meio da ciência brasileira.

No quarto artigo, **“Autoeficácia, elementos priorizados na prospecção de carreira pública e privada e comportamento acadêmico: análise dos estudantes de Ciências Contábeis das IES públicas”**, de autoria dos pesquisadores Iago Lopes e Alison Meurer, podemos verificar à luz da Teoria Social Cognitiva (TSC), a influência das crenças de autoeficácia nos elementos priorizados na prospecção de carreira pública e privada, mediada pelo comportamento acadêmico dos discentes em Ciências Contábeis. Ao final, os autores concluíram que, principalmente, as crenças de autoeficácia influenciam o desempenho acadêmico.

O quinto artigo é intitulado: **“Contabilidade e Arrendamento Mercantil/Leasing: Revisão da Literatura Nacional e Internacional (2000-2018)”**. Muito bem escrito e bastante oportuno para o período, este artigo escrito por Eduardo Bona e Fernando Múrcia identifica e caracteriza a pesquisa sobre arrendamento mercantil na área de contabilidade, no período de 2000 a 2018. Com certeza, será bastante útil para futuras pesquisas em nossa área.

O sexto artigo, **“Maquiavelismo e sua relação com atividades contraproducentes nos estudantes de Ciências Contábeis”**, é escrito pelos pesquisadores, Ronilson Aves, Lorenza Costa, Eduardo Nascimento e Jacqueline Veneroso. Nesse artigo, os autores mensuraram e classificaram os traços de personalidade maquiavelista com o propósito de associá-los a comportamento contraproducente em estudantes de contabilidade. Os resultados apontam para a preponderância de um perfil maquiavelista moderado entre os futuros profissionais de contabilidade, porém, não há evidências empíricas nesta amostra que possam levar à conclusão de que o maquiavelismo esteja relacionado ao comportamento contraproducente.

Por último, temos o artigo **“Relação entre Lócus de Controle e resiliência de acordo com as características sociais dos estudantes de Contabilidade”**, escrito pelos pesquisadores Juçara Haveroth, Alyne Ganz, Ângela Bilk e Marcia Silva. O artigo analisa a relação do Lócus de Controle Interno e Externo com a resiliência, de acordo com as características sociais dos estudantes de Contabilidade. No geral, os resultados demonstram que estudantes de Contabilidade, de maneira geral, possuem altos níveis de resiliência, bem como de Lócus de Controle Interno, o que faz com que tenham um perfil de pessoas determinadas, autoconfiantes e perseverantes frente às dificuldades oferecidas durante o processo de formação no curso de graduação em Ciências Contábeis

Sem mais, como comentado anteriormente, espero que gostem bastante da leitura e que ela seja bastante ingente para sua pesquisa ou sua vida profissional.

Saudações Acadêmicas.

**Gerlando Lima, PhD.**  
**Editor chefe**

## Programas de PhD nos Estados Unidos

### Introdução

Como chefe de departamento da Universidade do Texas, em El Paso, sou frequentemente solicitado a dar conselhos com relação a como se tornar professor de Contabilidade. Recentemente, a universidade alcançou a designação R1 na Classificação *Carnegie* de Instituições de Ensino Superior, a qual indica o *ranking* superior das 10 universidades com doutorados com elevadas atividades de pesquisa, (“*UTEP Attains National Research Top Tier Ranking*”, 2019). Isso significa que o UTEP está entre as 4,5%, 130 de 2.883 universidades, instituições de quatro anos de educação superior dentro dos Estados Unidos a receber essa distinção R1 (“*UTEP Attains National Research Top Tier Ranking*”, 2019). A distinção R1 também é detida por universidades como Stanford, M.I.T., Michigan, Arizona, California-Berkeley e UT Austin (“*UTEP Attains National Research Top Tier Ranking*”, 2019). Levado a essa designação R1, o programa de Contabilidade obteve reafirmação do AACSB *Business Accreditation and AACSB Accounting Accreditation*. Essa ênfase em pesquisa, a missão da UTEP envolvendo Acesso e Excelência e meus próprios passos para tornar-me professor em Contabilidade foram os catalizadores por trás do editorial focado nos estudantes internacionais interessados em explorar um Ph.D, nos Estados Unidos. Eu começo minha jornada rumo a um Ph.D em Contabilidade.

### Giorgio Gotti

<http://orcid.org/0000-0001-8662-1710>  
Ph.D., Chefe do Departamento de Contabilidade e Sistemas de Informação  
Dr. Gary J. Mann, Professor Benemérito em Contabilidade, Professor Associado de Contabilidade, Contador Certificado e Auditor Estatuário (Itália), Universidade do Texas em El Paso.  
E-mail: [ggotti@utep.edu](mailto:ggotti@utep.edu)

### Patrice Hills, Mba, Ms.

<http://orcid.org/0000-0002-9906-7234>  
Departamento de Administração, Contabilidade e Sistemas de Informação, Universidade do Texas em El Paso.  
E-mail: [pnhills@utep.edu](mailto:pnhills@utep.edu)

## Histórico do Giorgio Gotti

Eu estava trabalhando em Contabilidade Pública em Milão, Itália, quando decidi candidatar-me a um mestrado em Contabilidade nos EUA para aprender os GAAPs norte-americanos. Eu realmente gostei da experiência de aprendizagem, que me expôs a um estilo de ensino diferente e, nos meses finais do mestrado, candidatei-me a um PhD na mesma instituição, Universidade do Tennessee Knoxville. Lá eu conheci um professor que se tornou meu orientador durante minha carreira acadêmica, que estava, à época, envolvido com pesquisa de Contabilidade Internacional, como editor do recém-fundado *Journal of International Accounting Research* e como presidente da *International Accounting Section da American Accounting Association* (IAS-AAA), prof. Bruce Behn. Seguindo o exemplo de Bruce, assim que me formei no programa de Ph.D, comecei minha carreira acadêmica na Universidade de Massachusetts, em Boston, focando minha pesquisa e ensino em Contabilidade Internacional e meu serviço na mesma organização (IAS-AAA). Fui eleito presidente da organização em 2015. Meu interesse pela contabilidade internacional me trouxe muitas vezes ao Brasil, onde, entre outros compromissos, fui palestrante no XVI Congresso Internacional de Contabilidade da USP e no comitê internacional de organização, além de apresentador do III Simpósio de Doutorado durante a XVII Conferência Internacional da USP em Contabilidade.

Quando me pediram para escrever este editorial, achei que seria benéfico compartilhar a perspectiva de alguém passando pelo processo agora. Felizmente, Patrice Hills, administradora do meu departamento, estava passando pelo processo e está disposta a compartilhar sua história.

## Histórico da Patrice Hills

Em 2016, tornei-me administradora do Departamento de Contabilidade e Sistemas de Informação da Universidade do Texas, em El Paso, e comecei a fazer cursos de graduação em Contabilidade. Depois de trabalhar na academia por cerca de um ano, percebi que estava interessada em me tornar professora de Contabilidade. Com graduação em Biologia, especialização em Pesquisa Farmacêutica de Câncer e experiência em gestão e administração no setor jurídico, não sabia como tornar esse sonho possível. Eu pedi orientação do Dr. Giorgio Gotti. Ele compartilhou sua história comigo e aconselhou-me a demonstrar sucesso acadêmico no campo da Contabilidade, completando um Mestrado em Contabilidade. Como eu trabalhei para o mestrado e me preparei para fazer minha solicitação a programas de PhD, tive a oportunidade singular de aprender sobre o processo e cidade de um Ph.D, dos pontos de vista vantajosos, tanto de um membro da equipe da universidade quanto de uma aspirante a estudante de Ph.D.

O editorial contará com nossas duas experiências para fornecer algumas dicas sobre o caminho típico para um estudante interessado em buscar um programa tradicional de doutorado em Contabilidade e o processo de submissão nos Estados Unidos. Além disso, nós vamos tecer outras considerações, conselhos e recursos adicionais.

## Programa tradicional de doutoramento em Contabilidade

Um programa tradicional de doutorado em Contabilidade é uma jornada em tempo integral. Normalmente, o programa leva de 4 a 5 anos para ser concluído. As principais áreas de pesquisa contábil incluem Contabilidade Financeira e Relatórios Contábeis, Contabilidade Gerencial, Auditoria, Tributação e Sistemas de Informação (Beyer, Herrmann, Meek & Rapley, 2010). A Contabilidade Internacional e a Educação Contábil são duas áreas adicionais, que podem abranger as áreas mencionadas anteriormente (Beyer *et al.*, 2010). Além disso, existem quatro metodologias de pesquisa: em Arquivos, Comportamental, Experimental e Analítica (Beyer *et al.*, 2010). O treinamento oferecido em um programa de doutorado é um modelo de aprendizagem focado na criação de um novo pesquisador contábil. Ao investigar um programa, o candidato deve determinar quais áreas e metodologias lhe chamam atenção. Conforme mencionado na história de Giorgio, encontrar um mentor e determinar suas áreas de interesse desde o início pode ajudá-lo a encontrar um programa adequado.

Inicialmente, um estudante de doutorado é levado a ser assistente de ensino/pesquisa, recebendo uma bolsa e eliminando o pagamento de mensalidade do próprio bolso. Durante os dois primeiros anos, um aluno fará cursos em seminários em nível de doutorado, em que um pequeno grupo de alunos está lendo e discutindo tópicos atuais de pesquisa no campo. Tipicamente, o curso básico inclui Introdução à Econometria, Análise Estatística e outros seminários de Contabilidade que cobrem métodos comportamentais e arquivísticos e, dependendo da escola, Mercado de Capitais, Relatórios Financeiros, Auditoria, Impostos e assuntos de pesquisa relacionados. Entre o segundo e terceiro ano, um exame abrangente é administrado para determinar se o aluno tem conhecimento e compreensão profundos do assunto que permitem a conclusão bem-sucedida do programa. Depois que o aluno passar no exame abrangente, o curso tradicional chegará ao fim. Durante o terceiro ano, fazer malabarismos com uma infinidade de responsabilidades e gerenciamento de tempo torna-se essencial. O principal objetivo do aluno é focar na formulação de ideias para se desenvolver na proposta de sua tese. No entanto, isso deve ser equilibrado com as responsabilidades de ministrar aulas de graduação, reunir-se com o orientador do corpo docente e aprender o comportamento típico esperado pelos membros do corpo docente. No final do terceiro ano, você defenderá sua proposta de tese e o comitê de tese de sua proposta informará se você tem um ou dois anos restantes para concluir o programa. O último ano é dedicado a terminar a tese que será defendida à frente de um comitê de professores e as entrevistas para trabalho docente que começará no ano seguinte.

## O Processo de Submissão

Os componentes necessários de uma submissão são relativamente padrão entre todos os programas. Os componentes necessários incluem uma declaração de propósito, currículo, transcrições, amostras / ensaios de redação, cartas de recomendações e o GMAT (*Graduate Management Admission Test*) (Garven & Pennington, 2018).

Programas tendem a ter uma abordagem holística para avaliar os candidatos, no entanto, o GMAT é de grande importância, e uma boa pontuação é essencial. Estudar para o GMAT usando um programa de preparação de teste, tutor, autoestudo ou alguma combinação de todos os métodos é altamente recomendado. Além disso, iniciar o processo de estudo cedo é importante. Geralmente, começar seis meses antes da data de apresentação do pedido é prudente e fornece tempo suficiente para receber a pontuação desejada. Além disso, lembre-se de que uma grande pontuação pode separá-lo do resto.

Outras dicas para se ter em mente: 1) Cartas de recomendação devem ser de professores acadêmicos ou alguém que possa falar sobre seu sucesso e potencial acadêmico; 2) A declaração de propósito deve ter de 1 a 2 páginas; 3) Alguns programas podem exigir adicionalmente exemplos de escrita ou ensaios; 4) Entrevistas por Skype ou por telefone podem fazer parte do processo. Ocasionalmente visitas ao *campus* também ocorrem; 5) Algumas escolas só aceitam alunos a cada dois anos, então esteja certo de que o programa está aceitando novos alunos.

Usaremos o programa de Ph.D. em Contabilidade da UTEP como um exemplo. Os requisitos da submissão são uma pontuação GMAT de 700 ou mais, duas cartas de recomendação, declaração de propósito, currículo e transcrições. O prazo para envio de candidatura é 15 de janeiro de 2020 para início em agosto de 2020, e uma entrevista no Skype é habitual. O programa aceita novos alunos todos os anos.

## **Outras considerações , conselhos e recursos**

### **Conecte-se com um membro do corpo docente / gestor do programa / aluno atual de doutorado**

Considere a frase: “Rede é o seu patrimônio líquido”. Ao buscar um Ph.D., é vantajoso conectar-se com as pessoas que conhecem melhor o programa. A melhor conexão seria contatar um membro da faculdade de Contabilidade da escola que você tem interesse em participar. Alternativamente, pergunte a professores da sua universidade se eles podem apresentá-lo a seus colegas de outras universidades. Outras conexões que podem ser benéficas são os diretores de programas de Ph.D, coordenadores e atuais doutorandos. Por exemplo, na história de Patrice, ela teve a experiência singular de se conectar com todos os itens acima. Ela foi capaz de obter orientação do Dr. Gotti e ajuda no processo de inscrição por meio do trabalho com outros administradores, e perguntar a atuais doutorandos o que eles fariam diferente se tivessem que fazer tudo de novo.

## **Bolsas de Estudo**

Como mencionado acima, o ensino é coberto por bolsas de estudo. A bolsa que cobre as mensalidades pode variar de dezenove mil a quarenta mil dólares. Ocasionalmente, os programas têm oportunidades adicionais de financiamento que podem fornecer suporte em sua jornada, mas é importante que você pergunte sobre as oportunidades. Por exemplo, nosso programa tem o ensino de verão como uma opção para oferecer um adicional de três a seis mil dólares para o doutorando. Ocasionalmente, fundos de bolsas ou doações estão disponíveis para apoiar as viagens dos estudantes às principais conferências de Contabilidade. Tenha em mente que, embora a bolsa de Ph.D. possa ser modesta, uma vez que você conclui seu doutorado e obtenha uma posição de professor assistente em período integral, o salário médio para um período de nove meses é de aproximadamente USD 143.700 (2017–18 Staff Compensation & Demographics Survey: Executive Summary, 2018).





## Camadas da Instituição (para consideração após o término do seu doutorado)

Tabela 1

### Expectativas de Ensino e Pesquisa de Professores Adaptado de Butler and Crack (2005)

	O que significa ser Professor de Contabilidade				231
	Camada 1	Camada 2	Camada 3	Camada 4	Camada 5
<b>Exemplos</b>	Chicago Stanford Rochester	10 Maiores escolas de conferência	Várias 12 grandes e escolas de conferências SEC com programas de doutorado	Carnegie Escolas de Pesquisa sem programas de doutorado em contabilidade	Escolas Regionais
<b>Ensino Expectativas (por ano)</b>	Duas turmas	Três turmas	Quatro turmas Geralmente dois cursos preparatórios	Quatro a seis turmas Dois ou três cursos preparatórios	Seis a oito turmas Dois a quatro cursos preparatórios
<b>Pesquisa Expectativas para carreira docente</b>	Demonstrar liderança acadêmica na sua área de pesquisa. Múltiplas publicações nível "A"	Duas a quatro publicações nível "A". Publicações em revistas "B" possuem peso significativamente inferior.	Pelo menos uma publicação "A" e múltiplas publicações "B". Publicações "A" recebem peso maior, mas publicações "B" também são avaliadas	Uma publicação "A" geralmente não é exigida. A ênfase é colocada tanto na quantidade quanto na qualidade das publicações	Evidência de pesquisa ativa incluindo publicações em revistas com revisão por pares, anais de congressos e apresentações de pesquisa
<b>Programa de Doutorado em Contabilidade</b>	Sim, estudantes de escolas das camadas 1 e 2	Sim, forte histórico de participação nas camadas 1 a 3	Sim, mas	Não	Não

"A" = Publicações em uma das três a cinco melhores journals de pesquisa. Baseado em Blomer et al (2006), os melhores journals de pesquisa em contabilidade são: *The Accounting Review (TAR)*, *Journal of Accounting Research (JAR)*, *Journal of Accounting and Economics (JAE)*, *Accounting, Organization and Society (AOS)* e *Contemporary Accounting Research (CAR)*.

"B" = Publicação em journals de alta qualidade, como os do AAA, com taxa de aceitação abaixo de 30 por cento.

## Conclusão

Em conclusão, acredito que o papel de um professor de contabilidade é composto por: 1) enriquecer a comunidade global de negócios e contabilidade através de contribuições de pesquisa; 2) facilitar a preparação para a carreira para estudantes que procuram o ensino superior, e 3) servir como embaixador e advogar por estudantes, programas, profissão e pesquisa. Esperamos que este editorial seja útil e incentivamos você a criar sua própria história de sucesso.

## Referência

- 2017-18 Staff Compensation & Demographics Survey: Executive Summary [Pdf]. (2018). Association to Advance Collegiate Schools of Business (AACSB International). Retrieved from <https://www.aacsb.edu/-/media/aacsb/publications/data-reports/global-salary-survey/staff%20compensation%20and%20demographics%20report%202017-18%20executive%20summary.ashx?la=en>
- Beyer, B., Herrmann, D., Meek, G. K., & Rapley, E. T. (2010). What It Means to be an Accounting Professor: A Concise Career Guide for Doctoral Students in Accounting. *Issues in Accounting Education*, 25(2), pp. 227–244. <https://doi.org/10.2308/iace.2010.25.2.227>
- Garven, S., & Pennington, B. (2018). Road map to applying for a doctorate in accounting: Finding the right school is only half the battle. *Journal of Accountancy*, 226(4), pp. 70–76. Retrieved from <https://www.journalofaccountancy.com/issues/2018/oct/accounting-doctorate-application-tips.html>
- Hasselback, J. R. (2016, June 15). *Schools Offering Doctorates or Concentrations in Accounting* [Pdf]. Retrieved from <http://www.jrhasselback.com/AtgDoct/XDocChrt.pdf>
- The University of Texas at El Paso, UTEP Communications. (2019, January 8). “UTEP Attains National Research Top Tier Ranking” [Press release]. Top Tier National Research University. Retrieved February 21, 2019, from <https://www.utep.edu/r1/utep-attains-national-research-top-tier-ranking.html>

## Enade: os estudantes estão motivados a fazê-lo?

### Resumo

**Objetivo:** Tendo por bases os pressupostos das abordagens teóricas sociocognitivistas, este estudo teve o propósito de identificar os níveis de motivação dos estudantes de Ciências Contábeis para a realização do Enade, com e sem a oferta de mecanismos de motivação extrínseca. A pesquisa é de natureza descritiva, com abordagem quantitativa, realizada por meio de um levantamento feito com 1.082 estudantes de 122 instituições brasileiras.

**Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, realizada por meio de um levantamento. Para testar se existiam diferenças significativas entre os níveis de motivação discente, com e sem a oferta de mecanismos de motivação para a realização do Enade, foram utilizados os testes não paramétricos Mann-Whitney e Wilcoxon.

**Resultados:** Foi constatado que os níveis de motivação dos estudantes investigados para realizarem o Enade 2015 são estatisticamente inferiores à motivação que eles têm para fazer o curso de Ciências Contábeis. Os resultados apontaram que a oferta de estímulos, sejam eles registro da nota no diploma; uso da nota para ingresso em pós-graduação; uso da nota para concursos públicos ou para o exame do CFC, como recompensa a esses estudantes, afeta positivamente a intenção (motivação) para a realização do Enade.

**Contribuições:** Considerando que o Enade vem se consolidando como uma avaliação em larga escala no Brasil, ajustes que ajudem a tornar o sistema mais acurado são importantes. Os achados da presente pesquisa sugerem que o uso da nota Enade dos alunos em etapas posteriores à carreira universitária poderá servir como estímulo para que se dediquem mais à avaliação, reduzindo a resistência, os “boicotes” e tornando os resultados do exame mais precisos, especialmente no curso de Ciências Contábeis, que é o quarto em quantidade de matrículas no Brasil, e pelo fato de que os discentes estão sujeitos a outra avaliação para o exercício da profissão, o Exame de Suficiência.

**Palavras-chave:** Sinaes, Enade, Ciências Contábeis, Motivação.

### Gilberto José Miranda

<https://orcid.org/0000-0002-1543-611X>  
Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). **Contato:** Av. João Naves de Avila, 2121, bloco F, sala 1F253, Santa Mônica, Uberlândia (MG), CEP: 38.408-902. **E-mail:** gilbertojm@ufu.br

### Edvalda Araújo Leal

<https://orcid.org/0000-0002-7497-5949>  
Doutora em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP) e Professora na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). **Contato:** Av. João Naves de Avila, 2121, bloco F, sala 1F253, Santa Mônica, Uberlândia (MG), CEP: 38.408-902. **E-mail:** edvalda@ufu.br

### Mônica Aparecida Ferreira

<https://orcid.org/0000-0003-3771-1933>  
Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). **Contato:** Av. João Naves de Avila, 2121, bloco F, sala 1F253, Santa Mônica, Uberlândia (MG), CEP: 38.408-902. **E-mail:** monicaapferreira@hotmail.com

### Aline Barbosa de Miranda

<https://orcid.org/0000-0002-8313-747X>  
Doutora em Educação pela Universidade São Paulo (USP) e Professora na Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU). **Contato:** Av. João Naves de Avila, 2121, bloco F, sala 1F253, Santa Mônica, Uberlândia (MG), CEP: 38.408-902. **E-mail:** alinebarbosas@yahoo.com.br

## 1. Introdução

O relatório *Education at a Glance 2015*, elaborado pela *Organisation for Economic Co-operation and Development* (2015), evidencia importantes avanços na educação brasileira nos últimos anos. O maior percentual do Produto Interno Bruto (PIB) investido nos diversos níveis e modalidades de ensino e o consequente aumento de vagas é um exemplo. Todavia, o referido relatório também destaca relevantes problemas a serem superados. Entre os países analisados, o Brasil apresenta o maior percentual (76%) de jovens de 20 a 24 fora dos bancos escolares, sendo que 20% dos jovens, além de não estudarem, também não trabalham.

Na mesma direção, o último Censo Nacional da Educação Superior, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2016), aponta avanços significativos na expansão de vagas ofertadas no ensino superior no Brasil na última década. O número de matrículas no ensino superior saltou de 3.887.022, em 2003, para 8.033.574, em 2015, representando um crescimento de praticamente 107% em pouco mais de uma década. Dentre os cursos mais concorridos, nas modalidades “presencial” e “a distância”, destaca-se o curso de Ciências Contábeis, que ocupa a quarta posição, logo atrás dos cursos de Direito, Administração e Pedagogia, com 4,5% das matrículas no ensino superior registradas no ano de 2015.

O crescimento experimentado pelo ensino superior brasileiro, embora seja muito importante, ainda representa pouco diante da posição ocupada pelo país quando comparado a outras nações. Além disso, para a consolidação de um ensino superior dentro dos parâmetros desejáveis no Brasil, é importante que o crescimento ocorra com qualidade, em outras palavras, são necessárias mais vagas, mas também condições de permanência e conclusão do curso. Desse modo, é necessário que a evolução quantitativa seja adequadamente monitorada por um sistema de avaliação capaz de mensurar os elementos destacados pelos especialistas do MEC, tais como: o ensino, as instituições e os docentes.

Para tanto, alguns programas de avaliação da educação superior vêm sendo experimentados desde a década de 1990 no Brasil, como: Provão (também conhecido como ENC) e o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). O sistema vigente é o Sinaes, cujo propósito é exatamente avaliar alunos, professores e instituições. Entre as críticas que se apresentam ao sistema, está o fato de não haver estímulos que motivem os estudantes a explorarem toda a sua capacidade durante as avaliações, pois as notas desses alunos não são divulgadas nem utilizadas por eles para outras finalidades.

A lei que regulamenta o Sinaes prevê alguns benefícios para os alunos com melhor desempenho, todavia, essas possíveis “premiações” não são amplamente divulgadas, na realidade são desconhecidas pela maioria dos discentes e docentes. Essas fragilidades contribuem para que, em alguns casos, as notas obtidas pelas instituições não representem precisamente o desempenho de seus alunos. A esse respeito, alguns estudos evidenciam possibilidades de boicotes e desinteresse por parte dos estudantes (Leitão, Moriconi, Abrão & Silva, 2010; Borges, Silva & Miranda, 2015). Os boicotes não representam, necessariamente, atitudes extremas, como o não comparecimento ao local de provas – pois isso poderia resultar em sanções a que alunos e instituições de ensino superior estão sujeitos – mas a não realização da avaliação com o necessário estímulo que possibilite mensurar as habilidades e conhecimentos reais dos discentes.

Considerando-se a importância da avaliação, os baixos níveis de motivação dos participantes poderiam tornar menos precisos os resultados do exame, o que seria prejudicial às instituições de ensino e ao próprio Sinaes. Nesse contexto, o curso de Ciências Contábeis também se destaca, mas de forma negativa, pois o curso vem figurando entre os últimos colocados desde a primeira edição, que ocorreu em 2006, com notas médias na prova Enade (conhecimentos específicos e gerais) em torno de 37%.

Com o intuito de tornar as avaliações mais acuradas e, conseqüentemente, fortalecer o Sinaes, torna-se importante a busca por formas de motivar os estudantes para a realização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. Para tal propósito, as abordagens sociocognitivistas, que têm suas raízes nas teorias comportamentais, estabelecem a existência de duas orientações motivacionais que poderão contribuir para a compreensão dos mecanismos que possivelmente evidenciam os fatores que estimulam os discentes a realizarem a avaliação de forma motivada: a) motivação intrínseca: quando o estudante estuda porque gosta da atividade em si mesma, não está submetido a pressões e seu estímulo tem origem em necessidades inerentes à própria pessoa; b) motivação extrínseca: quando o aluno estuda para alcançar algo externo ou evitar punições, almeja alcançar efeitos desejáveis ou evitar os indesejáveis (Amabile, Hill, Hennessey & Tighe, 1994; Harackiewicks & Elliot, 1993; Mandelink & Harackiewicz, 1984). Estudos sobre motivação realizados em cursos de Ciências Contábeis no Brasil têm evidenciado que os estudantes são sensíveis a mecanismos de motivação extrínseca (Leal, Miranda & Carmo, 2013).

Diante do exposto, identifica-se uma lacuna importante a ser investigada: **a possibilidade de uso dos resultados do Enade em etapas posteriores à carreira dos estudantes alteraria os níveis de motivação para a realização da avaliação?**

O objetivo geral da pesquisa consiste em identificar os níveis de motivação dos estudantes de Ciências Contábeis para a realização do Enade com e sem a oferta de estímulos motivacionais. Os objetivos específicos são: (a) identificar os níveis de motivação dos alunos para realização do curso de Ciências Contábeis; (b) identificar os níveis de motivação dos alunos para realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (aqueles que fizeram) e para a realização do ENADE 2015; (c) identificar os níveis de motivação mediante a oferta de mecanismos de motivação extrínsecos para a realização do Enade; (d) confrontar os referidos níveis de motivação; (e) avaliar se, na percepção dos alunos pesquisados, esta pesquisa poderia afetar seus níveis motivacionais para a realização do Enade 2015.

## 2. Sistemas de Avaliação do Ensino Superior no Brasil

O processo de avaliação está presente no sistema educacional há algum tempo e faz parte de diversos sistemas educacionais em diferentes países. Freitas e Cornacchione (2015) ressaltam que o tema “avaliação” está presente nas instituições seja para mensurar o processo de aprendizado dos discentes, seja para aferir as condições de seu ensino. Para Dias Sobrinho (2010), a avaliação consiste em uma ferramenta importante para otimizar o processo de organização e implementação das reformas educacionais. O autor resalta que o sistema de avaliação produz “mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social” (p. 195).

A partir dessa afirmação, percebe-se que a avaliação não só analisa o sistema educacional, mas também orienta comportamentos, seja das instituições de ensino, para que se adéquem à maneira como são avaliadas; seja de outros agentes envolvidos nesse processo, como coordenadores de curso, professores e alunos. Nesse sentido, Melo, Nunes e Michels (2012, p. 857) ressaltam que “a avaliação é vista com resistência pelos diversos segmentos da comunidade acadêmica das instituições de educação superior brasileiras”.

Ao analisar a evolução dos sistemas de avaliação do ensino superior no Brasil, percebe-se que ocorreu, pela primeira vez, em 1970, realizada pela Capes nos cursos de mestrado e doutorado. Nos cursos de graduação, um pouco mais tarde, ocorreram algumas tentativas de regulamentação, tais como: o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru) no período de 1983 a 1984; a Comissão de Notáveis e Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (Geres), que durou de 1985 a 1986; houve uma “Experiência da autoavaliação” das Instituições entre os anos 1987 a 1992; e, em 1993, iniciou-se o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), (Polidori, Marinho-Araújo & Barreyro, 2006).

Para Santos (2012), os primeiros instrumentos de avaliação do ensino superior efetivos, no nível de graduação no Brasil, começaram no Governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1995, com a criação da Lei n.º 9.131/1995, que vigorou de 1995 a 2002. Com essa lei foi instituído o Exame Nacional de Cursos (ENC), mais conhecido como Provão. A lei determinava que o ENC-Provão fosse aplicado anualmente e deveria contemplar os conteúdos mínimos, com o objetivo de verificar competências, habilidades e conteúdos essenciais adquiridos pelos egressos do ensino superior, respeitando as especificidades de cada área do conhecimento. Era de competência do Ministério da Educação (MEC) a divulgação do conceito obtido pelo aluno nos meios de comunicação e registro no histórico escolar do estudante (Santos, 2012).

O ENC-Provão vigorou até 2003, quando o Governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) (Santos, 2012). O aparato legal que regulamenta o Sinaes está na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. De acordo com esse dispositivo, a avaliação dos estudantes é realizada mediante a aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

A Lei n.º 10.681, de 2004, prescreve que a referida avaliação assume o papel de componente curricular obrigatório nos cursos de graduação. No histórico escolar do estudante, é inscrita “somente” a sua situação regular com relação a essa “obrigação”, atestada pela sua efetiva participação ou dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

A responsabilidade de inscrição dos alunos habilitados a fazerem o Enade do INEP é do dirigente da instituição de ensino superior. O não cumprimento dessa determinação incide em sanções previstas no § 2º do Art. 10 da Lei n.º 10.681, de 2004. Os resultados insatisfatórios deverão ser submetidos a um protocolo de compromisso, firmado entre a instituição de ensino superior e o MEC. O descumprimento desse protocolo, no todo ou em partes, poderá ensejar nas seguintes penalidades mencionadas no parágrafo 2: I – suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação; II – cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos; III – advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.

A Lei que regulamenta o Sinaes e, por conseguinte, o Enade, não prevê apenas sanções e penalidades, mas também benefícios para alunos com bom desempenho. De acordo com o § 10 do Art. 5, o Ministério da Educação concederá estímulos aos estudantes de melhor desempenho no Enade na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento.

Cabe ressaltar que o Enade sofreu alterações ao longo dos anos, se comparado à forma como foi originalmente criado. Por exemplo, em 2009, o exame passou a ser populacional e não amostral (como era inicialmente) e, em 2011, deixou de ser aplicado a ingressantes e passou a ser aplicado apenas aos concluintes (Brito, 2015).

A literatura sobre os sistemas de avaliação no Brasil aponta algumas ponderações a respeito. Para Polidoro, Marinho-Araújo e Barreyro (2006), trata-se de um sistema complexo, haja vista a diversidade de cursos avaliados e a extensão territorial brasileira. Nesse sentido, o desafio consiste em alinhar as necessidades regulatórias à cultura de avaliação das instituições. Para Dias Sobrinho (2008):

Em um contexto de explosão quantitativa dos sistemas superiores e das múltiplas demandas sociais, os diferentes atores disputam os papéis que caberiam à educação superior frente ao Estado, à sociedade, ao mercado, à comunidade educativa, aos “clientes”, ao setor produtivo, bem como os diversos tipos de serviço que as instituições devem oferecer. (Dias Sobrinho, 2008, p. 1)

Para o autor, o Sinaes “está deixando de ser uma produção de significados, questionamento sobre a pertinência e a relevância científica e social da formação e dos conhecimentos, e passando a reduzir-se à medida e ao controle” (Dias Sobrinho, 2008, p. 5). Em outras palavras, o sistema estaria se reduzindo a índices. Compartilhando dessa visão, Brito (2008) afirma que, na maioria das vezes, esses indicadores são utilizados para alocação de recursos e para tornar pública uma imagem da instituição, no entanto eles não contribuem efetivamente para a melhoria das IES.

Dias Sobrinho (2008) ressalta ainda que o sistema está se resumindo à análise de desempenho estudiantil (medido por meio do Enade), que resulta em classificações e *rankings* entre as instituições, no entanto a análise de qualidade dos cursos e das instituições é muito mais que isso. Ainda, segundo o autor, “não há teoria educacional que sustente que o desempenho de um estudante em uma prova seja plena garantia de aprendizagem, nem de que o resultado de um conjunto de estudantes num exame seja igual à qualidade de um curso” (p. 6), notadamente quando os estudantes não possuem motivações para a realização desses exames.

Outra crítica trazida por Dias Sobrinho (2008) diz respeito às atividades de docência e à pesquisa:

O INEP pergunta, por exemplo, se há plano de curso, mas não põe em discussão os significados desse plano de curso, se está adequado à missão institucional, se é bem desenvolvido, se corresponde às necessidades da sociedade e em que concepção ético-política se inscreve, que tipo de formação propicia, etc. Pergunta se há laboratórios, mas sem distinguir a importância relativa e a pertinência de um laboratório para cada curso em particular (por exemplo, engenharia e filosofia, requerem insumos diferentes) (Dias Sobrinho, 2008, p.822).

Tudo isso gera uma inversão de papéis, de forma que não são mais os professores e pesquisadores que determinam as políticas educacionais dentro da instituição, mas, sim, os agentes externos à realidade da instituição, por meio dos sistemas de avaliação (Dias Sobrinho, 2008).

Mesmo com críticas, o Enade parece ser um indicador válido, pois, segundo Hanushek (2002), a aplicação de testes padronizados é um dos meios mais utilizados para mensurar a qualidade do ensino. Entretanto, segundo Leitão *et al.* (2010), por vezes, o exame é contestado por alunos e por instituições. Os autores afirmam que, em diversos momentos, veem-se relatos de alunos na mídia afirmando ser injusto o peso dado ao aluno na realização do exame, já que o objetivo final é avaliar o curso e não propriamente o aluno. Ressaltam ainda que inúmeras instituições reclamam que os alunos não possuem incentivos para comprometer-se com o Enade, o que acaba por afetar o resultado dos cursos e das instituições. Cabe ressaltar que a prova do Enade além de avaliar conhecimentos gerais e específicos relacionados à área de formação, em seu questionário socioeconômico abrange questões relativas à instituição, como infraestrutura, organização pedagógica, formação docente, dentre outros fatores que também são determinantes no desempenho acadêmico.

Para Leitão *et al.* (2010), a aplicação de exames nacionalmente gera discussões a respeito da provável falta de envolvimento e resistência dos alunos no processo avaliativo. Os autores apresentam duas categorias diferentes de boicote: a primeira engloba aqueles alunos que colam adesivos ou fazem qualquer tipo de registro explícito, que demonstrem posição contrária ao exame. A outra categoria engloba aqueles que não respondem a nenhuma questão na prova, entregam a avaliação em branco. Em ambos os casos, os alunos comparecem à prova, no entanto não a realizam conforme o esperado.

A ausência no dia da prova poderia ser considerada uma possibilidade de boicote. No entanto, ao analisar o caráter obrigatório e a punição a que o aluno está sujeito, caso não compareça (não emissão do diploma), não seria viável boicotar dessa forma. E ainda seria difícil segregar a causa da ausência, se seria boicote ou se realmente o aluno não pôde comparecer a avaliação por outros motivos (Leitão *et al.*, 2010).

Leitão *et al.* (2010) também constataram que os alunos “boicotantes” em geral apresentam renda familiar mais alta, pais mais escolarizados e cursaram maior parte do ensino médio em escolas privadas, além disso tendem a avaliar negativamente aspectos relacionados à instituição (estrutura física e aspectos pedagógicos), o que pode indicar que, por vezes, o aluno boicota o ENADE para demonstrar sua insatisfação com o curso ou com a instituição.



Pederneiras, Lopes, Ribeiro Filho e Feitosa (2011) analisam a participação dos alunos no Enade sob outra perspectiva. Os autores levantam a hipótese de que o resultado desse exame pode ser influenciado por três fatores: sensibilização, motivação e compromisso. Nesse estudo, os autores constataram que os entrevistados (líderes e gestores) relataram que os alunos não são motivados a realizarem o Enade e só vão por serem obrigados a participarem, pois, caso contrário, não recebem seu diploma. Os entrevistados ainda ressaltaram que deveria haver incentivo para que o aluno realizasse a prova.

Com base nos estudos citados, percebe-se que a ausência de motivação do estudante para realizar o exame pode afetar o desempenho alcançado, pois o aluno desmotivado pode ficar descomprometido com o exame, seja por meio do boicote, seja pela falta de empenho na resolução adequada de todas as questões. De qualquer forma, esse comportamento poderá interferir no resultado da avaliação institucional e do curso.

### 3. Teoria da Autodeterminação

Para Robbins (2005), “a motivação é o resultado da interação do indivíduo com a situação” (p.132), pois as pessoas possuem tendências motivacionais básicas diferentes, causadas pela situação. Conceitualmente, a motivação é “o processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de uma determinada meta” (p.132). Na mesma linha de entendimento, Lens, Matos e Vansteenkiste (2008) entendem que motivação se trata de “um processo psicológico no qual interatuam as características da personalidade (por exemplo, motivos, razões, habilidades, interesses, expectativas, perspectiva de futuro) e as características ambientais percebidas” (p.17). Nakamura, Fortunato, Rosa, Marçal, Pereira e Barbosa (2005) entendem que a motivação é considerada um impulso que faz com que as pessoas trabalhem para atingir seus objetivos e persistam até alcançá-los. Ou seja, é um fator que incita a pessoa em direção a algum objetivo e provoca nela um novo ânimo; ela começa a agir para alcançar esse objetivo e também visualizar novos horizontes, novas conquistas.

A motivação é considerada multifacetada, pois varia de acordo com as necessidades, os motivos e os incentivos de cada ser humano. Na área educacional, a motivação é um elemento extremamente importante que poderá sinalizar o êxito, ou não, de um estudante. Guimarães e Boruchovitch (2004) afirmam que um estudante motivado é caracterizado por: envolver-se ativamente no processo de aprendizagem; engajar-se persistir em tarefas desafiadoras; despender esforços, usando as estratégias pertinentes; buscar aumentar e ou criar novas habilidades de compreensão e de domínio; ser entusiasmado e orgulhoso (no sentido de honra) mediante os resultados de seu desempenho. Os resultados positivos conquistados são estímulos para continuar trabalhando para o aperfeiçoamento constante, tanto pessoal quanto do contexto em que se encontra. Por outro lado, Guimarães (2009) afirma que o estudante desmotivado se posicionará passivamente no processo ensino-aprendizagem, demonstrando pouco esforço e baixa persistência ao alcance de suas metas, resultando em insatisfação na realização de tarefas que lhe são impostas e apresentando resultados abaixo do esperado.

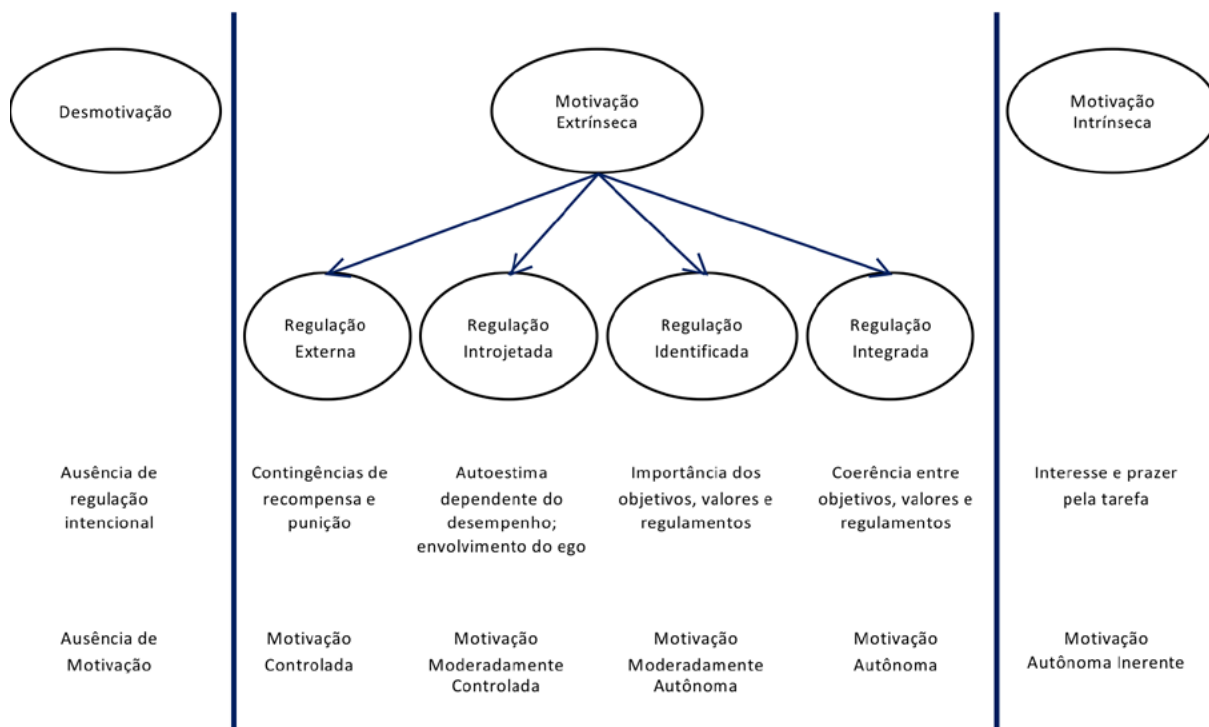
As abordagens sociocognitivistas destacam a existência de duas orientações motivacionais: a intrínseca e a extrínseca (Amabile *et al.*, 1994; Harackiewicz & Elliot, 1993; Mandelink & Harackiewicz, 1984). Segundo Guimarães (2009), a motivação intrínseca se manifesta no indivíduo quando ele executa determinada tarefa com um fim em si mesma, por interesse e por prazer na execução, ou seja, a atividade é realizada por iniciativa própria, o incentivo já reside na própria execução da atividade, chamada, então, de autotélica. Diferentemente da motivação intrínseca, a extrínseca denota o cumprimento de determinada tarefa por um motivo externo a ela, como: receber recompensas materiais ou sociais, evitar punições ou sentir-se obrigado ou pressionado a desenvolver algo. Para o estudante motivado extrinsecamente, a realização de determinada tarefa torna seu objetivo quando quer obter recompensas externas (Guimarães, 2009).

O aluno extrinsecamente motivado necessita de estímulos externos para realizar uma tarefa, seja pelas exigências formais como notas, seja por prêmios, recompensas ou até mesmo para evitar repreensões (Guimarães & Bzuneck, 2008). Já o aluno intrinsecamente motivado sente prazer em estudar, em cumprir as propostas, sem resistências e encara cada nova etapa como um desafio, independentemente de estímulos externos ou recompensas. Nas palavras de Guimarães e Bzuneck (2008), é o estilo perfeito de autodeterminação e reúne em si seus três elementos: i) *locus* interno (o comportamento tem origem e regulação pessoal); ii) liberdade psicológica (a pessoa tem um comportamento porque ele é coerente com seus interesses, preferências e necessidades); iii) percepção de escolha (flexibilidade nas decisões sobre o que fazer, como ou até a possibilidade de não fazer).

O aprofundamento dos estudos sobre motivação intrínseca e extrínseca deu origem à teoria da Autodeterminação proposta por Ryan e Deci (1985). A referida teoria teve origem nos anos 1970 após o resultado de três investigações diferentes realizadas em laboratórios em diferentes partes do mundo. Na perspectiva da teoria da Autodeterminação é inerente ao ser humano a predisposição para alcançar um desenvolvimento saudável e a auto-Regulação. Nos estudos preliminares de Ryan e Deci (1985) a motivação era considerada um constructo unitário, apresentando variações apenas em sua quantidade. Com a evolução e amadurecimento dos estudos dos autores, em relação à qualidade da motivação, foi realizada uma distinção entre níveis motivacionais. Para os autores, a motivação depende de um conjunto de variáveis internas e externas ao indivíduo.

Desse modo, motivação intrínseca e extrínseca compõem um mesmo constructo; não são estáticas e nem se excluem; são interdependentes; manifestam-se no indivíduo de acordo com suas predisposições ou estímulos; não são dois polos opostos.

Ryan e Deci (1985) demonstram a configuração dos diferentes níveis motivacionais classificados em três grupos: motivação intrínseca, extrínseca e desmotivação. Esses elementos aparecem de forma integrada, compondo um *continuum* que fundamenta a teoria da Autodeterminação, conforme a Figura 1.



**Figura 1.** Continuum de Autodeterminação

Fonte: adaptado de Gagné e Deci (2005, p. 336)

A motivação extrínseca se subdivide em quatro níveis de regulação, que vai desde uma forma puramente externa até uma regulação integrada, próxima à motivação intrínseca. Os autores também afirmam que a motivação intrínseca e as formas autorreguladas da motivação extrínseca dependem da satisfação das três necessidades básicas: competência, autonomia e relacionamento.

Leal, Miranda e Carmo (2013) analisaram estudantes do curso de Ciências Contábeis em relação à motivação à luz da teoria da Autodeterminação. Os estudantes pesquisados apresentaram um perfil de motivação autodeterminada, com a maior média para a motivação intrínseca; em segundo lugar a motivação extrínseca por regulação externa. Foram analisadas as médias de motivação de alunos ingressantes (primeiro ano do curso) e dos alunos concluintes (último ano do curso). Os resultados indicaram que ao iniciarem o curso, os alunos apresentam níveis de motivação autônoma (intrínseca, integrada e identificada) mais elevados e, com o decorrer do tempo, a situação inverte-se, ou seja, os tipos de motivação não autônoma (introjetada, externa e desmotivada) são maiores nos últimos anos do curso. Os autores relataram que os estudantes de Ciências Contábeis pesquisados apresentam indícios de motivação que os direcionam para a obtenção do diploma e das possibilidades por ele proporcionadas, quais sejam, emprego, melhor remuneração, qualidade de vida, prestígio, etc.

Também com base na teoria da Autodeterminação, Coura, Batista, Albuquerque, Carvalho e Oliveira (2015) investigaram os tipos de motivação dos estudantes dos cursos de Ciências Contábeis e de Administração da Universidade Federal de Campina Grande. Os resultados evidenciaram que os alunos dos dois cursos investigados se encontram motivados tanto extrínseca quanto intrinsecamente, apresentando maior alinhamento com a motivação “Intrínseca para Saber”, seguida pela motivação “Extrínseca Regulação-externa”. Os autores não identificaram diferenças significativas entre os cursos e nem relação evidente com o desempenho acadêmico ou com estágio de integralização do curso.

Lopes, Pinheiro, Silva e Abreu (2015) analisaram os fatores motivacionais intrínsecos e extrínsecos característicos aos discentes do curso de Ciências Contábeis em instituições públicas e privadas da Bahia, como também as variáveis propostas pela teoria da Autodeterminação. Não foram evidenciadas diferenças estatisticamente significativas entre a motivação dos alunos de IES públicas e privadas, entretanto verificaram que as mulheres possuem, em média, mais motivação extrínseca por introjeção e motivação intrínseca do que os homens. Já os alunos iniciantes do curso são mais motivados por introjeção e menos desmotivados do que aqueles que estão em fase de conclusão do curso.

#### 4. Aspectos Metodológicos

A presente pesquisa tem o propósito de analisar a motivação dos alunos do curso de Ciências Contábeis para a realização do Enade no ano de 2015. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, realizada por meio de um levantamento.

O instrumento de pesquisa foi composto de dois blocos de questões. O primeiro tratava das questões relativas à caracterização dos respondentes, como: gênero, turno e período em curso, faixa etária, ocupação e se participa ou participou de atividades acadêmicas (exemplos: iniciação científica, PET, monitoria, empresa júnior, etc.).

O segundo bloco do questionário estava composto pelas questões relativas à motivação dos estudantes: a) para fazer o curso de Ciências Contábeis; b) para participar do Enem (aos que participaram da avaliação); c) para fazer o Enade em 2015; d) para fazer o Enade mediante a hipótese de uso da nota (para ingresso na pós-graduação, para concursos públicos, para exames de suficiência, para registro no diploma). Nesse bloco, o estudante deveria informar para cada questão seu nível de motivação, em uma escala de zero a dez pontos. A escala era contínua, poderiam ser informadas notas com variações nas casas decimais ou centesimais, por exemplo. Assim, a nota zero significa que o estudante está totalmente desmotivado, enquanto a nota 10 representa o estudante totalmente motivado, e a nota cinco, meio da escala, implica que o estudante não está nem motivado, nem desmotivado, ou seja, indiferente à realização da prova.

Foi realizado um pré-teste com dez professores das áreas de Administração, Ciências Contábeis e Educação, todos eles pesquisadores das áreas de Educação e/ou de Negócios. Após várias contribuições dos participantes, o instrumento foi finalizado e aplicado.

Por meio da Plataforma E-Mec, foram obtidos os endereços eletrônicos dos cursos de Ciências Contábeis brasileiros. De posse desses contatos, os questionários foram encaminhados aos coordenadores e/ou diretores dos cursos com a solicitação de que fossem encaminhados aos estudantes. Foram feitos três envios em intervalos de uma semana, com diferentes apelos para a participação dos estudantes, conforme sugerido por Gall, Gall & Borg (2007).

Como o objetivo da pesquisa é analisar a motivação dos alunos de Ciências Contábeis para a realização do Enade em 2015, a coleta de dados foi realizada nos meses que antecederam o exame – setembro, outubro e novembro de 2015 – e finalizada no dia anterior à aplicação do Enade, ou seja, 21 de novembro. Foram obtidas 1.149 respostas, e, dessas, 67 foram descartadas por estarem incompletas ou porque os respondentes não aceitaram participar da pesquisa, ou ainda por se referirem a alunos de outros cursos. A amostra final, não probabilística, ficou composta de 1.082 respostas.

Por meio do teste Kolmogorov-Smirnof, foi constatado que os dados não possuíam distribuição normal. Assim, para avaliar a existência de diferenças estatísticas referentes à motivação dos estudantes de Ciências Contábeis para a realização do Enade, com e sem oferta de mecanismos de motivação extrínseca, foram utilizados os testes não paramétricos Mann-Whitney e Wilcoxon, os quais tiveram seus pressupostos atendidos.

O teste de Wilcoxon é utilizado para a comparação de médias populacionais em amostras emparelhadas para dar suporte ao nível de significância das possíveis diferenças dos pares (grupos) para as variáveis testadas, considerando a mediana populacional (Fávero, Belfiore, Silva & Chan, 2009). Assim, o teste foi utilizado para averiguar a diferença dos níveis de motivação dos alunos para a realização do Enem e do Enade (Tabela 3), como também para verificar o nível de motivação para o Enade, com e sem as possibilidades do uso da nota em pós-graduação, concursos, Exame de Suficiência e registro do diploma (Tabela 6). A Tabela 1 apresenta as variáveis utilizadas nos testes.

Tabela 1

#### Descrição das variáveis utilizadas nos testes de médias

Variável	Descrição	Mensuração
ENEM	Refere-se ao nível de motivação que o aluno possuía para participar do Enem.	Contínua, de zero a dez
Curso	Refere-se ao nível de motivação do aluno para realizar o curso de Ciências Contábeis.	Contínua, de zero a dez
ENADE 2015	Refere-se ao nível de motivação do aluno para participar do Enade em 2015.	Contínua, de zero a dez
ORG-ACAD	Refere-se à organização acadêmica da instituição a que o participante da pesquisa está vinculado.	Binária, na qual 1 corresponde à instituição pública e 0 corresponde à instituição privada
CAT-ADM	Refere-se à categoria administrativa da instituição a que o participante da pesquisa está vinculado.	Binária, na qual 1 corresponde à universidade e 0 corresponde a faculdades e centros universitários
Região	Refere-se à região na qual está situada a instituição a que o participante da pesquisa está vinculado.	Binária, na qual 1 corresponde às regiões Sul e Sudeste e 0 corresponde às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
Pós-Graduação	Refere-se ao nível de motivação do aluno para participar do Enade caso a nota fosse utilizada para ingresso na pós-graduação.	Contínua, de zero a dez
Concursos	Refere-se ao nível de motivação do aluno para participar do Enade caso a nota fosse utilizada em concursos públicos.	Contínua, de zero a dez
Exame CFC	Refere-se ao nível de motivação do aluno para participar do Enade caso a nota fosse utilizada no Exame de Suficiência promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC),	Contínua, de zero a dez
Diploma	Refere-se ao nível de motivação do aluno para participar do Enade caso a nota fosse registrada no verso do diploma,	Contínua, de zero a dez

Fonte: dados da pesquisa.

Já o teste de Mann-Whitney foi utilizado para testar duas amostras independentes, envolvendo a organização acadêmica (pública e privada); a categoria administrativa (universidade *versus* faculdades/centros universitários); e a região (Sul e Sudeste *versus* Norte, Nordeste e Centro-Oeste). Ou seja, o teste possibilitou, de forma complementar, verificar a existência, ou não, de diferenças significativas entre os níveis de motivação dos alunos para a realização do Enade.

As hipóteses estatísticas formuladas para serem testadas foram:

- Hipótese nula ( $H_0$ ): não há diferença significativa entre os níveis de motivação dos alunos do curso de Ciências Contábeis para as variáveis e grupos pesquisados.
- Hipótese alternativa ( $H_1$ ): há diferença significativa entre os níveis de motivação dos alunos do curso de Ciências Contábeis para as variáveis e grupos pesquisados.

## 5. Análise e Discussão dos Resultados

A amostra de 1.082 respostas foi composta por estudantes de 122 instituições de ensino brasileiras, sendo 45,3% de alunos de IES da região Sudeste; 29,2% do Sul; 9,7% do Nordeste; 9,2% do Centro-Oeste e 5% de estudantes da região Norte. Foi verificado que 73% dos alunos estudavam em instituições públicas e que 74,1% estavam vinculados a universidades.

Também foi observado que 61,2% dos respondentes eram do sexo feminino; 60,2% possuíam até 25 anos de idade; 84,5% cursavam do quinto ao décimo período do curso; 79,6% estudavam no turno noturno; 79,2% estavam vinculados ao mercado de trabalho; 23,8% já haviam participado ou participavam de atividades acadêmicas (iniciação científica, programa de ensino tutorial, monitoria ou empresa júnior); e 70,8% haviam feito o Enem, mesmo que não tivesse sido utilizado para ingresso no curso.

Em síntese, o perfil predominante da amostra era de alunas com até 25 anos de idade, vinculadas ao mercado de trabalho, cursando a segunda metade do curso, no turno noturno, em universidades públicas das regiões Sul e Sudeste e que participaram do Enem.

A Tabela 2 apresenta as medidas de tendência central, média, mediana, moda e desvio –padrão relativas ao nível de motivação dos pesquisados para a realização do Enem, para a realização do curso de Ciências Contábeis e para a realização do Enade em 2015.

Tabela 2

### Medidas de tendência central – Motivação para o curso, Enem e Enade 2015

	N	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
ENEM	815	7,231	8	8	2,863
Curso	1065	7,710	8	8	2,066
ENADE 2015	1074	5,818	7	8	3,081

Nota: dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 2, os estudantes apresentaram motivação média em torno de 7,7 pontos para a realização do curso (escala de zero a 10 pontos), um pouco acima da motivação média que eles possuíam para a realização do Enem (7,2 pontos). Os dados revelam também que tanto a média quanto a mediana da motivação para a realização do Enade são menores que a motivação para o Enem. Essa constatação é importante, uma vez que, quando eles fizeram o Enem, poderiam estar motivados a terem bons rendimentos para concorrerem a uma vaga no ensino superior em uma instituição pública ou a bolsas de estudos/financiamentos nas instituições particulares. Todavia, para avaliar se a diferença é significativa, foi realizado o teste Wilcoxon, apresentado na Tabela 3.

Tabela 3

**Teste de Medianas – Enem versus Enade 2015**

Variável (Motivação)	N	Média dos postos	Estatística Z	P-Valor
ENADE 2015 < ENEM	404	280,41	-10,081	0,000
ENADE 2015 > ENEM	146	261,92		
ENADE 2015 = ENEM	263	-		

Nota: dados da pesquisa.

O teste confirma que, de fato, os níveis de motivação dos alunos para a realização do Enade são inferiores à motivação que informaram possuir para fazer o Enem ( $p$ -valor = 0,000). Nesse caso, a hipótese nula foi rejeitada, ou seja, existe diferença entre o nível de motivação dos estudantes de Ciências Contábeis para as variáveis Enem e Enade. Os achados reforçam o relato de Guimarães e Bzuneck (2008), que afirmam que alunos extrinsecamente motivados necessitam de estímulos externos para a realização de uma tarefa, como notas, prêmios e recompensas. A esse respeito, Leitão *et al.* (2010) já apontavam que há falta de incentivos à realização do Enade por parte dos estudantes, ou seja, o uso de recompensas poderá aumentar a motivação e o desempenho dos estudantes, conforme espera o Ministério da Educação (Cameron, 2001).

Na Tabela 4, é apresentado o teste não paramétrico Mann-Whitney relativo à motivação para o Enade 2015 dos estudantes para as variáveis ORG-ACAD (organização acadêmica), CAT-ADM (categoria administrativa) e região.

Tabela 4

**Teste de medianas: análise por instituições**

Variáveis	N	Média dos postos	P-Valor
<b>ORG-ACAD</b>			
IES Públicas	784	513,53	0,004
IES Privadas	284	575,18	
<b>CAT-ADM</b>			
Universidades	795	584,17	0,001
Faculdades e Centros Universitários	263	511,42	
<b>Região</b>			
Sul e Sudeste	801	516,60	0,015
Norte, Nordeste e Centro-Oeste	257	569,71	

Nota: dados da pesquisa.

Os resultados do teste foram significativos ao nível de 5% para todos os grupos testados, rejeitando a hipótese nula, ou seja, para os grupos investigados, há diferença significativa entre os níveis de motivação dos alunos do curso de Ciências Contábeis em relação à realização do Enade.

Os alunos das instituições privadas possuem maiores níveis de motivação para o Enade que os alunos de instituições públicas. Como enfatizado por Brito (2008), os indicadores apurados a partir do Enade, na maioria das vezes, são utilizados para alocação de recursos e para promoção da imagem da instituição. Isso pode explicar o fato de as faculdades particulares terem mais ações para sensibilizarem e para motivarem os seus alunos (Silva, Miranda & Freitas, 2017), fator esse que justifica as médias de motivação dos alunos de instituições privadas serem mais altas do que dos alunos de instituições públicas.

As universidades também apresentaram médias maiores que os centros universitários e faculdades. É importante destacar que os estudantes de universidades também apresentaram notas maiores que os demais nas edições anteriores do Enade, conforme os estudos de Santos (2012) e Ferreira (2015). Também foi

interessante observar que os alunos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste estavam mais motivados que os das regiões Sul e Sudeste para a realização do Enade. Entretanto, as regiões Sul e Sudeste, nas edições anteriores do Enade, apresentaram notas médias maiores que as demais (Santos, 2012; Ferreira, 2015).

As diferenças apresentadas na Tabela 4 encontram respaldo nas palavras de Martinelli e Bartholomeu (2007), os quais estabelecem que a motivação é um fenômeno multifacetado, que varia de acordo com as necessidades, os motivos e os incentivos de cada ser humano.

Por outro lado, Dias Sobrinho (2010) entende que esse exame não só avalia o sistema de ensino superior, mas também acaba por ditar comportamentos dos agentes envolvidos. Nesse sentido, para verificar se a oferta de estímulos aumentaria a motivação para realização do Enade, são apresentadas na Tabela 5 as medidas de tendência central para as percepções dos estudantes diante das possibilidades investigadas.

Tabela 5

**Medidas de tendência central – uso do Enade na carreira do estudante**

Uso da nota Enade em:	N	Média	Mediana	Moda	Desvio padrão
Pós-Graduação	1073	8,325	9	10	2,357
Concursos	1074	8,919	10	10	2,002
Exame CFC	1075	8,751	10	10	2,080
Diploma	1072	8,100	9	10	2,630

Nota: dados da pesquisa.

Pode-se constatar que as médias e medianas relativas ao uso da nota Enade (pós-graduação, concursos, exame do CFC e diploma – Tabela 5) foram todas numericamente superiores à motivação para a realização do Enade 2015 (Tabela 2). As médias subiram de 5,818 para valores acima de 8 pontos; já a mediana subiu de 7 para 9 em duas situações e 10 em outras duas. Os resultados corroboram o que foi apontado por Leitão *et al.* (2010) e Pederneiras *et al.* (2011), ou seja, os alunos não se sentem incentivados/motivados à realização do Enade. Nesse sentido, percebe-se que o aumento de estímulos externos acaba por influenciar positivamente o nível de motivação dos alunos.

Na Tabela 6, por meio do teste Wilcoxon, pode-se visualizar se tais diferenças são significantes.

Tabela 6

**Teste de Medianas – Motivação ENADE com e sem possibilidades de uso da nota**

Variável (Motivação)	N	Média dos postos	Estatística Z	P-Valor
Pós-graduação < ENADE 2015	68	259,64		
Pós-graduação > ENADE 2015	782	439,92	-22,849	0,000
Pós-graduação = ENADE 2015	218	-		
Concursos < ENADE 2015	48	306,18		
Concursos > ENADE 2015	855	460,19	-24,206	0,000
Concursos = ENADE 2015	166	-		
Exame CFC < ENADE 2015	47	250,32		
Exame CFC > ENADE 2015	843	456,38	-24,364	0,000
Exame CFC = ENADE 2015	180	-		
Diploma < ENADE 2015	78	310,69		
Diploma > ENADE 2015	752	426,37	-21,505	0,000
Diploma = ENADE 2015	237	-		

Nota: dados da pesquisa.

A Tabela 6 deixa evidente que todas as possibilidades de uso da nota Enade elevam o nível de motivação dos estudantes de forma significativa ( $p$ -valor = 0,000). Esses resultados permitem rejeitar a hipótese nula proposta para os testes estatísticos, pois existe diferença significativa entre o nível de motivação para as variáveis propostas na realização do Enade, envolvendo o uso, ou não, da nota para pós-graduação, concursos, exame do CFC e registro do diploma.

Cabe lembrar, ainda, que o aumento na motivação poderá trazer efeitos positivos também no desempenho dos estudantes que buscam obter recompensas externas (Cameron, 2001; Guimarães, 2009). Cameron (2001) defende que tarefas que despertam pouco interesse aos estudantes devem receber incentivos para sua realização. Assim, é possível que a introdução do uso da nota do Enade para ingresso em cursos de pós-graduação e seu registro no diploma – como propôs o ministro da Educação, em 2015 (Cazarré, 2015) – possam incentivar os alunos e, conseqüentemente, elevar as notas médias de maneira geral.

A Tabela 7 apresenta a síntese do teste não paramétrico Mann-Whitney relativa à motivação dos estudantes por: organização acadêmica; categoria administrativa e região na hipótese de registro da nota Enade no diploma e seu uso para ingresso na pós-graduação, em concursos e no exame do CFC.

Tabela 7

**teste de Medianas – P-Valor das motivações relativas ao uso da nota Enade**

Variáveis	Pós-graduação	Concursos	Exame CFC	Diploma
<b>Organização Acadêmica</b>				
IES Públicas	0,021	0,534	0,264	0,178
IES Privadas				
<b>Categoria Administrativa</b>				
Universidades	0,008	0,701	<b>0,036</b>	0,127
Fac. /C. Univer.				
<b>Região</b>				
Sul e Sudeste	0,021	0,512	0,554	0,676
NO, NE e CO				

Fonte: dados da pesquisa.

É importante lembrar que os níveis de motivação dos alunos para a realização do Enade 2015 eram distintos estatisticamente, por organização acadêmica, por categoria administrativa e por região (Tabela 4). No entanto, ao serem oferecidas possibilidades de uso da nota em situações futuras, essa diferença tende a desaparecer, ou seja, a motivação deixa de ser uma variável que se diferencia conforme organização acadêmica, categoria administrativa ou região. Em outras palavras, as diferenças aparecem de forma consistente apenas no tocante ao uso da nota para ingresso na pós-graduação, o que é razoável uma vez que apenas um percentual pequeno de estudantes se encaminha para a pós-graduação.

Isso significa que o uso desses estímulos motivacionais contribuiria para tornar os resultados do Enade mais acurados, pois os alunos estariam mais interessados em realizar a prova. Em outras palavras, a variável motivação afetaria menos as divergências de desempenho entre os estudantes. O nível de motivação dos estudantes de Ciências Contábeis para a realização do Enade com o estímulo de recompensas, caso efetivado, poderá refletir em sua postura ao realizar a prova e, conseqüentemente, envolvê-los ativamente no processo de aprendizagem, traduzindo resultados mais confiáveis e mais próximos da realidade concreta, minorando as possibilidades dos “boicotes” (Guimarães & Boruchovith, 2004).

Por fim, foi questionado aos alunos se a participação nesta pesquisa poderia, de alguma forma, influenciar seus níveis de motivação para a realização do Enade 2015. Verificou-se que 23,1% dos participantes não responderam a essa questão. Das respostas válidas, 30,7% admitiram que sim, pois a pesquisa despertou possibilidades que eles não haviam imaginado que poderiam ocorrer.



## 6. Considerações Finais

O objetivo do presente estudo foi identificar os níveis de motivação dos estudantes do curso de Ciências Contábeis para a realização do Enade com e sem a oferta de mecanismos de motivação extrínseca.

Os resultados evidenciaram que os níveis de motivação dos alunos para fazerem o Enade 2015 são estatisticamente inferiores à motivação que eles têm para fazer o curso de Ciências Contábeis e também inferiores à motivação que eles possuíam quando fizeram o Enem. A motivação ainda é menor nas instituições públicas das regiões Sul e Sudeste.

Os resultados também apontaram que a oferta de estímulos como recompensa para esses estudantes, sejam eles registro da nota no diploma, uso da nota para ingresso em pós-graduação, uso da nota para concursos públicos ou para o exame do CFC, afeta positivamente a intenção (motivação) para a realização do Enade.

Esses resultados reafirmam que o uso de incentivos e/ou recompensas pode aumentar a motivação e o desempenho quando são oferecidos sob condições apropriadas (Cameron, 2001). Entretanto, é importante reconhecer a importância da motivação intrínseca no processo de aprendizagem, conforme sugerido na teoria de avaliação cognitiva. As recompensas são oferecidas como incentivos para comportamentos que não surgem de modo espontâneo, neste caso, tais recompensas são percebidas como controle do comportamento e podem afetar e/ou diminuir a motivação intrínseca. A adoção de incentivos deve ser cuidadosamente ponderada, não restringindo em motivar os estudantes por meio de recompensas, mas promover situações educativas que estimulem a motivação intrínseca (Guimarães, 2009).

O anúncio feito pelo ministro da educação no final do ano 2015, referente à inserção da nota Enade no currículo do estudante e seu uso para ingresso em cursos de pós-graduação, de acordo com os resultados apurados na presente pesquisa, se efetuada, poderia elevar os níveis de motivação extrínseca dos estudantes. Consequentemente, poderiam se tornar mais homogêneos os níveis de motivação entre diferentes regiões e instituições de ensino públicas/privadas ou universidades/faculdades e centros universitários. Ao homogeneizar os níveis de motivação para a prova, poderia haver também aumento nas notas médias das instituições em virtude da ausência de boicotes. Enfim, o sistema de avaliação também se tornaria mais acurado no tocante aos propósitos avaliativos.

Os resultados desta pesquisa sinalizam, portanto, novas possibilidades para aperfeiçoamento do sistema de avaliação vigente (Sinaes), tendo em vista que todo e qualquer instrumento de avaliação necessita de se adequar e de acompanhar a complexa e dinâmica evolução pela qual a sociedade passa. Essa possibilidade de “aprimoramento” do Enade, um dos eixos avaliativos do Sinaes, poderá, além de apresentar um modelo que reflita resultados mais fidedignos da realidade do ensino superior brasileiro, contribuir para a qualidade do ensino, já que haverá estímulo concreto não só para a realização do Enade, como também poderá levar ao “despertar” de uma “preocupação” dos estudantes em fazerem um curso bem feito, para realizarem uma boa prova e alcançarem o que os motivou (currículo, ingresso na pós-graduação, etc.). Esses estímulos podem criar um “efeito cascata”, no sentido de que, ao se sentirem motivados por um fim, alçarem vários pontos positivos no decorrer dessa trajetória.

As contribuições do presente estudo abarcam a evidenciação do nível de motivação extrínseca dos estudantes de graduação do curso de Ciências Contábeis para a realização de um exame de avaliação de desempenho estudantil com o oferecimento de incentivos. Tais resultados servem como alerta aos gestores públicos ligados à educação sobre a relevância da inserção de reforços e fatores motivacionais externos que poderão contribuir para o envolvimento dos estudantes no processo de aprendizagem. Além disso, os próprios alunos participantes da pesquisa também podem ser beneficiados, uma vez que essa pesquisa antecedeu à realização do exame e quase um terço dos respondentes admitiram que sua participação na pesquisa poderia alterar positivamente sua motivação para o ENADE 2015.

É importante destacar que no presente estudo foi utilizada a amostra não probabilística, exclusivamente com alunos de Ciências Contábeis, o que não permite a generalização dos resultados, constituindo-se, assim, uma limitação. Todavia, esse aspecto não restringe a relevância dos achados evidenciados na pesquisa, que poderão servir de comparação com outros estudos. Para futuras pesquisas, sugere-se comparar o nível de motivação dos estudantes participantes da pesquisa e o desempenho das IES nas quais esses estudantes estão inseridos, bem como a replicação do estudo em outras áreas.

## Referências

- Amabile, T. M., Hill, K. G., Hennessey, B. A. & Tighe, E. M. (1994). The work preference inventory: Assessing intrinsic and extrinsic motivation orientation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 6(5), pp. 950-967.
- Borges, L. F. M., Silva, V. R. & Miranda, G. J. (2015). Por que o conceito caiu? Fatores associados à nota ENADE/2012 do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. Anais do Congresso UFU de Contabilidade. Uberlândia. Uberlândia, MG, Brasil, 1. Recuperado em 04 de março, de: [http://www.cont.facic.ufu.br/sites/cont.facic.ufu.br/files/5-3161\\_por\\_que\\_o\\_conceito\\_caiu.pdf](http://www.cont.facic.ufu.br/sites/cont.facic.ufu.br/files/5-3161_por_que_o_conceito_caiu.pdf).
- Brito, M. R. F. (2008, november). O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. *Revista Avaliação*, Campinas, Sorocaba, 13(3), pp. 841-850.
- Brito, T. F. (2015). Corpo Docente: fatores determinantes do desempenho discente no ENADE. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Cameron, J. (2001). Negative effects of reward on intrinsic motivation – a limited phenomenon: comment on Deci, Koestner, and Ryan (2001). *Review of Educational Research*, Washington, 71(1), pp. 29-42. doi/abs/10.3102/00346543071001029
- Cazarré, M. (2015). Nota do Enade será critério para acesso do aluno à pós-graduação, diz Mercadante. Agência Brasil. Recuperado em 04 de março, de: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-12/nota-no-enade-sera-criterio-para-acesso-pos-graduacao-diz-mercadante>.
- Coura, E.A.A., Batista, F.F., Albuquerque, L.S., Cime, G.M.P., Carvalho, J.R.C. & Oliveira, F.D.C. (2015). Análise da Motivação dos Discentes do Curso de Ciências Contábeis e Administração sob a Perspectiva da Teoria da Autodeterminação e das Metas de Realização. Anais do Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, EnEPQ, Salvador, BA, Brasil, 5.
- Dias Sobrinho, J. (2008). Qualidade, Avaliação: do SINAES a índices. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, Sorocaba, 13(3), pp. 817-825.
- Dias Sobrinho, J. (2010). Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, Sorocaba, 15(1), pp. 195-224.
- Fávero, L. P., Belfiore, P. P., Silva, F. L. da & Chan, B. L. (2009). Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier
- Ferreira, M. A. (2015) Determinantes do desempenho discente no ENADE em cursos de Ciências Contábeis. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, Brasil.
- Francisco, T. H. A., Melo, P. A., Nunes, R. S. & Michels, E. (2012). A contribuição da avaliação in loco como fator de consolidação dos princípios estruturantes do SINAES. *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, 17(3), pp. 851-876.

- Freitas, S. C. & Cornacchione, E. (2015) O uso de resultados de avaliação de programas educacionais: um estudo sobre o ENADE em cursos de Ciências Contábeis. Afonso, L. E.; Machado, E. A. Tecnologia, Educação e Contabilidade. São Paulo: Atlas.
- Gall, M. D., Gall, J. P. & Borg, W. R. (2007). Educational Research: an introduction. 8th. Boston: Pearson/Allyn and Bacon.
- Gagné, M. & Deci, E. L. (2005, January). Self-determination theory and work motivation. *Journal of Organizational Behavior*, Malden, 26, pp. 331-362. doi: 10.1002/job.322.
- Guimarães, S. E. R. (2009). Motivação intrínseca, extrínseca e o uso de recompensas externas em sala de aula. In E. Boruchovitch, & J. A. Bzuneck (Orgs.), *A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea*. (pp. 37-57). Petrópolis: Vozes.
- Guimarães, S. E. R. & Boruchovitch, E. (2004). O Estilo Motivacional do Professor e a Motivação Intrínseca dos Estudantes: Uma Perspectiva da Teoria da Autodeterminação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(2), pp. 143-150.
- Guimarães, S. E. R. & Bzuneck, J. A. (2008) Propriedades psicométricas de um instrumento para avaliação da motivação de universitários. *Ciências & Cognição*, Rio de Janeiro, 13(1), pp. 101-113.
- Hanushek, E. A. (2002). Publicly provide education. In Auerbach, A.J.; Feldstein, M. (Eds.). *Handbook of public economics*. Stanford: Elsevier, 4, pp. 2045-2141.
- Harackiewicz, J. M. & Elliot, A. J. (1993). Achievement goals and intrinsic motivation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65(5), pp. 904-915.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2016). Sinaes. Recupedo em 04 de março, de <http://portal.inep.gov.br/web/guest/superior-sinaes>.
- Leal, E. A., Miranda, G. J. & Carmo, C. R. S. (2013, August) Teoria da autodeterminação: uma análise da motivação dos estudantes do curso de ciências contábeis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 24(62), pp. 162-173. Recuperado em 04 de março, de: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/78828>>. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772013000200007>.
- Leitão, T. M. S. P., Moriconi, G. M., Abrão, M. & Silva, D. S. (2010). Análise acerca do boicote dos estudantes aos exames de avaliação do ensino superior. *Estudos em Avaliação Educacional*, 21(45), pp. 87-106. doi.org/10.1590/S1413-24782010000100003
- Lens, W., Matos, L. & Vansteenkiste, M. (2008). Professores como fontes de motivação dos alunos: o quê e o porquê da aprendizagem do aluno. *Educação*, Porto Alegre, 31 (1), pp. 17-10.
- Lopes, L.M.S., Pinheiro, F.M.G., Silva, A.C.R. & Abreu, E.S. (2015). Aspectos da Motivação Intrínseca e Extrínseca: uma análise com discentes de Ciências Contábeis da Bahia na perspectiva da Teoria da Autoderminação. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, UNEB, Salvador, 5(1), pp. 21-39.
- Mandelink, G. & Harackiewicz, J. (1984). Proximal versus distal goal setting and intrinsic motivation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47(4), pp. 918-928.
- Martinelli, S. C. & Bartholomeu, D. (2007). Escola de Motivação Acadêmica: uma medida de motivação extrínseca e intrínseca. *Avaliação Psicológica*, 6(1), pp. 21-31.
- Nakamura, C. C., Fortunato, J. C., Rosa, L. M., Marçal, R., Pereira, T. A. A. & Barbosa, D. F. (2005). Motivação no trabalho. *Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais*, 2(1), pp. 20-25.
- Organization for Economic Co-operation and Development (2015). Education at a Glance 2015: OECD indicators. Recuperado em 04 de março, de: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/9615031e.pdf?expires=1450782870&id=id&accname=guest&checksum=45F28F5521A380A35ADA67A270BEE066>.

- Pederneiras, M. M. M., Lopes, J. E. de G., Ribeiro Filho, J. F. & Feitosa, M. G. G. (2011) Exame nacional de desempenho dos estudantes na visão de líderes formais. *Revista Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, 19(71), pp. 381-400.
- Polidoro, M. M., Marinho-Araujo, C. M. & Barreyro, G. B. (2006). SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. *Revista Ensaio: aval. Pol. Pbl. Educ.*, Rio de Janeiro, 14(53), pp. 425-436.
- Robbins, S. P. (2005) *Comportamento Organizacional*. 11th ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Ryan, R. M. & Deci, E. L. (1985) Intrinsic and extrinsic motivations: classic definitions and new directions. *Contemporary Educational Psychology*, New York, 25(1), pp.54-67.
- Santos, N. A. (2012). *Determinantes do desempenho acadêmico dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis*. Tese de Doutorado em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.
- Silva, T. D., Miranda, G. J. & Freitas, S. C. (2017). Ações Institucionais Preparatórias para o ENADE nos Cursos de Ciências Contábeis. *Revista*

## O poder do periódico científico na construção da representação de pesquisa científica

### Resumo

**Objetivo:** Conhecer a concepção de produção científica representada por meio da política da Revista Contabilidade e Finanças (RC&F).

**Método:** O estudo tem abordagem qualitativa e quantitativa. O trabalho descritivo foi desenvolvido por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016) e do software UCINET 6. As inferências foram realizadas por meio da estatística básica (percentuais).

**Resultados:** Os editores associados da RC&F são conselheiros de expressiva força ideológica no periódico. Os atributos “qualidade”, “relevância” e “ineditismo” alicerçam a concepção de produção científica da RC&F; tal concepção guarda influência da Universidade de São Paulo e de outras entidades técnicas, de educação e pesquisa nacionais e internacionais. No entanto, a subjetividade do significado desses atributos no texto da política editorial da RC&F, ao se referir ao material publicável, contribui para a replicações lastreadas nos textos disseminado por esse periódico – podendo se tornar fator crítico para a inovação e para o desenvolvimento da cultura escrita da área.

**Contribuições:** Os atributos norteadores da concepção de ciência, veiculada pela RC&F, podem gerar ruídos de comunicação por causa da subjetividade que expressam, fato que pode acarretar em reprodução de temáticas, metodologias e teorias em virtude da busca um modelo de produção científica “relevante”, apesar da política editorial expressar a ideologia do ineditismo e da “pluralidade ontológica e epistemológica”. A investigação realizada ratifica o poder do periódico ao conferir autoridade científica a estudiosos que, conforme a TRS, criam parâmetros e sistemas de valores que são propagados do universo reificado para o universo consensual.

**Palavras-chave:** Periódico contábil; representações sociais; produção científica.

### Iracema Raimunda Brito Neves Aragão

<https://orcid.org/0000-0002-7419-2127>

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora Adjunta na UEFS/FAT e Coordenadora Colegiado de Ciências Contábeis na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Faculdade Anísio Teixeira (FAT). **Contato:** Av. Transnordestina, s/nº. Novo Horizonte. Feira de Santana (BA). CEP: 44036-900  
E-mail: [irbn31@yahoo.com.br](mailto:irbn31@yahoo.com.br)

### Gilberto de Andrade Martins

<https://orcid.org/0000-0001-5144-5286>

Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (USP) e Livre Docente e Professor Titular na Universidade de São Paulo (USP). **Contato:** Av. Prof. Luciano Gualberto, 908. Butantã. São Paulo (SP). CEP: 05508-010  
E-mail: [martins@usp.br](mailto:martins@usp.br)

### Valdir Heitor Barzotto

<https://orcid.org/0000-0003-1564-9550>

Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Livre Docente e Professor Adjunto na Universidade de São Paulo (USP). **Contato:** Av. da Universidade, 308. Butantã. São Paulo (SP). CEP: 05508-040  
E-mail: [barzotto@usp.br](mailto:barzotto@usp.br)

## 1. Introdução

Os estudos divulgados por meio dos periódicos científicos são capazes de persuadir e formar opinião. Tal fato decorre do pressuposto de cientificidade que esses estudos possuem.

A ciência influencia a humanidade, criando e alterando convicções, bem como ampliando de maneira contínua as fronteiras do conhecimento (Targino, 2000). Neste sentido, pode-se afirmar que o periódico científico introduz e/ou estabelece ideologias resultantes da concepção de mundo dos sujeitos que produzem pesquisas e as disseminam no formato de artigo. A publicação do artigo ratifica que ele está em consonância com a concepção de relevância e cientificidade do conselho editorial de um periódico.

Nesta investigação, concebe-se o artigo publicado e o editorial do periódico científico como formadores de representação social por fazerem emergir a concepção de mundo de sujeitos enquanto pesquisadores – concepção constituída por experiências e relações socialmente estabelecidas. Trata-se da difusão do pensamento científico como gerador de senso comum conforme apregoa a Teoria das Representações Sociais (TRS), de Moscovici (1978/1961). Trata-se de conhecimento construído por meio da compreensão alcançada por um indivíduo, a qual se assemelha a pronunciamentos de grupos de indivíduos, evidenciando que eles pensam da mesma forma sobre o mesmo assunto. Assim, a concepção de produção científica evidenciada no discurso da política editorial e do artigo publicado origina *mainstream* – ainda que descartada a possibilidade de “receita” para garantir a validação da qualidade e/ou relevância do material publicável.

Ao buscar um periódico científico para veicular os resultados da sua investigação, o autor torna pública a sua aderência à forma de conceber e construir ciência manifestada pela política editorial desse periódico. Tal cumplicidade ideológica é um dos elementos que assegura a submissão e oportuniza o início do processo avaliativo que pode culminar na aprovação e, conseguinte, publicação do texto científico. Segundo Frezatti, Nascimento e Junqueira (2009, p. 7), “... o sistema de publicação funciona dentro dos paradigmas estabelecidos pelos periódicos, o que torna a inovação um risco quando o construto teórico e metodológico fugir do *mainstream* estabelecido”.

Sem perder de vista a existência de linhas de pesquisas e áreas de interesse de um periódico, a afirmação de Frezatti, Nascimento e Junqueira (2009) permite afirmar que as normas e as perspectivas estabelecidas por um periódico tanto podem favorecer a um dado universo de pesquisa quanto podem limitar o avanço do conhecimento e exploração pesquisas emergentes – independente da sua qualidade e significado social.

O periódico científico é preferencial veículo de disseminação da ciência, figurando uma rede intelectual de diálogo entre cientistas e pesquisadores (Meadows, 1999; Gruszynski, Colin & Castedo, 2008; Rodrigues, Quartiero & Neubert, 2015). Conscientes da relevância do periódico científico como veículo de disseminação do conhecimento, bem como de que o mesmo está impregnado por ideologias que constituem representação social do pensamento de intelectuais de determinada área de conhecimento, objetivou-se **conhecer a concepção de produção científica representada por meio da política da Revista Contabilidade e Finanças (RC&F)**. Para o alcance deste objetivo geral, têm-se como específicos: verificar a composição da equipe editorial da RC&F; identificar as entidades das quais os conselheiros da RC&F fazem, ou fizeram, parte e interpretar a tessitura do discurso que compõe a sua política editorial.

Trata-se de uma investigação descritiva de abordagem fundamentalmente qualitativa, alicerçada na análise de conteúdo de Bardin (2016). Usou-se, especificamente, a técnica de análise temática ou categorial, a qual se fundamenta na descoberta de núcleos de sentidos que compõem a comunicação. Essa técnica, cuja frequência de aparição do termo possui representatividade para o objetivo da pesquisa, é composta de três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos – tais etapas são pormenorizadas na seção “Metodologia”. A abordagem quantitativa se deu pela necessidade de análise composição da equipe editorial e a identificação das entidades das quais essa equipe fez/faz parte. A descrição da equipe editorial da RC&F se deu por meio da obtenção de informações fundamentadas no currículo dos seus membros (*lattes* para brasileiros e *vitae* para estrangeiros). Após obtenção das informações descritivas, foram constituídas redes, plotadas pelo software UCINET 6, cuja interpretação se deu por meio de valores relativos.

Esta pesquisa se justifica pela relevância do periódico na disseminação do conhecimento científico para a comunidade científica global e à sociedade contemporânea, bem como por ser o periódico científico elemento decisivo no processo de formação ideológica. Ademais, tem-se como *corpus* de estudo a política editorial da RC&F – periódico que, potencialmente, exerce significativa influência ideológica por possuir o maior fator impacto da área contábil no Brasil. Tal afirmação se sustenta em estudo sobre a ressonância da pesquisa contábil realizado por Aragão, Oliveira e Lima (2013). Ademais, a RC&F é vinculada ao mais antigo Programa de Pós-Graduação de Controladoria e Contabilidade (PGCC) do país – segundo Cunha, Cornachione Júnior e Martins (2008) criado em 1978 – o que lhe confere reconhecimento nacional e internacional pela tradição em matéria de pesquisa na área contábil.

Os resultados evidenciam que os mecanismos cognitivos envolvidos no processo de representação do discurso científico, da concepção de qualidade e de estrutura da produção científica da RC&F decorrem, fundamentalmente, da comunidade FEA/USP – 53% dos membros do conselho editorial desse periódico fazem dela. Tal fato, atrelado ao significativo Fator de Impacto desse periódico, o torna instrumento de poder e autoridade científica com capacidade de influenciar, dialeticamente, o saber cotidiano. Segundo a teoria das Representações Sociais (TRS) a interação entre o universo reificado e o universo consensual geram as práticas que são levadas a grupos sociais, constituindo o sistema de valores dos sujeitos que os compõem. Todavia, a subjetividade de termos como “qualidade” e “relevância”, ao tratar do material publicável, contribui para a replicações lastreadas nos textos disseminado por esse periódico – podendo se tornar fator crítico para a inovação e para o desenvolvimento da cultura escrita da área.

Este artigo está dividido em cinco seções. A primeira é esta a Introdução que apresenta a problemática, a justificativa e os objetivos do estudo. A segunda contém o referencial teórico explorado, o qual apresenta discussão sobre a teoria das Representações Sociais e o pensamento científico, sobre o periódico científico como veículo de comunicação e poder, bem como discute sobre a composição da equipe editorial e sua função na elaboração da política editorial de um periódico científico. Na terceira têm-se a metodologia e informações sobre o objeto de estudo; na quarta a análise de resultados; e na quinta, última seção, as conclusões.

## 2. A Teoria das Representações Sociais e o Pensamento Científico

O pensamento de um grupo sobre o “rigor científico” representa a forma que este grupo adota para sistematizar a ciência em um tempo histórico, ou seja, constitui uma formação ideológica que se propaga inter e intra grupos. Wurman (1992) afirma que o indivíduo é resultado do que lê e é julgado pela informação que utiliza, visto que essa informação ingerida molda a sua personalidade, contribui para as ideias formuladas e constrói a sua visão de mundo.

Para Santos Filho (2016, p. 108), “as ideias científicas frequentemente camuflam suas origens extracientíficas, dissimulação geralmente característica em se tratando de ideologias”. Por sua vez, Targino (2010) afirma que a ciência recebe da sociedade impactos que a (re)orientam de maneira dinâmica e interativa por meio de confrontos e cooperação. A relação entre o conhecimento científico e o senso comum, explanada por esses autores, é lastro de discussão da Teoria das Reapresentações Sociais (TRS), de Moscovici (1978/1961). Nessa teoria, o científico e o senso comum se recorrem mutuamente elaborando a práticas sociais. Moscovici (2001) esclarece que as representações sociais emergem do discurso científico, do qual o senso comum se apropria por meio de indivíduos que demonstram interesse pela temática e a levam para o grupo social que integram.

Moscovici não elaborou um conceito ao longo do desenvolvimento da sua teoria, suas obras apresentam uma série de apontamentos sobre elementos que caracterizam as representações sociais (Sá, 1993). Essas representações sociais são entidades intangíveis que “(...) se cruzam e se cristalizam continuamente através da fala, do gesto, do encontro no universo cotidiano. A maioria das relações sociais efetuadas, os objetos produzidos e consumidos, comunicações trocadas estão impregnada delas” (Moscovici, 2012/1989).

O conceito de Representações Sociais é elaborado por Jodelet (2001, p. 22) que o considera como “forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção da realidade a um conjunto social” – nesta investigação, entende-se que a política editorial da RC&F origina conhecimento sobre a concepção de pesquisa, propagada na área de conhecimento da Contabilidade e constituindo-se como representação social.

Os mecanismos cognitivos envolvidos no processo de representação do discurso científico por uma comunidade específica foram indagados por Moscovici, que o posicionou dialeticamente como reflexo do saber cotidiano – um tipo de conhecimento representado em grupo que acompanha o processo de mudança e transformação de saberes (Paula & Kodato, 2016; Jodelet, 1986). Ainda sobre o conhecimento científico, Lane (1984, p. 15) apresenta crítica sobre a ideia de neutralidade da ciência na tendência da psicologia social e alerta que “se o positivismo, ao enfrentar a contradição entre objetividade e subjetividade, perdeu o ser humano, produto e produtor da história, se tornou necessário recuperar o subjetivismo”.

A construção da Representação Social (RS) se dá pela interação entre o universo reificado e universo consensual: no primeiro, encontram-se a ciência e suas teorias (pensamento erudito, objetividade e rigor metodológico); no segundo, está a interação social – conversação geradora de teorias do senso comum (Sá, 1993). O universo reificado é ambiente em que o universo consensual encontra elementos para transformar o científico em senso comum – esse entrelaçamento entre o erudito e a conversação, atividade cognitiva, se dá por meio de dois processos da TRS: objetivação e ancoragem.

A objetivação e a ancoragem são processos que acontecem de maneira concomitante. No processo de objetivação, o conceito abstrato é incorporado à realidade e se materializa, transpondo os limites do pensamento como parte do mundo real (Moscovici, 2012/1989). Segundo o mesmo autor o processo de ancoragem se fundamenta na classificação de fatos, pessoas e objetos, categorizando-os a partir de concepções e conceitos prévios – momento em que ocorre a nomeação ou renomeação deles, integrando os sistemas de valores dos sujeitos.

Silva (2017, p. 41) assegura que a partir do “movimento entre o saber erudito e saber do senso comum, é que as representações sociais se apresentam como campo relevante para compreensão da elaboração desses saberes no seio das interações sociais”. Esta pesquisa apropriou-se da teoria das Representações Sociais como articuladora entre autor(a), texto, leitor(a) e sociedade para a construção de uma concepção e prática de produção científica no formato de artigo por meio de um dos fatores imprescindíveis na elaboração das representações sociais – a comunicação intra e intergrupos.

## 2.1 O periódico científico como veículo de comunicação e poder

A motivação precípua de uma investigação científica decorre do interesse pessoal do pesquisador. Esse interesse inicial é natural e esperado, dado que se origina dos valores culturais, do conhecimento acumulado e das relações sociais estabelecidas por quem investiga – base de uma concepção de mundo (ideologia) fundada em contexto social e histórico. Conforme Meadows (1999) há dois grupos de motivações para a pesquisa: grupo de natureza psicológica – ligado ao comportamento e aos anseios do pesquisador – e de natureza social – que decorre da influência dos grupos sociais com os quais o pesquisador interage.

Pode-se afirmar que a motivação de natureza psicológica é elemento propulsor, mas não é justificativa para considerar a relevância da pesquisa ou a criação de um periódico científico. Logo, a autoridade científica não pode negligenciar a inter-relação entre a ciência e sociedade, dado que a primeira não é *corpus* autônomo. Segundo Targino (2016), as mudanças sociais impactam a ciência, ou pelo menos deveriam impactar, dado que a ciência é orientada a perseguir novos caminhos que lhe possibilite responder a demandas emergentes e suprir prioridades recentes – a ciência precisa ser útil socialmente.

Targino (2010) aponta que a demarcação científica nem sempre segue a parâmetros de universalidade em função de critérios externos, não explicitados, que influenciam a avaliação, a exemplo da ênfase na opinião dominante de pesquisadores de determinada área por autoridade científica – os artigos publi-



cados em periódicos evidenciam e disseminam tal opinião dominante. Rodrigues *et al.* (2015) ressalta que os periódicos científicos se diferenciam em formato, composição, regularidade e assuntos tratados, mas têm como objetivo comum difundir as produções realizadas nas áreas de conhecimento.

De acordo com Gomes (2010), os periódicos científicos ocupam lugar de destaque na troca entre as comunidades científicas e acadêmicas, bem como entre estas e a sociedade. Da criação à proliferação, como veículo de comunicação dos resultados de estudos científicos em diversas áreas do saber, tais periódicos têm servido como instrumentos de mudanças políticas e de alterações na própria estrutura interna dessas comunidades – tornaram-se instrumentos de concessão de autoridade científica. Castedo e Gruszynski (2011) afirmam que a comunicação científica veiculada por meio de periódicos é um dos principais meios para conferir visibilidade a investigadores, por meio da acumulação de capital científico.

Todavia, não se pode perder de vista que o contexto contemporâneo da pesquisa científica brasileira tem sido marcado por uma série de cobranças em torno do acadêmico/pesquisador/cientista a fim de que divulgue os resultados de suas investigações, assegurando a retroalimentação do ciclo de comunicação científica e fechando o ciclo da dívida com a sociedade (Targino, 2010 e Targino, 2016) – fato salutar ao considerar a pesquisa como devolutiva social e meio profícuo de levar um país ao desenvolvimento. Todavia, a mesma autora nos chama atenção ao fato de que a pressão por produção científica acelerada, requerida por administradores e agências de fomento nacionais e internacionais, antes mesmo de consolidar pressupostos e teorias inerentes à investigação, tem contribuído para disseminação de textos inconsistentes, superficiais e fragmentados.

A fragilidade dos textos científicos compromete o desenvolvimento da cultura escrita da área e torna-se fato perigoso visto que, para além de ser veículo de comunicação e disseminação do conhecimento produzido em determinadas áreas do saber, o periódico científico se tornou instrumento de poder e a autoridade nas relações estabelecidas, triangularmente, entre a sociedade científica, a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. O poder e a autoridade de um periódico decorrem da capacidade de argumentação e persuasão do discurso contido no texto da sua política editorial e, por conseguinte, nos textos publicados. Tais textos refletem a concepção de mundo e a forma de conceber ciência dominante no periódico, a qual é perpetuada entre seus pares e constroem a tessitura social – uma das maneiras de introduzir e estabelecer ideologias emergentes, principalmente, no que se refere às temáticas de interesse e abordagem de pesquisa.

A NBR 6021 (2003) esclarece que o conselho editorial do periódico é constituído por um grupo de pessoas que estabelece o perfil político-filosófico dele e que cabe à comissão científica (técnica ou editorial) a responsabilidade selecionar textos a serem publicados que se enquadrem na política editorial estabelecida pelo conselho. Autores como Belkin (1980), Fiorin (1993), Morin (2005) e Modesto (2014), discutem sobre a intencionalidade do texto; a formação ideológica presente em produções insuspeitáveis – a exemplo da ciência e dos meios de comunicação – além do poder de dominação dos textos ao disseminar informação. Aragão (2016) explana, a partir da análise de um *corpus* em tese de doutorado, que os textos científicos espelham posicionamentos solidificados, ou alterados, em função das relações estabelecidas socialmente.

É o periódico científico lugar de veiculação de um discurso prescritivo, uma prescrição materializada nas “... opções que resultam em escolhas do que se diz e do que não se diz, do que se publica e do que não se publica...” (Cordeiro, 2008, p. 1). Essa prescrição expressa formas legítimas e adequadas de produção científica: temáticas prediletas, teorias de base, autores e linhas de pesquisa, por exemplo. Segundo esse autor, as convenções apresentadas acabam por demarcar territórios específicos, tanto no campo intelectual mais amplo quanto em campo intelectual restrito.

Sabe-se que a última palavra relacionada ao processo de publicação é do editor do periódico, porém não se pode negar a influência dos membros da equipe editorial na construção ideológica de ciência à medida que auxiliam na construção da política do periódico, além da seleção e opinião sobre artigos submetidos à avaliação. Em Chauí (2001), a dominação e poder são concepções atreladas à linguagem e estão indissociadas da vida social – neste sentido a política editorial reflete uma concepção ideológica de ciência.

Cabe relatar que a existência de uma concepção político-ideológica sobre o material submetido, bem como sobre todas as etapas do processo editorial, não desconstituem a cientificidade do periódico. Tal cientificidade resulta de um processo sistematizado e criterioso a partir do qual os estudos são elaborados.

## 2.2 Estrutura editorial e competências das subequipes de um periódico científico

A equipe editorial do periódico científico é formada por um grupo de pesquisadores responsáveis por constituir ideias e tendências dominantes acerca da produção científica, bem como pela elaboração das etapas do processo de avaliação dessa produção. O processo de avaliação do material produzido, geralmente em forma de artigo, julga a consistência científica, a utilidade e a relevância social que determinam a qualidade necessária à publicação – todo esse material é parte da política editorial do periódico.

Trzesniak (2009) relata sobre riscos e potenciais prejuízos decorrentes da ação de um(a) único(a) pesquisador(a) como responsável por um periódico científico, uma vez que o editor já controla os acessos ao periódico (*gatekeeper*). Se não há uma política editorial construída a partir da opinião dos membros de seu conselho, o periódico torna-se imposição de um modelo de pensamento fundado na opinião de um indivíduo e da sua forma de conceber ciência, criando viés e estereótipos científicos – acredita-se que tais riscos são atenuados ou refreados com a estruturação de uma equipe editorial.

Miranda e Pereira (1996) e Sandes-Guimarães e Diniz (2014) evidenciam a figura do editor como representação central no processo de comunicação científica, sendo o responsável pela primeira avaliação acerca do material que fará parte do processo de avaliação. Todavia tais autores destacam que o editor não é um livre empreendedor e precisa ser assessorado por seus pares enquanto membros do conselho editorial.

Tobochnik (2008) ressalta quão determinante é o papel do editor de um periódico, visto que todo conteúdo disponibilizado ao público depende, prioritariamente, da análise documental que ele realiza (*desk review*). Nesta concepção, o editor torna-se o mentor (*guide keeper*) do processo editorial – mesmo antes da avaliação dos pareceristas, o editor pode julgar e excluir o material submetido. Geralmente, a originalidade e a relevância do artigo para a área de atuação do periódico, a qualidade da linguagem, as regras de formatação/apresentação geral e demais aspectos da política editorial são ponderados pelo editor.

O papel do editor científico é proeminente e vai além dos atos burocrático-administrativos; sua função é acadêmico-científica. O exame das críticas e das observações que fundamentam o parecer dos avaliadores e a sua própria opinião acerca da produção submetida são essenciais ao processo editorial científico (Vasconcelos, 2017). A equipe editorial, por sua vez, constitui-se de indivíduos que se dispõem a contribuir com o progresso do acervo de conhecimentos humanos, garantindo o fluxo científico (Rodrigues *et al.*, 2015).

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad, 2010) e a NBR 6021 (2003) apresentam a estrutura editorial do periódico científico, geralmente, constituída por: editor/ editor-chefe/ editor-geral – representação máxima do periódico; conselho editorial/ conselho ou comitê de política editorial – responsável pela conjuntura política do periódico; comissão editorial, técnica ou científica – responsáveis pela seleção dos textos que se enquadram na política editorial.

As especificidades das subequipes editoriais elucidam sobre o funcionamento e delimitam o poder exercido pelos membros, evidenciando responsabilidades atribuídas a cada grupo. Os membros da equipe editorial podem exercer diferentes funções no periódico (Trzesniak, 2009); entende-se que a segregação de funções propicia qualidade aos trabalhos desenvolvidos pela equipe, tanto no que diz respeito à análise técnico-científica quanto às questões éticas.

O conselho editorial, conselho de política editorial ou comitê de política editorial, é formado que converge forças/potencialidades capazes de solidificar e perpetuar as atividades de um periódico científico (Trzesniak, 2009). Para além do cumprimento da obrigatoriedade normativa, esse conselho representa a ordenação das visões e experiências responsáveis pela essência ideológica do periódico. Conforme o mesmo autor, o conselho editorial deve ser constituído por pesquisadores que representem: entidades de retaguarda, áreas profissionais, instituições de pesquisa, órgãos de fomento e outras que se fizerem convenientes. É imprescindível que o periódico tenha uma retaguarda que confira respaldo intelectual para a continuidade das suas atividades, não apenas pela influência nominal ou financeira – o respaldo intelectual gera criticidade para percepção de pesquisas úteis.

Em relação aos editores associados, Trzesniak (2009) considera ser preferível que tais conselheiros pertençam a instituições distintas daquela a que o periódico científico está vinculado. Trata-se de um grupo de conselheiros colaboram por meio de atividades editoriais, participando do processo de avaliação dos artigos, indicando avaliadores e verificando o texto final. Esse grupo também se envolve no processo de aceite do artigo e, por conseguinte, sua publicação, a designação do editor associado é feita por linha de pesquisa.

O corpo editorial é um colegiado multi-institucional composto de especialistas vinculados às áreas do saber a que o periódico se dedica, distribuídos tanto científica quanto geograficamente (Anpad, 2010 e Trzesniak, 2009). É importante ressaltar que o corpo editorial não tem influência direta sobre a produção do conhecimento, seus componentes são conselheiros do editor e oferecem sua parcela de contribuição de maneira individualizada, quando consultados – pessoas que têm poder de influenciar na opinião do editor.

### 3. Metodologia

De acordo com a abordagem de investigação, tem-se uma pesquisa, fundamentalmente, qualitativa, alicerçada na análise de conteúdo de Bardin (2016) que se ancorou na estatística básica (percentuais) para interpretação na análise de conteúdo e na construção de redes do software UCINET 6.

A abordagem qualitativa se caracteriza por entender, descrever e explicar os fenômenos sociais de maneiras distintas por meio da análise de experiências individuais e grupais, exame de interações e comunicações e da investigação de documentos (Flick, 2009). Por meio da pesquisa qualitativa, busca-se, na profundidade das relações sociais, o que está implícito. Já a análise de conteúdo se constitui em técnicas sistemáticas de análise das comunicações, objetivando a descrição do conteúdo das mensagens para obtenção de inferências relativas às condições de produção – tal inferência recorre a indicadores (quantitativos ou não) e sua execução se dá por meio de três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos Bardin (2016).

A pré-análise, primeira etapa, se constitui na fase de organização do que busca operacionalizar e sistematizar as ideias e conduzir um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas – escolha dos documentos a serem analisados; formulação das hipóteses e dos objetivos e elaboração de indicadores que sustentam a interpretação final – nesta pesquisa não houve formulação de hipóteses.

São tarefas realizadas na pré-análise: leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação de objetivos, seleção do *corpus* em análise e elaboração de indicadores. Realizou-se a leitura flutuante na página do periódico em análise: Revista Contabilidade e Finanças (RC&F), vinculada ao Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo (PPGCC/USP). Acredita-se que esse periódico exerce significativa influência ideológica por ter o maior fator impacto da área contábil no Brasil, conforme Aragão, Oliveira e Lima (2013). Os autores optaram por examinar a política editorial da RC&F, tomando como *corpus* de análise a missão, os objetivos, o escopo e as linhas de pesquisa desse referido periódico. A escolha do *corpus* se deu em função da representatividade deles para delimitação das características do material a ser submetido à RC&F.

A exploração do material consiste em procedimentos aplicados manualmente ou por meio do computador com objetivo de obter as informações necessárias ao tratamento e interpretação dos resultados obtidos Bardin (2016). Nesta investigação, essa segunda etapa – exploração – se iniciou no recorte do enunciado a ser analisado. O recorte semântico foi determinado em função da unidade de registro substantivos, os quais se referem à produção científica submetida ao processo de avaliação do periódico, a saber: “produção científica”, “conhecimento”, “temas”, “pesquisa”, “artigos”, “trabalhos”, “resenhas”, “pensatas”, “notas bibliográficas” e “documentos”. Em seguida, recortou-se semanticamente a unidade de registro adjetivos, ou palavras adjetivadas. Essas unidades se referem aos substantivos detectados anteriormente a fim de quantificá-los e interpretá-los – exploração do material por decomposição e enumeração; ele foi realizado com os verbos.

Bardin (2016) afirma que os dados brutos são tratados de maneira que construam significados. Nesta investigação, a porcentagem foi utilizada para quantificar o número de unidades de registro (substantivos e adjetivos) que aparecem no texto, bem como o número de substantivos utilizados como sinônimo ao referir-se ao material a ser submetido ao periódico. As etapas da análise de conteúdo, anteriormente descritas, revelam a sistematização da técnica de análise categórica política editorial da RC&F.

A abordagem quantitativa revela o uso da estatística como apoio à interpretação – conforme descrito anteriormente – tanto para a frequência de palavras quanto para a análise composição da equipe editorial e a identificação das entidades das quais essa equipe fez/faz parte.

A descrição da equipe editorial da RC&F se deu por meio da obtenção de informações fundamentadas no currículo dos seus membros (*lattes* para brasileiros e *vitae* para estrangeiros) e nas informações disponíveis no site da RC&F, a saber: identificação dos conselheiros, e respectivas funções no periódico; vínculo dos conselheiros com a USP; vínculo dos conselheiros com outras IES brasileiras e país de IES internacional, quando havia vínculo. Estas informações foram tabuladas no software Excel 2007 e em seguida importadas para o software UCINET 6 for Windows. Após a tabulação, uma rede foi construída, pelo software UCINET 6, evidenciando a relação entre as categorias: “pesquisadores”, “funções no periódico” e “IES de vínculo”, cuja interpretação se deu por meio de valores relativos.

Por fim, realizou-se a análise do currículo dos conselheiros (*lattes* quando brasileiro e *vitae* quando estrangeiro) para identificar vínculos, atuais ou anteriores, com entidades de educação, pesquisa e atividades técnicas. Entende-se que esses vínculos influenciam a forma de conceber ciência e se refletem por meio deles nas ideologias da RC&F.

### 3.1 Revista Contabilidade e Finanças: ambiente de investigação

A Revista Contabilidade & Finanças (RC&F) é um periódico do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), que conta com suporte financeiro Capes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e Programa de Apoio às Publicações Científicas Periódicas da USP (SIBi). Atualmente, a RC&F tem favorecido a discussões e troca de experiências entre pesquisadores nacionais e internacionais de diversas linhas de pesquisa e áreas do conhecimento.

Quadrimestral e gratuita, a RC&F foi inspirada num modelo de periódico francês e denominada, inicialmente, como Caderno de Estudos. Atualmente a revista é indexada a seguintes bases: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *EBSCO Publishing*, *ProQuest*, *Base Atena*, *Gale - Cengage Learning*, *Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (Redalyc), *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e *Sumários de Revistas Brasileiras* (Sumários) (RC&F, 2015). A indexação a essas bases favorece a ressonância do conteúdo científico disponibilizado pela RC&F, tornando-a um veículo de expressivo significado na condução e disseminação de estudos desenvolvidos na área contábil e, por conseguinte, na forma de fazer e pensar a pesquisa, principalmente no Brasil.

Dados coletados no site da Capes, em 2015, atestaram que, na Avaliação Trienal Capes 2013, a RC&F recebeu o conceito A2. No site da revista consta que esse conceito é fruto de um esforço iniciado há 25 anos, todavia que a nota do órgão regulador não é o centro de sua preocupação e, sim, a divulgação de conhecimento relevante. Para atrair pesquisadores, a RC&F mantém: regulamento formalizado e forte estrutura de governança; pluralismo ontológico e epistemológico; publicação em português e inglês ou espanhol e inglês; pagamento de custos de tradução dos trabalhos aceitos; indexações eficientes fomentando maior oportunidade de citação; fontes de financiamentos adicionais à Fipecafi, no Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBi) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); incentivo a pesquisas que se relacionem com o escopo da Revista; profissionalização da estrutura de apoio interna e externa e comunicação tempestiva com autores, leitores e revisores.

## 4. Análise de Resultados

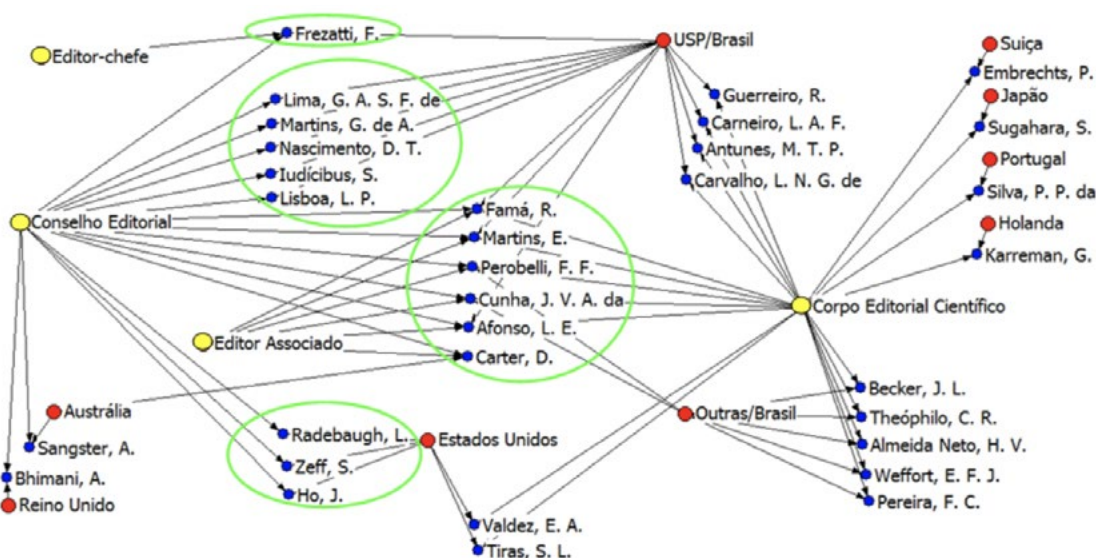
Nesta seção estão dispostas as informações obtidas, as quais refletem o resultado do estudo. Buscou-se conhecer a concepção de produção científica representada por meio da política da Revista Contabilidade e Finanças (RC&F). Tais informações estão dispostas nesta seção de maneira a garantir coerência e clareza à discussão apresentada.

### 4.1 Composição da equipe editorial

A equipe editorial da RC&F é constituída por: editor-chefe, conselho editorial, editores associados e pelo corpo editorial científico – estrutura apresentada no site da revista que conformidade com a ABNT (2003) e o Anpad (2010). Em Trzesniak (2009), a equipe editorial, que possui de 20 a 35 membros e entre dois e quatro editores associados, consegue atender a um contingente de 100 submissões deferidas anualmente. Informações no site da RC&F evidenciam que em 2014 foram deferidas 50 submissões, e a equipe editorial era composta por 34 membros – número superior àquele considerado como ideal pela literatura.

A Figura 1 revela que a RC&F conta com 32 membros, dos quais seis são editores associados. 53% dos membros do conselho editorial são da USP. Nota-se que 29% dos membros dessa equipe são exclusivos do conselho editorial – todos oriundos da USP – e 47% exclusivos do corpo editorial científico. O percentual de 29% atrelado à discussão apresentada na seção anterior, permitem inferir que: as decisões são representativas de uma deliberação do grupo. Contrariamente, o corpo editorial científico trabalha individualmente, quando consultado, ambos os grupos representam minoria em termos de influência ideológica. Isto acontece porque entende-se que, em quaisquer das situações, os membros “exclusivos” de cada um desses grupos têm menos força participativa: os 29%, porque têm participação diluída; e os 47%, por ter participação esporádica. Por esse motivo, não serão feitos maiores comentários sobre o perfil desses conselheiros.

Verificou-se o perfil dos conselheiros que guardam significativa força participativa e, por conseguinte, influência ideológica no periódico, bem como as relações institucionais estabelecidas por eles. Segundo Koch (1999, p. 19), “como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente avalia, julga, critica, isto é, forma juízo de valor”. Acredita-se que isso influencia direta e/ou indiretamente na produção científica divulgada, já que a ideologia dominante é constituída pela opinião desse grupo.



Fonte: dados da pesquisa (2015)

**Figura 1.** Equipe Editorial da RC&F/2015: pesquisadores, suas funções e país da IES de vínculo

De acordo com a Figura 1, tem-se que aproximadamente 22% do colegiado que constitui a Equipe Editorial da RC&F exercem duas ou mais funções. Os pesquisadores Famá, R.; Martins, E.; Perobelli, F. F.; Cunha, J. V. A. da; Afonso, L. E. e Carter, D. se destacam no contexto por fazerem parte de núcleo que atua diretamente sobre a Política Editorial e sobre a produção científica em avaliação exercendo as funções de Conselho Editorial e Editor Associado, respectivamente. Isso revela a potencialidade de ingerência (poder de influência ideológica) que eles têm sobre a revista em função de suas competências – seja no tocante à política editorial, seja na produção propriamente dita ou em situações específicas, quando chamados a atuar como corpo científico. Destaca-se, porém, que essa influência não é hierarquicamente superior ao poder de decisão decorrente da função de editor-chefe do periódico, exercida por Frezatti, F.

Ao considerar os países de origem das IES a que se vinculam os membros da Equipe Editorial da RC&F (Figura 1), percebe-se que dentre 17 membros que compõem o Conselho Editorial há uma prevalência de brasileiros oriundos da USP (53%) e de estrangeiros, vinculados a instituições sediadas nos Estados Unidos (18%). Infere-se que as Políticas Editoriais da RC&F tendem a ser representativas desses centros no que diz respeito à concepção de ciência – tanto na ontologia firmada por meio das linhas de pesquisa, quanto nas temáticas, teorias, metodologias e maneira de expor reflexões e críticas.

A prevalência de pesquisadores da FEA/USP no Conselho Editorial da RC&F (53%) não nos causa estranheza, afinal este periódico é vinculado ao Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, tendo o chefe desse departamento como seu presidente. À luz da TRS, discutida no referencial teórico, pode-se inferir que os mecanismos cognitivos envolvidos no processo de representação do discurso científico, da concepção de qualidade e de estrutura da produção científica da comunidade FEA/USP, torna-se dominante no processo de geração e transformação de saberes, influenciando dialeticamente o saber cotidiano – interação entre o universo reificado e o universo consensual que integram os sistemas de valores dos sujeitos.

Entende-se que os princípios essenciais do periódico (missão, objetivos, público-alvo...), a sua estrutura e a sua linha editorial, bem como suas diretrizes de submissão e os aspectos éticos observados, são elaborados pelo Conselho Editorial atribuindo ao periódico uma “personalidade científica”. Trzesniak (2009) considera que vínculos institucionais estabelecidos por um periódico científico podem assegurar a continuidade das atividades que este realiza – fator significativo para consolidar os elos e estreitar a comunicação entre academia e sociedade.

Por sua vez, os Editores Associados da RC&F possuem graduação nas áreas de Contabilidade, Administração e Economia, áreas afins, além de Direito e Engenharia da Produção. Esses membros se dedicam exclusivamente a uma linha de pesquisa e, de acordo com o Curriculum Vitae (CV) de cada um, possuem experiência acadêmica e técnica nessas áreas. No que se refere à formação acadêmica desses pesquisadores, percebe-se que a USP e a *University of Illinois* e a *Harvard Business School* são instituições citadas em pelo menos dois CVs, seja em cursos de graduação, pós-doutorado ou formação complementar. Destaca-se que, apesar de não haver incoerência na composição dos Editores Associados, a configuração da RC&F não atende ao que Trzesniak (2009) estabelece como preferencial – conselheiros que pertençam à instituição diferente daquela a que a RC&F está vinculada.

É relevante destacar que, segundo CV, tanto os Editores Associados quanto o Editor-chefe (com atribuições técnicas e científicas) participam ou participaram de entidades de destaque e ingerência no cenário nacional da contabilidade – em alguns casos, essa participação se deu pelo exercício de funções como presidência e diretoria. No âmbito nacional, são exemplos de entidade a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Sociedade Brasileira de Finanças (SBFin), Banco Central do Brasil (Bacen), Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras (Fipecafi) dentre outros(as). No âmbito internacional, têm-se a *American Accounting Association* (AAA), *European Accounting Association* (EAA), *International Association for Accounting Education and Research* (IAAER) e a *International Actuarial Association* (IAA).

Além de formativa, a experiência e relações dos conselheiros em entidades ligadas à educação, à pesquisa e a atividade técnica promovem a integração academia-sociedade, oportunizando o estabelecimento de diálogos entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores internacionais – esse fato acaba por refletir na demarcação científica, que, segundo Targino (2010), não segue a parâmetros de universalidade em função das influências de critérios externos, não especificados, os quais impactam na avaliação e na opinião dominante por autoridade científica. Desta forma, considera-se que essas instituições guardam significativa influência na maneira como os conselheiros da RC&F percebem a potencial utilidade, a relevância e as contribuições dos artigos científicos submetidos. Trzesniak (2009) já expunha quão positivo é esse aspecto para a continuidade do periódico – a Capes, o CNPq e Fipecafi, por exemplo, são patrocinadores da RC&F.

#### 4.1 Análise da política editorial: missão e objetivos Revista Contabilidade & Finanças

A missão e os objetivos do periódico retratam os interesses da revista, no caso da RC&F a missão e os objetivos apresentados a seguir atendem às orientações do Manual de Boas Práticas de Pesquisa da Anpad (2010):

Missão	Objetivos	Equipe Editorial
A Revista Contabilidade & Finanças (RC&F) tem como missão a divulgação de produção científica inédita e relevante na área de Contabilidade, Controladoria, Atuária e Finanças, produzida por professores, pesquisadores, alunos e profissionais do Brasil e do exterior, selecionada exclusivamente com base em qualidade e efetiva contribuição para o desenvolvimento do conhecimento científico nesses campos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disseminar conhecimento relevante nas áreas de Contabilidade, Controladoria, Atuária e Finanças;</li> <li>Instigar e provocar reflexões sobre temas de relevância para a área, comunidade acadêmica e sociedade;</li> <li>Ter reconhecimento nacional e internacional como veículo de comunicação de pesquisas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Editor Chefe;</li> <li>Conselho Editorial;</li> <li>Editores Associados;</li> <li>Corpo Editorial Científico.</li> </ul>

Fonte: RC&F (2015).

#### Quadro 1. Missão, objetivos e composição da equipe editorial da Revista Contabilidade e Finanças

O discurso proferido na missão da RC&F expressa interesse em publicar produção inédita e relevante, que traga efetiva contribuição para o desenvolvimento científico na área contábil, de autoria de “professores, pesquisadores, alunos e profissionais”. Pelo exposto no texto, compreende-se que o periódico tenciona por produções decorrentes de indivíduos que se enquadram tanto no contexto técnico ou quanto acadêmico, incluso que a descrição tem a intenção de mostrar a abertura que o periódico oferece a diferentes públicos a fim de se aproximar dos seus potenciais autores. Todavia, na tipologia utilizada para se referir aos potenciais autores do periódico, evidencia-se o distanciamento entre os interessados na produção da área uma vez que os termos “professores” e “pesquisadores”, “profissionais” são usados com intenções semânticas distintas. Concebe-se a ideia de um *professor* que não pode ser *pesquisador*, bem como de um *professor* e *pesquisador* que não podem ser um *profissional técnico*; o contrário é verdadeiro para ambos os casos. Além do evidente hiato existente quando se faz referência à academia e à sociedade, ainda que de maneira inconsciente, percebe-se também que o texto oculta o termo *técnico* para se referir ao *profissional* que não possui vínculo com a academia – a adição do termo a esta análise se dá porque parece que essa seria a intenção do discurso.

Outro aspecto que merece atenção é a expressão “do Brasil e do exterior” para fazer referência aos potenciais autores do periódico. Como a possibilidade de estudos internacionais abordarem temáticas de interesse específico do Brasil, pode-se compreender que o periódico se interessa também por assuntos de interesse global – este fato revela um dos elementos observados ao expressar o interesse por “produção inédita e relevante”. Se, por um lado, pensa-se que a abertura a produção internacional é uma tentativa de aproximação a realidades outras que podem favorecer ao aprendizado e ao amadurecimento das discussões, por outro, essa abertura requer uma atenção redobrada quando da seleção dos artigos para o processo de avaliação. Acredita-se que o estabelecimento do diálogo científico seja produtivo se artigos apresentarem discussões relativas a temáticas e problemas que, pelo menos, tangenciem aqueles enfrentados pela contabilidade de um país em desenvolvimento como o Brasil. Este cuidado parece manifesto quando no texto da missão surge a expressão “selecionada exclusivamente com base em qualidade e efetiva contribuição para o desenvolvimento do conhecimento científico...”.

Ademais, entende-se que a qualificação “relevante” possui centralidade. Esse termo é retomado nos objetivos por meio da repetição do item lexical “relevante” e por meio de uma palavra do mesmo campo semântico “relevância”. Pode-se, inclusive, inferir que a missão da RC&F se apropria do termo “relevância” como equivalente à expressão “efetiva contribuição” e a palavra “qualidade”, visto que essas são critérios *exclusivos* e balizadores dos aceites concedidos por esse periódico. Porém, enquanto a expressão “efetiva contribuição” remete à ideia concreta de utilidade da pesquisa, a julgada “qualidade” não consegue alcançar o mesmo êxito em função da multiplicidade de sentidos que pode gerar – não há qualquer menção sobre a que vem dizer essa pesquisa de qualidade.

Cabe observar ainda que, embora os termos “relevante” e “relevância” apareçam em dois dos três objetivos, e a definição do que é “relevante”, compete aos avaliadores do periódico. O que tem mais peso é “ser relevante”, característica de difícil definição, inclusive porque essa relevância (que pode ser percebida pela ressonância da pesquisa, por exemplo) só se materializará de fato após tornar o artigo produzido de conhecimento público e, não, no momento da seleção. Assim, como todos os artigos publicados na RC&F têm o atributo “relevância”, há uma tendência de que os pesquisadores possam tomá-los como parâmetro para novas produções, estabelecendo um efeito “propagandístico” – o discurso tanto é influenciado pelo contexto social quanto tem poder para influenciá-lo. Assim, os artigos publicados pela RC&F têm poder para captar, modificar e propor realidade – neste caso, a replicação dos artigos é a materialização dessa influência discursiva. Conforme explanou-se no referencial teórico, o periódico científico é lugar de veiculação de um discurso prescritivo.

O efeito “propagandístico” do periódico pode ser percebido pelo uso dos verbos *divulgar* e *disseminar*. Além da escolha desses dois verbos, há que se observar também a transformação da frase “Divulgação de produção científica relevante” para “Disseminar conhecimento relevante” desaparecendo o caráter inédito do conhecimento a ser divulgado. Ainda que se argumente que a palavra “inédita” está elíptica, o aparecimento do terceiro objetivo não relacionado diretamente à produção e, sim, relacionado à abrangência geográfica da disseminação pretendida é suficiente para amenizar tal argumento.

Apontando ao mesmo tempo para a divulgação e para a relevância, não é de se estranhar que vá se desencadear a elaboração de replicações. Como “o mundo da pesquisa envolve a manipulação e o poder do *mainstream*” (Frezatti *et al.*, 2009, p. 7), entende-se que, por vezes, as replicações são realizadas como estratégia para a aceitação e, conseqüente, publicação do artigo mantendo um perigoso ciclo de inércia e/ou atrofia do conhecimento científico gerado, fruto da produção do grupo de indivíduos que seguem regras gerais da política com fins produtivistas. Outro aspecto que merece atenção é a expressão “reconhecimento nacional e internacional” citada no terceiro objetivo, de maneira a desalinhá-lo da discussão sobre produção de conhecimento, dado que respeito à abrangência geográfica pretendida – uma preocupação de alcançar *status* além das fronteiras do país. Isso permite pensar que as temáticas serão escolhidas com a expectativa de atender também a um público estrangeiro, e podem trazer, por vezes, discussões de questionável “relevância” às organizações e a sociedade brasileira em geral.



### 4.3 Análise do texto referente ao escopo e linhas de pesquisa da RC&F

Ao considerar o que está expresso no escopo e linhas de pesquisa da RC&F, os artigos submetidos a esse periódico científico devem observar o que está expresso no Quadro 2 a seguir:

Escopo	Linhas de pesquisa
A RC&F publica artigos inéditos de desenvolvimento teórico e trabalhos teórico-empíricos nas áreas de <b>Contabilidade, Controladoria, Atuária e Finanças</b> . Aceita trabalhos de diferentes paradigmas e metodologias, desde que sejam consistentes e relevantes para o desenvolvimento das áreas. Além de artigos, foco principal do periódico, publica resenhas, comunicações, notas bibliográficas, pensatas e documentos que possam contribuir para a comunicação de novos conhecimentos para a comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Controladoria e contabilidade gerencial;</li> <li>• Contabilidade para usuários externos;</li> <li>• Mercados: financeiro, de crédito e de capitais;</li> <li>• Educação e pesquisa em contabilidade, controladoria, atuária e finanças;</li> <li>• Atuária;</li> <li>• Temas emergentes em Contabilidade, Finanças e Atuária.</li> </ul>

Fonte: RC&F (2015).

#### Quadro 2. Escopo e linhas de pesquisa da Revista Contabilidade e Finanças

O vocabulário utilizado para a descrição do escopo da revista RC&F apresenta na primeira frase o atributo “inéditos” fazendo alusão ao termo “artigos”; em seguida, a conjunção aditiva “e” que une as expressões “artigo inéditos de desenvolvimento teórico” a expressão “trabalhos teórico-empíricos”. Dito dessa forma, entende-se que os artigos precisam ser *inéditos* e *teóricos*; já os trabalhos requerem o atributo *teórico-empírico*, ainda que na prática a RC&F considere o ineditismo como condição necessária para a publicação de artigo. O sentido da frase revela a descrença de que trabalhos que envolvem aspectos pragmáticos não podem ser *inéditos*. Além disso, há subjetividade acerca do formato dos trabalhos teórico-empíricos suscetíveis de apresentação, já que o termo “trabalhos” é generalista. Ratifica-se essa interpretação quando na segunda frase do parágrafo na expressão “aceita trabalhos de diferentes paradigmas e metodologias”.

Um outro fato que chama a atenção é o uso da expressão “desde que sejam consistentes e relevantes para o desenvolvimento das áreas”. Entende-se que o vocábulo “consistentes” consegue delimitar sentido e refere-se à questão da cientificidade dos trabalhos. Já o vocábulo “relevantes” deixa mais uma vez diante de uma situação de subjetividade, vinculada ao processo de seleção dos trabalhos, e de forte impacto para a área de conhecimento – trata-se de um critério que determinará a essência do interesse científico das áreas de conhecimento contempladas pela revista (Contabilidade, Controladoria, Atuária e Finanças). Na última frase do parágrafo, tem-se que resenhas, comunicações, notas bibliográficas, pensatas e documentos podem vir a ser publicadas, desde que a RC&F as compreenda como aporte de “novos conhecimentos para a comunidade”. O termo “novo” pertence ao mesmo campo semântico do termo “inéditos” utilizado na primeira frase do parágrafo do escopo. Enquanto na primeira frase ele se referia a “artigos”, nessa última ele se refere a “conhecimentos” propiciados pelos outros tipos de trabalhos que também são aceitos pela revista. Dessa maneira, tanto os artigos considerados “foco principal do periódico” quanto aqueles outros trabalhos citados anteriormente devem ser originais.

De acordo com a RC&F (2015), este periódico publica, por ano, um artigo por autor – seja esse artigo uma produção individual ou em grupo – em atenção às boas práticas de pesquisa. Ainda segundo as normas desse periódico, quando a investigação trata sobre sistemas de mensuração, informação e apoio ao processo de planejamento e controle das instituições, ela é classificada na linha, “controladoria e contabilidade gerencial”. Caso a discussão seja sobre aspectos de identificação, mensuração e divulgação da informação contábil, tem-se um estudo da linha “contabilidade para usuários externos”. Se aborda aspectos conceituais e/ou empíricos de mercados, bem como sobre aplicação de recursos sob a ótica da performance empresarial passado e/ou projetada, vinculados à Contabilidade, o estudo é classificado na linha de “mercados: financeiro, de crédito e de capitais”.

Quando o trabalho traz aspectos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem e da pesquisa contábil, o estudo pertence à linha de “educação e pesquisa em contabilidade, controladoria, atuária e finanças”. Se a temática é sobre modelos, métodos, técnicas e instrumentos e construção de trabalhos científicos vinculados às Ciências Atuariais tem-se um estudo da linha “atuária”. Consta no site da RC&F (2015) a inserção de uma nova linha de pesquisa denominada “Temas emergentes em Contabilidade, Finanças e Atuária”, a qual abarca os denominados assuntos inovadores.

## 5. Conclusões

O objetivo desta pesquisa foi conhecer a concepção de pesquisa científica representada por meio da política e equipe editorial da Revista Contabilidade e Finanças (RC&F).

Identificou-se que a RC&F ampliou generosamente a sua capacidade de disseminação de pesquisas realizadas por pesquisadores nacionais (estudantes, profissionais técnicos e professores) e internacionais com o intuito de estreitar os laços entre academia e sociedade, bem como promover o diálogo com pares – esta interação consolidou o que a revista considera como produções que trazem “efetiva contribuição”. De acordo com a concepção ideológica de pesquisa científica da RC&F, essa efetiva contribuição está atrelada à “qualidade” e é requisito para que a produção científica seja considerada como “relevante”.

Os atributos “qualidade” e “efetiva contribuição” são ponderados por meio da avaliação feita pelos Consultores *Ad Hoc*, todavia as minúcias a serem consideradas no processo de avaliação decorrem daqueles da concepção de pesquisa científica dos que têm maior ingerência sobre o conhecimento disseminado pelo periódico: o Editor e os Editores Associados.

O Editor e os Editores Associados da RC&F são influenciados pela concepção de mundo das instituições de educação e pesquisa dos quais fazem ou fizeram parte e do conhecimento técnico construído a partir do trabalho que realizam, destacando-se as concepções de ciência da USP, não só porque a revista pertence ao Departamento de Contabilidade da FEA/USP, mas porque 53% da Equipe Editorial são vinculados ou são egressos da USP. Destaca-se ainda que 18% dos membros que fazem parte desta equipe representa influência ideológico-científica dos Estados Unidos – desconsideram-se, nesse último percentual, os membros brasileiros que possuem formação em IES americana.

Além das influências ideológicas citadas anteriormente, a concepção de ciência da RC&F inferiu-se que a RC&F também sobre influência de entidades como: Capes, Fipecafi, CFC, CVM, Anpad, AAA, IAAER, CNPq, Bacen, Ibracon, entre outras, de significativa representatividade no âmbito da pesquisa, educação e produção de conhecimento técnico nacional e internacional em decorrência da participação de seus membros nestas.

A Política Editorial do periódico também anuncia uma ideologia de “abertura ao pluralismo ontológico e epistemológico”, aspectos salutares que permitem a inserção de pesquisas fundamentadas em diferenciadas formas de conceber e construir o conhecimento científico. Acredita-se que tal fato formaliza a abertura de espaço para discussões fundadas em olhares distintos sobre temáticas da área, apesar de notar-se que, comumente, há uma “pactuação tácita” por parte dos pesquisadores na forma de fazer ciência – entende-se que a subjetividade do termo “relevante” e “qualidade” pode conduzir a outros pesquisadores a se espelharem nos trabalhos publicados.

A referida “pactuação” pode acarretar na reprodução e atrofia de algumas discussões, isto porque, em função dela, os pesquisadores da área contábil podem produzir ciência norteada por metodologias e teorias ou temáticas que, por vezes, já não são capazes propiciar as desejadas “efetivas contribuições” – há preocupação com a aceitação de suas ideias na comunidade acadêmica e de não provocar incômodo/contraponto intelectual aos seus pares. A disseminação de investigações de relevância internacional, ideologia que também decorre da política da RC&F, se tornará infrutífera se essas não forem capazes de materializar efetivas contribuições para a cultura escrita e para o desenvolvimento técnico da área contábil brasileira.

A RC&F tem por ideologia uma a produção científica baseada nos atributos de relevância, ou seja, que tem qualidade e propicia “efetiva contribuição”, fortemente influenciados pela maneira de conceber ciência da USP, das entidades nacionais e internacionais anteriormente citadas e de IES dos EUA. Todavia esses atributos norteadores da concepção de ciência veiculada pela RC&F podem gerar ruídos de comunicação em função da sua subjetividade. Esses podem acarretar um processo reprodução de temáticas, metodologias, teorias e estruturais em decorrência da busca por um modelo de produção científica relevante por pesquisadores que desejam publicar na RC&F, fato explicado por meio da TRS, apesar de propagação da ideologia de “pluralidade ontológica e epistemológica”.

Ao se considerarem os fundamentos da Teoria das Representações Sociais, pode-se entender que o estudo tem como limitação o fato de não contemplar análises sobre os Consultores *Ad Hoc*, de maneira complementar à análise realizada acerca dos membros do conselho editorial, isto porque tal análise poderia ratificar as influências ideológicas já evidenciadas e/ou indicar outras. Para futuras investigações, considera-se significativa a apreciação da Política Editorial de outros periódicos da área contábil, bem como o exame do perfil dos membros que são Consultores *Ad Hoc*, a fim obter informações sobre as relações estabelecidas e, por conseguinte, identificar as concepções que emergem do discurso científico produzido pela contabilidade brasileira.

## Referências

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2003). *NBR 6021: Publicação periódica científica impressa*. Rio de Janeiro.
- Aragão, I. R. B. N. (2016). *Hegemonia do discurso científico contábil no Brasil* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Aragão, I. R. B. N., Oliveira, J. R. S. & Lima, G. A. S. F. (2013). Ressonância de artigos e fator de impacto de periódicos brasileiros de contabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 8(1). DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v8i1.1011>.
- Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração. (2010). *Boas práticas da publicação Científica: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de Corpos Editoriais*. Retrieved from [www.anpad.org.br/diversos/boas\\_praticas.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/boas_praticas.pdf)
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Belkin, N. J. (1980). Anomalous states of knowledge as basis for information retrieval. *Canadian Journal of Information Science*, 5, pp. 133-143.
- Castedo, R. S. & Gruszynski, A. C.. (2011). A produção editorial de revistas científicas on-line: uma análise de publicações brasileiras da área da Comunicação. *Revista em Questão*, 1(17), pp. 271-287.
- Chauí, M. (2001). *O que é ideologia*. Rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense.
- Cordeiro, J. F. P. (2008). A produção em história da educação no Brasil em três periódicos: perspectivas comparadas. Recuperada em 10 de janeiro, 2016 de <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/698.pdf>.
- Cunha, J. V. A. D., Cornachione Jr, E. B., & Martins, G. D. A. (2008). Pós-graduação: o curso de doutorado em ciências contábeis da FEA/USP. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(48), pp. 6-26.
- Fiorin, J. L. (1993). *Linguagem e ideologia*. Editora Ática.
- Flick, U. (2009). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Frezatti, F., do Nascimento, A. R. & Junqueira, E. (2009). Desenvolvimento da pesquisa em Contabilidade Gerencial: as restrições da abordagem monoparadigmática de Zimmerman. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(49), pp. 6-24.

- Gomes, V. P. (2010). O Editor de Revista Científica: desafios da prática e da formação. *Informação & Informação, 1*(15), pp. 147-172. doi: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1p147>
- Gruszynski, A. C., Golin, C. & Castedo, R. (2008). Produção editorial e comunicação científica: uma proposta para edição de revistas científicas. *E-Compós, 11*(2), pp. 1-17. doi: <https://doi.org/10.30962/ec.v11i2.238>
- Jodelet, D. (1986). La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In Moscovici, S. (Ed.), *Psicología social II* (pp. 469-494). Barcelona: Ediciones Paidós.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet, D. (Org.). *As representações sociais*, (pp. 17-44). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Koch, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. Cortez Editora, 1999.
- Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In Lane, S. T. M. & Codo, W. (Eds.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Miranda, D. B. & Pereira, M. N. F. (1996). O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão da literatura. *Ciência da Informação, Brasília, 25*, pp. 375-383.
- Modesto, A. T. T. (2014). Linguagem, ideologia e preconceito linguístico na sociedade. *Revela, 2*(1), pp. 1-27.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise: resultados da pesquisa de opinião e análise teórica*. (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1961).
- Moscovici, S., (2001). Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais* (pp. 45-64). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Moscovici, S. (2012). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1989).
- Meadows, A. J. (1999). *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos.
- Morin, E. (2005). *Ciência com consciência*. (M. D. Alexandre, & M. A. Dória, Trans.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Paula, A. da S. de & Kodato, S. (2016). Psicologia Social e representações sociais: uma aproximação histórica. *Revista de Psicologia da IMED, 8*(2), pp. 200-207. doi: <https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v8n2p200-207>
- Rodrigues, R. S., Quartiero, E. & Neubert, P. (2015). Periódicos Científicos Brasileiros indexados na Web Of Science e Scopus: estrutura editorial e elementos básicos. *Informação & Sociedade: Estudos, 25*(2), pp. 117-138.
- Sá, C. P. (1993). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, pp. 19-45.
- Sandes-Guimaraes, L. V. & Diniz, E. H. (2014). Gestão de periódicos científicos: estudo de casos em revistas da área de Administração. *Revista de Administração, 49*(3), p. 449-461. doi: [10.5700/rausp1160](https://doi.org/10.5700/rausp1160)
- Santos Filho, G. M. dos (2016). A ciência é uma ideologia?. *Intelligere, Revista de História Intelectual, 2*(1), pp. 100-111. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2016.112277>
- Silva, E. A. da. (2017). Entre discursos e práticas: representações sociais de professores sobre a socialização na Educação Infantil. 2017. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.
- Targino, M. das G. (2000). Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. *Informação & Sociedade: Estudos, 10*(2), pp.37-85.
- Tragino, M. das G. (2010). Orientador ou tutor é autor? *Informação & Informação, 15*(1), pp. 145 - 156. doi: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1espp145>.

- Targino, M. C. (2016). Produção e comunicação científica como estratégias de formação profissional do cientista da informação. *Ciências da Informação*, 45(1), pp. 127-140.
- Tobochnik, J. (2008). The art of doing. *American Journal of Physics*, 76(8), p. 701.
- Trzesniak, P. (2009). A Estrutura editorial de um periódico científico. In *Publicar em Psicologia: um Enfoque para a Revista Científica* (pp. 87–102). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia; Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Vasconcellos, V. G. (2017). Editorial: a função do periódico científico e do editor para a produção do conhecimento no Direito e nas ciências criminais. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, 3(1), pp. 9-17.
- Wurman, R. S. (1992). *Ansiedade de informação*. São Paulo: Cultura. Recuperado em 19 de junho, 2015, <http://www.revistas.usp.br/rcf/about/history..>

# Autoeficácia, elementos priorizados na prospecção de carreira pública e privada e comportamento acadêmico: análise dos estudantes de Ciências Contábeis das IES públicas

## Resumo

**Objetivo:** O artigo busca verificar à luz da Teoria Social Cognitiva (TSC) a influência das crenças de autoeficácia nos elementos priorizados na prospecção de carreira pública e privada mediada pelo comportamento acadêmico dos discentes em Ciências Contábeis.

**Método:** A amostra consubstanciou-se em 309 participações de discentes de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas do Brasil e os dados foram tratados a partir de uma Modelagem de Equações Estruturais.

**Resultados:** Os resultados revelam que as crenças de autoeficácia influenciam o desempenho acadêmico. Constatou-se, também, que o comportamento acadêmico é um antecedente dos elementos priorizados na prospecção de carreira e medeia a relação entre autoeficácia e os elementos priorizados na prospecção de carreira na área privada, a partir da dimensão de domínio pessoal.

**Contribuição:** O estudo apresenta que o histórico social e as experiências passadas do sujeito conduzem para a priorização de elementos no que tange a prospecção de carreira pública ou privada. A partir dos elementos de comportamento investigados, os quais se mostraram significativos na condução da carreira tanto pública quanto privada, é possível construir iniciativas na universidade, sejam elas de pesquisa, ensino ou extensão que fomentem no discente a desejabilidade por carreiras conduzidas por experiências fidedignas advindas do ambiente universitário.

**Palavras-chave:** Crenças de Autoeficácia; Prospecção de Carreira Pública e Privada; Comportamento Acadêmico; Teoria Social Cognitiva.

## Iago França Lopes

<https://orcid.org/0000-0001-7627-4815>  
Doutorando na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR). **Contato:** Av. Prefeito Lothário Meissner, 632. Setor de Ciências Sociais. Jardim Botânico. Curitiba (PR). CEP: 80210-170.  
E-mail: [iagofrancalopes@gmail.com](mailto:iagofrancalopes@gmail.com)

## Alison Martins Meurer

<https://orcid.org/0000-0002-3704-933X>  
Doutorando na Universidade Federal do Paraná (UFPR). **Contato:** Av. Prefeito Lothário Meissner, 632. Setor de Ciências Sociais. Jardim Botânico. Curitiba (PR). CEP: 80210-170.  
E-mail: [alisonmeurer@gmail.com](mailto:alisonmeurer@gmail.com)

## 1. Introdução

Os indivíduos possuem crenças diferentes em relação às suas expectativas de carreira. Estas estão intimamente relacionadas à agência humana, ou seja, “os indivíduos são agentes proativamente engajados nos seus próprios desenvolvimentos e podem fazer com que certos resultados aconteçam pelas suas ações” (Pajares, 2018, [n.p.]). Essas ações manifestam-se por meio de características básicas de intencionalidade para desenvolvimento de competências a longo prazo. Perante isso, Lent e Brown (2013) chamam a atenção para considerar o processo cognitivo social no desenvolvimento da própria carreira profissional.

A autogestão de carreira tem sido estudada sob variados enfoques e teorias. Bastos (1997) discute a escolha e o comprometimento com a carreira na área de Administração. Já Tonin (2014) analisa de que forma as escolhas em relação à carreira e à área de atuação influenciam nas relações de comprometimento e entrenchamento de administradores com registro no Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS). Incentivados por esta corrente de pesquisa, Santos e Almeida (2018) adotam a Teoria do Comportamento Planejado (TCP) para identificar a intenção dos discentes de Ciências Contábeis em seguir carreira na área de Contabilidade. Percebe-se assim que a autogestão de carreira e o interesse pelo desenvolvimento profissional são constantes. Lamas (2017) expõe a relevância das abordagens psicológicas na explicação de tais fenômenos. Portanto, torna-se oportuno investigar a autogestão de carreira a partir de “mecanismos básicos que governam o funcionamento humano” (Bandura, Azzi & Polydoro, 2008, p.72). Assim, os elementos priorizados na prospecção de carreira pública e privada são o foco deste estudo.

O termo prospecção de carreira refere-se às preferências consideradas nas escolhas profissionais. Entre os elementos priorizados na prospecção, têm-se como exemplos a remuneração, a estabilidade e os desafios. Tais elementos possuem características distintas entre a carreira pública e privada. A área pública caracteriza-se pela estabilidade, remunerações mais altas no início da carreira e pela predefinição das atividades desenvolvidas. Por sua vez, desempenhar as atividades profissionais no setor privado envolve maior flexibilidade, nível mais elevado de desafios e oportunidades de crescimento profissional (Santos, Brandão & Maia, 2015).

Dessa forma, a Teoria Social Cognitiva (TSC) apresenta-se como lente para analisar a prospecção de carreira, ao explorar o comportamento humano seja nas formas de aprendizado, expectativas e propensão a tomada de decisão (Oliveira, Trassi, Inácio & Santos, 2016). Para Dias (2009, p. 564), “a modelação social se impõe como fonte de questionamentos e problematizações encaminhadoras de comprovações que justificam e dão corpo aos determinantes e aos mecanismos de atuação”. Nesse contexto, a autoeficácia e o comportamento acadêmico podem apresentar-se como variáveis antecedentes aos elementos atrelados à prospecção de carreira.

Dentre os principais conceitos da TSC, Bandura (2005; 1994) destaca o constructo da autoeficácia, que consiste na crença das pessoas sobre suas capacidades para produzir níveis designados de desempenho que exercem influência sobre eventos que afetam suas vidas. Assim, as crenças de autoeficácia constituem-se no principal fator que influencia o comportamento humano (Ambiel & Noronha, 2012).

Adicionalmente, na presente pesquisa o comportamento acadêmico consubstancia-se em duas dimensões: comportamento cidadão e comportamento contraproducente. A primeira caracteriza-se por atitudes realizadas de modo voluntário (Organ, 1988) e que contribuem para o bem-estar na universidade. A segunda compreende atitudes de hostilidade, autoridade, impulsividade, insensibilidade social e sentimentos de alienação que predispoem as pessoas a desafiar as regras, ignorar as expectativas sociais, evitar compromissos com outras, desengajamento e trapaça acadêmica (Hogan & Hogan, 1989; Meriac, 2012).

Logo, o comportamento praticado no ambiente universitário pode atrelar-se às crenças de autoeficácia e afetar a prospecção de carreira profissional. Por exemplo, baixos níveis de autoeficácia podem indicar preferência por empregos que tenham níveis mais elevados de estabilidade profissional. Esses questionamentos teóricos são estendidos aos estudantes de Ciências Contábeis, pois “sabe-se que para o graduado em Ciências Contábeis há amplas oportunidades de carreira, em especial aquelas que, com a regulamentação da profissão, com viés corporativista, especificam um nicho exclusivo de prática profissional” (Santos & Almeida, 2018, p. 115).

Surge, dessa forma, a seguinte questão-problema: **Qual a influência das crenças de autoeficácia nos elementos priorizados na prospecção de carreira pública e privada mediada pelo comportamento acadêmico dos discentes em Ciências Contábeis?** Assim, o objetivo do estudo consiste em verificar a influência das crenças de autoeficácia nos elementos priorizados na prospecção de carreira pública e privada mediada pelo comportamento acadêmico dos discentes em Ciências Contábeis.

Moreira, Ambiel e Nunes (2018) e Ambiel e Noronha (2012) destacam que a temática autoeficácia ainda carece de desenvolvimento empírico, ou seja, como tal característica influencia nos domínios profissionais do indivíduo. Assim oportunizam-se pesquisas sobre a temática, pois investigações como essa na área da educação em Contabilidade podem fornecer elementos que indicam vantagens e desvantagens na relação entre a autoeficácia e os aspectos considerados na prospecção de carreira. Sob outra perspectiva, esta investigação torna-se relevante por abranger acadêmicos do bacharelado em Ciências Contábeis das IES públicas de diferentes regiões do Brasil, fato que pode fornecer evidências sobre as expectativas de carreira contábil dos discentes de diferentes realidades do país.

Para as linhas de pesquisa em educação na área de Contabilidade, tem-se por expectativa incentivar a discussão a respeito do desempenho acadêmico do indivíduo na universidade, uma vez que neste estudo elucida-se que, além do desempenho, outros elementos individuais estão intimamente relacionados à postura assumida por ele dentro da universidade e frente aos desafios profissionais no que concerne à prospecção de carreira pública ou privada, ou seja, o comportamento acadêmico. Assim, discutir o comportamento acadêmico como um interveniente na relação autoeficácia e prospecção de carreira mostra aos pesquisadores que os elementos psicológicos e o histórico social do indivíduo devem ser considerados na construção do processo de ensino-aprendizagem.

Esta proposta corrobora os estudos de Santos e Almeida (2018) à medida que se avança na discussão a respeito de carreira referente aos estudantes de Contabilidade. O enfoque profissional desejado pelo discente de Ciências Contábeis do Brasil, em termos de vantagens e condições, são contribuições diretas do estudo, visto que se investiga a sua compatibilidade em conjunto com o comportamento acadêmico e as crenças de autoeficácia.

## 2. Referencial Teórico e Hipóteses da Pesquisa

### 2.1 Teoria Social Cognitiva

A Teoria Social Cognitiva (TSC) advém das obras de Bandura (1977; 1982) e enfoca que o sujeito é responsável pelo próprio desenvolvimento e interage com as situações cotidianas da sua vida a partir de uma visão intencional. A TSC caracteriza-se por dois aspectos: reconhece que os indivíduos possuem agência e desenvolve o conceito de crenças de autoeficácia. A TSC defende que a capacidade de adaptação e mudança dos sujeitos está nos processos cognitivos, vicários, autoregulatórios e autoreflexivos. A partir dessa lente, o ser humano é observado como produto das interações entre influências pessoais, comportamentais e ambientais (Bandura, 1986; Pajares, 2018, [n.p.]).

A TSC fornece diferentes perspectivas aos pesquisadores que buscam compreender e verificar o processo de aprendizagem e tomada de decisão. Nesse contexto, as crenças de autoeficácia têm sido observadas em diferentes escopos e etapas do curso de vida (Fontes & Azzi, 2012). Na Tabela 1, elucidam-se os componentes que permeiam a TSC.



Tabela 1

**Elementos da Teoria Social Cognitiva**

Elementos	Descrição
<b>1 Agência Humana</b>	“Os indivíduos são agentes proativamente engajados nos seus próprios desenvolvimentos e podem fazer com que certos resultados aconteçam pelas suas ações” (Pajares, 2018, [n.p.]).
1.1 Intencionalidade	Capacidade de fazer planos e visualizar estratégias de ação para realizá-los (Bandura, 2008).
1.2 Antecipação	O indivíduo cria objetivos para si mesmo, prevê os resultados prováveis de seus atos, guia e motiva seus esforços (Bandura, 2008).
1.3 Autorregulação	A capacidade do organismo produzir discrepâncias em relação a um padrão esperado e de criar um sistema reativo que possibilite a redução dessas discrepâncias (Bandura, 2006).
1.4 Reflexão	Capacidade por meio da qual o indivíduo reflete sobre o valor e o significado de suas ações, fazendo ajustes, quando necessários (Bandura, 2008).
<b>2 Crenças de autoeficácia</b>	Crenças que os indivíduos têm em sua própria capacidade de organizar e executar determinado curso de ação para alcançar determinado resultado (Bandura, 1977; 1997).
2.1 Aprendizagem Reflexiva/ Modelação social	A observação de outros atuando como modelos bem-sucedidos permite que o indivíduo identifique conhecimentos e habilidades para lidar com as exigências do meio (Bandura, 2004).
2.2 Persuasão Social/ Persuasão Verbal	Quando as pessoas são persuadidas para obter sucesso, elas confiam mais em sua capacidade e afastam-se de situações nas quais podem falhar; além disso, não se envolvem em pensamentos que intensificam as dúvidas sobre sua própria capacidade (Bandura, 2004).
2.3 Estados emocionais (Positivos/Negativos)	As pessoas também julgam suas capacidades em função de seus estados emocionais, fazendo leituras de sua tensão, ansiedade e depressão como sinais de sua deficiência pessoal.
2.4 Experiências de maestria/ Domínio Pessoal	As experiências de domínio em relação ao exercício de alguma atividade ou habilidade apresentadas como o mais efetivo recurso para fortalecer crenças de autoeficácia.

Fonte: elaborado a partir de Fontes e Azzi (2012, p. 106-107) e Pajeres (2018[n.p.]).

A partir da Tabela 1, verifica-se que a Agência Humana é consubstanciada no poder do indivíduo em se engajar para realizar suas próprias escolhas, seja por meio da intencionalidade, antecipação, autorregulação ou reflexão. Já as crenças de autoeficácia, objeto deste estudo, é corporizada pela aprendizagem reflexiva/ modelação social realizada por meio da observação social; persuasão social/persuasão verbal em que o indivíduo confia na própria capacidade de obter sucesso; estados emocionais, que engloba as emoções do indivíduo no momento da tomada de decisão; e as experiências de maestria/domínio pessoal que diz respeito as experiências de sucesso que propulsionam a autoeficácia (Fontes & Azzi, 2012; Pajeres, 2018).

Algumas investigações adotam a TSC com o objetivo de testar a capacidade de mediação das crenças de autoeficácia nos relacionamentos entre fatores ambientais, comportamentais e a aprendizagem humana (Bandura, 1997; Duffy, Douglass & Autin, 2015). Dessa forma, Pajeres (2018) expõe que o ambiente e os sistemas sociais influenciam o comportamento humano. A TSC defende que fatores como condições econômicas, *status* socioeconômico e estruturas educacionais e familiares não afetam o comportamento humano diretamente. Em vez disso, interferem no comportamento humano à medida que influenciam as crenças de autoeficácia. Logo, crenças de autoeficácia também são suscetíveis de se relacionar ao comportamento acadêmico (Zimmerman, 2000; Bong & Skaalvik, 2003; Oliveira & Soares, 2011) e a prospecção de carreira de discentes (Chung, 2002).

## 2.2 Relação das crenças de autoeficácia com o comportamento acadêmico

Ambiel e Noronha (2012) afirmam que as crenças de autoeficácia são relevantes na condução do comportamento humano, uma vez que se impõe como fator norteador do desenvolvimento dos planos e das atividades a serem desempenhadas para o cumprimento dos objetivos e metas traçadas. Zimmerman (2000) descreve o papel da autoeficácia no comportamento do sujeito em termos de motivações e aprendizagem, sendo que “estas crenças de autoeficácia fornecem a base para a motivação, bem-estar e realização pessoal em todas as áreas da vida. Deste modo, jovens mais motivados são otimistas, mais perseverantes, o que faz com que possuam melhores desempenhos acadêmicos” (Santos, 2017, p. 29).

Acredita-se haver relação entre as crenças de autoeficácia e o comportamento adotado no ambiente acadêmico, à medida que Cretu e Burcas (2014) destacam que os níveis de autoeficácia relacionam-se negativamente e de forma significativa com comportamentos contraproducentes, e Isac, Maslowski, Creemers e Van Der Werf (2013) afirmam que as características pessoais, tais como a autoeficácia, estão atrelados ao comportamento cidadão dos estudantes. Guiados pelos argumentos apresentados, formulou-se a primeira hipótese da pesquisa:

**H<sub>1</sub>:** As crenças de autoeficácia influenciam positivamente o comportamento acadêmico cidadão e negativamente o comportamento contraproducente dos alunos de Ciências Contábeis da amostra.

## 2.3 Relação entre o comportamento acadêmico e a prospecção de carreira

A literatura de desempenho e comportamento acadêmico tem reconhecido a importância de se considerarem os elementos psicológicos para o alcance de resultados satisfatórios (Zimmerman, 2000). Por outro lado, Bardagi, Lassance e Paradiso (2003) afirmam que as informações sobre as características, comportamentos e necessidades dos estudantes universitários brasileiros é escassa.

Bardagi, Lassance e Paradiso (2003) investigaram as trajetórias acadêmicas, satisfação com a escolha profissional e expectativas profissionais de universitários brasileiros. Os resultados da pesquisa apontam que o envolvimento dos discentes com as atividades acadêmicas desempenha função relevante na satisfação com a escolha profissional. Além disso, as “atividades acadêmicas, um estágio ou trabalho que permitam o desempenho de tarefas relativas ao campo escolhido podem facilitar a tomada de decisão e a cristalização da escolha” (Bardagi, Lassance & Paradiso, 2003, p. 161).

Duffy, Douglass e Autin (2015) examinaram a relação entre quatro componentes de adaptabilidade profissional – preocupação, controle, curiosidade e confiança – e satisfação acadêmica. Os resultados advindos da pesquisa com 412 estudantes de graduação revelam que a autoeficácia e a violação do trabalho apresentam-se como variáveis mediadoras da relação entre adaptabilidade profissional e satisfação acadêmica.

Assim, ao avaliar o interesse de carreira dos estudantes é preciso considerar o comportamento acadêmico, pois as atividades relacionadas à escolha profissional representam um conjunto de habilidades, conhecimentos e comportamentos que são observados no ambiente universitário e refletem no âmbito profissional (Meriac, 2012). Partindo desses argumentos, formulou-se a segunda hipótese da pesquisa:

**H<sub>2</sub>:** O comportamento acadêmico está significativamente relacionado com os elementos priorizados na prospecção de carreira profissional dos alunos de Ciências Contábeis da amostra.

Entretanto, o comportamento acadêmico não é o único antecedente que possui capacidade para influenciar a prospecção de carreira, uma vez que este também está subscrito às crenças de autoeficácia (Zimmerman, 2000; Bong & Skaalvik, 2003; Oliveira & Soares, 2011). Assim, o fato de o sujeito possuir fortes crenças de autoeficácia e comportamento acadêmico satisfatório pode influenciar sua prospecção de carreira na área de Contabilidade. Neste caso, deve-se investigar a possível posição mediadora que o comportamento acadêmico ocupa na relação entre as crenças de autoeficácia e os elementos priorizados na prospecção de carreira.

## 2.4 Relação entre as crenças de autoeficácia e a prospecção de carreira mediada pelo comportamento acadêmico

O compromisso e a implementação de planos de carreira estão relacionados ao nível de crenças de autoeficácia do sujeito na tomada de decisão (Chung, 2002). Dessa forma, “há especial interesse em conhecer como tais crenças poderiam atuar como facilitadores e atenuantes das diversas pressões proporcionadas pelo meio ambiente, algumas delas hostis e desvantajosas para a adaptação” (Fontes & Azzi, 2012, p. 106), como a incerteza com a carreira, destacada pela *University of California*, Berkeley (2014), como o primeiro item a causar angústia e depressão entre os estudantes.

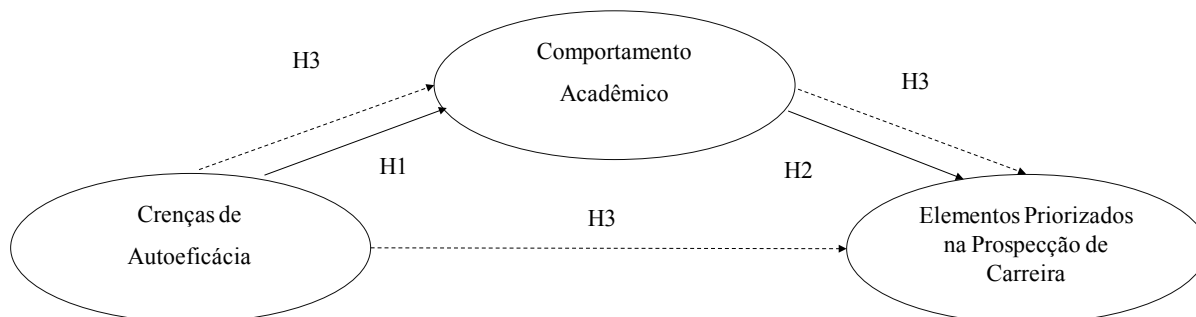
As diferentes características dos setores públicos e privados podem ser priorizados a partir das crenças de autoeficácia. Sales, Xavier Filho e Damascena (2017) citam aptidões que direcionam a escolha de carreira do indivíduo. Para os autores, alguns direcionam suas escolhas por aptidões técnicas, gerenciais, pela autonomia da área de atuação ou pela segurança/estabilidade, enquanto outros priorizam a criatividade, desafios, estilo de vida ou dedicação a causa. Nesse contexto, a área pública e a área privada diferem quanto a esses elementos, a exemplo, da área pública, que tende a oferecer maior estabilidade/segurança, enquanto a área privada propicia maiores desafios (Santos, Brandão & Maia, 2015), sendo que a autoeficácia pode interferir nestes elementos priorizados (Chung, 2002).

Betz e Hackett (1981) reconhecem que as crenças de autoeficácia estão relacionadas às capacidades educacionais e ocupacionais, à natureza e ao alcance da carreira desejada. Betz e Voyten (1997) realizaram uma pesquisa com 350 alunos de psicologia, com a proposta de explorar como a autoeficácia e as expectativas de resultados com a carreira contribuem à compreensão da indecisão profissional. Os resultados revelam que a autoeficácia apresenta-se como preditora da indecisão profissional. Assim, as implicações da pesquisa mostram a necessidade de se considerarem os componentes das crenças de autoeficácia no desenvolvimento da aprendizagem. Coimbra (2010, p. 64) cita que “as crenças de autoeficácia parecem ser determinantes para as metas que são estabelecidas e as escolhas que são feitas [...] para as estratégias empreendidas [...] e para a interpretação dos resultados e o seu impacto [...]”. Assim, o comportamento acadêmico e os elementos priorizados na prospecção de carreira mostram-se como consequentes da autoeficácia.

Chung (2002) pesquisou 165 estudantes da Universidade, em Baton Rouge, e encontrou correlação positiva entre autoeficácia e compromisso com a carreira. Estudantes que possuíam níveis mais elevados de autoeficácia exibiam maior compromisso com aspectos profissionais. Os resultados do estudo reforçam a importância da autoeficácia na tomada de decisão e nos aspectos considerados na escolha da profissão. Desse modo, a autoeficácia possivelmente pode atuar como elemento antecedente nas relações analisadas nesta pesquisa, uma vez que há estudos (Betz & Luzzo, 1996; Multon, Brown & Lent, 1991) que apoiam fortemente o papel da autoeficácia como preditora do comportamento acadêmico e das intenções e aspectos considerados na decisão e/ou prospecção de carreira. Dessa forma, reconhecendo o indivíduo como resultado da dinâmica de influências pessoais e ambientais apresenta-se a terceira hipótese de pesquisa:

**H<sub>3</sub>:** O comportamento acadêmico medeia a relação entre as crenças de autoeficácia e os elementos priorizados na prospecção de carreira por alunos de Ciências Contábeis da amostra.

Com base nas hipóteses elencadas, a Figura 1 ilustra o modelo teórico proposto.



**Figura 1.** Modelo teórico da pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da Figura 1, depreende-se que o comportamento acadêmico medeia a relação entre as crenças de autoeficácia e os elementos priorizados na prospecção de carreira dos alunos do curso de Ciências Contábeis de IES públicas. Assim, tem-se por premissa que o comportamento acadêmico mostra-se como um interveniente relevante na condução dos elementos que serão priorizados por discentes de Contabilidade de IES pública na construção da carreira seja ela pública ou privada, à medida que se considera também o seu histórico social, visto que a autoeficácia representa um processo de construção social do indivíduo.

### 3 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa descritiva possui abordagem quantitativa e foi operacionalizada por meio de uma *survey*, tendo como população os discentes matriculados nas 142 IES públicas listadas no portal do Ministério de Educação (MEC) e que oferecem o curso de Ciências Contábeis. O processo de coleta de dados deu-se por meio de um questionário disponibilizado aos respondentes em 7 novembro e encerrado em 18 dezembro de 2017. As participações foram realizadas por meio de plataforma *on-line*, sendo o convite enviado via *e-mail* às coordenações e núcleos dos cursos de Ciências Contábeis das referidas IES, no qual foi solicitado o encaminhamento para os alunos matriculados nos dois últimos anos do curso de Ciências Contábeis.

O instrumento construído compõe-se de três blocos (Apêndice A). O primeiro, relacionado aos elementos priorizados na prospecção de carreira, é elaborado com base nos estudos de Gabris e Simo (1995) e Santos, Brandão e Maia (2015). No que tange o estudo de Gabris e Simo (1995), a adaptação derivou de características relacionadas a carreiras públicas e privadas. Quanto ao estudo de Santos, Brandão e Maia (2015), optou-se por ele, uma vez que os autores investigaram a escolha de carreira pública e privada a partir de uma teoria da área de finanças. Nesse bloco, o respondente deveria indicar o grau de importância atribuído para os seguintes elementos inerentes a prospecção de carreira: segurança e estabilidade; autonomia; remuneração fixa; flexibilidade; realizar tarefas predefinidas e rotineiras; existência de um elevado nível de desafios; existência de um elevado nível de cobrança por parte dos supervisores; e oportunidade de crescimento profissional.

O segundo bloco refere-se ao comportamento acadêmico. As questões deste bloco foram constituídas à luz dos estudos de Hakstian, Farrell e Tweed (2002), Morphew e Hartley (2006), Schmitt, Oswald, Friede, Imus e Merritt, S. (2008), Okafor (2011) e Meriac (2012). O comportamento acadêmico contempla-se em dois constructos de segunda ordem pouco utilizados em estudos na área de Contabilidade, denominados “comportamento cidadão” e “comportamento contraproducente”. O terceiro bloco consiste nas assertivas referentes a crenças de autoeficácia na administração da carreira profissional. Estas foram elaboradas a partir das discussões de Lent, Ireland, Penn, Morris, Sappington (2017) e mensuram as cinco dimensões do constructo, sendo: domínio pessoal, persuasão verbal, aprendizagem reflexiva, emoções positivas e emoções negativas. A Tabela 2 apresenta os constructos da pesquisa.

Tabela 2

**Constructos da pesquisa**

Blocos de Questões		Elementos	Dimensões*
1º Elementos inerentes a prospecção de carreira		Autonomia	Privada
		Flexibilidade	
		Existência de um elevado nível de desafios	
		Oportunidade de crescimento profissional	
		Segurança e estabilidade	Pública
		Remuneração fixa	
		Realizar tarefas pré-definidas e rotineiras	
		Existência de um elevado nível de cobrança por parte dos supervisores	
Bloco de Questões		Constructos de Segunda Ordem	
2º Comportamento acadêmico		Comportamento Cidadão	
		Comportamento Contraproducente	
Bloco de Questões		Dimensões	
3º Crenças de autoeficácia na administração da carreira profissional		Domínio pessoal	
		Persuasão verbal	
		Aprendizagem reflexiva	
		Emoções positivas	
		Emoções negativas	

\* As dimensões dos elementos inerentes a prospecção de carreira está consubstanciada em dois procedimentos adotados pelos pesquisadores. Primeiro, no instrumento de pesquisa por meio de uma questão questionou-se o interesse do respondente pela carreira pública ou privada. Segundo, após os dados coletados, os itens foram submetidos a análise fatorial exploratória. A partir destes procedimentos observou-se alinhamento entre o interesse do respondente por uma das carreiras e as suas respectivas características, as quais foram preenchidas no instrumento de pesquisa.

Fonte: elaborado pelos autores.

O questionário passou por um processo de validação cíclica com cinco especialistas. O primeiro avaliador-doutora em Contabilidade e pesquisadora da área de ensino teve como premissa na sua avaliação a voz do sujeito na assertiva. Por exemplo: *ex ante* (i) - Ajudo novos alunos se sentir bem-vindos na universidade, *ex post* (i) Eu ajudo novos alunos a se sentirem bem-vindos na universidade. O segundo e o terceiro - avaliadores, professores de pós-graduação em Contabilidade e pesquisadores da área de ensino, - observaram aspectos mecânicos, propondo modificações pontuais inerentes a estrutura do instrumento. O quarto avaliador - profissional da Psicologia -, realizou a avaliação de conteúdo, bem como da reação e comportamento, a partir de conceituações cognitivas, elementos culturais, pensamentos automáticos e nucleares que envolvem as possíveis crenças do respondente frente ao instrumento. Por fim, o quinto avaliador, especialista e mestre em Contabilidade com mais de cinco anos de experiência docente, realizou a validação de face, na qual todas as assertivas foram lidas na presença dos pesquisadores e discutidas quanto ao seu objetivo e compreensão.

A forma de mensuração dos blocos deu-se a partir de escala numérica de sete pontos. Por meio de uma pergunta filtro, foram excluídas as participações de respondentes com perfil diferente do almejado - alunos que não cursavam os dois últimos anos do curso de graduação. O levantamento resultou em 309 questionários preenchidos e válidos para a realização do estudo, sendo a amostra caracterizada por aspectos não probabilísticos. A Tabela 3 mostra a caracterização dos respondentes.

Tabela 3

**Perfil dos Respondentes**

<b>Gênero</b>	<b>%</b>	<b>Região do País</b>	<b>%</b>
Feminino	59,22	Centro-Oeste	6,47
Masculino	40,78	Nordeste	5,18
<b>Idade</b>	<b>%</b>	<b>Região do País</b>	<b>%</b>
Até 21 anos	32,36	Norte	6,80
De 22 anos até 24 anos	23,30	Sudeste	16,83
De 25 anos até 29 anos	20,39	Sul	64,72
De 30 anos até 52 anos	23,95	<b>Atualmente trabalha na área contábil?</b>	<b>%</b>
		Não	40,13
		Sim	59,87
<b>Área de atuação profissional</b>			<b>%</b>
Privada	65,05	Pública	34,95
Pretende atuar ou continuar atuando em qual área profissional?			%
Privada	32,04	Pública	38,83
Terceiro Setor	0,65	Indecisos e Outros	28,48

Fonte: dados da Pesquisa.

Com os dados da pesquisa coletados, utilizou-se a técnica de Análise Fatorial Exploratória para formar as dimensões dos construtos dos elementos priorizados na prospecção de carreira. Assim, a primeira dimensão agrupou os itens referentes a segurança e estabilidade; remuneração fixa; realizar tarefas predefinidas e rotineiras; e existência de um elevado nível de cobrança por parte dos supervisores, sendo apontado na literatura como características da área pública. A segunda dimensão consubstanciou os itens de autonomia; flexibilidade; existência de um elevado nível de desafios; e oportunidade de crescimento profissional, alinhadas as características da área privada. A primeira dimensão do constructo de primeira ordem “Elementos Priorizados na Prospecção de Carreira” foi denominada de “Carreira Pública” e a segunda dimensão de “Carreira Privada”, ambas agrupando seus respectivos itens.

Em seguida, empregou-se a técnica de Modelagem de Equações Estruturais (*Structural Equation Modeling* - SEM), a qual “envolve a avaliação simultânea de múltiplas variáveis e seus relacionamentos” (Hair Jr, Gabriel & Patel, 2014, p. 45). Para a análise estatística dos dados, foi utilizado o *software R Studio*® versão 1.0.153.

As recomendações de Hair Jr, Hult, Ringle e Sarstedt (2014) inferem que, para um modelo de cinco caminhos estruturais (maior número de setas que estão ligadas a uma variável), com um  $\alpha = 0,01$  de significância e um  $R^2$  mínimo de 0,10, precisa-se de um tamanho de amostra de 205 respondentes. Neste ensejo, acredita-se que a amostra da pesquisa de levantamento com 309 respostas válidas atende aos pressupostos para a análise por meio do *Partial Least Squares* (PLS). De modo complementar, Ringle, Silva e Bido (2014), recomendam que, para utilizar a modelagem SEM, pode-se também estimar o tamanho da amostra pelo *software G\*Power 3.1*. Assim, a partir de um poder (*power* ( $1 - \beta$  *err prob*)) de 0,95, *effect size*  $f^2$  mediano = 0,10 e com um  $\alpha$  *err prob* = 0,01 de significância a amostra mínima é de 266 participações. Dessa forma, conforme as recomendações de Hair Jr *et al.* (2014) e Ringle, Silva e Bido (2014) a amostra do estudo mostra-se adequada para a análise por meio do PLS, via *bootstrapping*.

Quanto aos procedimentos adotados nesta investigação para a análise da mediação, Vieira (2009) expõe que a mediação pode ser verificada de três formas, a saber: (i) análise passo a passo dos caminhos; (ii) diferença entre coeficientes; e (iii) produto dos coeficientes. Optou-se pela análise passo a passo dos caminhos, a partir das condições estabelecidas por Baron e Kenny (1986) e utilizadas por Santos e Beuren (2017).

## 4. Análise e Discussão dos Resultados

### 4.1 Modelo de mensuração e estatística descritiva

A análise do modelo de mensuração é guiada inicialmente pela verificação da confiabilidade dos indicadores individuais, seguida da avaliação da validade convergente; e por fim, avalia-se a validade discriminante (Hair Jr *et al.*, 2014). Para avaliar a confiabilidade de consistência interna Sanchez (2013) indica analisar o *DG. Rho* de Dillon-Goldstein e verificar o primeiro autovalor da matriz de correlação e o segundo autovalor. Assim, as recomendações apontam que o *DG. Rho* apresente valores superiores a 0,70. Para a avaliação do primeiro autovalor e do segundo, recomenda-se que o primeiro seja maior que 1 e o segundo menor que 1 (Sanchez, 2013).

A validade convergente analisa a Variância Média Extraída (VME), a qual deve apresentar valores superiores a 0,50 ( $VME > 0,50$ ) (Ringle, Silva & Bido, 2014). Na Tabela 4 apresentam-se as correlações existentes entre os constructos e os dados de confiabilidade interna do modelo de mensuração proposto para esta investigação.

Tabela 4

**Modelo de mensuração e estatísticas descritivas**

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	1,000								
2	0,685	1,000							
3	0,440	0,573	1,000						
4	0,676	0,551	0,444	1,000					
5	-0,125	0,004	0,110	-0,250	1,000				
6	0,400	0,365	0,296	0,382	-0,109	1,000			
7	-0,171	0,098	0,059	-0,155	0,213	-0,020	1,000		
8	0,348	0,258	0,235	0,219	0,093	0,248	0,079	1,000	
9	0,529	0,422	0,358	0,427	-0,042	0,357	-0,025	0,503	1,000
DG. Rho > 0,70	0,939	0,957	0,916	0,951	0,879	0,873	0,788	0,810	0,828
1º Auto Valor > 1,00	3,17	3,39	2,93	3,32	2,12	3,25	2,14	2,09	2,19
2º Auto Valor < 1,00	0,334	0,281	0,575	0,291	0,514	0,886	0,943	0,960	0,740
VME > 0,50	0,793	0,846	0,733	0,829	0,685	0,530	0,423	0,521	0,545

1 = Domínio pessoal; 2 = Persuasão verbal; 3 = Aprendizagem Reflexiva; 4 = Emoções positivas; 5 = Emoções negativas; 6 = Comportamento Cidadão; 7 = Comportamento Contraproducente; 8 = Carreira Pública; 9 = Carreira Privada.

Fonte: dados da pesquisa.

A partir da Tabela 4, é possível observar as correlações de *Pearson* entre os constructos. A variável comportamento cidadão (6) apresentou associação diretamente proporcional com as crenças de autoeficácia nas dimensões de domínio pessoal ( $r = 0,400$ ), persuasão verbal ( $r = 0,365$ ), aprendizagem reflexiva ( $r = 0,296$ ) e emoções positivas ( $r = 0,382$ ). As emoções negativas (5) associaram-se negativamente com a carreira pública ( $r = -0,042$ ), com o comportamento cidadão ( $r = -0,109$ ), domínio pessoal ( $r = -0,125$ ) e emoções positivas ( $r = -0,250$ ).

A variável comportamento contraproducente (7) mostrou-se associada de modo positivo com as crenças de autoeficácia nas dimensões de persuasão verbal ( $r = 0,098$ ), aprendizagem reflexiva ( $r = 0,059$ ), emoções negativas ( $r = 0,213$ ) e na prospecção de carreira pública ( $r = 0,079$ ). As relações inversamente proporcionais quanto a esta variável estão registradas nas crenças de autoeficácia nas dimensões de domínio pessoal ( $r = -0,171$ ) e emoções positivas ( $r = -0,115$ ). Quanto ao comportamento cidadão (6), existe uma relação inversamente proporcional com a dimensão de emoções negativas ( $r = -0,109$ ) das crenças de autoeficácia e o comportamento contraproducente ( $r = -0,020$ ).

Para encerrar a análise de adequação do modelo, verifica-se a validade discriminante. Este item pode ser observado a partir do critério de Fornell e Larcker (1981), em que “as raízes quadradas das VMEs devem ser maiores que as correlações entre os dois constructos” (Ringle, Silva & Bido, 2014, p. 65) e a partir do critério da Matriz *Crossloadings* em que as cargas dos indicadores devem ser maiores com suas próprias variáveis latentes (Sanchez, 2013). Dessa forma, apresenta-se a Tabela 5, a qual descreve os mínimos e máximos da Matriz *Crossloadings*, ou cargas fatoriais cruzadas.

Tabela 5

**Validade Discriminante - Matriz *Crossloadings***

Validade Discriminante	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Cargas Cruzadas (Mínimas)	-0,170	-0,110	0,010	-0,264	-0,332	-0,136	-0,206	-0,009	-0,066
Cargas Cruzadas (Máximas)	0,655	0,659	0,510	0,664	0,223	0,380	0,180	0,438	0,417
Construto Associado (Mínimas)	<b>0,875</b>	<b>0,894</b>	<b>0,748</b>	<b>0,892</b>	<b>0,724</b>	<b>0,609</b>	<b>0,540</b>	<b>0,544</b>	<b>0,708</b>
Construto Associado (Máximas)	<b>0,909</b>	<b>0,940</b>	<b>0,893</b>	<b>0,937</b>	<b>0,934</b>	<b>0,858</b>	<b>0,745</b>	<b>0,812</b>	<b>0,772</b>

1 = Domínio pessoal; 2 = Persuasão verbal; 3 = Aprendizagem; 4 = Emoções positivas; 5 = Emoções negativas; 6 = Comportamento Cidadão; 7 = Comportamento Contraproducente; 8 = Carreira Pública; 9 = Carreira Privada.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os valores das *crossloadings* mostram-se adequados às recomendações de Chin (1998), ou seja, cargas fatoriais dos constructos associados mostram-se superiores a 0,70 e maiores que os mínimos e máximos dos constructos cruzados. Dessa forma, perfazendo as recomendações em termos dos parâmetros de adequação do modelo de mensuração, é possível prosseguir com a análise.



## 4.2 Avaliação do modelo estrutural e avaliação das hipóteses

A segunda etapa da aplicação da Modelagem de Equações Estruturais está na avaliação do modelo de mensuração. Para tal, na Tabela 6, apresentam-se os coeficientes de caminho e as significâncias das relações, com base nos dados obtidos pelo método *bootstrapping*.

Tabela 6

### Coeficientes de caminhos e significância das relações

	Hipóteses	Coeficiente	Erro	t-valor	p-valor	Decisão
H1	Dom. Pes. > C. Cid.	0,177	0,080	0,000	0,028**	Rejeita-se
	Pers. > C. Cid.	0,107	0,077	0,000	0,167	
	Aprend. Ref. > C. Cid.	0,100	0,065	0,000	0,124	
	Em. Pos. > C. Cid.	0,142	0,074	0,000	0,057*	
	Em. Neg. > C. Cid.	-0,062	0,055	0,000	0,259	
	Dom. Pes. > C. Con.	-0,140	0,086	0,000	0,105	
	Pers. > C. Con.	-0,065	0,083	0,000	0,436	
	Aprend. Ref. > C. Con.	0,166	0,069	0,000	0,017**	
	Em. Pos. > C. Con.	-0,057	0,080	0,000	0,476	
	Em. Neg. > C. Con.	0,162	0,058	0,000	0,006***	
H2	C. Cid. > C. Púb.	0,130	0,058	0,000	0,027**	Aceita-se
	C. Cid. > C. Priv.	0,146	0,053	0,000	0,000***	
	C. Con. > C. Púb.	0,105	0,054	0,000	0,055*	
	C. Con. > C. Priv.	0,044	0,049	0,000	0,000***	

Nota: Dom. Pes. = Domínio pessoal; C. Cid = Comportamento Cidadão; Pers. = Persuasão verbal; Aprend. Ref. = Aprendizagem Reflexiva; Em. Pos = Emoções positivas; Em. Neg. = Emoções negativas; C. Con. = Comportamento Contraproducente. C. Púb. = Carreira Pública; C. Priv. = Carreira Privada.

\*p < 0,10; \*\* p < 0,05; \*\*\* p < 0,01.

Fonte: dados da pesquisa.

A partir da Tabela 6, são analisadas as hipóteses da pesquisa e, conseqüentemente, tomam-se decisões. A H<sub>1</sub> prevê que as crenças de autoeficácia influenciam positivamente o comportamento acadêmico cidadão e negativamente o comportamento contraproducente dos alunos de Ciências Contábeis da amostra. A natureza dessa relação sugere efeito positivo e significativo direto do domínio pessoal ( $\beta = 0,177$ ; *p-value* < 0,05) e das emoções positivas ( $\beta = 0,142$ ; *p-value* < 0,10) no comportamento cidadão. Ainda infere-se efeito positivo e significativo da aprendizagem reflexiva ( $\beta = 0,166$ ; *p-value* < 0,05) e das emoções negativas ( $\beta = 0,162$ ; *p-value* < 0,01) no comportamento contraproducente. Assim, rejeita-se a H<sub>1</sub>, visto que algumas dimensões da autoeficácia relacionam-se positivamente com o comportamento contraproducente.

A análise dos efeitos diretos que caracterizam a H<sub>1</sub> indica que as dimensões das crenças de autoeficácia devem ser consideradas no comportamento dos alunos da amostra em função da sua capacidade de moldar o comportamento cidadão e contraproducente, nas dimensões relacionadas ao domínio pessoal, emoções positivas e negativas e aprendizagem reflexiva.

Depreende-se, com parcimônia, que as crenças de autoeficácia nas suas dimensões pessoais, emoções positivas e negativas e de aprendizagem reflexiva podem ser vistas como preditoras do comportamento acadêmico dos estudantes de Ciências Contábeis. Desse modo, a capacidade de o indivíduo coordenar e seguir seus próprios objetivos e planos podem conduzir a um comportamento acadêmico desejado e satisfatório. Assim, estudantes autoefetivos participam mais prontamente, trabalham mais, persistem mais tempo e têm menos reações emocionais adversas quando encontram dificuldades do que aqueles que duvidam de suas capacidades (Bandura, 1997).

Sob a lente da TSC, a relação parcialmente significativa e com efeito positivo das crenças de autoeficácia no comportamento acadêmico dos alunos de Ciências Contábeis da amostra ilustram que os sujeitos que possuem emoções negativas e/ou desenvolve sua aprendizagem a partir de uma postura reflexiva em vez de se desenvolverem a partir de uma postura ativa tendem a manifestar comportamentos contraproducentes. Tais evidências divergem de Cretu e Burcas (2014) e conduzem a rejeição de  $H_1$ , à medida que a autoeficácia pode se relacionar positivamente a comportamentos contraproducentes. Nesse sentido, é relevante abordar o constructo da autoeficácia de modo multidimensional, visto que as diferentes formas de autoeficácia possuem especificações e podem indicar domínios a serem explorados em ações universitárias com intuito de interferir na postura do discente no ambiente acadêmico.

A  $H_2$  propõe que o comportamento acadêmico influencia positivamente os elementos priorizados na prospecção de carreira pelos alunos que compõem a amostra. Os resultados da Tabela 4 indicam que o comportamento cidadão influencia os elementos alinhados a prospecção de carreira pública ( $\beta = 0,130$ ;  $p\text{-value} < 0,05$ ) e privada ( $\beta = 0,146$ ;  $p\text{-value} < 0,01$ ). Infere-se ainda que o constructo de comportamento acadêmico denominado de comportamento contraproducente apresentou relação significativa com a escolha de carreira pública ( $\beta = 0,105$ ;  $p\text{-value} < 0,10$ ) e privada ( $\beta = 0,044$ ;  $p\text{-value} < 0,01$ ). Assim, aceita-se  $H_2$ . Dessa forma, o comportamento acadêmico passa a ser observado pelos discentes e pelas IES públicas como determinante nos elementos considerados na prospecção de carreira dos estudantes.

A aceitação da  $H_2$  corrobora para a literatura que investiga o comportamento acadêmico na área de Contabilidade, abrindo novas lacunas para compreender os elementos que influenciam a prospecção de carreira, considerando o comportamento acadêmico. As lacunas proporcionadas pela aceitação da  $H_2$  estão consubstanciadas em discutir os antecedentes do acadêmico na prospecção de carreira. Todo arcabouço já discutido em termos históricos dos estudantes (família, renda, grau de instrução dos pais, entre outros) corroboram para a prospecção de carreira? Essas e outras questões são oportunas para discussão em estudos futuros, a partir das evidências expostas nesta investigação.

Bardagi, Lassance e Paradiso (2003) destacam que o envolvimento acadêmico dos 319 estudantes universitários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com atividades acadêmicas contribuiu para a tomada de decisão quanto à escolha profissional. Nesse sentido, tais discussões alinham-se aos achados desta pesquisa, à medida que é reconhecido que o comportamento cidadão e o contraproducente desenvolvidos no ambiente universitário influenciam os elementos priorizados na prospecção de carreira. O comportamento cidadão está relacionado com participações em centros acadêmicos, diretórios, receptividade de novos alunos, compromisso e envolvimento em ações cívicas com a comunidade externa, entre outras ações que o discente pode se envolver que mostraram influenciar a prospecção de carreira pública e privada.

A constatação de que existe influência do comportamento acadêmico na prospecção de carreira comumente deve ser visualizada em campo não puramente voltado para a formação profissional, mas também voltado para a construção do caráter e do próprio comportamento humano, conforme preconizada pela TSC. O fato de ambos comportamentos exercerem influência significativa na prospecção de carreira evidencia que atitudes abordadas no contexto universitário podem ser capazes de estarem atreladas com as características do âmbito público ou privado, que, segundo Santos, Brandão e Maia (2015), diferem entre si em termos de assumir desafios, priorizar a estabilidade profissional, ter autonomia para tomada de decisão e ter oportunidades de crescimento profissional.

O comportamento cidadão apresentou maior relação com os elementos que caracterizam a carreira profissional privada, enquanto no comportamento contraproducente deu-se com os elementos da carreira pública. Nessa conjuntura, discentes mais engajados e que manifestam com maior intensidade ações cidadãs podem priorizar a carreira privada por proporcionar desafios, flexibilidade, autonomia e oportunidades para correr riscos e crescer no campo profissional. Os discentes que visam atalhos para alcançar seus objetivos no meio acadêmico a partir de comportamentos contraproducentes, podem priorizar a estabilidade e atividades mais rotineiras a fim de minimizar os riscos na carreira profissional.

Por outro lado, as pesquisas em Contabilidade, por vezes, têm mensurado o comportamento acadêmico a partir de uma corrente puramente objetiva. Assim, os achados deste estudo colaboram para fortalecer abordagens teóricas alternativas, que também possuem capacidade de influenciar as prospecções de carreira, nestas condições as dos discentes da área de Ciências Contábeis que compõem a amostra.

A  $H_3$  propõe que o comportamento acadêmico medeia a relação entre as crenças de autoeficácia e a prospecção de carreira dos alunos de Ciências Contábeis da amostra. Assim, na Tabela 7, apresentam-se comparativos entre os modelos.

Tabela 7

**Comparativo entre os modelos - Modelo sem Mediação e Modelo com Mediação considerando Comportamento Acadêmico**

Hipótese	Efeito Coef.	Modelo com Mediação considerando Comportamento Acadêmico					Decisão	
		Modelo sem Med.		Efeito Indireto		Efeito Total		
		Efeito Direto		Coef.	%	Coef.		%
		Coef.	%****	Coef.	%	Coef.	%	
	Dom. Pes. > C. Púb.	0,3371*	0,3424*	97,66	0,0082	2,34	0,3506**	NO
	Dom. Pes. > C. Priv.	0,3886*	0,3713*	94,99	0,0196	5,01	0,3909**	+ 5,01
	Pers. > C. Púb.	-0,0139*	-0,0320	128,51	0,0071	-28,51	-0,0249	
	Pers. > C. Priv.	0,0351*	0,0180*	58,44	0,0128	41,56	0,0308	
H3	Aprend. Ref. > C. Púb.	0,0777*	0,0562	64,75	0,0306	35,25	0,0868	NO
	Aprend. Ref. > C. Priv.	0,1319*	0,1035*	82,40	0,0221	17,60	0,1256	
	Em. Pos. > C. Púb.	-0,0032*	-0,0240	208,70	0,0125	-108,70	-0,0115	
	Em. Pos. > C. Priv.	0,0877*	0,0756*	80,60	0,0182	19,40	0,0938	
	Em. Neg. > C. Púb.	0,1344*	0,1159**	92,72	0,0091	7,28	0,1250	
	Em. Neg. > C. Priv.	0,1718*	0,0183*	110,84	-0,0017	-10,84	0,0165	

Construto	R <sup>2</sup> - Modelo sem Mediação	R <sup>2</sup> - Modelo com Mediação
Comportamento Cidadão	Não há.	0,201**
Comportamento Contraproducente	Não há.	0,083**
Carreira Pública	0,146**	0,170**
Carreira Privada	0,305**	0,323**
<b>Goodness-of-Fit</b>	<b>0,4001</b>	<b>0,3540</b>

Nota: Dom. Pes. = Domínio pessoal; C. Púb. = Carreira Pública; C. Priv. = Carreira Privada; Pers. = Persuasão verbal; Aprend. Ref. = Aprendizagem Reflexiva; Em. Pos = Emoções positivas; Em. Neg. = Emoções negativas; NO = Não observado.  
\*p < .10; \*\* p < .05; \*\*\* p < .01. \*\*\*\* Proporção em relação ao Efeito Total.

Fonte: dados da pesquisa.

A partir da Tabela 7, pode-se observar o modelo de regressão sem a presença do comportamento acadêmico mediando as relações, os efeitos diretos, indiretos e os totais da relação de caminhos. A partir da análise passo a passo dos caminhos, com base nas discussões de Sanchez (2013), Hair Jr. *et al.* (2014) e Santos e Beuren (2017), revelam que o comportamento acadêmico apresenta-se como mediador da relação entre crenças de autoeficácia e os elementos priorizados na prospecção de carreira privada na dimensão domínio pessoal. Desse modo, aceita-se parcialmente a  $H_3$ . A não rejeição de  $H_3$  abre oportunidades para novas investigações à medida que fornece um novo papel para o comportamento acadêmico na relação entre crenças de autoeficácia e a percepção dos elementos que prospectam com a carreira privada.

O estudo de Betz e Hackett (1981) indicam que as crenças de autoeficácia apresentam relação com as capacidades educacionais e alcance da carreira desejada. Assim, a decisão quanto  $H_3$  alinha-se parcialmente a tais evidências. Quanto aos estudos de Betz e Luzzo (1996) e Multon, Brown e Lent (1991), há um alinhamento parcial com os achados desta pesquisa, uma vez que as crenças de autoeficácia mostram-se como influenciadoras parciais do comportamento acadêmico, reconhecendo os discentes de Ciências Contábeis que compõem a amostra da pesquisa como resultado dinâmico de suas influências comportamentais e do ambiente. Infere-se que a importância atribuída aos elementos alinhados à prospecção de carreira na área privada é influenciada pelas crenças de autoeficácia e pelo comportamento acadêmico, sendo o último variável impulsionadora de tal prospecção.

O avanço dos resultados elencados nesta investigação está na posição que o comportamento acadêmico ocupa na relação entre crenças de autoeficácia e prospecção de carreira. Avança-se o campo de pesquisa em relação aos estudos de Duffy, Douglass e Autin (2015) e Glaser e Bardagi (2011), uma vez que trataram as crenças de autoeficácia como variável mediadora. Ainda Ambiel e Noronha (2012, p. 172-173) reconhecem que “as crenças de autoeficácia constituem-se no principal fator de influência no comportamento humano, uma vez que guiarão a escolha das atividades a serem desempenhadas e das estratégias para se atingirem os objetivos traçados”, o que, por vezes, caracteriza as crenças de autoeficácia como uma variável independente.

Sob a perspectiva da Teoria Social Cognitiva, com parcimônia, pode-se afirmar que as crenças de autoeficácia podem ocupar uma posição de destaque nas relações entre aspectos motivacionais e de comportamento do ser humano, inerentes a uma determinada meta (Martinelli & Sassi, 2010), visto que Bandura (1977) considera esta abordagem social-cognitiva como mediadora das relações entre as experiências passadas do indivíduo em termos de sucesso ou fracasso e sua capacidade de fazer e/ou prospectar algo (Bandura, 1997, Coimbra, 2010).

Por conseguinte, a posição do comportamento acadêmico na relação entre crenças de autoeficácia e prospecção de carreira na área ainda é uma questão em aberto, uma vez que neste estudo apresentam-se indicações deste relacionamento. Em resposta, espera-se que tais resultados incentivem o debate sobre a evolução e abrangência do papel do comportamento acadêmico e das crenças de autoeficácia nos elementos considerados na prospecção de carreira, em especial na área privada, em vista da pluralidade de fundamentos que a TSC pode ofertar para o campo empírico.

## 5. Conclusão

Este estudo fundamenta-se a partir da Teoria Social Cognitiva (TSC) para explicar o papel mediador do comportamento acadêmico dos discentes de Ciências Contábeis na relação das crenças de autoeficácia com os elementos priorizados na prospecção de carreira pública e privada. De forma geral, os resultados elucidam os precedentes da prospecção de carreira, uma vez que evidencia que as crenças de autoeficácia e comportamento acadêmico fornecem subsídios positivos ao desenvolvimento de uma prospecção de carreira positiva.

A autoeficácia mostrou-se capaz de influenciar o comportamento acadêmico dos discentes, em especial no domínio pessoal e emoções positivas para a dimensão cidadã, e aprendizagem reflexiva e emoções negativas para a dimensão contraproducente. Logo, discentes que acumulam sucesso em suas realizações e/ou que apresentam estados emocionais mais positivos manifestam com maior intensidade comportamentos cidadãos. Por outro lado, aqueles que se espelham em terceiros para realizar suas ações e/ou têm estado emocional negativo tendem a manifestar atitudes contraproducentes. Esses achados mostram a importância da promoção de ambientes que favoreçam o bem-estar e emoções positivas em termos de convívio interpessoal e apoio universitário, além de indicar a necessidade de promoção da autonomia do discentes, visto que, ao priorizar a aprendizagem reflexiva, comportamentos contraproducentes são elucidados com maior frequência.

O comportamento cidadão e contraproducente apresentou relação positiva e significativa com os elementos priorizados na carreira pública e privada. Os coeficientes indicam que a dimensão cidadã está relacionada com maior intensidade aos elementos do campo privado, enquanto a dimensão contraproducente indica maior relação com o campo público. Tal constatação pode ser originada do diferente perfil almejado em ambas as carreiras. Se por um lado na carreira privada são priorizados maiores desafios, flexibilidade e oportunidades de crescimento, na carreira pública há segurança profissional, tarefas predefinidas e rotineiras que evidenciam menores riscos. Assim, discentes que praticam comportamentos contraproducentes podem realizá-los com intuito de minimizar suas chances de falhas e priorizar os elementos da carreira pública pelo mesmo motivo.

O comportamento acadêmico mostra-se mediador de uma relação específica no processo de elementos considerados na prospecção de carreira, no domínio pessoal em relação à carreira privada. Desse modo, o comportamento cidadão medeia 5,01% dos elementos priorizados na prospecção pela carreira privada. Assim, na relação direta, as crenças autoafetivas de domínio pessoal possuem maior capacidade de influenciar os elementos considerados na prospecção pela carreira privada, o que é impulsionado quando o discente desenvolve um comportamento que transcende o comportamento exigido no ambiente acadêmico e que promove o bem-estar entre a comunidade universitária (Organ, 1988).

A partir dos resultados, elucidam-se três oportunidades para o campo de pesquisa. Primeira, abre-se chancela de contribuições substanciais para a área de educação em Contabilidade. As crenças de autoeficácia na dimensão domínio pessoal impulsionam o comportamento cidadão dos discentes da amostra, visto que estudantes com elevadas experiências de sucesso tendem a ser mais participativos e dispostos a desenvolver atitudes que visem ao bem-estar do ambiente universitário. Sugere-se que o ambiente universitário deve-se configurar como um propulsor do desenvolvimento de crenças de autoeficácia, por meio de estratégias que permitam incrementá-las, a partir do estabelecimento de metas atrativas e desafiantes e definição de objetivos comuns, o que fomenta a experiência com outras pessoas. Assim, a percepção das crenças de autoeficácia na sua dimensão domínio pessoal influencia o nível de compromisso e perseverança do discente frente a obstáculos e relaciona-se com o comportamento acadêmico discutido nesta pesquisa (Bandura, 1977).

A segunda oportunidade é evidenciada ao explorar o comportamento acadêmico como precedente dos elementos priorizados na prospecção de carreira, contribui-se à compreensão mais profunda da atuação das IES públicas no ambiente profissional de trabalho. Discentes de Contabilidade da amostra que desenvolvem um comportamento cidadão no ambiente universitário tendem a priorizar as características relacionadas às carreiras na área privada, ou seja, são discentes que buscam autonomia, flexibilidade, desafio e oportunidades de crescimento. Ainda sobre a métrica de comportamento utilizada neste estudo, o fomento de ações integradoras entre estudantes e universidade pode ampliar ações de trabalho em equipe, bem como do comportamento cidadão, e refletir no nível de comprometimento com a instituição por parte dos acadêmicos.

Por fim, a terceira oportunidade diz respeito às crenças de autoeficácia suportarem um papel independente nas relações estudadas, contribuindo à abordagem da TSC ao pregar que tal variável é mediadora dos aspectos relacionados a motivações e ao comportamento e o alcance das metas e dos objetivos. O fato de a TSC ser uma teoria puramente de predição do comportamento humano, a partir das crenças de autoeficácia, mostra abertura a novas contribuições ao longo de tempo, visto que o comportamento humano, em especial o dos discentes de Contabilidade é mutável.

A validação das métricas relacionadas aos itens que caracterizam a carreira pública e a carreira privada também se mostram como elementos contributivos para a área de educação. O estudo contribui para responder à seguinte questão: Que perfil o egresso da IES Pública deve possuir? A partir dos elementos de comportamento investigados, os quais se mostraram significativos na condução da carreira tanto pública quanto privada, é possível construir iniciativas na universidade, sejam elas de pesquisa, ensino ou extensão que fomentem no discente a desejabilidade por carreiras conduzidas por experiências fidedignas advindas do ambiente universitário. Como exemplo, há o apoio a diretórios acadêmicos, visto que por vezes contribuem para o acolhimento; representatividade dos discentes; e desenvolvimento de perfil de lideranças.

Para o campo de pesquisa em Contabilidade, são abertos novos caminhos. Há a necessidade de avançar nas discussões em termos de desempenho e comportamento acadêmico. O histórico social do indivíduo e a construção do social dentro da universidade são efetivos na pesquisa, à medida que as experiências vividas pelo discentes em termos de comportamento acadêmico e crenças de autoeficácia mostraram-se significativos na condução da carreira. Em resposta a isso, esperam-se discussões que evidenciem os bastidores por trás das métricas de desempenho acadêmico e que corporizem aspectos comportamentais em suas análises.

Mesmo considerando o cuidado teórico e técnico que os pesquisadores adotaram na elaboração desta investigação, ela não está isenta de limitações, dentre eles, destaca-se a amostra da pesquisa que se caracteriza como não probabilista. O aspecto temporal mostra-se também um fator limitante na pesquisa, em outros espaços e tempos, as respostas podem representar diferentes percepções dos discentes em Contabilidade do Brasil, visto que o período analisado compreende o término do ano letivo, da mesma forma que em outro período a participação por parte dos discentes poderá ser maior. A não estratificação da amostra por região do país também apresenta-se como limitação da pesquisa. O percentual de participação de discente da região Sul do Brasil mostra-se como uma limitação, fato que ilustra a necessidade de buscar a equalização de participação das regiões do Brasil.

Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se inicialmente aprimorar os critérios de composição da amostra da pesquisa, o que pode fornecer contribuições para um grupo mais abrangente. Por fim, sugere-se também a adoção de perspectivas longitudinais em estudos na área de educação de Contabilidade, a partir da prospecção de carreira, visto que, no decorrer do curso de graduação, podem-se adquirir percepções distintas em termos de domínio da prospecção de carreira, segurança e desafios profissionais.

## Referências

- Ambiel, R. A., & Noronha, A. P. P. (2012). Autoeficácia para escolha profissional: teoria, pesquisas e avaliação. *Psicologia em Pesquisa*, 6(2), pp. 171-178. doi: <http://dx.doi.org/10.5327/Z1982-12472012000200010>.
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84(2), pp. 191-215. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0033-295X.84.2.191>.
- Bandura, A. (1982). Self-efficacy mechanism in human agency. *American psychologist*, 37(2), pp. 122-147. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0003-066X.37.2.122>.
- Bandura, A. (1986). Fearful expectations and avoidant actions as coeffects of perceived self-inefficacy. *American Psychologist*, 41(12), pp. 1389-1391. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0003-066X.41.12.1389>
- Bandura, A. (1994). *Self-efficacy*. In V. S. Ramachandran (Ed.), *Encyclopedia of human behavior*. New York: Academic Press.
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy: The exercise of control*. New York: Freeman.
- Bandura, A. (2004). Health promotion by social cognitive means. *Health education & behavior*, 31(2), pp. 143-164. doi: <https://doi.org/10.1177/1090198104263660>.
- Bandura, A. (2005). The evolution of social cognitive theory. In: Smith, K.G.; Hitt, M.A. (Org.). *Great minds in management*. United Kingdom: Oxford University Press, pp. 9-35.
- Bandura, A. (2008). A teoria social cognitiva na perspectiva da agência. In A. Bandura, R. G. Azzi & S. Polydoro (Orgs.), *Teoria social cognitiva: conceitos básicos* (pp. 69-95). Porto Alegre: Artmed
- Bandura, A., Azzi, R. G., & Polydoro, S. (2008). *Teoria social cognitiva: conceitos básicos*. Porto Alegre: Artmed.
- Bardagi, M. P., Lassance, M. C. P., & Paradiso, Â. C. (2003). Trajetória acadêmica e satisfação com a escolha profissional de universitários em meio de curso. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4(1-2), pp.153-166.

- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator–mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of personality and social psychology*, 51(6), pp. 1173-1182.
- Bastos, A. V. B. (1997). A escolha e o comprometimento com a carreira: um estudo entre profissionais e estudantes de administração. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, 32(3), pp. 28-39.
- Betz, N. E. & Hackett, G., (1981). A self-efficacy approach to the career development of women. *Journal of vocational behavior*, 18(3), pp. 326-339. doi: [https://doi.org/10.1016/0001-8791\(81\)90019-1](https://doi.org/10.1016/0001-8791(81)90019-1).
- Betz, N. E., & Luzzo, D. A. (1996). Career assessment and the career decision-making self-efficacy scale. *Journal of Career Assessment*, 4(4), pp. 413-428. doi: <https://doi.org/10.1177/106907279600400405>.
- Betz, N. E., & Voyten, K. K. (1997). Efficacy and outcome expectations influence career exploration and decidedness. *The Career Development Quarterly*, 46(2), pp. 179-189. doi: <https://doi.org/10.1002/j.2161-0045.1997.tb01004.x>.
- Bong, M., & Skaalvik, E. M. (2003). Academic self-concept and self-efficacy: How different are they really?. *Educational psychology review*, 15(1), pp. 1-40.
- Chin, W. W. (1998). The partial least squares approach to structural equation modeling. *Modern methods for business research*, 295(2), pp. 295-336.
- Chung, Y.B. (2002). Career decision-making self-efficacy and career commitment: Gender and ethnic differences among college students. *Journal of Career Development*, 28(4), pp. 277–284
- Coimbra, S. (2010). Uma questão de confiança: o que (des) motiva a geração actual. In: Salgado, L. (Org.). *A Educação de Adultos. Uma Dupla Oportunidade na Família*. (pp. 59-76), Lisboa: Agência Nacional para as Qualificações.
- Cretu, R. Z., & Burcas, S. (2014). Self Efficacy: A moderator of the relation between emotional dissonance and counterproductive work behavior. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 127(sn), pp. 892-896. doi: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.03.375>.
- Dias, E. T. D. S. (2009). Resenha - Teoria social cognitiva: conceitos básicos. *Estudos de Psicologia*, 26(4), pp. 1-2.
- Duffy, R. D., Douglass, R. P., & Autin, K. L. (2015). Career adaptability and academic satisfaction: Examining work volition and self efficacy as mediators. *Journal of Vocational Behavior*, 90(sn), pp. 46-54. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2015.07.007>.
- Fontes, A. P., & Azzi, R. G. (2012). Crenças de autoeficácia e resiliência: Apontamentos da literatura sociocognitiva. *Estudos de psicologia*, 29(1), pp. 105-114.
- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Structural equation models with unobservable variables and measurement error: Algebra and statistics. *Journal of marketing research*, 18(3), pp. 382-388. doi: 10.2307/3150980.
- Gabris, G. T., & Simo, G. (1995). Public sector motivation as an independent variable affecting career decisions. *Public Personnel Management*, 24(1), pp. 33-51. doi: <https://doi.org/10.1177/009102609502400103>.
- Glaser, S. L., & Bardagi, M. P. (2011). Habilidades sociais, auto-eficácia e decisão de carreira em universitários em no final de curso. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 80(1), pp. 148-165.
- Hair Jr, J. F., Gabriel, M. L. D. D. S., & Patel, V. K. (2014). Modelagem de Equações Estruturais Baseada em Covariância (CB-SEM) com o AMOS: Orientações sobre a sua aplicação como uma Ferramenta de Pesquisa de Marketing. *REMark*, 13(2), pp. 43-55. doi: 10.5585/remark.v13i2.2718
- Hair Jr, J. F.; Hult, G. T. M.; Ringle, C. M., & Sarstedt, M. (2014). *A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)*. Thousand Oaks: SAGE.

- Hakstian, A. R., Farrell, S., & Tweed, R. G. (2002). The assessment of counterproductive tendencies by means of the California Psychological Inventory. *International Journal of Selection and Assessment*, 10(1-2), pp. 58-86. doi: <https://doi.org/10.1111/1468-2389.00194>.
- Hogan, J., & Hogan, R. (1989). How to measure employee reliability. *Journal of Applied Psychology*, 74(2), pp. 273-279. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0021-9010.74.2.273>
- Isac, M. M., Maslowski, R., Creemers, B., & van der Werf, G. (2014). The contribution of schooling to secondary-school students' citizenship outcomes across countries. *School Effectiveness and School Improvement*, 25(1), pp. 29-63. Doi : <https://doi.org/10.1080/09243453.2012.751035>.
- Lamas, K. C. A. (2017). Conceito e relevância dos interesses profissionais no desenvolvimento de carreira: estudo teórico. *Temas em Psicologia*, 25(2), pp. 703-717. doi: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2017.2-16Pt>.
- Lent, R. W., & Brown, S. D. (2013). Social cognitive model of career self-management: Toward a unifying view of adaptive career behavior across the life span. *Journal of counseling psychology*, 60(4), pp. 557-568. doi: 10.1037/a0033446
- Lent, R. W., Ireland, G. W., Penn, L. T., Morris, T. R., & Sappington, R. (2017). Sources of self-efficacy and outcome expectations for career exploration and decision-making: A test of the social cognitive model of career self-management. *Journal of Vocational Behavior*, 99(sn), pp. 107-117. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2017.01.002>
- Martinelli, C. S. & Sassi, A. G. (2010). Relações entre autoeficácia e motivação acadêmica. *Psicologia ciência e profissão*, 30(4), pp. 780-791.
- Meriac, J. P. (2012). Work ethic and academic performance: Predicting citizenship and counterproductive behavior. *Learning and Individual Differences*, 22(4), pp. 549-553. doi: <https://doi.org/10.1016/j.lindif.2012.03.015>
- Moreira, T. D. C., Ambiel, R. A. M., & Nunes, M. F. O. (2018). Career Choice Self-Efficacy Source Scale: Development and Initial Psychometric Studies. *Trends in Psychology*, 26(1), pp. 47-60. doi: <http://dx.doi.org/10.9788/tp2018.1-03pt>.
- Morphew, C. C., & Hartley, M. (2006). Mission statements: A thematic analysis of rhetoric across institutional type. *The Journal of Higher Education*, 77(3), pp. 456-471.
- Multon, K. D., Brown, S. D., & Lent, R. W. (1991). Relation of self-efficacy beliefs to academic outcomes: A meta-analytic investigation. *Journal of Counseling Psychology*, 38(1), pp. 30-38. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0022-0167.38.1.30>.
- Okafor, G. O. (2011). The ethical behaviour of Nigerian business students (A study of undergraduate students' in business schools. *Arabian Journal of Business and Management Review*, 1(3), pp. 33-44.
- Oliveira, K. L. de, Trassi, A. P., Inácio, A. L. M., Santos, A. A. A. dos. (2016). Estilos de Aprendizagem e Condições de Estudo de Alunos de Psicologia. *Psicologia Ensino & Formação*, 7(1), pp. 31-39. doi: 10.21826/2179-58002016713139.
- Oliveira, M. B., & Soares, A. B. (2011). Auto-eficácia, raciocínio verbal e desempenho escolar em estudantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(1), pp. 33-39.
- Organ, D. W. (1988). *Organizational citizenship behavior: The good soldier syndrome*. Lexington, MA: Lexington Books
- Pajares, F. (2018) *Overview of Social cognitive theory and of self-efficacy*. Recuperado em 10 janeiro, 2017, de <https://www.uky.edu/~eushe2/Pajares/eff.html>
- Ringle, C. M., Da Silva, D., & Bido, D. D. S. (2014). Modelagem de equações estruturais com utilização do SmartPLS. *REMark*, 13(2), pp. 54-73. doi: 10.5585/remark.v13i2.2717.



- Sales, M. L. de, Xavier Filho, J. L. J., & Damascena, E. O. (2017). Serviço Público como expectativa profissional dos graduandos em administração. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 11(1), 1-16.
- Sanchez, G. (2013). *PLS path modeling with R*. Berkeley: Trowchez Editions.
- Santos, E. A., & Almeida, L. B. de. (2018). Seguir ou não carreira na área de contabilidade: um estudo sob o enfoque da Teoria do Comportamento Planejado. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(76), pp. 114-128. doi: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201804890>.
- Santos, M. J. C. (2017). *Fatores Determinantes do Sucesso Escolar no Ensino Superior: Escola Superior de Gestão – IPCA*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Barcelos, Portugal.
- Santos, M. S. C., Brandão, L. E. T., & Maia, V. M. (2015). Decisão de escolha de carreira no Brasil: uma abordagem por opções reais. *Revista de Administração*, 50(2), pp. 141-152. doi: <http://dx.doi.org/10.5700/rausp1190>.
- Santos, V., & Beuren, I. M. (2017). Influência da Percepção de Justiça Organizacional no Comprometimento e Satisfação no Trabalho de Professores Universitários. *Anais do USP International Conference in Accounting*, São Paulo, SP, Brasil, 17.
- Schmitt, N., Oswald, F. L., Friede, A., Imus, A., & Merritt, S. (2008). Perceived fit with an academic environment: Attitudinal and behavioral outcomes. *Journal of Vocational Behavior*, 72(3), pp. 317-335. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2007.10.007>
- Tonin, S. (2014). *A escolha, o comprometimento e o entrenchamento com a carreira e a área de atuação: um estudo entre administradores*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
- University of California, Berkeley (2014). *Graduate Student Happiness & Well-Being Report*. Recuperado em 10 janeiro, 2018, de [http://ga.berkeley.edu/wp-content/uploads/2015/04/wellbeingreport\\_2014.pdf](http://ga.berkeley.edu/wp-content/uploads/2015/04/wellbeingreport_2014.pdf).
- Zimmerman, B. J. (2000). Self-efficacy: An essential motive to learn. *Contemporary educational psychology*, 25(1), pp. 82-91. doi: <https://doi.org/10.1006/ceps.1999.1016>.

## Apêndice A – Questionário

Analise os elementos abaixo e assinale seu grau de importância, no contexto profissional quanto a sua prospecção de escolha da carreira na área de contabilidade. Atribua notas de 1 a 7, sendo 1 = Pouco importante e 7 = Muito importante.

Assertiva							
Segurança e estabilidade.	1	2	3	4	5	6	7
Autonomia.	1	2	3	4	5	6	7
Remuneração fixa.	1	2	3	4	5	6	7
Flexibilidade.	1	2	3	4	5	6	7
Realizar tarefas pré-definidas e rotineiras.	1	2	3	4	5	6	7
Existência de um elevado nível de desafios.	1	2	3	4	5	6	7
Existência de um elevado nível de cobrança por parte dos supervisores.	1	2	3	4	5	6	7
Baixo nível de atividades rotineiras na organização.	1	2	3	4	5	6	7
Oportunidade de crescimento profissional.	1	2	3	4	5	6	7

Analise seu comportamento e envolvimento nas ações na universidade, após isso assinale seu grau de concordância referente a cada assertiva abaixo. Sendo que 1 indica “Não concordo” e 7 “Concordo”.

Assertiva							
Eu ajudo novos alunos a se sentirem bem-vindos na minha universidade.	1	2	3	4	5	6	7
Eu defendo minha universidade quando outros alunos criticam-a.	1	2	3	4	5	6	7
Eu participo do centro acadêmico, diretório ou outros grupos que tentam tornar a minha universidade um lugar melhor.	1	2	3	4	5	6	7
Eu tenho comprometimento e envolvimento com eventos promovidos pela universidade que são ligados a comunidade externa.	1	2	3	4	5	6	7
Eu tenho comprometimento e envolvimento com eventos promovidos pela universidade que são ligados a comunidade externa, pois eles são importantes para a imagem pública da minha universidade.	1	2	3	4	5	6	7
Eu sou frequentemente elogiado pelo meu envolvimento com eventos promovidos pela universidade que são ligados a comunidade externa.	1	2	3	4	5	6	7
Durante uma avaliação (exame/prova) forneço ou obtenho respostas de algum colega.	1	2	3	4	5	6	7
Na elaboração de trabalhos acadêmicos, altero a formatação (ex: aumentar as margens, a fonte ou tamanho das letras) para adicionar mais páginas ao trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Assino o nome de colegas ausentes na lista de presença ou peço para assinarem meu nome na lista quando não vou à aula.	1	2	3	4	5	6	7
Eu percebo que as vezes não me preparo de forma adequada para as avaliações, e o maior responsável por isso é minha falta de esforço e dedicação ao estudo.	1	2	3	4	5	6	7
As vezes quando eu falto as aulas ou perco algo importante, tento me justificar para o professor com argumentos não totalmente verídicos.	1	2	3	4	5	6	7
Às vezes, saio mais cedo ou chego atrasado as aulas, sem ter uma justificativa plausível.	1	2	3	4	5	6	7

A partir da sua percepção, assinale seu grau de concordância com as assertivas abaixo referente a administração da sua carreira profissional. Atribua notas de 1 a 7, sendo 1 = extremamente baixo e 7 = extremamente alto.

Assertiva							
As minhas decisões referentes a carreira profissional, tomadas a partir da escolha do curso de Contabilidade, foram corretas.	1	2	3	4	5	6	7
Eu fiz um bom trabalho ao avaliar os aspectos positivos e negativos de diferentes opções quando tive que tomar decisões relacionadas à carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7
Fui bom em colocar minhas decisões relacionadas à carreira em ação.	1	2	3	4	5	6	7
Fui eficiente em reunir as informações sobre aspectos da carreira profissional que pretendo seguir ao escolher o meu curso de nível superior.	1	2	3	4	5	6	7
Eu busco ser reconhecido como uma pessoa eficaz quando se trata de reunir informações necessárias para tomar decisões relacionadas à carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7
Eu busco ser reconhecido como uma pessoa que considera aspectos positivos e negativos ao tomar decisões relacionadas à carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7
Eu busco ser reconhecido como uma pessoa boa em avaliar as melhores opções na tomada de decisões relacionadas à carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7
Eu busco ser reconhecido como uma pessoa boa em gerenciar os desafios relacionados às escolhas da carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7
Eu conheço pessoas que são boas em tomar decisões importantes na carreira profissional, e eu me espelho nelas.	1	2	3	4	5	6	7
Eu normalmente observo pessoas que eu admiro e que são eficientes em reunir informações que necessitam para tomar decisões relacionadas à carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7
Eu me espelho em pessoas que conhecem bem como seus interesses e habilidades se encaixam em diferentes opções de carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7
As pessoas em quem eu me espelho explicaram como eles escolheram o curso acadêmico ou a opção de carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7
Nos últimos tempos eu me sinto determinado em relação às minhas escolhas inerentes a carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7
Nos últimos tempos eu me sinto motivado em relação à minha carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7
Nos últimos tempos eu sinto que estou construindo ativamente minha carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7
Nos últimos tempos eu me sinto satisfeito em relação às minhas escolhas sobre a minha carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7
Nos últimos tempos eu me sinto nervoso/ansioso em relação à minha carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7
Nos últimos tempos eu me sinto receoso/inseguro em relação à minha carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7
Nos últimos tempos eu me sinto sobrecarregado/pressionado em relação à minha carreira profissional.	1	2	3	4	5	6	7

Qual sua pretensão de carreira no âmbito da contabilidade?

- Pública;  
 Privada;  
 Não sei. Estou indeciso.

Qual período você matriculado?

- 1 ano  
 2 ano  
 3 ano  
 4 ano  
 5 ano  
 Formado

# Contabilidade e Arrendamento Mercantil/ *Leasing*: Revisão da Literatura Nacional e Internacional (2000-2018)

## Resumo

**Objetivo:** Identificar e caracterizar a pesquisa sobre arrendamento mercantil na área de contabilidade, no período de 2000 a 2018.

**Método:** Três tipologias de revisão de literatura: descritiva; de escopo e narrativa (Paré, Trudel, Jaana & Kitsiou, 2015); em uma amostra de 86 artigos (29 nacionais; 57 internacionais) sobre arrendamento mercantil no período de 2000 a 2018/julho.

**Resultados:** A produção acompanhou a evolução do processo de normatização internacional, com destaque a partir de 2006, quando o tema entrou na agenda do IASB. Os grupos temáticos identificados foram: (i) Decisões/Ações da Administração (38%); (ii) Avaliação de Riscos com base nas DFs (36%); (iii) Normatização do arrendamento (26%). Mesmo com semelhança temática, observa-se diferença nas abordagens metodológicas utilizadas, com predominância de pesquisas analíticas no cenário internacional e documentais no nacional.

**Contribuições:** Além da contribuição metodológica pelas três tipologias de revisão, contribui-se: (i) com as revisões descritiva e de escopo, ao sistematizar a apresentação dos estudos, mostrando do que se trata a pesquisa sobre *leasing*, os temas, métodos e técnicas, assim como indicações de lacunas; (ii) com a revisão narrativa, ao se descrever as pesquisas de forma a verificar se esses estudos têm demonstrado avanços sobre o conhecimento.

**Palavras-chave:** Arrendamento Mercantil; *Leasing*; Revisão da Literatura; Normatização; IASB/FASB.

## Eduardo Bona Safe de Matos

<https://orcid.org/0000-0001-9548-7664>

Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor Assistente na Universidade de Brasília (UnB). **Contato:** Universitário Darcy Ribeiro - Prédio da Face, Sala BT2 54/7. Asa Norte. Brasília (DF). CEP: 70910-900.

E-mail: [eduardobona@unb.br](mailto:eduardobona@unb.br)

## Fernando Dal-Ri Murcia

<https://orcid.org/0000-0002-2269-3667>

Doutor em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor Doutor na Universidade de São Paulo (USP). **Contato:** Avenida Professor Luciano Gualberto, 908, FEA 3 – Sala 237. Cidade Universitária. São Paulo (SP). CEP: 5508-010.

E-mail: [murcia@usp.br](mailto:murcia@usp.br)

## 1. Introdução

A literatura sobre arrendamento mercantil permeia discussões em diferentes áreas, como Administração, Economia, Direito e Transportes (Matos, 2013). Representa, também, campo fértil de pesquisa na contabilidade, principalmente em decorrência da necessidade de regulação do tema (Lipe, 2001; Matos & Niyama, 2018; Spencer & Webb, 2015).

O início da normatização contábil do *leasing* ocorreu nos Estados Unidos, na década de 1940, e desde então é constantemente atualizada. Já em 1998 as normas de *leasing* eram vistas como as de maior desgosto por parte dos usuários e preparadores de informações contábeis (Reither, 1998). Wolk, Dodd e Rozycki (2008) afirmam que essas normas contábeis, nos diferentes cenários nacionais e internacionais, são as que mais foram modificadas, além de o assunto estar entre os temas com mais emendas, interpretações e boletins técnicos emitidos pelos reguladores (Monson, 2001).

Como já pode ser observado, nos dois primeiros parágrafos, utilizam-se, no presente *paper*, as nomenclaturas “arrendamento mercantil” e “*leasing*” como sinônimas. Há críticas acerca da tradução para arrendamento mercantil ao alegar que esse contrato, no cenário nacional, se assemelha mais a uma forma de financiamento do que de manutenção operacional das entidades. Entretanto, essa é a tradução utilizada pelo CPC e pela legislação vigente, motivo pelo qual se opta pelo uso nas duas línguas de forma intercambiável. Além disso, com a ausência de separação dos tipos de contratos advinda com a IFRS 16, espera-se que essa diferença seja cada vez mais sutil.

Voltando aos aspectos contábeis de *leasing*, diversas são as críticas realizadas à contabilização do arrendamento, entre elas, a principal é a capacidade estruturadora de operações decorrente da classificação do arrendamento em operacional ou financeiro, o que pode gerar informações *off-balance* ou reconhecidas no balanço das arrendatárias (Biondi, Bloomfield, Glover, Jamal, Ohlson, Penman & Jeffrey, 2011). Tal questão impacta diferentes frentes, como a avaliação de riscos das empresas, a negociação de contratos de financiamento, a remuneração de executivos, etc.

Principalmente em decorrência de tais críticas, o assunto voltou a ser tratado pelos órgãos normatizadores internacionais, que emitiram estudos demonstrando a necessidade de atualização dos critérios contábeis do arrendamento de forma a atualizá-los às realidades do mercado (McGregor, 1996; Naylor & Lennard, 2000). Esses estudos foram determinantes para a entrada do tema na agenda (inicialmente) conjunta do IASB e do FASB em 2006. Após a emissão de diversos documentos, os órgãos não entraram em completo acordo, demonstrando a dificuldade e a polêmica ainda atual sobre o tema, o que levou a emissão de normas diferentes por eles em 2016: IFRS 16 pelo IASB e *Topic 842* pelo FASB. Apesar disso, em suma, as normas propõem o fim da classificação diferenciada para as arrendatárias, diminuindo as críticas da essência sobre a forma que derivavam de tal procedimento.

Ao mesmo tempo que houve diversas atualizações normativas também foram realizadas pesquisas científicas que tinham o *leasing* ou como tema/objeto de pesquisa, ou seja, o assunto não foi importante apenas para questões práticas e de regulação, mas também foi um tópico profícuo academicamente. Além dos estudos mais antigos e seminais que já questionavam e procuravam verificar os efeitos dos tratamentos contábeis do arrendamento (Ang & Peterson, 1984; Beattie, Edwards & Goodacre, 1998; Bowman, 1980; Ely, 1995; Imhoff & Thomas, 1988; Imhoff Jr., Lipe & Wright, 1991), em 2001, quando o tópico também já estava no radar de modificação normativa, a academia foi convocada a auxiliar com estudos que demonstrassem aspectos conceituais e empíricos que relacionavam a contabilidade e o arrendamento mercantil (Largay III, 2001).

Considerando a contínua relevância e contemporaneidade do tema para a área, objetiva-se, no presente estudo, **identificar e caracterizar a pesquisa sobre arrendamento mercantil na área de Contabilidade no período de 2000 a 2018**. Para tanto, procura-se sumarizar o conhecimento existente, por meio de revisões da literatura descritivas, de escopo e narrativas, nos moldes de Pará, Trudel, Jaana e Kitsiou (2015) (ver seção 2), discutindo as principais temáticas, metodologias, áreas de estudo, contribuições e caminhos futuros para pesquisa. Espera-se contribuir com a identificação de relações, sintonias, dissonâncias e as principais lacunas nessa literatura, tanto nacional quanto internacionalmente.

Trabalhos internacionais de revisão de literatura sobre *leasing* já foram realizados na Contabilidade, porém todos de cunho narrativo e sobre pontos específicos do tema, como a decisão entre comprar *versus* arrendar (Morais, 2013), a contabilização do arrendamento operacional *versus* financeiro (Barone, Birt & Moya, 2014; Lipe, 2001) e pesquisas sobre antecipações de mudanças contábeis (Spencer & Webb, 2015).

Entre os diferenciais do presente estudo, portanto, está a união de três tipologias de revisão de literatura (descritiva, de escopo e narrativa) sobre um tema amplo e em um período recente, tomando como base uma métrica de seleção de artigos que seja ao mesmo tempo seletiva, representativa e compreensiva da população de pesquisas sobre arrendamento mercantil. Ainda, diferentemente das pesquisas citadas, no presente artigo não se faz o recorte de estudos que analisam apenas questões relacionadas às arrendatárias. Apesar de ainda serem escassos, são considerados também estudos que analisam as arrendadoras.

Podem ser discutidas diferentes contribuições de acordo com cada método de revisão de literatura empregado. Com as revisões descritiva e de escopo, contribui-se ao sistematizar a apresentação dos estudos, mostrando do que se trata a pesquisa sobre *leasing*, como são apresentados os principais temas, métodos e técnicas, assim como indicações de lacunas. Já na revisão narrativa, contribui-se ao se descreverem as pesquisas, de forma a verificar se esses estudos têm demonstrado verdadeiros avanços sobre o conhecimento já existente na área (Massaro, Dumay & Guthrie, 2016).

Os resultados demonstraram uma concentração em três diferentes grupos temáticos de pesquisa: Normatização do Arrendamento; Avaliação de Riscos com base nas Demonstrações Financeiras (Classificação dos Arrendamentos); e Decisões/Ações da Administração. Esses grupos são desmembrados em dez subgrupos. Com base neles, realiza-se a revisão narrativa, mostrando, dentro de cada grupo, as principais contribuições e avanços já realizados e possíveis lacunas de pesquisa. Diferenças entre pesquisas nacionais e internacionais também são pontuadas e apresentadas, quando pertinente.

Em decorrência das diferentes revisões propostas, e considerando que os resultados da pesquisa são exatamente tais revisões, optou-se por uma estrutura diferenciada do *paper*. Após essa introdução, apresenta-se uma discussão dos procedimentos metodológicos, seguida pelas revisões de literatura descritiva e de escopo. Apenas após a identificação das principais propostas temáticas é que é apresentada a revisão narrativa: seção em que serão discutidas as propostas temáticas identificadas. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

## 2. Procedimentos Metodológicos

Para atingir o objetivo de pesquisa e contribuir com a discussão acerca do tema Arrendamento Mercantil, utiliza-se como premissa metodológica, para a caracterização do presente estudo, o modelo de tipologias de revisões de literatura desenvolvido por Paré *et al.* (2015). Mesmo Paré *et al.* (2015) sendo um *paper* oriundo da ciência da informação, os autores desenvolvem um quadro teórico-conceitual aplicável às mais diversas áreas. Assim, optou-se, no presente artigo, pela união de três revisões de literatura, já que todas elas partem do objetivo comum de sumarização do conhecimento existente sobre determinado tema, utilizando como base tanto literaturas de natureza conceitual como empíricas.

Com base no estudo citado, as revisões realizadas são: descritiva, de escopo e narrativa. Tem-se como características semelhantes de tais tipologias a natureza de investigação, que tende a ser de questões amplas, sem delineamento específico de discussão, e a ausência de intenção, nessas revisões, de avaliação da qualidade da literatura discutida (Paré *et al.*, 2015).

Espelhando-se nas características individuais de cada tipologia, as duas primeiras revisões (descritiva e de escopo) necessitam de uma apresentação explícita de como foi feita a seleção dos *papers*, ou seja, exigem certa padronização, de forma a se obter uma amostra representativa e abrangente da população. Ambas são caracterizadas por métodos de análise e síntese dos resultados baseados em análises de conteúdo, de frequências e de temáticas (Paré *et al.*, 2015). No Brasil, revisões semelhantes já foram realizadas sobre valor justo (Matos, Araújo, Guerra & Murcia, 2017) e *disclosure* social e ambiental (Nascimento, Santos, Salotti & Murcia, 2009). A revisão narrativa, como o próprio nome diz, é apresentada por meio de um resumo narrativo das pesquisas existentes e procura ter certa seletividade na análise dos artigos, ou seja, não busca analisar todas as pesquisas, mas, sim, aquelas consideradas mais relevantes para a descrição do estado da arte de determinado tema (Paré *et al.*, 2015).

De forma específica, a revisão de literatura descritiva leva em consideração a magnitude do conhecimento em determinada área ou tema de pesquisa, mostrando, principalmente por meio de estudos empíricos, os principais achados, metodologias e origens teóricas (Paré *et al.*, 2015). Já a revisão de escopo, apesar de muito similar à revisão descritiva, procura demonstrar a natureza e extensão das produções em determinado tema, de forma a identificar os possíveis *gaps* na literatura e que não estão englobados ainda no estado da arte (Paré *et al.*, 2015). Por fim, a revisão narrativa possui uma natureza mais seletiva, objetivando discutir de forma dialógica as principais pesquisas e os achados, tendo, portanto, o objetivo de trazer à tona o estado da arte daquele tema (Paré *et al.*, 2015).

Considerando a necessidade de seleção de uma amostra abrangente e representativa para a revisão descritiva e de escopo, procurou-se manter um padrão de seleção com validade interna e replicabilidade (Smith, 2003). Assim, foram selecionados artigos sobre *leasing* de origem nacional e internacional no período de 2000 a julho de 2018.

Para a seleção dos artigos internacionais, utilizou-se como base o estudo de Matherly e Shortridge (2009), que classificam os 30 principais periódicos internacionais de contabilidade. Após isso, foram selecionados os *papers* que possuíam, no título, nas palavras-chave ou resumo, alguma palavra que remetesse ao tema de arrendamento mercantil, como: *lease(s)*, *leasing(s)*, *lessee(s)*, *lessor(s)*, arrendamento, IAS 17, IFRS 16, SFAS 13 e CPC 06. Para a seleção dos nacionais, utilizou-se a mesma lógica de filtro de seleção (tanto com as palavras em inglês quanto em português), sendo ele aplicado aos periódicos indexados na base Spell.

Qualquer método de seleção de amostra possui limitações e não é diferente no presente *paper*. Apresenta-se como principal limitação o fato de utilizar-se um *ranking* específico de classificação de *journals* da área (Matherly & Shortridge, 2009), deixando fora da amostra outros periódicos que também são relevantes para a Contabilidade. Entretanto, entende-se que a utilização deste critério garante tanto validade interna como externa na pesquisa, uma vez que, mesmo que fossem incluídos mais *journals*, haveria diferenças significativas no estado da arte da pesquisa sobre *leasing*, uma vez que a amostra é composta dos principais periódicos da área. Ainda, com esse critério, são cumpridas as exigências para a seleção dos *papers* para as revisões de literatura realizadas nos moldes de Paré *et al.* (2015), que exigem uma seleção abrangente e representativa da população, porém não exaustiva.

Após análises iniciais de aderência temática, foram selecionados 86 artigos científicos, sendo 57 internacionais e 29 nacionais. Como forma de validação das palavras-chave da pesquisa, realizou-se uma nuvem de palavras com base em todos os títulos selecionados, conforme Figura 1. Um dos objetivos foi verificar se outras palavras poderiam ter sido consideradas na seleção inicial. Além disso, a aparição de determinados termos já adianta indícios de possíveis categorias de classificação temática.



**Figura 1.** Nuvem de palavras da amostra selecionada

Fonte: elaboração própria

Verifica-se que as palavras que mais apareceram ou (i) referem-se a aspectos gerais da contabilidade (como *financial, accounting, operating*,...) ou (ii) a palavras específicas já utilizadas na seleção dos artigos. De certa forma, isso demonstra que o método de seleção dos artigos conseguiu capturar as principais produções científicas sobre o tema.

Ainda sobre a amostra, optou-se pelos artigos publicados no período de 2000 a 2018 (até julho). Esse período deve-se, principalmente, ao afloramento das discussões sobre o tema, motivados pelas pesquisas iniciais, conduzidas pelo grupo de normatizadores “G4+1” (grupo de normatizadores da Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos, mais o Iasc, atual IASB, como convidado) para uma possível mudança na normatização internacional. Além disso, a literatura anterior já é discutida no estudo de Lipe (2001), sendo que esse estudo, inclusive, serviu como base teórica para a classificação temática das pesquisas recentes.

Para a análise dos artigos, foi realizada uma classificação em grupos e subgrupos temáticos, conforme Figura 2, sendo possível a quantificação dos artigos por similaridade de objetivos (cumprindo requisitos das revisões de literatura descritiva e de escopo), o que possibilita uma sintetização por similaridade dos *papers* (revisão narrativa).

Grupo	Subgrupo
Normatização do Arrendamento	Efeitos/Impactos e(ou) Descrição/Críticas de mudanças normativas
	Análise do processo normativo
	Comparação de normas
	Regras versus princípios
Avaliação de Riscos com base nas DFs (Classificação dos Arrendamentos)	Usuários, riscos e efeitos do (não) reconhecimento do <i>leasing</i>
	Qualidade de <i>disclosure</i> /auditoria
	Indicadores contábeis e/ou <i>covenants</i>
Decisões/Ações da Administração	Efeitos tributários
	Gerenciamento de resultados/informações
	Determinantes. Decisão entre arrendamento ou compra/venda.

**Figura 2.** Grupos e Subgrupos temáticos de classificação

Fonte: elaboração própria



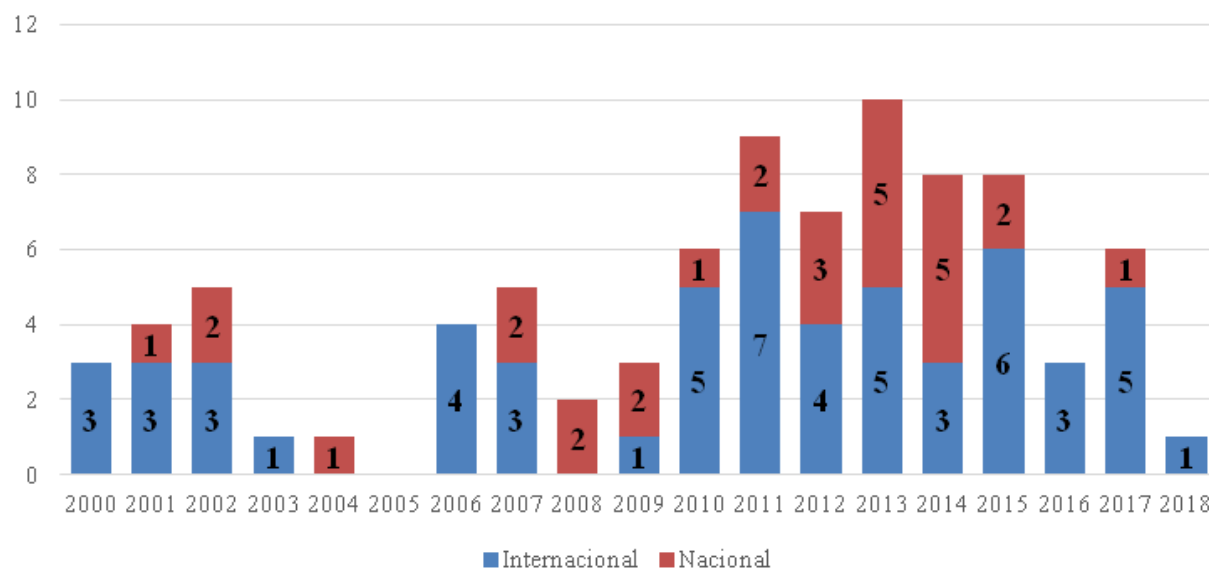
A criação e conseqüente classificação dos grupos/subgrupos temáticos foi feita tomando-se como base e respaldo teórico revisões de literatura narrativas anteriores (Barone *et al.*, 2014; Lipe, 2001; Morais, 2013; Spencer & Webb, 2015). Cabe ressaltar que cada artigo foi classificado em apenas um subgrupo temático. Em muitos casos os artigos poderiam, eventualmente, ser classificados em mais de um subgrupo, porém para comparabilidade, optou-se pela classificação única, tendo como base sempre o objetivo principal da pesquisa analisada.

Ainda, foram realizadas classificações com base nos métodos utilizados nas pesquisas, áreas de concentração, foco da análise (arrendador ou arrendatário) e tipos de produção. Para esse detalhamento, opta-se pela explicação, tanto dos grupos/subgrupos temáticos quanto dos demais pontos analisados, nas seções de revisão das literaturas propriamente ditas como uma forma de simplificação e sistematização da leitura. Assim, à medida que os resultados são discutidos, também são apresentadas as métricas que levaram a tais análises e classificações. Esta seção, portanto, serve mais como balizador do trabalho realizado e suas justificativas teóricas.

### 3. Revisão Descritiva e de Escopo da Literatura

Pretende-se iniciar a discussão com as características gerais da produção, como principais *journals*, anos de produção, autores, áreas e métodos. Ao final, serão descritos os grupos/subgrupos temáticos, que darão subsídio para a revisão de literatura narrativa.

Apresenta-se, inicialmente, a evolução da quantidade dos estudos publicados no período, segregados, conforme Figura 3, entre produções nacionais e internacionais.



**Figura 3.** Quantidade de artigos nacionais e internacionais publicados por ano

Fonte: elaboração própria

Há diferentes reflexos da quantidade de artigos publicados que podem ser justificados com base na evolução do processo normativo de *leasing* conduzido pelo FASB e IASB.

O primeiro movimento ocorre de 2000 a 2002, principalmente internacionalmente. Esse período foi logo após a emissão de um dos estudos feitos pelo G4+1. Esse grupo emitiu dois estudos sobre *leasing*: o primeiro sobre pontos conceituais que poderiam ser alvo de críticas na normatização até então vigente (McGregor, 1996); e o segundo estudo sobre as propostas práticas de mudanças, com lançamentos contábeis e impactos nas demonstrações financeiras (Nailor & Lennard, 2000). Após esses estudos, a *Accounting Horizons* lançou uma chamada para artigos que analisassem essas propostas, sendo mais um chamariz para o aumento de pesquisas.

O segundo movimento, tanto nacional quanto internacional, ocorre a partir de 2006, com crescimento mais acentuado após 2010. Observa-se que o processo normativo internacional sobre arrendamento entrou na agenda em 2006, com emissão de *discussion paper* em 2009, *exposure drafts* em 2010 e 2013 e normas finais em 2016. Assim, foi um momento de afloração do debate, com propostas normativas diferentes entre si e que foram utilizadas como bases para estudos. Espera-se, agora, que haja um terceiro momento de aumento dos estudos após 2019 – ano de início da vigência da IFRS 16 – pois já haverá dados empíricos reais para análise dos seus efetivos impactos.

Portanto, infere-se que a discussão por parte dos normatizadores eleva a relevância científica do tema, o que é naturalmente espelhado pela produção acadêmica, ou seja, a produção científica sobre o tema pode ter sido reflexo das discussões sobre regulação, o que faria com que a pesquisa se comportasse como um balizador sobre os efeitos das decisões normativas. Do mesmo modo, o estudo acadêmico também serve de *input* para os órgãos reguladores. De fato, esse acaba sendo um dos objetivos da pesquisa na área de Contabilidade Financeira, qual seja, o de trazer uma visão científica e crítica acerca do tema, contribuindo para o processo normativo contábil.

Assim como a tempestividade da produção, cabe a análise dos principais periódicos com publicações nesse período, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1

**Principais periódicos científicos, nacionais e internacionais, com produção sobre *leasing***

Periódicos	Cont Fin	Trib	Eco / Adm	Reg	Aud	Ger	Hist	Total	% Vertical
<b>Painel A – Internacionais</b>									
<i>Accounting Horizons</i>	10	-	1	1	1	-	-	13	23%
<i>Journal of State Taxation</i>	-	10	-	-	-	-	-	10	18%
<i>The Accounting Review</i>	4	-	-	-	1	1	-	6	11%
<i>Issues in Accounting Education</i>	3	1	-	-	1	-	-	5	9%
<i>Journal of Business Finance &amp; Accounting</i>	4	-	-	-	-	-	-	4	7%
<i>European Accounting Review</i>	-	-	-	-	1	-	1	2	4%
<i>Journal of Accounting and Public Policy</i>	1	1	-	-	-	-	-	2	4%
<i>Journal of Accounting Research</i>	1	-	-	-	1	-	-	2	4%
<i>Research in Accounting Regulation</i>	1	-	-	1	-	-	-	2	4%
Outros com 1 publicação cada	7	-	-	1	-	1	2	11	19%
<b>Total Internacional</b>	<b>31</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>57</b>	<b>100%</b>
% Horizontal (Internacional)	54%	21%	2%	5%	9%	4%	5%	100%	
<b>Painel B – Nacionais</b>									
Enfoque: Reflexão Contábil	3	-	-	1	-	-	-	4	14%
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	2	1	-	-	-	-	-	3	10%
Organizações Rurais & Agroindustriais	-	-	2	-	-	-	-	2	7%
Pensar Contábil	2	-	-	-	-	-	-	2	7%
Revista Contabilidade Vista & Revista	1	-	-	1	-	-	-	2	7%
Revista de Finanças Aplicadas	2	-	-	-	-	-	-	2	7%
Outros com 1 publicação cada	7	-	4	2	-	1	-	14	48%
<b>Total Nacional</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>
% Horizontal (Nacional)	59%	3%	21%	14%	0%	3%	0%	100%	
<b>Painel C – Total Internacionais e Nacionais</b>									
<b>Total Geral</b>	<b>48</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>86</b>	
% Horizontal (Geral)	56%	15%	8%	8%	6%	3%	3%	100%	

Legenda: ContFin (Contabilidade Financeira/Teoria da Contabilidade); Trib (Tributária); Eco/Adm (Economia/Administração); Reg (Regulação); Aud (Auditoria); Ger (Gerencial); Hist (História).

Fonte: elaboração própria

Dos 30 *journals* internacionais da amostra, 20 tiveram alguma publicação selecionada, assim como os periódicos nacionais. Aqui se pode verificar uma diferença no comportamento das produções por nacionalidade, algo que já é mais explicado pela forma como a publicação científica funciona nos cenários analisados. Os periódicos internacionais apresentam escopos de publicações mais claramente definidos, que demonstram seus principais interesses. Pode-se ver, por exemplo, a predominância da *Accounting Horizons* e da *The Accounting Review* nas publicações de *leasing* com viés para contabilidade financeira e com uso de técnicas quantitativas, enquanto o *Journal of State Taxation*, que é um periódico mais técnico, com publicações voltadas para questões tributárias. A análise de pontos tributários, mais uma vez, reforça a relevância do tema para a área, uma vez que a figura do arrendamento, em muitos casos, ainda é utilizada devido a diferentes vantagens tributárias que essa operação pode trazer.

Nacionalmente não é possível afirmar a existência de concentração, sendo as produções ainda miscigenadas entre os *journals*, com pequeno destaque para a “Enfoque: Reflexão Contábil”, mas, não, algo que a torne uma referência sobre o assunto. Isso pode ser explicado pela ausência de direcionamento das publicações nesse cenário, algo que pode vir a acontecer, assim como no internacional, com o aumento da qualidade e o desenvolvimento da produção científica.

Ainda nessa lógica, a *Issues in Accounting Education*, que possui um escopo mais voltado para questões de ensino, apresentou cinco publicações no período analisado (9% da amostra internacional). A publicação nesse veículo demonstra a relevância do tema, em razão das críticas, da polêmica, e das dificuldades de reconhecimento, entre outros fatores, sendo possível afirmar que o assunto é interessante para a discussão em sala de aula, fato este que pode ser triangulado com a existência de casos de ensino e revisões de literatura específicas sobre o assunto, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2

**Relação dos métodos de investigação, abordagem “quantitativa x qualitativa” e origem da produção.**

Método	Internacional			Nacional			Total		
	Quali	Quant	Total	Quali	Quant	Total	Quali	Quant	Total
Caso de ensino	4	-	4	-	-	-	4	-	4
Experimento	-	8	8	-	-	-	-	8	8
Framework	1	1	2	1	-	1	2	1	3
Modelagem	1	-	1	-	1	1	1	1	2
Pesquisa Analítica	-	17	17	-	7	7	-	24	24
Pesquisa de Campo/Estudo de caso	4	-	4	-	-	-	4	-	4
Pesquisa documental/levantamento	1	-	1	14	-	14	15	-	1
Survey	1	-	1	2	-	2	3	-	3
Técnico	10	-	10	-	-	-	10	-	10
Teórico/Revisão	9	-	9	4	-	4	13	-	13
<b>Total Geral</b>	<b>31</b>	<b>26</b>	<b>57</b>	<b>21</b>	<b>8</b>	<b>29</b>	<b>52</b>	<b>34</b>	<b>86</b>

Fonte: elaboração própria

Para a definição das abordagens metodológicas, utilizou-se como base os estudos de Nascimento *et al.* (2009) e Smith (2003). Algumas pesquisas poderiam ser classificadas como multi-métodos, porém, com o objetivo de manter uma consistência de classificação, optou-se pela classificação baseada na principal ferramenta utilizada para a resolução do objetivo principal de pesquisa relacionado ao *leasing*, assim como a classificação na abordagem “qualitativa *versus* quantitativa”. O mesmo critério foi utilizado para a classificação temática das pesquisas.

Observa-se, em conjunto com o discutido anteriormente, a presença de 4 casos de ensino, todos publicados na *Issues of Accounting Education*. Ao contrário do *mainstream* atual, há uma presença de maior número de pesquisas qualitativas, em ambos os cenários. Internacionalmente, esse fato pode ser explicado pelas 10 publicações de natureza técnica publicadas, que possuem como gatilho análises de propostas tributárias. Retiradas essas publicações, ao menos no cenário internacional, há uma maioria de estudos quantitativos.

Outro ponto a ser destacado é a maior diversidade de métodos nas pesquisas internacionais. Enquanto todos os métodos elencados possuem ao menos uma aplicação no cenário internacional, a pesquisa nacional apresenta sua concentração em seis métodos, com supremacia da pesquisa documental qualitativa. Métodos como estudo de caso, experimentos e casos de ensino não foram utilizados nas pesquisas nacionais, o que, obviamente, não decorre da impossibilidade de aplicação.

Observa-se, também, a relevância dos estudos teóricos, tanto nacionalmente como internacionalmente, o que demonstra que o tema ainda não é um consenso na academia, fazendo com que pesquisas argumentativas e teóricas tenham espaço de publicação ao demonstrar críticas e propostas, principalmente no que concerne a normatização do assunto.

Estritamente com relação aos métodos, há diferenças, como já vistas, entre as aplicações nos cenários nacional e internacional. Enquanto as pesquisas analíticas, que são aquelas em que se usam modelos quantitativos para a exploração do problema de pesquisa, são maioria nas pesquisas internacionais, pesquisas documentais são as mais presentes no cenário nacional. Isso fica nitidamente evidenciado na Tabela 3. Embora as informações dos painéis dessa tabela sejam semelhantes, no primeiro são contrastados os grupos temáticos com a origem do estudo e no segundo os grupos com o enfoque de aplicação.

Tabela 3

**Grupos e Subgrupos temáticos por origem da publicação e por objeto de pesquisa analisado**

Painel A – Grupos temáticos por origem da produção						
Grupos/Subgrupos	Int	%	Nac	%	Total	%
Efeitos/Impactos e(ou) Descrição/Críticas de mudanças normativas	6	0%	3	10%	9	10%
Análise do processo normativo	2	4%	3	10%	5	6%
Comparação de normas	–	0%	2	7%	2	2%
Regras versus princípios	5	9%	1	3%	6	7%
<b>Normatização do Arrendamento</b>	<b>13</b>	<b>23%</b>	<b>9</b>	<b>31%</b>	<b>22</b>	<b>26%</b>
Usuários, risco e efeitos do (não) reconhecimento do leasing	13	23%	1	3%	14	16%
Qualidade de disclosure/auditoria	5	9%	5	17%	10	12%
Indicadores contábeis e/ou covenants	2	4%	5	17%	7	8%
<b>Avaliação de Riscos com base nas DFs (Classificação dos Arrendamentos)</b>	<b>20</b>	<b>35%</b>	<b>11</b>	<b>38%</b>	<b>31</b>	<b>36%</b>
Efeitos tributários	9	16%	1	3%	10	12%
Gerenciamento de resultados/informações	3	5%	–	0%	3	3%
Determinantes. Decisão entre arrendamento ou compra/venda	12	21%	8	28%	20	23%
<b>Decisões/Ações da Administração</b>	<b>24</b>	<b>42%</b>	<b>9</b>	<b>31%</b>	<b>33</b>	<b>38%</b>
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>	<b>86</b>	<b>100%</b>

Painel B – Grupos temáticos por objeto de pesquisa analisado						
Grupos/Subgrupos	Arrendatária	%	Arrendadora	%	Ambos	%
Efeitos/Impactos e(ou) Descrição/Críticas de mudanças normativas	7	12%	–	0%	2	15%
Análise do processo normativo	2	3%	–	0%	3	23%
Comparação de normas	2	3%	–	0%	–	0%
Regras versus princípios	5	8%	–	0%	1	8%
<b>Normatização do Arrendamento</b>	<b>16</b>	<b>27%</b>	<b>–</b>	<b>0%</b>	<b>6</b>	<b>46%</b>
Usuários, riscos e efeitos do (não) reconhecimento do <i>leasing</i>	13	22%	1	8%	–	0%
Qualidade de disclosure/auditoria	8	13%	2	15%	–	0%
Indicadores contábeis e/ou covenants	6	10%	1	8%	–	0%
<b>Avaliação de Riscos com base nas DFs (Classificação dos Arrendamentos)</b>	<b>27</b>	<b>45%</b>	<b>4</b>	<b>31%</b>	<b>–</b>	<b>0%</b>
Efeitos tributários	2	3%	5	38%	3	23%
Gerenciamento de resultados/informações	3	5%	–	0%	–	0%
Determinantes. Decisão entre arrendamento ou compra/venda	12	20%	4	31%	4	31%
<b>Decisões/Ações da Administração</b>	<b>17</b>	<b>28%</b>	<b>9</b>	<b>69%</b>	<b>7</b>	<b>54%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>60</b>	<b>100%</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

A maior parte das pesquisas internacionais está classificada no subgrupo “Usuários, riscos e efeitos do (não) reconhecimento do *leasing*”, que procura avaliar os riscos nas DFs. Esse tema, em geral, prevê a capitalização das informações de *leasing* que estão *off-balance* (arrendamento operacional) e a consequente comparação dos saldos capitalizados *versus* não capitalizados para verificar possíveis comportamentos do mercado de capitais. Para responder a tal problema de pesquisa, faz-se necessária a aplicação de modelos analíticos. Em contrapartida, na pesquisa nacional, as categorias mais presentes têm abordagens mais qualitativas para a exploração do problema, como, por exemplo, o subgrupo “Qualidade de *disclosure*/auditoria”, em que se observa uma maioria das pesquisas que analisam, de forma exploratória, se as empresas seguiram todas as exigências de *disclosure* exigidas na norma. Ainda, o subgrupo “Indicadores contábeis e/ou *covenants*” também foi explorado de forma a calcular indicadores, porém sem técnicas analíticas necessárias para a resposta ao problema de pesquisa. O mesmo ocorre no subgrupo “Determinantes”. Decisão entre “arrendamento ou compra/venda”. Entende-se essa diferença entre os cenários como sendo algo saudável, uma vez que se verificam diversas frentes de pesquisa pouco exploradas e que ainda podem ser examinadas.

Outro ponto é que, proporcionalmente, as pesquisas nacionais possuem uma divisão mais equitativa entre os grupos temáticos, enquanto as internacionais possuem maior peso para o grupo “Decisões/Ações da Administração” e, depois, “Avaliação de Riscos com base nas DFs (Classificação dos Arrendamentos)”. Essa diferença pode ser explicada pela maior existência de estudos de natureza tributária nos *journals* internacionais, reforçando o possível *gap* de produção, já que nacionalmente essa produção é pouco representativa.

No painel B, percebe-se uma maior quantidade de estudos voltada para as arrendatárias (60 *papers*), enquanto são apenas 13 os artigos que analisam as arrendadoras unicamente. Verifica-se, portanto, a carência de estudos para arrendadoras, algo já argumentado (Bauman & Francis, 2011). Isso não quer dizer que não haja caminho para tal. Por exemplo, não se verificou qualquer estudo com foco exclusivo para a arrendadora no grupo “Normatização do Arrendamento”, algo curioso, tendo em vista que esse processo de normatização foi polêmico. Em todas as propostas normativas feitas pelo IASB e FASB, houve mudança relevantes para arrendadoras, sendo elas amplamente criticadas. Apesar de diversas propostas, a IFRS 16 não traz qualquer modificação para as arrendadoras, o que parece um tanto quanto incoerente, tendo em vista que antes argumentava-se a necessidade de simetria da contabilização entre arrendadoras e arrendatárias (Biondi *et al.*, 2011). Esse fato pode gerar estudos que busquem entender o que levou as decisões dos normatizadores a se modificarem ao longo do processo, que podem ter focos em *lobbying*, grupos de interesse, teóricos e documentais.

Nas arrendatárias, porém, é previsível que a maior parte dos estudos esteja no grupo “Avaliação de Riscos com base nas DFs (Classificação dos Arrendamentos)”, uma vez que a maior crítica para essas empresas deriva do fato da possível estruturação de operações e “maquiagem” do risco ao classificar as operações de arrendamento.

Percebe-se que ainda há interesse em verificar se as transações de *leasing* são realmente vantajosas frente à compra de bens, fato este que se torna de grande relevância atualmente, já que a norma não permite mais operações *off-balance*, ou seja, grande parte das empresas que se sentiam atraídas pelo arrendamento pela possibilidade contábil de não reconhecimento das dívidas em seus balanços agora não terão mais tal benefício. Portanto, fica a pergunta: será que a normatização contábil irá influenciar na decisão das empresas em arrendar ou comprar? Haverá efeito na forma de comercialização desses contratos?

Considerando que os estudos que têm como objeto arrendadoras e (ou) arrendatárias demonstraram diversos pontos de possibilidade de pesquisa, realizou-se, na Tabela 4, uma comparação desses objetos com as áreas de aplicação dos estudos.

Tabela 4

**Relação da área de estudo com o enfoque do objeto analisado**

Área do Estudo	Arrendatária	Arrendadora	Arrendatária / Arrendadora	Total	%
Contabilidade Financeira/ Teoria da Contabilidade	39	4	5	48	56%
Tributária	4	6	3	13	15%
Economia/Administração	6	1	-	7	8%
Regulação	3	1	3	7	8%
Auditoria	5	-	-	5	6%
Gerencial	2	1	-	3	3%
História	1	-	2	3	3%
<b>Total Geral</b>	<b>60</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>86</b>	<b>100%</b>
<b>%</b>	<b>70%</b>	<b>15%</b>	<b>15%</b>	<b>100%</b>	

Fonte: elaboração própria

As arrendatárias possuem estudos em todas as áreas analisadas, com predominância para Contabilidade Financeira/Teoria da Contabilidade, já que esta é realmente a maior discussão conceitual do tema. Já as arrendadoras, apesar de representarem apenas 15% dos estudos da amostra, só não tiveram estudos na área de auditoria e história. Isso, além de demonstrar a carência de estudos nessas áreas, também leva à compreensão de que podem ser feitos estudos nas demais. Todos os grupos/subgrupos identificados nessa pesquisa, assim como as áreas de concentração da contabilidade, podem ter estudos voltados tanto para arrendadoras quanto para arrendatárias, sem exceção.

Há, também, possibilidades de união das exatas categorias que não possuem qualquer estudo na amostra. Por exemplo, o subgrupo “regras *versus* princípios” pode ser analisado na área de auditoria e controle interno: como as empresas arrendadoras selecionam, e as auditoras validam, a classificação do arrendamento (financeiro ou operacional) de forma a garantir a comparabilidade dessas operações? Há que se considerar que a norma internacional possui princípios norteadores e a norma norte-americana possui regras que determinam tal classificação. Os controles internos podem garantir a correta aplicação desses princípios ou regras? Essa questão, por exemplo, ainda é relevante, já que a norma para arrendadoras continua com a classificação entre financeiro e operacional.

Com base na diversidade apresentada, a última análise refere-se a possível especialização de autores na produção. Essa análise pode ser realizada pela quantidade de produções que cada autor possui sobre o tema. Assim, espera-se que autores com mais produção sobre o tema tenham real linha de pesquisa voltada para tal.

Como pode ser observado na Tabela 5, painel A, foram identificados 228 autorias (aqui conta-se a totalização de autores, sem levar em consideração se ele apareceu mais de uma vez) nos 86 *papers*: uma média de 2,65 autores por *paper*. Ao se analisar o painel B, tem-se um total de 212 autores diferentes (13 autores produziram mais de 1 artigo sobre o tema e 199 produziram 1 *paper*).

Tabela 5

**Dados de autorias e autores**

Painel A – Média de autorias								
Origem	Amostra	Autorias	Média de autores por <i>paper</i>					
Internacional	57	140	2,46					
Nacional	29	88	3,03					
<b>Total/Média</b>	<b>86</b>	<b>228</b>	<b>2,65</b>					

Painel B – Autores com mais de 1 produção								
Autores	Cont Fin	Trib	Eco / Adm	Reg	Aud	Ger	Hist	Total
Jorge Katsumi Niyama	4			1				<b>5</b>
Autores nacionais (3) com 2 publicações cada	2		2			2		<b>6</b>
Autores internacionais (9) com 2 publicações cada	15			1	2			<b>18</b>
Outros (199) autores com 1 produção	117	20	19	18	13	6	6	<b>199</b>
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>228</b>

Fonte: elaboração própria

Dos autores com mais de uma produção, quatro são nacionais e, destes, apenas um (Jorge Katsumi Niyama) com mais de dois artigos. Isso demonstra que é uma área de baixa especialização. Ao analisar o autor que mais publicou, verifica-se que sua dedicação ao tema ocorre desde sua dissertação de mestrado, que verifica questões contábeis das arrendadoras no Brasil, em 1982. O autor possui grupos de pesquisa sobre normatização contábil, o que justifica sua produção nas áreas de Contabilidade Financeira e Regulação. Ao total, foram cinco artigos produzidos nesse período, o que representa 17% dos nacionais (5/29).

## 4. Revisão Narrativa da Literatura

### 4.1 Normatização do arrendamento

Há quatro subgrupos no grupo “Normatização do Arrendamento”. A maioria dos estudos possui uma relação natural com a normatização, uma vez que se utilizam de normas para avaliação de algum critério contábil, porém não são todos os estudos que podem ser encaixados nesse grupo. Compõem o grupo aqueles estudos que têm como objetivo análises de componentes normativos, como: premissas de escolhas contábeis, o processo em si, ou críticas a mudanças das normas.

No primeiro subgrupo “**Efeitos/Impactos e (ou) Descrição/Críticas de mudanças normativas**”, podem-se encontrar estudos que analisam pontos das propostas normativas feitas sobre o assunto, tendo como principal tópico a capitalização do arrendamento (Biondi *et al.*, 2011; Lipe, 2001; Monson, 2001; Ryan, Herz, Iannaconi, Maines, Palepu, Schipper & Vicente, 2001; Spencer & Webb, 2015). Entre esses estudos, há um consenso, com relação à necessidade de mudanças nas normas internacionais, em defesa da necessidade de um modelo único de capitalização para as arrendatárias.

Para subsidiar os argumentos, algumas críticas principais são feitas às propostas normativas, como: *bright-linetests*; arbitrariedade; estruturação das transações; baixa comparabilidade e alta complexidade; comportamento oportunista de gestores; apresentação *off-balance* e não reconhecimento de passivos; falta de simetria e brechas contábeis (Biondi *et al.*, 2011; Franzen, Cornaggia & Simin, 2009; Jamal & Tan, 2010; Lipe, 2001).

Apesar de parecer haver um consenso acadêmico sobre o fim da classificação do arrendamento, gerando a capitalização de todos os contratos pelas arrendatárias e suprimindo as definições de ativo e passivo da estrutura conceitual, ainda não há consenso, nesses estudos, sobre a contabilização de opções contratuais, como: valor residual garantido e aluguéis contingentes, sendo esses temas férteis para a pesquisa conceitual, que podem contribuir ao debate acadêmico e profissional.

Apesar disso, na prática essa realidade se torna diferente. Comiran e Graham (2016), já classificados no subgrupo “**Análise do processo normativo**”, demonstram que, em análise da participação de usuários no processo normativo da IFRS 16, mais de 25% dos respondentes são a favor da capitalização do arrendamento, porém 75% são contrários a mudanças nas normas. Os achados são contraditórios e não se sabe, ao certo, qual o posicionamento dos usuários frente às mudanças. Maiores pesquisas podem ser realizadas para tentar compreender esse comportamento paradoxal e possíveis vieses que são vistos como problemáticos por parte dos usuários para mudanças normativas.

Os outros estudos desse subgrupo seguem a mesma linha de pesquisa, voltados para questões sobre *lobbying* e participação de usuários no processo normativo. Há pesquisas que analisam o *Discussion Paper* (Carmo, Ribeiro & Carvalho, 2014), *Exposure Draft* (Matos, 2013) ou o processo de forma mais geral (Comiran & Graham, 2016; Larson & Herz, 2011). Em todas, observa-se que a participação dos usuários pode influenciar na decisão de conceitos por parte dos normatizadores.

O subgrupo “**Comparação de normas**” teve apenas classificações de estudos nacionais. A comparação, nesse caso, foi entre normas fiscais e as normas contábeis. Por meio de pesquisas documentais, foram levantados pontos em que as normas eram contrastantes.

Por fim, os estudos de “**Regras versus princípios**” formam um subgrupo em que o *leasing* figura, em sua maioria, como objeto de pesquisa e não como tema em si. Isso ocorre porque a norma de arrendamento é uma das mais conhecidas para a comparação da dualidade regras  $\times$  princípios, já que a norte-americana possui critérios baseados em regras (*bright-linetests*) para a classificação dos arrendamentos e a internacional é baseada em princípios, sendo esse um ambiente experimental interessante para pesquisas (Cohen, Krishnamoorthy, Peytcheva & Wright, 2013). Esse tema, portanto, é explorado tanto na Contabilidade Financeira quanto na Auditoria, assim como com métodos de experimento, teóricos e analíticos.



Entre as pesquisas, há evidências de utilização da dualidade regras *versus* princípios de forma oportunista por parte da administração das empresas (Jamal & Tan, 2010), sendo que esta modifica o comportamento dos auditores (Cohen *et al.*, 2013), assim como tendências diferenciadas de classificação dos arrendamentos (semelhantes) em normas com perspectivas diferentes de princípios *versus* regras (Collins, Pasewark & Riley, 2012). Esses achados, porém, não são consensuais, tendo em vista que Henderson e O'Brien (2017) não encontraram diferenças na classificação dos arrendamentos.

Não foram encontrados estudos sobre custos regulatórios, porém esses estudos podem ser realizados, já que entre as críticas a essa norma está o fato de seu custo-benefício não ser compensatório, principalmente em decorrência da necessidade de revisão de todos os contratos e da aquisição de sistemas de controles específicos para arrendamentos. Do outro lado, o possível benefício pode não ser tão evidente, já que o mercado tende a ajustar as informações *off-balance* e a mudança normativa pode não ter efeito sobre a avaliação do mercado (Bratten, Choudhary & Schipper, 2013).

Portanto, por mais que existam estudos em diversos métodos, áreas e subgrupos sobre normatização e arrendamento, esse ainda é um grupo fértil para pesquisas, principalmente se for considerado que o processo terminou recentemente e estudos podem analisar todo o processo. Observa-se, também, uma condição relevante o fato de o FASB e do IASB terem lançado normas finais diferentes, com características de reconhecimento e mensuração também distintas, como a forma de reconhecimento das despesas por parte das arrendatárias. Esse fato pode ser alvo tanto de pesquisas comparativas como de possíveis impactos dessas diferenças e até mesmo de questões relacionadas com *lobbying* e grupos de interesses.

#### 4.2 Avaliação de riscos com base nas DFs (classificação dos arrendamentos)

A maioria das pesquisas que têm o *leasing* como tema ou objeto de estudo possui alguma relação, direta ou indireta, com a possibilidade de classificação do arrendamento em operacional ou financeiro (Spencer & Webb, 2015). Nesse grupo, porém, são classificados os estudos que relacionam a classificação do arrendamento com informações contábeis e participantes do mercado. Seus objetivos, em geral, buscam compreender os efeitos e riscos derivados dos modelos de classificação.

O primeiro subgrupo, “**Usuários, risco e efeitos do (não) reconhecimento do *leasing***”, é formado por uma maioria de estudos que procura verificar como os participantes do mercado entendem e reagem às informações apresentadas nas situações de arrendamento operacional (*off-balance*) e como isso influencia a tomada de decisão, ou seja, como os participantes do mercado avaliam os riscos das empresas tomando como base a classificação dos arrendamentos (Kusano, 2018).

Essas pesquisas são aplicadas, principalmente, nas arrendatárias e, por sua natureza, são de maioria analítica, porém podem ser realizadas com diversos métodos, como *surveys*, experimentos e modelagem, entre outros. Como principal base metodológica, aparecem estudos que propõem métodos de capitalização do arrendamento, como Beattie, Goodacre e Thomson (1998), Ely (1995) e Imhoff Jr. *et al.* (1991). Até o momento, esse método se torna necessário para que possa ser feita uma quantificação dos efeitos de possíveis capitalizações.

A aplicação dessa categoria também já foi realizada em diferentes cenários, como Estados Unidos (Bratten *et al.*, 2013), (Bratten *et al.*, 2013, Austrália (Xu, Davidson & Cheong, 2017), Brasil (Martins, Machado & Machado, 2013), Reino Unido (Beattie, Goodacre & Thomson, 2000) e Japão (Kusano, 2018), sendo os achados ainda não consensuais. Isso pode abrir margem para interpretações, como falha na estimação de modelos ou reais diferenças entre países, porém um fato é real: ainda há campo de estudo sobre esse tema, principalmente se for considerada que a maior crítica à normatização atual é a possível não relevância contábil das informações *off-balance*.

Outro ponto que pode ser alvo de pesquisas com o objetivo de avançar na produção da área é a criação de novos modelos de capitalização mais modernos e convergentes às propostas recentes. Esses modelos poderão ser contrastados, a partir de 2019, com a efetiva aplicação por parte das empresas, contribuindo para as áreas de Contabilidade Financeira e Auditoria. Por ser uma proposta nova, *frameworks* de avaliações dessas informações também podem contribuir para a avaliação de riscos por parte do mercado.

Ainda com relação à avaliação do mercado sobre as informações de arrendamento, alguns autores mostram, principalmente no cenário americano, que usuários sofisticados conseguem extrair a informação *off-balance* e levar tais pontos em suas considerações na avaliação de risco das empresas. Sendo assim, não seria necessária modificação na normatização, uma vez que capitalizar, ou não, as informações de arrendamento não modificaria a opinião dos investidores mais sofisticados (Bratten *et al.*, 2013). Entretanto, propostas de pesquisa podem ser realizadas ao contrastar esse argumento com a alegada função social da Contabilidade. Deve a Contabilidade se preocupar com informações que já são ajustadas pelos usuários? Há diferença no ganho (social ou econômico) entre os usuários que possuem recursos para realizar tais ajustes?

Os estudos do subgrupo “**Qualidade de disclosure/auditoria**” também se utilizam da diferença contábil decorrente dos modelos de classificação, porém com contribuição ao debate sobre *disclosure* e riscos, tanto com o viés financeiro quanto de auditoria. A principal linha de pesquisa busca verificar se as informações são vistas como completas, ou seja, se as demonstrações financeiras proporcionam todos os dados necessários para correto julgamento por parte dos usuários. Essas pesquisas tendem a avaliar as notas explicativas de arrendatárias (Zechman, 2010), arrendadoras (Bauman & Francis, 2011) e de pontos específicos da norma, como as opções de renovação (Hales, Venkataraman & Wilks, 2012).

Nesses estudos, os autores encontraram, por meio de técnicas de levantamento exploratório, a não completude das informações solicitadas nas normas. Isso leva a um debate sobre regulação que pode ser contrastado com o do subgrupo anterior. Questiona-se, se as informações não são completas, como o mercado e os investidores podem aferir corretamente seus efeitos? A regulação está solicitando informações além do necessário para a avaliação do mercado? Ou será que as informações não são consideradas materialmente relevantes, pelos preparadores e auditores, a ponto de serem evidenciadas em sua completude?

O último subgrupo dessa seção é o de “**Indicadores contábeis e/ou covenants**”, que também apresenta relação direta com o comportamento dos usuários na avaliação de risco das entidades, porém toma-se como premissa que as obrigações não reconhecidas são relevantes no cálculo de indicadores contábeis e, por consequência, em taxas de juros e *covenants*.

Com relação às *covenants*, a única pesquisa da amostra que avalia tal ponto chega a conclusão de que os credores já levam em consideração as informações *off-balance* na estipulação desses contratos, ou seja, mesmo com as mudanças, essas informações não levariam à quebra de contratos (Paik, van der Laan Smith, Lee, & Yoon, 2015). Apesar disso, essa pesquisa é realizada tomando como base o cenário sofisticado norte-americano. Para uma correta previsão desse fenômeno, há espaço para esse estudo em demais cenários, até mesmo menos sofisticados, contribuindo ao debate sobre a convergência e seus efeitos.

Por fim, os estudos sobre comparação de indicadores tendem a utilizar setores específicos em suas análises, isso porque muitas vezes a subjetividade desses indicadores varia entre setores. Portanto, exemplos sobre avaliação de empresas podem ser vistos em análises do setor aéreo, de transportes e instituições financeiras. Entretanto, não foram encontrados estudos que focam na análise de indicadores financeiros com foco em setores que também possuem impacto relevante de arrendamento operacional, como serviços, hotelaria e varejo.

### 4.3 Decisões/Ações da Administração

No último grupo (“Decisões/Ações da Administração”) foram classificados os estudos que têm como premissa análises que impactam de forma mais direta os efeitos internos às entidades, principalmente aqueles que dependem de ações da própria administração.

O primeiro subgrupo – “Efeitos tributários” – apresenta maior quantidade de estudos técnicos, como já discutido. A única pesquisa que não possui essa origem é a de Roza, Alberton e Limongi (2008), que procura verificar pontos de arrecadação de um imposto local em decorrência das operações de arrendamento. Essa ausência de estudos acadêmicos sobre efeitos tributários pode ser justificada pela dificuldade na obtenção de dados; porém essa dificuldade também abre frente para estudos de outras naturezas, como estudos de caso ou de cunho mais exploratório.

Sobre “Gerenciamento de resultados/informações”, cabe ressaltar que são estudos que visam a verificação do gerenciamento de forma interna à entidade, ou seja, momentos em que a entidade opta por determinar os níveis ótimos de informações a serem dadas ao mercado. As pesquisas são mais exploratórias e normalmente voltadas para estudos de caso individuais. A dificuldade na obtenção dos dados faz com que essas pesquisas representem um pequeno efeito sobre o que é pesquisado sobre arrendamento, mas de grande valia para a área. A lógica principal é analisar como a manipulação de informações é feita para limitar potenciais impactos de uma regulação (Bátiz-Lazo & Billings, 2012).

Por fim, o subgrupo “Determinantes. Decisão entre arrendamento ou compra/venda” já foi alvo de uma revisão de literatura no cenário internacional (Morais, 2013). Nessa categoria há estudos aplicados em diferentes cenários, como tabaco, manufatura, terras e financeiro, entre outros, com foco maior para decisões da arrendatária. Não há achados generalizados. Entende-se, até então, que a decisão para a realização de arrendamento, assim como seus determinantes, varia de acordo com a empresa, cenário institucional, vantagens tributárias e diversos outros fatores, o que dificulta estudos comparativos com amostras de grande vulto.

Com base na análise desse grupo temático, uma pergunta que permeia muitos dos estudos tangencia o debate sobre a proatividade da Contabilidade. Nesse caso, deveria a contabilidade ser proativa em modificações que podem influenciar nos modelos de negociação dos contratos? Se a Contabilidade se antecipar na normatização, ela poderia influenciar o modelo de negociação, seria esse seu objetivo? Os estudos não respondem tal pergunta, porém ela faz uma ponte entre diversas áreas da Contabilidade, representando um interessante tema de investigação.

## 5. Considerações Finais

Objetivou-se, na presente pesquisa, realizar uma revisão de literatura – baseada nos diferentes pressupostos metodológicos de Paré *et al.* (2015) – com o objetivo de identificar e caracterizar a produção científica sobre arrendamento mercantil na área de Contabilidade no período de 2000 a 2018. Na consecução dessa análise, uma amostra de 86 artigos foi selecionada e classificada conforme sua aplicação temática. Foram criados três grupos temáticos, subdivididos em dez subgrupos que foram balizadores para a revisão narrativa da literatura.

Como diversas pesquisas foram analisadas nesse *paper*, ressalta-se que todas as leituras realizadas não possuíram o objetivo de criticar ou qualificar a pesquisa internacional *versus* nacional como concorrentes, mas, sim, mostrar diversas frentes de pesquisa que podem ser ainda exploradas por pesquisadores brasileiros. Por fim, ressalta-se que no próprio corpo do *paper* foram levantados pontos e possibilidades de perguntas de pesquisas futuras, já que essas possibilidades de pesquisa são oriundas das lacunas encontradas em cada categoria.

A sumarização de pesquisas demonstra que, em sua maioria, os estudos possuem um foco para a análise de critérios contábeis do *leasing* relacionados com a classificação entrefinanceiro e operacional. O fato de haver condições contábeis diferentes para cada classificação leva a uma produção que envolve diversas frentes de análise, como *disclosure*, indicadores contábeis, qualidade da informação, análises de riscos, determinantes e decisões de comprar ou arrendar.

Um dos marcos esperados para esses estudos está na emissão da nova norma internacional sobre o tema (IFRS 16), que, além de extinguir essa classificação, exige o mesmo tratamento contábil para todas as arrendatárias, qual seja o de reconhecer todas as operações de arrendamento como ativo e passivo. Assim, possíveis vantagens de alguma categoria foram extintas e as empresas terão que se reorganizar para avaliar os impactos aos riscos e ao próprio negócio, porém não somente a Regulação e a Contabilidade Financeira que são exploradas sobre o assunto. Há estudos que também analisam pontos de interesse para a auditoria, efeitos tributários e gerencial, o que demonstra a contínua relevância do tema e sua importância para diferentes frentes de pesquisa.

Um destaque ocorre para a carência de estudos com foco nas arrendadoras, sendo que o grupo “Normatização do Arrendamento” não apresentou qualquer estudo com essas entidades como foco principal. Essa frente de pesquisa pode ser promissora, principalmente se for considerado os diversos possíveis marcos da normatização das arrendadoras. Esse processo foi marcado por mudanças nas propostas normativas do FASB e do IASB, inclusive sendo alvo de desentendimentos entre os órgãos e sendo considerado como um ponto polêmico da normatização. Nesse sentido, diversas frentes podem ser analisadas, desde discussões teóricas sobre as vantagens/desvantagens, custo/benefício até visões empíricas sobre participações dos usuários, *lobbying*, grupos de interesses e impactos das diferentes propostas, entre outros.

Não há definição clara de diferenças nas pesquisas nacionais e internacionais no que concerne aos resultados encontrados, porém percebe-se que o cenário institucional é de grande efeito nas análises, já que cada ambiente possui vantagens diferentes para as operações de *leasing*. Esse fato faz com que seja mais difícil a implementação de pesquisas empíricas em ambientes internacionais (comparação entre diferentes mercados), porém não limita a condição de pesquisas, o que pode acabar por contribuir para a identificação de mais pontos de pesquisa internacionais.

As diferenças e lacunas entre grupos/subgrupos na classificação de pesquisas nacionais e internacionais não devem ser vistas como contradições, mas, sim, como possibilidades de extensão da literatura. Entre os exemplos, estão os estudos de natureza tributária, que são mais presentes no ambiente americano, mas podem ser exploradas nos mais diversos cenários. Corroborando o argumento anterior, essa é uma área de estudos que pode ser explorada nos diversos cenários institucionais, de forma que pode contribuir, inclusive, para às análises sobre convergência, uma vez que os efeitos tributários influenciam a implantação de diversas normas contábeis.

Com relação à normatização, um dos pontos de preocupação sobre o tema é oriundo exatamente dessa mudança. Como grande parte das pesquisas sobre *leasing* se baseavam na dicotomia contábil gerada pelos diferentes modelos de contabilização, será que agora que não existirá mais tal fato as pesquisas sobre o tema se tornarão irrelevantes? Pode-se dizer que, a princípio, não. Após a implementação da IFRS 16, espera-se que as pesquisas possam realmente analisar se as previsões dos estudos anteriores ocorreram de fato, ou seja, se os problemas levantados pela literatura realmente foram extintos após a regulação contábil. Aqui entra outro debate, sendo ele relacionado com a função da Contabilidade em si. Nesse sentido, as mudanças contábeis podem influenciar a forma como os contratos de arrendamento são negociados, ou seja, a Contabilidade teria um efeito proativo na negociação desse tipo de operação. Seria esse o objetivo da área? Ou a área deve se restringir a tentar ser reativa e espelhar as necessidades do mercado? Será que a normatização contábil irá influenciar a decisão das empresas em arrendar ou comprar? Haverá efeito na forma de comercialização desses contratos?

Além destas perguntas, ressalta-se a necessidade de estudos sobre pontos de análise em que ainda não há consensos, como a contabilização de opções contratuais, valor residual garantido e alugueis contingentes. Outro ponto de interesse acadêmico e prático, porém não explorado com aplicação na norma de *leasing*, refere-se aos custos regulatórios que essa norma traz consigo. Muito se fala em custo/benefício da informação, porém são restritas as pesquisas empíricas que analisam tal situação. Ainda, perguntas foram identificadas com relação à função social da Contabilidade. Como o arrendamento é um tema de relevância internacional e interesse dos mais diversos constituintes, não há consenso sobre a quantidade de informações a serem dadas e se o mercado realmente precisa dessas informações para avaliar o risco das empresas. Nesse sentido, a Contabilidade privilegia, ao decidir as informações a serem dadas, os usuários mais qualificados? Se as informações não são completas, como o mercado e os investidores podem aferir corretamente seus efeitos? A regulação está solicitando informações além do necessário para a avaliação do mercado? Ou será que as informações não são consideradas relevantes o suficiente, pelos preparadores e auditores, a ponto de serem evidenciadas em sua completude?

Por fim, os critérios de qualidade da produção tangenciaram a análise, porém não foram explorados no *paper*. Entende-se que a seleção dos *journals* mais relevantes da área já é um pré-julgamento sobre a qualidade. Porém algo que foi notado é que, ao se analisarem os artigos nacionais e internacionais, aparentou-se haver uma diferença nos embasamentos teóricos que as justificam, ou seja, não parecem ter sido utilizadas as mesmas teorias ou estudos base. Muitos se baseiam na natureza de classificação (operacional e financeiro) para suas análises, portanto, a princípio não haveria motivo para grande diferença na utilização de referências, sendo esta uma das contradições encontradas e que podem ser exploradas em pesquisas futuras.

## Referências

- Ang, J. & Peterson, P. P. (1984). The Leasing Puzzle. *The Journal of Finance*, 39(4), p.1055. <https://doi.org/10.2307/2327612>
- Barone, E., Birt, J. & Moya, S. (2014). Lease Accounting: A Review of Recent Literature. *Accounting in Europe*, 11(1), pp. 35–54. <https://doi.org/10.1080/17449480.2014.903630>
- Bátiz-Lazo, B. & Billings, M. (2012). Accounting Regulation and Management Discretion-A Case Note. *Abacus*, 48(3), pp. 414–437. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2012.00370.x>
- Bauman, M. P. & Francis, R. N. (2011). Issues in Lessor Accounting: The Forgotten Half of Lease Accounting. *Accounting Horizons*, 25(2), pp. 247–266. <https://doi.org/10.2308/acch-10021>
- Beattie, V., Edwards, K. & Goodacre, A. (1998). The impact of constructive operating lease capitalisation on key accounting ratios. *Accounting and Business Research*, 28(4), pp. 233–254. <https://doi.org/10.1080/00014788.1998.9728913>
- Beattie, V., Goodacre, A. & Thomson, S. (2000). Recognition versus Disclosure: An Investigation of the Impact on Equity Risk Using UK Operating Lease Disclosures. *Journal of Business Finance & Accounting*, 27(9&10), pp. 1185–1224. <https://doi.org/10.1111/1468-5957.00352>
- Biondi, Y., Bloomfield, R. J., Glover, J. C., Jamal, K., Ohlson, J. A., Penman, S. H., ... Jeffrey Wilks, T. (2011). A perspective on the joint IASB/FASB exposure draft on accounting for leases. *Accounting Horizons*, 25(4), pp. 861–871. <https://doi.org/10.2308/acch-50048>
- Bowman, R. (1980). The Debt Equivalence Of Leases: An Empirical Investigation. *The Accounting Review*, 55(2), pp. 237–253. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/246342>
- Bratten, B., Choudhary, P. & Schipper, K. (2013). Evidence that Market Participants Assess Recognized and Disclosed Items Similarly when Reliability is Not an Issue. *The Accounting Review*, 88(4), pp. 1179–1210. <https://doi.org/10.2308/acch-50421>

- Carmo, C. H. S. do, Ribeiro, A. M. & Carvalho, L. N. G. de. (2014). Influência dos Grupos de Interesse no Processo de Normatização Contábil Internacional: o Caso do Discussion Paper sobre Leasing. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 25(2), pp. 98–118.
- Cohen, J. R., Krishnamoorthy, G., Peytcheva, M. & Wright, A. M. (2013). How Does the Strength of the Financial Regulatory Regime Influence Auditors' Judgments to Constrain Aggressive Reporting in a Principles-Based Versus Rules-Based Accounting Environment? *Accounting Horizons*, 27(3), pp. 579–601. <https://doi.org/10.2308/acch-50502>
- Collins, D. L., Pasewark, W. R. & Riley, M. E. (2012). Financial Reporting Outcomes under Rules-Based and Principles-Based Accounting Standards. *Accounting Horizons*, 26(4), pp. 681–705. <https://doi.org/10.2308/acch-50266>
- Comiran, F. & Graham, C. M. (2016). Comment letter activity: A response to proposed changes in lease accounting. *Research in Accounting Regulation*, 28(2), pp. 109–117. <https://doi.org/10.1016/j.ra-creg.2016.09.010>
- Ely, K. M. (1995). Operating Lease Accounting and the Market's Assessment of Equity Risk. *Journal of Accounting Research*, 33(2), p. 397. <https://doi.org/10.2307/2491495>
- Franzen, L., Cornaggia, K. R. & Simin, T. T. (2009). Capital Structure and the Changing Role of Off-Balance-Sheet Lease Financing. *SSRN Electronic Journal*, (April 2008). <https://doi.org/10.2139/ssrn.1452971>
- Hales, J. W., Venkataraman, S. & Wilks, T. J. (2012). Accounting for Lease Renewal Options: The Informational Effects of Unit of Account Choices. *The Accounting Review*, 87(1), pp. 173–197. <https://doi.org/10.2308/accr-10165>
- Henderson, D. & O'Brien, P. C. (2017). The standard-setters' toolkit: can principles prevail over bright lines? *Review of Accounting Studies*, 22(2), pp. 644–676. <https://doi.org/10.1007/s11142-017-9392-4>
- Imhoff, E. A. & Thomas, J. K. (1988). Economic consequences of accounting standards. *Journal of Accounting and Economics*, 10(4), pp. 277–310. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(88\)90006-7](https://doi.org/10.1016/0165-4101(88)90006-7)
- Imhoff Jr., E. a, Lipe, R. C. & Wright, D. W. (1991). Operating Leases: Impact of Constructive Capitalization. *Accounting Horizons*, 5(1), pp. 51–63.
- Jamal, K. & Tan, H. T. (2010). Joint effects of principles-based versus rules-based standards and auditor type in constraining financial managers' aggressive reporting. *Accounting Review*, 85(4), pp. 1325–1346. <https://doi.org/10.2308/accr.2010.85.4.1325>
- Kusano, M. (2018). Effect of capitalizing operating leases on credit ratings: Evidence from Japan. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 30(March), pp. 45–56. <https://doi.org/10.1016/j.intaccudtax.2017.12.008>
- Largay III, J. A. (2001). Commentaries on Accounting for Leases. *Accounting Horizons*, 15(3), pp. 273–273. <https://doi.org/10.2308/acch.2001.15.3.273>
- Larson, R. K. & Herz, P. J. (2011). The academic community's participation in global accounting standard-setting. *Research in Accounting Regulation*, 23(1), pp. 34–45. <https://doi.org/10.1016/j.ra-creg.2011.03.006>
- Lipe, R. C. (2001). Lease Accounting Research and the G4+1 Proposal. *Accounting Horizons*, 15(3), pp. 299–310. <https://doi.org/10.2308/acch.2001.15.3.299>
- Martins, V. G., Machado, M. A. V. & Machado, M. R. (2013). Value Relevance das informações de Leasing Operacional: um estudo em empresas brasileiras. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 32(2), pp. 83–99. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v32i2.19762>

- Massaro, M., Dumay, J. & Guthrie, J. (2016). On the shoulders of giants: undertaking a structured literature review in accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 29(5), pp. 767–801. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-01-2015-1939>
- Matherly, M. & Shortridge, R. T. (2009). A pragmatic model to estimate journal quality in accounting. *Journal of Accounting Education*, 27(1), pp. 14–29. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2009.07.001>
- Matos, E. B. S. de. (2013). *Critérios de Reconhecimento, Mensuração e Apresentação das operações de leasing segundo a minuta de pronunciamento (ED/2010/9) do IASB: análise da opinião dos usuários da informação contábil*. Dissertação de Mestrado, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN), Brasília, DF, Brasil.
- Matos, E. B. S. de, Araújo, L. V. L. de, Guerra, M. & Murcia, F. D. (2017). Estudos Internacionais Sobre Valor Justo (2000-2016): Temáticas, Métodos e Sugestões de Pesquisas Futuras. *Revista de Educação e Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 11(3), pp. 276–295. <https://doi.org/10.17524/repec.v11i3.1559>
- Matos, N. B. & Niyama, J. K. (2018). IFRS 16 - Leases: Challenges, Perspectives and Implications in the Light of Substance Over Form. *Revista de Educação e Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 12(3), pp. 323–340. <https://doi.org/10.17524/repec.v12i3.1858>
- McGregor, W. (1996). *Accounting for Leases: A New Approach*. Financial Accounting Series Nº. 163-A. Norwalk, CT: Financial Accounting Foundation.
- Monson, D. W. (2001). The conceptual framework and accounting for leases. *Accounting Horizons*, 15(3), pp. 275–287. <https://doi.org/10.2308/acch.2001.15.3.275>
- Morais, A. I. (2013). Why companies choose to lease instead of buy? Insights from academic literature. *Academia*, 26(5), pp. 432–446. <https://doi.org/10.1108/ARLA-07-2013-0091>
- Nailor, H. & Lennard, A. (2000). *LEASES: Implementation of a New Approach*. Financial Accounting Series Nº. 206-A. Norwalk, CT: Financial Accounting Foundation.
- Nascimento, A. R. do, Santos, A. dos, Salotti, B. M. & Murcia, F. D.-R. (2009). Disclosure social e ambiental: Análise das pesquisas científicas veiculadas em periódicos de língua inglesa. *Contabilidade Vista & Revista*, 20(1), pp. 15–40. Retrieved from <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/572>
- Paik, D. G. H., van der Laan Smith, J. A., Lee, B. B. & Yoon, S. W. (2015). The Relation between Accounting Information in Debt Covenants and Operating Leases. *Accounting Horizons*, 29(4), pp. 969–996. <https://doi.org/10.2308/acch-51214>
- Paré, G., Trudel, M. C., Jaana, M. & Kitsiou, S. (2015). Synthesizing information systems knowledge: A typology of literature reviews. *Information and Management*, 52(2), pp. 183–199. <https://doi.org/10.1016/j.im.2014.08.008>
- Reither, C. L. (1998). What are the Best and the Worst Accounting Standards? *Accounting Horizons*, 12(3), pp. 283–292.
- Roza, M. M. C., Alberton, L. & Limongi, B. (2008). A Gestão Tributária do Leasing Como Fonte de Receita Municipal. *Revista de Contabilidade Do Mestrado Em Ciências Contábeis Da UERJ*, 13(3), pp.1–10. Retrieved from <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-09/index.php/uerj/article/viewFile/26/26>
- Ryan, S. G., Herz, R. H., Iannaconi, T. E., Maines, L. A., Palepu, K. G., Schipper, K. & Vincent, L. (2001). Evaluation of the Lease Accounting Proposed in G4+1 Special Report. *Accounting Horizons*, 15(3), pp. 289–298. <https://doi.org/10.2308/acch.2001.15.3.289>
- Smith, M. (2003). *Research Methods in Accounting*. Thousand Oaks, California: SAGE Publications.
- Spencer, A. W. & Webb, T. Z. (2015). Leases: A review of contemporary academic literature relating to lessees. *Accounting Horizons*, 29(4), pp. 997–1023. <https://doi.org/10.2308/acch-51239>

- Wolk, H. I., Dodd, J. L. & Rozycki, J. J. (2008). *Accounting Theory: Conceptual Issues in a Political and Economic Environment* (7th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.
- Xu, W., Davidson, R. A. & Cheong, C. S. (2017). Converting financial statements: operating to capitalised leases. *Pacific Accounting Review*, 29(1), pp. 34–54. <https://doi.org/10.1108/PAR-01-2016-0003>
- Zechman, S. L. C. (2010). The Relation Between Voluntary Disclosure and Financial Reporting: Evidence from Synthetic Leases. *Journal of Accounting Research*, 48(3), pp. 725–765. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2010.00376.x>



# Maquiavelismo e sua relação com atividades contraproducentes nos estudantes de Ciências Contábeis

## Resumo

**Objetivo:** Mensurar e classificar traços de personalidade maquiavelista com o propósito de associá-los a comportamento contraproducente em futuros profissionais da contabilidade.

**Método:** A amostra do estudo foi composta de 137 estudantes matriculados em quatro Instituições de Ensino Superior: duas públicas, uma localizada no Estado de Minas Gerais e a outra no Espírito Santo, além de duas particulares, ambas localizadas no Estado de Minas Gerais. Em relação aos procedimentos de coleta de dados, foram aplicados questionários a estudantes que já têm ou já tiveram alguma experiência profissional. Os dados foram utilizados em uma análise descritiva e quantitativa, com o propósito de verificar se a presença de traços de personalidade maquiavelistas pode estar relacionada à probabilidade de esses estudantes apresentarem comportamentos contraproducentes no trabalho.

**Resultados:** O perfil maquiavelista pode estar associado a cálculo estratégico, liderança, desejo de *status*, manipulação amoral e desonestidade; já o perfil de uma pessoa contraproducente está relacionado com a infração a normas e princípios da organização na qual o infrator está inserido, em decorrência, por exemplo, de furtos, fraudes contábeis ou mesmo baixa produtividade. Os resultados apontam para a preponderância de um perfil maquiavelista moderado entre os futuros profissionais de contabilidade, porém, não há evidências empíricas nesta amostra que possam levar à conclusão de que o maquiavelismo esteja relacionado ao comportamento contraproducente. A maioria dos entrevistados se autodeclararam com perfil baixo de contraprodução organizacional e interpessoal e há uma forte associação entre essas duas variáveis. Os resultados ainda permitem inferir que o traço de maquiavelismo, em média, é mais evidente nos homens do que entre as mulheres.

**Contribuição:** Entender que o perfil maquiavelista moderado não apresenta, necessariamente, comportamento contraproducente e contribui com a área de recursos humanos em seus processos seletivos e em avaliações periódicas.

**Palavras-chaves:** Maquiavelismo, Comportamento Contraproducente, Estudantes de Ciências Contábeis

## Ronilson Soares Aves

<https://orcid.org/0000-0002-8710-4958>  
Mestrando em Controladoria pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professor na Fundação Educacional de Oliveira (FEOL) e Gestor na Cal Floresta Indústria e Comércio Ltda. **Contato:** Rodovia MG 050 km 214, s/nº. (Caixa Postal 15), Zona Rural. Córrego Fundo (MG). CEP: 35.568-000. E-mail: [soaresronilson@hotmail.com](mailto:soaresronilson@hotmail.com)

## Lorenza Puppim Pinto Amaral Costa

<https://orcid.org/0000-0319-9981-6220>  
Especialista em contabilidade gerencial e planejamento tributário pela FUCAPE. **Contato:** Av. Pres. Antônio Carlos, 6627. Pampulha. Belo Horizonte (MG). CEP: 31.270-901. E-mail: [lorenzapuppim@hotmail.com](mailto:lorenzapuppim@hotmail.com)

## Eduardo Mendes Nascimento

<https://orcid.org/0000-0002-2188-9748>  
Doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Contato:** Av. Pres. Antônio Carlos, 6627. FACE - Sala 2039. Pampulha. Belo Horizonte (MG). CEP: 31.270-901. E-mail: [e.mn@uol.com.br](mailto:e.mn@uol.com.br)

## Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

<https://orcid.org/0000-0003-2522-3035>  
Doutora pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Contato:** Av. Pres. Antônio Carlos, 6627. FACE - Sala 2039. Pampulha. Belo Horizonte (MG). CEP: 31.270-901. E-mail: [jvac@face.ufmg.br](mailto:jvac@face.ufmg.br)

Editado em Português e Inglês. Versão original em Português.

Recebido em 5/1/2019. Pedido de Revisão em 5/2/2019. Resubmetido em 27/2/2019. Aceito em 27/2/2019 por Dr<sup>a</sup>. Bruna Camargos Avelino (Editora Associada) e por Dr. Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima (Editor). Publicado em 28/3/2019. Organização responsável pelo periódico: Abracicon.

## 1. Introdução

O comportamento profissional inspira pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e, também, em Ciências Contábeis (Lopes, Cardoso, Reina & Reina, 2016; Milan, 2014; Ferreira, 2013; Wakefield, 2008). Identificar o perfil comportamental de futuros profissionais da contabilidade contribui para entender o motivo pelo qual algumas decisões são tomadas ou, então, se o perfil influenciaria o fato de o indivíduo estar mais disposto a correr riscos para obter ganhos ou evitar perdas (Weller & Thulin, 2012). Assim, antecipar a análise de traços de personalidade permitiria uma melhor adequação do profissional ao cenário organizacional.

Fundamentalmente, é necessário destacar que as avaliações de traços de personalidade são capazes de assinalar as características psicológicas mais marcantes de uma determinada pessoa, assim como categorizar o seu comportamento em diferentes ocasiões. Por isso, há uma grande variedade de testes de personalidade, sendo um deles aquele que permite identificar o grau de maquiavelismo um indivíduo (Noronha, 2002; Dalbosco & da Silva Consul, 2011; Godoy & Noronha, 2005; Rocha, Pinto & da Silva, 2015).

Antes de tudo, porém, enfatiza-se que o maquiavelismo não é considerado um distúrbio de personalidade (Furnham, Richards, Rangel & Jones, 2014). Segundo esses autores, o maquiavelismo é o único da tríade (maquiavelismo/narcisismo/psicopatia) que não é visto assim, portanto, apenas como um traço de personalidade.

Maquiavelismo tem sido definido ao longo do tempo ora como um traço ou disposição da personalidade [...] ora como estratégia de conduta social [...], que envolve a manipulação de outros para obter ganhos pessoais. De um modo geral, [...] os indivíduos maquiavélicos tendem a ter uma relativa ausência de afeto nas relações interpessoais, não apresentam preocupação com a moral convencional, embora não sejam necessariamente imorais e demonstram baixo comprometimento ideológico. Além disso, eles consideram que os indivíduos altamente maquiavélicos superam aqueles menos maquiavélicos quando interagem em situações face a face, quando há espaço para a improvisação e em situações que envolvem detalhes afetivos que são considerados como irrelevantes para a vitória [...]. [...] maquiavélicos devem ser vistos não como antiéticos, mas como indivíduos capazes de sacrificar a ética, segundo seus interesses (Lustosa, Roazzi & Camino, 2004).

A má fama a respeito desse traço de personalidade encontra fundamento nos pensamentos políticos de *Niccolò Machiavelli*, que, em sua obra, teria abordado um viés político controlador, em que ideias como a “mentira, percepção, manipulação e convencimento dos eleitores, com o objetivo de fornecer ao líder o poder político e social” (Judge, Piccolo & Kosalka, 2009, pg.866) fizeram e fazem sucesso até os dias atuais.

Ocorre que os detratores da obra de Maquiavel, ao que tudo indica, ignoram o contexto histórico e político de suas análises, rotulando-o, superficialmente, como o precursor do pensamento segundo o qual “os fins justificam os meios”. Ainda que não seja propriamente o objeto desse trabalho, convém, resumidamente, destacar a impropriedade histórica da terminologia maquiavelismo para designar comportamentos egoísticos e manipuladores, sempre com um viés negativo: Maquiavel nasceu em Florença, no dia 3 de maio de 1469, e sua obra está permeada pelo cenário político da época, marcada pela divisão da Itália em diversos principados despóticos. De forma muito singela, é possível afirmar que uma das maiores preocupações do florentino era justamente a unificação italiana. De acordo com Gomes (1990, pag. 101),

[...] o Livro O Príncipe fala de um momento de exceção onde o Estado tem que ser constituído e tem como pano de fundo a Itália dividida e explorada. É necessária, nesse momento, a instauração de um poder unificador. [...] Se o príncipe governa com poderes extraordinários é para instaurar a ordem e tão logo isto seja feito, seguramente o deial de Maquiavel é que se constitua, então uma república.

Ainda, “[...] o exercício dos poderes de exceção do príncipe deve ser passageiro. Tão logo a ordem for estabelecida ou restbelecida, o poder deve passar para as mãos da maioria a quem efetivamente compete governar [...]” (Gomes, 1990, pág. 102-103).

Nesse cenário, explica Alves (2008, pág. 8) que

A crítica feita a Maquiavel restringe-se ao fato de ele ter supostamente afirmado que o governante pode fazer tudo o que for necessário para atingir o poder e conservá-lo. Dessa forma, o poder seria um fim em si mesmo, que não dependia de nada além do desejo de conquistá-lo e da habilidade em mantê-lo para legitimar-se. De fato, qual problemática de fundo que ocupa Maquiavel em suas especulações políticas? Ora, a questão da qual se ocupa Maquiavel é a de saber se o governante pode agir sempre de acordo com os princípios éticos cristãos aceitos em seu tempo e esperar atingir seus objetivos, ou se deve aprender a seguir outros caminhos, quando confrontado com situações difíceis. Ele não aconselha aos governantes a desrespeitar as regras aceitas pelo mero prazer de fazê-lo. Ao contrário, explicita que este deve se comportar de acordo com elas sempre que possível. Quanto a isso, afirma que 'é louvável a um príncipe manter a fé e viver com integridade sempre que possível' [...]. O que ele deseja saber é se isso de fato é possível. Em outras palavras, se a ética é suficiente para mostrar como agir na política em todas as situações. Maquiavel parte de uma evidência, ou seja, do que são os conflitos nas cidades para elaborar suas idéias. Convém lembrar que para o autor a natureza humana é altamente negativa. A maldade dos homens deve ser compreendida como uma característica destes e que se torna fundamental quando se refere à esfera política.

Apesar das críticas acima expostas, a terminologia "maquiavelismos" é utilizada neste trabalho, pois é amplamente aceita no contexto acadêmico, tendo sido, ao longo dos anos, imbuída de significado por vários ramos do conhecimento. Nesse sentido, o traço de personalidade maquiavelista foi definido pelos autores Christie e Geis em 1970. Eles buscaram definir características, como a destreza, a manipulação, assim como a busca infundável por meios necessários para atingir um objetivo de natureza política. De acordo com Judge *et al.* (2009), as pessoas que têm esse traço de personalidade são bastante estratégicas e calculistas no seu modo de pensar, além de manipularem os outros de acordo com seus interesses. Além das já citadas, são características do Maquiavelismo: "reputação, cinismo, cálculo estratégico, tática, orientação para o futuro, baixos padrões de ética e moral, estratégia, ausência de princípios, amoralidade e flexibilidade" (D'Souza, 2016, p. 23). Os indivíduos com traços de maquiavelismo não sentem culpa diante de comportamentos antiéticos (Murphy, 2012).

Torna-se necessário analisar as definições dadas ao ato de desonestidade, sendo que uma delas pode ser determinada como comportamento contraproducente no ambiente de trabalho (Ferreira, 2013), objeto de estudo em questão. De acordo com Robinson e Bennet (1995), comportamento contraproducente é aquele que infringe as normas e os princípios da organização, ameaçando o bem-estar do meio. Esses comportamentos interferem no desenvolvimento saudável da organização (Marcus & Schuler, 2004; Vardi & Weitz, 2004). Para que um comportamento seja avaliado como contraproducente, é necessário que ele constitua um ato indesejável e que não combine com os interesses da organização (Marcus & Schuler, 2004). Ademais, é necessário que ele tenha caráter intencional, pois atos como esses podem influenciar, significativamente, a situação financeira da organização (Rotundo & Sackett, 2002).

Por isso, este estudo se propõe a analisar traços de personalidade maquiavélicos, nos níveis baixo, moderado e alto (Lopes *et al.*, 2016), e como estes podem estar relacionados a atitudes contraproducentes nas rotinas de futuros profissionais da contabilidade. Dessa maneira, o problema de pesquisa foi: **Qual a relação entre os traços de personalidade maquiavélicos e os traços de contraproducência nos futuros profissionais de contabilidade?**

Foram aplicados 137 questionários a futuros profissionais da contabilidade, que já exercem ou já exerceram uma atividade profissional. Os instrumentos de medição de personalidade que foram utilizados são: *Short Dark Triad* (SD3), que além de medir comportamentos como o narcisismo e a psicopatia, também mede o perfil do maquiavelista (foco desse estudo), sendo 9 perguntas para cada uma dessas análises; e o *Workplace Deviance Scale* (WDS), com 12 itens que se propõem a avaliar tendências de manifestação de Comportamento Contraproducente Organizacional (CCT-O) e 7 que buscam avaliar Comportamento Contraproducente Interpessoal (CCT-I) no ambiente de trabalho, de modo explícito.

Tais questionamentos se justificam, uma vez que a análise do perfil do empregado de contabilidade pode ajudar a organização a criar estratégias de gerenciamento de pessoal, evitando, assim, problemas de relacionamento interno e até mesmo prejuízos financeiros para o mundo corporativo (Zettler, Friedrich & Hilbig, 2011). Parte-se do pressuposto de que a identificação das origens de tais comportamentos pode contribuir para a prevenção e o desenvolvimento da organização do trabalho e para o bem-estar intergrupo (D'Godoy & Noronha, 2005). Além disso, estudos que envolvem a *Dark Triad* consistem em uma boa oportunidade de pesquisa, especialmente pela interdisciplinariedade e relevância dessa temática (D'Souza & Jones, 2017).

Cabe ressaltar que o comportamento maquiavelista nem sempre está associado a comportamentos ruins para a empresa, pelo contrário, existem autores (Judge *et al.*, 2009; Zettler, *et al.*, 2011; Jones & Paulhus, 2010) que indicam que profissionais com essas características seriam de grande utilidade para a organização. D'Souza (2016, p.23) considerou que realmente existem características negativas associadas ao Maquiavelismo; em contrapartida, algumas repercutem positivamente no ambiente de trabalho, principalmente para cargos de liderança, tais como orientação para o futuro, capacidade de formular estratégia e flexibilidade.

Também, o estudo pode contribuir com discussões que associam o perfil maquiavélico a pessoas que atuam desonestamente em seus ambientes de trabalho, como os comportamentos já associados ao maquiavelismo e discutidos anteriormente. O que se pretende com este estudo é identificar em que grau indivíduos com médios/altos traços de maquiavelismo apresentam comportamentos contraproducentes nas organizações em que atuam.

## 2. Referencial Teórico

Neste capítulo discutem-se as bases que serviram de direcionadores para o trabalho, tais como: definição do comportamento contraproducente no trabalho e do perfil maquiavélico, além de instrumentos para a medição dessas variáveis. Ao final são apresentadas pesquisas que trazem evidência sobre como essas duas variáveis se relacionam e a construção de hipóteses elaboradas de modo a testar aquela relação e também para analisar a associação tanto do comportamento contraproducente quanto do perfil maquiavelista com o perfil dos respondentes.

### 2.1 Comportamento contraproducente no trabalho

De acordo com Robinson e Bennet (1995), comportamento contraproducente é aquele que infringe as normas e os princípios da organização, seja em cargos hierarquicamente altos ou baixos (Vardi & Weitz, 2004), ameaçando o bem-estar do meio. São atos com intenção de prejudicar o bom funcionamento da organização e das pessoas que nela trabalham. Esses comportamentos interferem no desenvolvimento próspero da organização (Marcus & Schuler, 2004, Vardi & Weitz, 2004).

Seriam os envolvimento dos empregados com furtos e/ou a falta de produtividade, mas, em alguns casos, esse comportamento não se mostra tão evidente, pois o funcionário usa de meios que, até então, seriam considerados “legais” para justificar sua contraproducência, como, por exemplo, quando falta ao trabalho em muitas ocasiões se justifica por meio de atestados médicos. Faltar em razão de uma doença não é considerado contraproducente; o que seria considerado como tal é o fato de apresentar vários atestados quando não se está vivenciando um problema real com uma doença (Cullen & Sackett, 2003). Assim, esse comportamento precisa ter caráter intencional e, não, acidental (Ferreira, 2013).

A contraproducência existente no meio organizacional pode-se dar por uma ou mais situações específicas. Essas situações podem estar relacionadas a

Pressões financeiras ou sociais, tratamentos injustos, condições precárias de trabalho ou outro episódio que possam causar um senso de disparidade e/ou ofensa, provocando no indivíduo um desejo de lidar com a questão ou expressar sua insatisfação por meio do comportamento contraproducente (Ferreira, 2016, p. 8).

Esses seriam os fatores motivadores, mas, além desses, também é necessário levar em consideração os fatores individuais de personalidade, como a responsabilidade da pessoa, sua maneira de se adaptar e de se relacionar, como também sua estabilidade emocional (Dalal, 2005).

Este trabalho utilizará escalas que avaliam o comportamento contraproducente (CCT) na organização. A escala *Workplace Deviance Scale* (WDS), desenvolvida por Rebecca J. Bennett e Sandra L. Robinson, publicada em 2000, avalia tais comportamentos por meio de conteúdos diretos, envolvendo, principalmente, roubo, agressões físicas, sabotagem, absenteísmo e outros comportamentos considerados desonestos.

Essa escala de avaliação divide o comportamento contraproducente em duas vertentes: organizacional e interpessoal. A organizacional trata das relações existentes entre os membros da organização, e por isso se avalia um relato de atitudes próprias, por exemplo: se a pessoa procrastina o trabalho para ganhar hora extra, se trabalha intencionalmente mais devagar do que poderia, entre outras. A Interpessoal está voltada para comportamentos que visam prejudicar as relações existentes dentro da organização, em contextos nos quais outras pessoas estariam envolvidas, como: fazer piada de alguém, insultar alguém, agir de maneira grosseira dentro do ambiente organizacional, etc. (Bennett & Robinson, 2000).

Os estudos voltados para a compreensão de comportamentos revelados no ambiente de trabalho mostram que os CCTs interferem no desenvolvimento saudável da organização (Fine, Horowitz, Weigler, Basis, 2010; Marcus & Schuler, 2004; Vardi & Weitz, 2004).

## 2.2 Abordagem do perfil maquiavélico

A conduta das pessoas pode ser resumida, prevista e explicada pelos traços de personalidade, definidos como “[...] características internas, relativamente estáveis, consistentes e permanentes, que são deduzidas a partir de um padrão de comportamento, atitudes, sentimentos e hábitos de indivíduo” (VandenBos, 2010, p. 701).

Em 2002, Paulhus e Williams desenvolveram um instrumento capaz de estudar o comportamento de indivíduos que apresentam traços, não patológicos, de narcisismo, maquiavelismo e psicopatia, por eles denominados *Dark Triad*. Os três perfis possuem algumas similaridades (insensibilidade e manipulação), apesar das suas diferenças (D’Souza, 2016). O objetivo dessa ferramenta é analisar e compreender “tendências de disposições, por meio de um questionário do tipo autorrelato” (D’Souza, 2016, p. 21) sem a intenção de diagnosticar transtornos de personalidade ou problemas psicológicos (Furnham, Richard & Paulhus, 2014; Almeida, Laranjeira & Dractu, 1996).

O maquiavelismo, foco dessa pesquisa, é um dos perfis analisados pelo *Dark Triad*, por meio de um questionário *Short Dark Triad SD3*. O termo “maquiavelismo” é proveniente da obra “O Príncipe”, de 1513. Tema de pesquisas na área gerencial, esse perfil psicológico exerce grande influência nas decisões profissionais e consequentemente sobre o mundo dos negócios (Cyrac & Dharmaraj, 1994).

Existem pesquisas que elucidam comportamentos bons e ruins associados a indivíduos com traços de maquiavelismo. Assim, quando se investigam os traços de Maquiavelismo, percebe-se uma personalidade caracterizada por uma “[...] atitude calculista em relação a relacionamentos humanos e uma crença de que os fins justificam os meios, embora desumana” (VandenBos, 2010, p. 574).

O maquiavelista busca incessantemente pelo êxito (vitória), assim, seu interesse pessoal impera sobre todas as coisas, e a decisão associada à ética é facilmente descartada (Milan, 2014). Segundo Zettler & Hilbig (2010), funcionários com esse perfil se concentram em fazer sua carreira satisfazendo apenas às suas necessidades pessoais, esforçando-se para tirar o máximo proveito da situação, daí porque o comprometimento com a equipe acaba ficando em segundo plano. Dessa forma, esse traço de personalidade pode levar ao ápice ou ao declínio profissional (Mynatt, Omundson, Schroeder & Stevens, 1997).

## 2.3 Evidências Empíricas sobre Maquiavelismo e Comportamento Contraproducente dos profissionais contábeis

Uma pesquisa com controladores/contadores gerenciais realizada por Hartmann e Maas (2010) que avaliava a suscetibilidade de envolvimento em criação de folgas orçamentárias, constatou que um perfil maquiavélico alto tem mais chances de ceder a pressões administrativas e a criar folga orçamentária quando precisa tomar decisões. A expectativa do profissional com essas características é de que ele consiga um desempenho sempre superior ao dos outros, mesmo quando isso não é a realidade factual (Jain & Bearden, 2011).

Em 2008, os autores Shafer e Simmons pesquisaram a relação existente entre responsabilidade social, o maquiavelismo e a evasão fiscal nos profissionais fiscais de Hong Kong e encontraram indícios de que o maquiavelismo afeta os pontos de vista expressos pelos profissionais fiscais quanto à importância ética corporativa e a responsabilidade social, além de afetar no julgamento profissional em direção a uma minimização fiscal agressiva.

Outro estudo que relacionou o perfil maquiavélico do contador inferiu que aqueles que possuem perfil considerado alto no maquiavelismo são mais suscetíveis a cometer fraude nos relatórios se tiverem oportunidade, justamente pela ausência de culpa diante do comportamento antiético (Murphy, 2012). A pesquisa de Wakefiel (2008) considera que o grau de maquiavelismo do contador é menor do que de outros grupos profissionais. Contudo, existem outros estudos que rebatem essa conclusão, encontrando um escore maior do grau do maquiavelismo no contador em relação a outras profissões, principalmente em relação a profissões ligadas a área social (Roodpooshiti, Nikoomaram & Mahfoozi, 2012).

Pessoas com o perfil maquiavélico podem ser consideradas estrategistas e calculistas no modo de pensar, além de terem destreza para atuarem em negócios complexos (Judge *et al.*, 2009, Jones & Paulhus, 2011). Esse perfil nos profissionais contábeis seria de grande utilidade no meio empresarial, uma vez que ajudaria na tomada de decisão em curto, médio e longo prazo. Ainda, de acordo com as análises da pesquisa de Zettler e Solga (2013), pessoas com alto grau de maquiavelismo têm melhor comportamento de cidadania organizacional que os que apresentaram um grau menor, mesmo tendo problemas do ponto de vista ético (Kish-Gephart, Harrison & Treviño, 2010, Malinowski, 2009).

Já com relação ao comportamento organizacional, pessoas com alto perfil maquiavélico apresentam maior comprometimento na carreira, menor comprometimento organizacional (Zettler, Friedrich & Hilbig, 2011), mais influência comportamental (Barbuto & Moss, 2006) e mais contraprodução comportamental (O'Boyle, Forsyth, Banks & McDaniel, 2012), reforçando ainda mais a ideia de que esse tipo de personalidade se preocupa mais consigo mesmo, deixando um pouco de lado o interesse e o bem-estar coletivos.

O trabalho de Dahling, Whitaker e Levy (2009) também considera que perfis maquiavélicos altos são propensos a comportamentos contraproducentes e, conseqüentemente, a ações que prejudicam o bem-estar da organização (Fox & Spector, 1999). A pesquisa de Harrell e Hartnagel (1976) mostrou que perfis maquiavélicos altos de empregados estavam dispostos a roubar tanto de um supervisor que confiava neles quanto de um que desconfiava, enquanto os de perfil maquiavélico baixo estavam menos dispostos a roubar do supervisor confiável, por um senso de reciprocidade. Tal ação está ligada ao comportamento contraproducente organizacional, quando tratada apropriação de bens no local de trabalho sem permissão.

Com base no que foi exposto, construíram-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

- **H<sub>1</sub>:** Há uma relação positiva e significativa entre o traço de maquiavelismo e comportamento contraproducentes.

Em relação às características dos indivíduos, alguns estudos sustentam que o maquiavelismo está frequentemente associado ao sexo dos indivíduos (homens apresentam traços maiores de maquiavelismo, o que seria explicado pela teoria dos Papéis Sexuais) (Webster & Harnos, 2002, Bolino & Tunley, 2003, Sweeney, Arnold & Pierce, 2009, Grohmann & Battistella, 2012, D'Souza & Lima, 2018, D'Souza, Lima, Jones, Daniel, & Carré, 2019). Esses estudos indicam que essa associação entre perfil maquiavelista e sexo está ligado ao contexto em que os indivíduos vivem e se relacionam. Isso se observa em ambientes machistas em que os homens são demandados a terem posturas associadas às características daquele perfil. Por um ângulo semelhante, estudos anteriores mostraram (War & Beck, 1990, Avelino & Lima, 2017) que o comportamento contraproducente pode ser observado mais em homens do que em mulheres, porque as mulheres são socializadas para obedecer às regras, enquanto a socialização para os homens é menos restritiva nesse aspecto.

Assim, as hipóteses 2 e 3 são construídas conforme segue:

- $H_2$ : Há uma relação significativa entre o sexo dos respondentes e o perfil maquiavélico.
- $H_3$ : Há uma relação significativa entre o sexo dos respondentes e o comportamento contraproducente

A respeito do estado civil dos respondentes, algumas evidências sugerem que pessoas casadas tendem a apresentar um perfil maquiavélico mais marcado, pois elas buscam maior estabilidade e, portanto, estão mais dispostas a buscar meios que lhes proporcionem maior segurança em seu ambiente social (Lima, Garcia & Pereira, 2012). Mas em relação aos solteiros, há relatos de que eles apresentam maior nível de comportamento contraproducente, face a sua disposição em assumir comportamentos mais arriscados do que seus pares (Lima, Garcia & Pereira, 2012).

- $H_4$ : Há uma relação significativa entre o perfil maquiavélico e o fato de o indivíduo ser casado.
- $H_5$ : Há uma relação significativa entre o comportamento contraproducente e o fato de o indivíduo ser solteiro.

Foi realizada também a construção de duas hipóteses referentes à relação entre os contextos da IES dos estudantes. Acredita-se que os estudantes de IES públicas sofrem maior cobrança por desempenho, isso desde o ingresso, considerando que o vestibular busca selecioná-los apenas por avaliações; e também durante o curso, pensando que as oportunidades institucionais que lhes são oferecidas são condicionadas ao seu desempenho, quer seja nas disciplinas, quer seja pelo próprio processo seletivo a que se submetem (Formiga, 2004, Santos, 2012, Bublitz, Guido, Lopes & Freitas, 2016). Também, socialmente, é exigido dos estudantes das IES públicas a obtenção de melhores resultados (desempenho acadêmico e profissional), pois, por terem tido a oportunidade de estudar em um ambiente custeado pela gestão pública, recai sobre eles a obrigação de se tornarem indivíduos com maior destaque e produtividade e, ao não se desincumbirem satisfatoriamente desse ônus, podem ter seu comportamento associado à desvalorização dessa chance. Por tudo isso é que se acredita que os estudantes de IES públicas são sujeitos com traços maquiavelista mais acentuados e mesmo com comportamentos contraproducentes, com o objetivo de atingir esses anseios.

- $H_6$ : Há uma relação significativa e positiva entre o perfil maquiavélico dos estudantes de IES públicas quando comparados com os de IES privadas.
- $H_7$ : Há uma relação significativa e positiva entre o comportamento contraproducente dos estudantes de IES públicas quando comparados com os de IES privadas.

Em relação à idade, os resultados são controversos. Ora se observa que a idade é capaz de influenciar tanto o desenvolvimento de personalidade maquiavélica quanto o comportamento contraproducente, porém, em outros momentos, os resultados indicam não haver relação (Cullen & Sackett, 2003, Sweeney, Arnold & Pierce, 2009, D'Souza, 2016); ora, o cenário organizacional dificulta o reconhecimento e a representação de eventos cotidianos, uma vez que essas circunstâncias ambientais são cada vez mais complexas. Por exemplo, fatores como globalização, tecnologia, legislação, diversidade da força de trabalho, descentralização, aumento de conhecimento e necessidade de mudanças rápidas e adaptabilidade contribuem para o aumento das complexidades e ambiguidades associadas ao ambiente de trabalho de hoje, o que repercute em desafios aos indivíduos (Thiel, Bagdasarov, Harkrider, Johnson & Mumford, 2012). Tudo isso se junta ao desejo de as pessoas buscarem estabilizar suas vidas, o que desafia seus padrões éticos e valores (Sweeney, Arnold & Pierce, 2009). Por outro lado, conjectura-se que à medida que uma pessoa envelhece, seus valores se tornam mais rigorosos e, portanto, suas crenças e comportamentos tornam-se cada vez mais importantes, o que motiva o indivíduo a perseguir modelos comportamentais mais éticos (Cullen & Sackett, 2003). ). A partir desse argumento, tem-se as hipóteses a seguir.

- $H_8$ : Há uma relação significativa e positiva entre o perfil maquiavélico e a idade do respondente.
- $H_9$ : Há uma relação significativa e positiva entre o comportamento contraproducente a idade do respondente.

### 3. Metodologia

A pesquisa em questão é de natureza descritiva, pois tem o objetivo de analisar o evento como acontece na prática, utilizando-se, portanto, de *survey*. Quanto à abordagem, é considerada quantitativa. Em relação à estratégia, o presente estudo pode ser apreciado como um levantamento, pois faz uso de fontes primárias, a fim de atender ao seu objetivo de analisar a associação entre traços de personalidade maquiavelistas e comportamentos contraproducentes no trabalho em relação aos futuros profissionais da contabilidade (Marconi & Lakatos, 2002).

#### 3.1 Questionário

O instrumento utilizado se consistiu em quatro partes: (i) termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); (ii) informações socioeconômicas sobre o participante, incluindo informações sobre gênero, idade, estado civil, raça, exercício de alguma atividade profissional (estágio ou CLT), se possui vínculo profissional atual, renda, tempo de experiência profissional e satisfação com o local de trabalho; e (iii) 9 questões que avaliam o grau de maquiavelismo extraído do *Short Dark Triad* - SD3 (Paulhus & Williams, 2002). ). A versão em português do SD3 foi a desenvolvida por D'Souza (2016). Essa autora realizou a tradução por meio de uma metodologia conhecida como tradução reversa (*back translation*) com um total de sete tradutores envolvidos. Operacionalmente, três profissionais traduziram para o português, depois disso, essas três traduções foram enviadas para mais três profissionais, que as traduziram novamente para o inglês; e, por fim, as seis traduções foram validadas por outro tradutor com habilitação na área de psicologia (D'Souza, 2016). Para este estudo, utilizamos apenas as nove primeiras questões do SD3, que identificam comportamentos maquiavélicos. Os itens foram avaliados em uma escala de cinco pontos do tipo Likert, em que 1 faz referência a "Discordo totalmente", 2 "Discordo", 3 "Não concordo nem discordo", 4 "Concordo" e 5 "Concordo totalmente"; e (iv) 19 questões com objetivo de identificar comportamentos contraproducentes no ambiente profissional por meio do *Workplace Deviance Scale* (WDS) (Bennett & Robinson, 2000) na versão para o contexto brasileiro desenvolvido por Nascimento, Araújo, Andrade e Mendonça (2015). Depois de obtida autorização das autoras originais, pesquisadores da Universidade



Federal de Minas Gerais da área de Psicologia fizeram a tradução do referido questionário, utilizando-se também da ferramenta de tradução reversa (Nascimento *et al.*, 2015). Os itens foram avaliados em uma escala de cinco pontos do tipo Likert, em que 1 faz referência a “Nunca”, 2 “Muito raramente”, 3 “Raramente”, 4 “Ocasionalmente”, 5 “Frequentemente”, 6 “Muito frequentemente” e 7 “Sempre”. Ambas as escalas seguiram as utilizadas pelos pesquisadores nacionais na tradução dos instrumentos.

No trabalho de D’Souza (2016), o critério de classificação adotado foi: (i) - inicialmente foi mensurada a média de cada indivíduo e em seguida calculada a mediana do grupo; (ii) para análise foram considerados: Baixos traços - resultados que estiveram abaixo da mediana; Moderados traços - resultados na mediana; e Altos traços - resultados acima da mediana. Para permitir melhor relação entre as variáveis “maquiavelismo” e “contraproducência”, este estudo adotou o tercil para segregação da amostra em níveis baixo, moderado e alto de maquiavelismo e contraproducência. O cálculo dos tercis foi obtido por meio da divisão da amplitude amostral por três para cada uma das variáveis que compõem a amostra. O nível baixo refere-se à menor amplitude e assim sucessivamente para os demais níveis considerados (D’Souza, 2016).

Visando garantir a validade do instrumento ao contexto estudado, foi realizado um pré-teste, buscando-se maior acurácia, de modo que os dados levantados pudessem ser a representação mais precisa possível do contexto estudado. Assim, foi realizado um pré-teste com 3 alunos de um curso de mestrado em Contabilidade mineiro para identificar possíveis problemas com as questões, tendo-se verificado que o instrumento estava adequado ao seu contexto. Portanto, o instrumento era válido para levantar as informações que subsidiaram os indícios discutidos nesta pesquisa.

Para analisar a confiabilidade do questionário, foi realizado o teste de alfa de Cronbach. Com relação às evidências psicométricas da escala fornecidas pelas autoras do instrumento, Nascimento *et. al* (2015), apresentaram um alfa de 0,81 para a escala de desvio organizacional (CCT-O) e 0,77 para desvio interpessoal (Ferreira, 2013); com relação ao alfa do Maquiavelismo, um estudo desenvolvido por D’Souza (2016) encontrou um alfa de Cronbach de 0,75. Assim, o presente estudo resulta em confiabilidade próxima das apresentadas quando da criação e da tradução dos questionários, sendo os resultados dessa pesquisa: Alfa de Cronbach Geral de 0,72, MQ de 0,66, CCT-O de 0,81 e CCT-I de 0,77.

### 3.2 Variáveis Analisadas

O mapeamento da parte empírica deste estudo foi baseado nas relações correlacionais das variáveis de forma que fosse possível descrever as relações que ocorrem naturalmente entre elas, sendo apresentado na Figura 1.

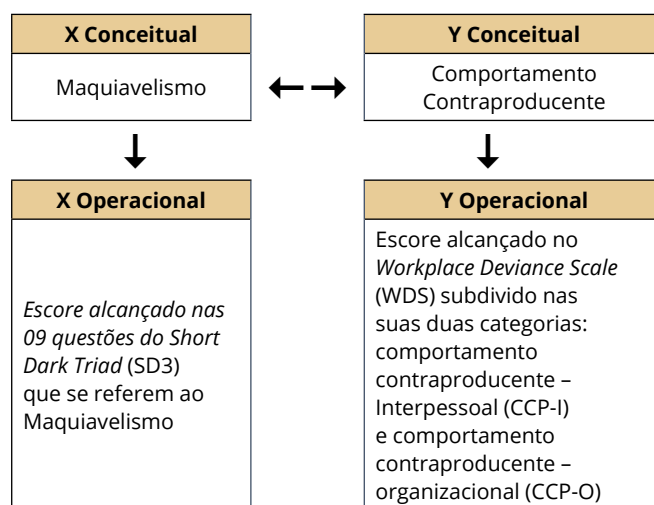


Figura 1. Desenho da Pesquisa

### 3.3 Amostra

Foram distribuídos 200 questionários a quatro instituições de Ensino Superior (IES): duas públicas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (localizada em Belo Horizonte-MG) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (localizada em Vitória – ES), e duas IES particulares, localizadas em MG (UNIFOR-MG) (Universidade de Formiga) e Faculdades Pitágoras (Unidade Divinópolis). As instituições de ensino e os respondentes foram selecionados com base nos critérios de acessibilidade, fato que requer mais cuidado para a realização de inferências, uma vez que a população da qual a amostra foi selecionada pode ser substancialmente diferente. Assim, os resultados não podem ser generalizados para a população, pois se restringem à amostra analisada.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, optou-se pela aplicação de um questionário aos estudantes que já atuaram ou que atuam em alguma organização. Os respondentes de instituição pública tiveram acesso ao questionário impresso, aplicado na presença dos pesquisadores com o consentimento dos docentes das disciplinas. Já os respondentes das instituições privadas tiveram acesso ao questionário impresso, contudo, as instituições não permitiram a presença dos pesquisadores no local, então apenas a coordenação estava presente. Os dados foram coletados durante os meses de maio e junho de 2017.

Obteve-se retorno de 149. Alguns não foram respondidos totalmente, o que impossibilitou a análise; outros não foram respondidos, o que ocasionou numa amostra final de 137 estudantes de Contabilidade dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

### 3.4 Análise dos dados

Antes da realização de testes estatísticos, é necessária a descrição dos dados que compõem a amostra do estudo por meio de uma análise descritiva. A descrição da amostra que compõe o presente estudo é feita por meio de gráficos e tabelas que objetivam evidenciar tendências e favorecer a análise subsequente dos dados.

O pressuposto inferencial de que os dados são provenientes de uma certa população e se distribuem segundo a distribuição Normal é a base para a aplicação de diversos testes estatísticos. A verificação da existência de normalidade dos dados é dada pela aplicação de um teste de normalidade. Entre os diversos testes constantes na literatura, tem-se o teste de Kolmogorov Smirnov, que faz a comparação da diferença máxima absoluta entre a função de distribuição acumulada da distribuição Normal e a distribuição empírica dos dados amostrados. O teste apresenta hipótese nula de normalidade dos dados contra a alternativa de ausência de normalidade (Siegel & Castellan Jr., 2006).

No presente estudo, objetivou-se verificar a existência de diferenças significativas, em relação ao maquiavelismo e ao comportamento contraproducente, segregados em relação a variáveis sociais, tais como gênero, raça, renda, etc. A comparação dos valores médios de duas variáveis em termos de existência de diferença significativa pode ser feita por meio de um teste não paramétrico, de Mann-Whitney. A principal diferença entre os testes t e de Mann-Whitney relaciona-se à distribuição dos dados amostrais. O teste t apresenta como pressuposto a normalidade dos dados, diferentemente do teste não paramétrico, de Mann-Whitney, também conhecido como teste U, que verifica a presença de diferença significativa entre os valores mediados dos dados amostrados e não requer o pressuposto de normalidade dos dados (Devore, 2006).

Para a consecução dos objetivos propostos, faz-se necessária a verificação da existência de relacionamento entre as variáveis que fazem parte do presente estudo. A investigação da existência de relação entre as variáveis pode ser feita pelo coeficiente de correlação de Pearson ou coeficiente de correlação de Spearman. O primeiro coeficiente pressupõe a existência de um relacionamento linear entre as variáveis e requer, ainda, que elas sejam mensuradas em um intervalo de classe.

A segunda abordagem estatística, o coeficiente de correlação de Spearman, é uma técnica não paramétrica – não necessita da garantia de existência de normalidade dos dados não exigindo, portanto, *a priori*, nenhum tipo de suposição sobre a distribuição das variáveis analisadas. O coeficiente de Spearman apresenta, também, a vantagem de não captar, estritamente, o relacionamento linear entre as variáveis estudadas (Siegel & Castellan Jr., 2006).

## 4. Resultados

A seguir são apresentadas as estatísticas descritivas da amostra que compõem o presente estudo. A Tabela 1 apresenta os resultados evidenciados na amostra do presente estudo em relação a partições amostrais que tratam de aspectos sociais tais como: gênero, raça, tipo de instituição de ensino (pública ou privada) e estado civil. O perfil médio dos respondentes foi de indivíduos do gênero feminino (53%); aqueles que se descrevem como da raça branca são 56% dos entrevistados; solteiros são 86% e a maioria são estudantes de universidades públicas.

Tabela 1  
**Distribuição dos Respondentes por gênero, raça, estado civil, ensino público ou particular dos participantes**

	Variável	Frequência		
		Distribuição	Absoluta	Relativa
Sexo	Feminino		73	53%
	Masculino		64	47%
	Total		137	100%
Estado Civil	Solteiro		118	86%
	Casado		16	12%
	Separado		3	2%
	Viúvo		0	0%
	Outro		0	0%
	Total		137	100%
Raça	Branca		77	56%
	Amarela		3	2%
	Negra		19	14%
	Parda		35	26%
	Indígena		1	1%
	Missing		2	1%
	Total		137	100%
Tipo IES	Pública		73	53%
	Particular		64	47%
	Total		137	100%

Fonte: elaboração dos autores

A média de idade dos participantes é de 25,4, a mediana encontrada foi de 23, com desvio padrão de 7,1 com mínimo de idade de 18 anos e máximo de 58, e 25 dos entrevistados não responderam suas idades (*missing*). Também a partir dos dados da amostra foram desenvolvidas 6 faixas de distribuição dos respondentes (Tabela 2). Aqui é possível verificar que 42% dos entrevistados (57) estão na faixa etária de 21 a 25 anos, seguidos de 20% dos entrevistados com faixa etária de 25 a 30 anos, sendo que somente 4 entrevistados têm idade acima de 50 anos.

Tabela 2

**Distribuição de participantes por intervalos de idade**

Faixa	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Até 20 anos	19	14%
21 a 25	57	42%
25 a 30	27	20%
30 a 40	8	6%
40 a 50	1	1%
Acima de 50	4	3%
Missing	21	15%
Total	137	100%

Fonte: elaboração dos autores

A Tabela 3 mostra as medidas de resumo e variabilidade referentes às três principais variáveis do estudo: Maquiavelismo – MQ, Comportamento Contraproducente Organizacional - CCT-O e Comportamento Contraproducente Interpessoal. As estatísticas descritivas, evidenciadas na Tabela 3, permitem inferir que possivelmente a variável MQ possa ser normalmente distribuída, pois todas as medidas de resumo (média, moda e mediana) apresentam valores próximos. Em contrapartida, a distinção entre as mesmas medidas provenientes das variáveis CCT-O e CCT-I permitem inferir uma possível assimetria na distribuição delas.

Tabela 3

**Estatística Maquiavelismo, CCT-O e CCT-I**

	MQ	CCT-O	CCT-I
<b>Média</b>	30,37	21,26	10,45
<b>Mediana</b>	30,00	20,00	9,00
<b>Moda</b>	30,00	12,00	7,00
<b>Desvio Padrão</b>	5,33	7,36	4,31
<b>Mínimo</b>	16,00	12,00	7,00
<b>Máximo</b>	45,00	49,00	32,00

Fonte: elaboração dos autores

Com vistas a verificar a adequabilidade dos testes que viabilizam a análise dos dados do estudo, fez-se o teste de Normalidade das variáveis Maquiavelismo – MQ, Comportamento Contraproducente Organizacional – CCT-O e Comportamento Contraproducente Interpessoal – CCT-I. A Tabela 4, a seguir, refere-se ao teste de Normalidade das três principais variáveis do estudo. A observação da tabela permite verificar que ao nível de 0,05 de significância somente a variável Maquiavelismo (MO) apresenta distribuição normal.

Tabela 4

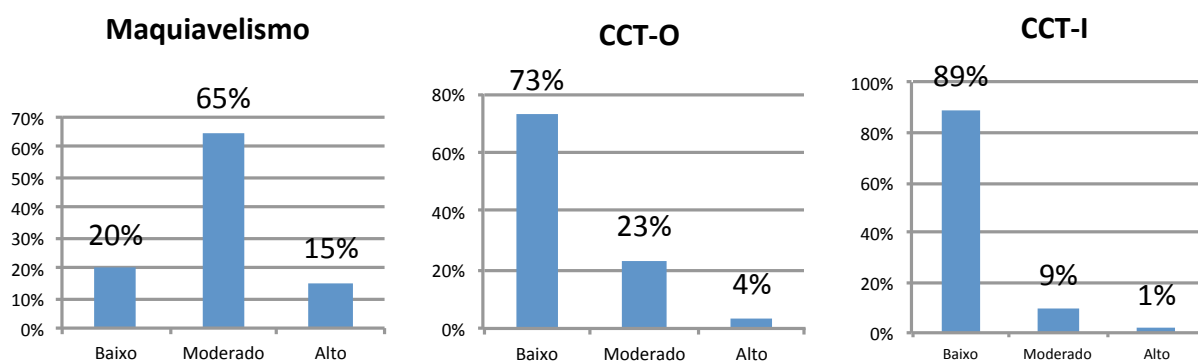
**Teste de Normalidade Kolmogorov- Smirnov**

Variáveis	P-Valor
Maquiavelismo – MQ	0,545
Comportamento Contra Producente Organizacional – CCT-O	0,000
Comportamento Contra Producente Interpessoal – CCT-I	0,000

Fonte: elaborada pelos autores

Em relação à prevalência do perfil de Maquiavelismo, CCT-O e CCT-I, a Figura 2 evidencia que a maioria dos entrevistados apresentam um perfil moderado de maquiavelismo (65% dos respondentes). Este resultado vai ao encontro do trabalho de Wakefiel (2008), que considerou que contadores são menos maquiavelistas que outros grupos profissionais estudados e também do trabalho de D'Souza e Lima (2018) e D'Souza, Lima, Jones e Carré (2019), por outro lado, contra ao trabalho de Lopes *et al.* (2016), que indicou um baixo perfil para estudantes de contabilidade. Quando analisamos os perfis de comportamento contraproducente, encontramos maior concentração de indivíduos no perfil baixo (73% e 89%, respectivamente).

A informação acima apresenta uma contribuição importante desta amostra, pois pode-se inferir que, mesmo com preponderância de indivíduos com perfil moderado de comportamento maquiavelista, estes não apresentam indícios de comportamentos contraproducentes nas organizações onde atuam. Essa constatação contradiz alguns estudos recentes na área que relacionaram o perfil de maquiavelismo à atuação desonesta, como a capacidade de enganar e fraudar relatórios financeiros (Murphy, 2012), realizar gerenciamento de resultados (Shafer & Simmons, 2011) e criar folga orçamentária em decisões sob pressão (Hartmann & Maas, 2010). Apesar de o questionário aqui aplicado não levar em consideração diretamente tais tipos de comportamentos, os indivíduos não se autodeclararam capazes de manifestar comportamentos contraproducentes em suas tarefas organizacionais.



**Figura 2.** Gráficos de Barras das variáveis MQ, CCT-O e CCT-I

Fonte: elaborado pelos autores

A Tabela 5, dada a seguir, mostra teste de Correlação para as variáveis MQ, Comportamento Contraproducente Organizacional – CCT-O e Comportamento Contraproducente Interpessoal – CCT-I. Pela observação da Tabela 5, constata-se que existe relação positiva forte (0,626) e significativa ( $p$ -valor=0,000) entre as variáveis Comportamento Contraproducente Organizacional (CCT-O) e Comportamento Contra Producente Interpessoal (CCT-I), o que permite inferir que um maior grau de CCT-O esteja relacionado a um maior CCT-I.

Analisando estatisticamente, a partir da correlação apresentada (Tabela 5), o fato de um indivíduo apresentar perfil maquiavélico não necessariamente representa perfil para comportamento contraproducente nas organizações. De outro lado, a amostra apresenta forte correlação entre Comportamento Contraproducente Organizacional e Comportamento Contraproducente Interpessoal, o que corrobora os resultados de Nascimento, Araújo, Andrade & Mendonça (2015) que encontraram ao aplicar somente o WDS uma correlação moderada entre CCT-O e CCT-I de 0,46, sendo o resultado deste estudo 0,626.

Tabela 5

**Teste de correlação de Spearman**

Variáveis	P-Valor	Coefficiente
MQ versus CCT-O	0,073	<b>0,154</b>
MQ versus CCT-I	0,056	<b>0,164</b>
CCT-I versus CCT-O	0,000	<b>0,626</b>

Fonte: elaborada pelos autores

A Tabela 6 apresenta os valores médios das variáveis Maquiavelismo – MQ, Comportamento Contraproducente Organizacional - CCT-O e Comportamento Contraproducente Interpessoal CCT-I mensurados em relação a fatores sociais (gênero, estado civil e tipo de ensino). A observação da tabela permite inferir que o traço de maquiavelismo parece ser mais evidente nos homens do que entre as mulheres ( $p$ -valor=0,0254) e nos estudantes da IES pública ( $p$ -valor=0,0823). Em relação ao estado civil, as características maquiavélicas parecem estar mais presentes nos indivíduos casados, apesar dessa associação não ser confirmada estatisticamente.

Apesar de os trabalhos que também apresentaram este tipo de análise não tenham utilizado o mesmo instrumento para levantamento do perfil maquiavelista que os que embasaram este estudo, as autoras Grohmann e Battistella (2012), por exemplo, utilizaram o *Machiavellianism Personality Scale* e também concluíram que os homens apresentam médias maiores (sem diferenças significativamente estatísticas). Além dessas autoras, Webster e Harnos (2002), Bolino e Tunley (2003), Sweeney, Arnold e Pierce (2009) também identificaram esse comportamento. Tal característica pode ser atribuída aos padrões socialmente desejados dos homens, em que tais posturas exigidas acabam sendo similares aos padrões definidos pelo perfil maquiavelista.

Tabela 6

**Valores Médios das Variáveis MQ, CCT-O, CCT-I**

Variável	Gênero		Estado Civil			Tipo de Ensino	
	Masculino	Feminino	Casado	Solteiro	Divorciado	Privado	Público
MQ	31,32	29,51	31,16	30,27	30,33	20,28	31,32
CCT-O	20,84	21,7	20,87	21,33	19,33	19,25	23,01
CCT-I	10,58	10,30	10,00	10,54	9,33	8,92	11,79

Fonte: elaborado pelos autores

De modo a verificar se as associações apresentadas na Tabela 6 eram estatisticamente significativas, foram produzidas as Tabelas 7, 8 e 9, evidenciadas abaixo, que se referem ao teste de associação para as variáveis Maquiavelismo – MQ, Comportamento Contraproducente Organizacional – CCT-O e Comportamento Contraproducente Interpessoal – CCT-I segregadas por fatores sociais (gênero, estado civil e tipo de instituição de ensino – pública ou privada).

A Tabela 7, referente ao teste de média, para as variáveis MQ, Comportamento Contraproducente Organizacional – CCT-O e Comportamento Contraproducente Interpessoal – CCT-I, refere-se à comparação dos valores médios de cada uma das variáveis em relação ao gênero (masculino e feminino). A observação da tabela permite perceber que ao nível de 0,05 todas as variáveis analisadas apresentam associações significativas. Cabe destacar que em relação ao CCT-O, as mulheres relataram possuir um grau maior, o que poderia ser um indício de mudança de comportamento quanto ao papel historicamente relatado e esperado para as mulheres (War & Beck, 1990).

Tabela 7

**Teste de Associação – por gênero**

Variáveis	P-Valor
Maquiavelismo – MQ	0,00145
Comportamento Contra Producente Organizacional – CCT-O	0,0040
Comportamento Contra Producente Interpessoal – CCT-I	0,0001

Fonte: elaborada pelos autores

A Tabela 8 evidencia o teste de Média para as variáveis MQ, Comportamento Contraproducente Organizacional – CCT-O e Comportamento Contraproducente Interpessoal – CCT-I em relação ao estado civil dos amostrados. A análise da tabela permite observar que somente a variável Maquiavelismo (MQ) não apresenta diferenças significativa em relação aos seus valores médios para os diferentes tipos de estado civil (solteiro, casado e divorciado). Para as demais variáveis CCT-I e CCT-O, percebe-se a existência de diferenças significativas entre os estados civis.

Tabela 8

**Teste de Associação –por estado civil**

Variáveis	P-Valor
Maquiavelismo – MQ	0,8271
Comportamento Contra Producente Organizacional – CCT-O	0,0465
Comportamento Contra Producente Interpessoal – CCT-I	0,0026

Fonte: elaborada pelos autores

Em relação ao tipo de instituição de ensino superior – pública e privada – o teste de Associação empregado indicou ao nível de significância de 10% para MQ e de 1% para as demais dimensões que há associação com o tipo de IES. Dessa forma, pela Tabela 4, o que se verifica é que nas três dimensões os estudantes da IES pública tiveram média maior que os da IES privada.

Tabela 9

**Teste de Associação –por tipo de ensino**

Variáveis	P-Valor
Maquiavelismo – MQ	0,0823
Comportamento Contra Producente Organizacional – CCT-O	0,0029
Comportamento Contra Producente Interpessoal – CCT-I	0,0002

Fonte: elaborada pelos autores

Também foi realizado um teste de Correlação entre as dimensões MQ, CCT-O e CCT-I e a idade dos respondentes.

Tabela 10

**Correlação MQ, CCT-O, CCT-I com Idade**

Categoria	MQ	CCT-O	CCT-I	
Idade	Correlação	0.0368	0.1141	0.0082
	p-valor	0.6961	0.2167	0.9296

Fonte: elaborada pelos autores

De acordo com a Tabela 10, as correlações além de baixas (todas abaixo de 0,15) também não são significativas ( $p\text{-valor}>0,1$ ), o que é indício de que a idade não influencia aquelas três variáveis. Tal resultado pode estar relacionado à amostra, já que aproximadamente 76% dela tem idade inferior a 30 anos, portanto, composta majoritariamente de jovens, o que pode ter influenciado a identificação do efeito da experiência de vida nas variáveis MQ, CCT-O e CCT-I, apesar de já ter sido mencionado que o efeito da idade parece ser controverso nas variáveis estudadas (Cullen & Sackett, 2003, Sweeney, Arnold & Pierce, 2009, D'Souza, 2016, Thiel *et al.*, 2012).

Em resumo, a partir dos dados é possível aludir que existe associação positiva e baixa, mas estatisticamente não significativa entre o Maquiavelismo e o Comportamento Contraproducente, tanto o Organizacional quanto o Interpessoal ( $p\text{-valor}>0,05$ ). Essa análise permite dizer que há evidências para se rejeitar a  $H_1$  o que é contrário a diversos trabalhos, como Shafer e Simmons (2008), Hartmann e Maas (2010), Zettler, Friedrich e Hilbig (2011), Murphy (2012), O'Boyle *et al.*, 2012). Todavia, para os autores, isso pode ser esclarecido em razão do perfil majoritariamente moderado dos estudantes que participaram da pesquisa (65% deles tem esse perfil). Conforme Harrell & Hartnagel (1976), Dahling, Whitaker & Levy (2009), Hartmann e Maas (2010) e Zettler, Friedrich & Hilbig, (2011), a associação entre maquiavelismo e comportamento contraproducente seria percebida apenas em perfis de alto nível de maquiavelismo, considerando que suas limitações morais seriam mais elásticas do que os indivíduos com perfis mais baixos e moderados (Murphy, 2012).

Outra hipótese que os dados sustentam são as relacionadas ao gênero dos respondentes. As  $H_2$  e  $H_3$  sinalizaram que o sexo dos respondentes é algo que influencia as variáveis e, neste estudo, foi constatado que elas não poderiam ser rejeitas, ou seja, há evidências que indicam que o gênero dos respondentes é algo que está associado aos graus de Maquiavelismo e Comportamento Contraproducente, conforme Ward e Beck (1990), Webster e Harnos (2002), Bolino e Tunley (2003), Sweeney, Arnold e Pierce (2009), Grohmann e Battistella (2012), Avelino e Lima (2017), D'Souza e Lima (2018), D'Souza, Lima, Jones, Daniel e Carré (2019).

Em relação às  $H_4$  e  $H_5$ , novamente com base no que foi levantado, constata-se que a  $H_4$  não apresentou associação estatisticamente significativa ( $p\text{-valor}=0,8271$ ); por outro lado, a  $H_5$  se mostrou estatisticamente significativa ( $p\text{-valor}<0,05$ ). Assim, considerando que foi identificada associação em relação ao estado civil dos respondentes, os dados desta pesquisa apontam que respondentes casados não têm nível de Maquiavelismo maior do que os demais estados civis, mas solteiros que participaram do estudo relataram possuir maior Comportamento Contraproducente.

Para as  $H_6$  e  $H_7$ , foi encontrado indícios que permitem concluir que para a primeira não há associação estatisticamente significativa ( $p\text{-valor}=0,0823$ ), ao passo que para a segunda a associação é estatisticamente significativa ( $p\text{-valor}<0,01$ ). Essas hipóteses indicavam que os estudantes participantes da pesquisa que tivessem origem em IES públicas apresentariam grau de Maquiavelismo e Comportamento Contraproducente mais marcado do que aqueles de IES privadas, o que se mostrou, portanto, parcialmente aderente a outros trabalhos (Formiga, 2004, Santos, 2012, Bublitz, Guido, Lopes & Freitas, 2016).

Finalmente, com relação à idade, base para as  $H_8$  e  $H_9$ , os dados da pesquisa demonstraram que a relação é fraca e não significativa. Portanto, tanto a  $H_8$  quanto a  $H_9$  foram rejeitadas ( $p\text{-valor}>0,1$ ).



## 5. Conclusão

Esse trabalho buscou avaliar a relação existente entre os traços de personalidade maquiavélicos e os traços de contraproducência nos futuros profissionais da contabilidade. Para isso foram aplicados 137 questionários em quatro instituições de Ensino Superior: a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal do Espírito Santo (UfesFES), a Universidade de Formiga (UniforNIFOR-MG) e a Faculdade Pitágoras (Unidade Divinópolis), sendo a amostra desse estudo constituída de duas instituições públicas e de duas privadas.

A literatura expõe que os traços de personalidade podem explicar o comportamento das pessoas, além de justificar suas atitudes negativas e positivas. A demonstração desses traços, por vezes, pode demonstrar desvantagens organizacionais, mas podem também comprovar vantagens, especialmente, quando o grau encontrado está em níveis moderados (D'Souza & Lima, 2015). Além disso, diversas pesquisas apresentam uma visão negativa do perfil maquiavelista, o que se deve, especialmente, ao seu comportamento dentro da organização, que é caracterizado pela manipulação de algo em seu benefício.

Ao conceituar o maquiavelismo, a literatura associa suas principais características a personalidades que agem em benefício próprio, com frieza, uma vez que grande parte dos autores que abordam sobre o tema descrevem o indivíduo maquiavelista como alguém que considera seus interesses individuais acima dos interesses do grupo em que está inserido. O comportamento contraproducente dos colaboradores de uma dada instituição pode desvirtuar a empresa do objetivo proposto por seus principais executivos e acionistas, e indivíduos com características maquiavélicas podem conduzir a empresa por caminhos não satisfatórios às suas políticas e práticas.

A partir do pressuposto de que a Contabilidade abrange informações patrimoniais da organização, surge a necessidade de verificar se contadores maquiavelistas poderiam manifestar, por meio de seu ofício, comportamentos contraproducentes, elaborando informações distorcidas e que não retratassem a real posição patrimonial da entidade.

O principal achado deste trabalho foi a inexistência de evidências empíricas que permitam concluir sobre a existência de relacionamento entre os comportamentos maquiavelistas e os contraproducentes, em relação aos futuros profissionais da contabilidade. Apesar de se poder afirmar que o traço moderado de maquiavelismo está presente na maioria dos entrevistados (65%), os resultados de contraproducência nos mostraram que a maioria dos entrevistados se autodeclaram com perfil baixo de contraproducência organizacional e interpessoal (73% e 89%). Este resultado vai contra a resultados encontrados por diversos autores que concluem que indivíduos com moderados a altos perfis de maquiavelismo decidem de forma oportunista, por meio de estratégias que mantenham sua reputação e oportunizem o alcance dos objetivos e metas pessoais (Milan, 2014, Zettler & Hilbig, 2010, VandenBos, 2010, D'Souza, 2016), Shafer & Simmons, 2008). Todavia, conforme destacam Judge *et al.* (2009), Zettler *et al.* (2011), Jones e Paulhus (2010) e D'Souza (2016), quando os indivíduos apresentam traços moderados em relação às características da Dark Triad, eles podem revelar talentos, criatividade, inovação e melhores desempenhos individuais e empresariais, portanto, algum grau de maquiavelismo pode ser benefício.

Os resultados permitem inferir que o traço de maquiavelismo parece ser em média mais evidente nos homens do que entre as mulheres (31% homem, e 29% mulheres) como o encontrado pelas autoras Grohmann e Battistella (2012), ao utilizarem um instrumento diferente, conhecido como *Machiavellianism Personality Scale*.

A identificação de perfis profissionais auxiliam as empresas em seus processos seletivos como também em avaliações periódicas com intuito de promover o desenvolvimento organizacional (Ferreira, 2013). Assim, os resultados aqui apresentados podem auxiliar profissionais da área de recursos humanos a melhor recrutar e treinar colaboradores. Autores, como Judge *et al.*, 2009 e Jones & Paulhus, 2011, identificaram que pessoas com perfil maquiavélico são estrategistas e calculistas e possuem destreza para atuarem em negócios complexos. Zettler e Solga (2013) concluem que pessoas com alto grau de maquiavelismo possuem melhor comportamento de cidadania organizacional. Como contribuição deste estudo, entender que o perfil maquiavelista moderado não apresenta necessariamente comportamento contraproducente pode auxiliar a área gerencial em seus processos seletivos e avaliações, revelando subsídios que rechaçam paradigmas não raro resistentes a esse perfil profissional e que o associam, muitas vezes injustamente, a modelos de comportamento não desejáveis.

Inclusive, os dados dessa pesquisa evidenciam uma relação positiva entre o comportamento contraproducente interpessoal e organizacional, permitindo inferir que o maior nível de contraproducência organizacional entre os profissionais associa-se a maiores níveis de contraproducência interorganizacional. Esse achado pode ser confirmado nos estudos de Nascimento *et al.* (2015), que encontraram uma correlação moderada sugerindo que são relacionadas.

Os resultados encontrados apontam para a necessidade de mais estudos no contexto brasileiro que analisem o perfil do profissional da contabilidade, com vistas a evidenciar manifestações de comportamentos de maneira mais clara, recomendando-se inclusive, a inclusão de uma variável que sinalize o tempo de experiência profissional do respondente, pois, desse modo, poderia ser possível analisar se o maquiavelismo ou o comportamento contraproducente pode ser influenciados por aquela variável.

## 6. Referências

- Almeida, O. P., Laranjeira, R. & Dractu, L. (1996). *Manual de psiquiatria*. Guanabara Koogan.
- Alves, M. A. (2008). A Ética como Virtude Cívica em Maquiavel. *Thaumazein: Revista Online de Filosofia*, 2(3).
- Avelino, B. C. & Lima, G. A. S. F. (2017). Narcisismo e desonestidade acadêmica. *Revista Universo Contábil*, 13(3), pp. 70-89. doi: 10.4270/ruc.2017319
- Bennett, R. J. & Robinson, S. L. (2000). Development of a measure of workplace deviance. *Journal of applied psychology*, 85(3), pp. 349-360. doi: 10.1037//0021-9010.85.3.349
- Bolino, M. C. & Turnley, W. H. (2003). More than one way to make an impression: Exploring profiles of impression management. *Journal of Management*, 29(2), pp. 141-160. doi: <https://doi.org/10.1177/014920630302900202>
- Bublitz, S., de Azevedo Guido, L., Lopes, L. F. D., & de Oliveira Freitas, E. (2016). Associação entre estresse e características sociodemográficas e acadêmicas de estudantes de enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, 25(4), pp. 1-7. doi: [dx.doi.org/10.1590/0104-07072016002440015](https://doi.org/10.1590/0104-07072016002440015)
- Cyriac, K., & Dharmaraj, R. (1994). Machiavellianism in Indian management. *Journal of Business Ethics*, 13(4), pp. 281-286. doi: <https://doi.org/10.1007/BF00871674>
- Cullen, M. J. & Sackett, P. R. (2003). *Personality and Counterproductive Workplace Behavior*. In Barrick, M. R., & Ryan, A. M. *Personality and Work: Reconsidering the Role of Personality in Organizations*. Jossey-bass.
- D'Godoy, S. L. & Noronha, A. P. P. (2005). Instrumentos psicológicos utilizados em seleção profissional. *Revista do Departamento de Psicologia-UFF*, 17(1), pp.139-159. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232005000100011>
- D'Souza, M. F. & Lima, G. A. S. F. (2015). The Dark Side of Power: The Dark Triad in Opportunistic Decision-Making. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 8(2), pp. 135-156. doi: <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2015080201>
- D'Souza, M. F. (2016). *Manobras financeiras e o Dark Triad: o despertar do lado sombrio na gestão*. Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- D'Souza, M. F. & Jones, D. N. (2017) Taxonomia da Rede Científica do Dark Triad: Revelações no Meio Empresarial e Contábil. *REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 11(3), pp. 296-313. doi: <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v11i3.1588>
- D'Souza, M. F., & de Lima, G. A. S. F. (2018). Escolha de carreira: o Dark Triad revela interesses de estudantes de Contabilidade. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 12, e151837. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2018.151837>

- D'Souza, M. F., Lima, G. A. S. F., Jones, D. N. & Carré, J. R. (2019). Eu ganho, a empresa ganha ou ganhamos juntos? Traços moderados do Dark Triad e a maximização de lucros. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30(79), pp. 123-138. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201806020>
- Dahling, J. J., Whitaker, B. G., & Levy, P. E. (2009). The development and validation of a new Machiavellianism scale. *Journal of management*, 35(2), 219-257. doi: <https://doi.org/10.1177/0149206308318618>
- Dalal, R. S. (2005). A meta-analysis of the relationship between organizational citizenship behavior and counterproductive work behavior. *Journal of applied psychology*, 90(6), 1241. doi: 10.1037/0021-9010.90.6.1241
- Dalbosco, S. N. P. & da Silva Consul, J. (2011). A importância da Avaliação psicológica nas organizações. *Revista de Psicologia da IMED*, 3(2), pp. 554-558.
- Devore, J. L. (2006). *Probabilidade e estatística: para engenharia e ciências*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Formiga, N. (2004). Atribuição de causalidade e rendimento acadêmico: predição e diferença em alunos da universidade pública e privada. *Revista de Psicologia da UNC*, 2(1), pp. 3-14.
- Ferreira, M. F. (2013). *Relação entre traços de personalidade, percepção de justiça distributiva, satisfação e comportamentos contraproducentes no trabalho*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais. Recuperado em 24 abr., 2017 de <http://www.biblioteca-digital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-A3KF6D>
- Fine S., Horowitz, I., Weigler, H. & Basis, L. (2010). Is good character good enough? The effects of situational variables on the relationship between integrity and counterproductive work behaviors. *Human Resource Management Review*, 20, pp. 73-84. doi: <http://doi.org/10.1016/j.hrmr.2009.03.010>
- Furnham, A., Richards, S. C. & Paulhus, D. L. (2014). The dark triad of personality: a 10 year review. *Social and Personality Psychology Compass*, 7(3), pp. 199-216. doi: [doi.org/10.1111/spc3.12018](http://doi.org/10.1111/spc3.12018)
- Furnham, A., Richards, S., Rangel, L., & Jones, D. N. (2014). Measuring malevolence: Quantitative issues surrounding the Dark Triad of personality. *Personality and individual differences*, 67, pp. 114-121. doi: <https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.02.001>
- Godoy, S. L., & Noronha, A. P. P. (2005). Instrumentos psicológicos utilizados em seleção profissional. *Revista do Departamento de Psicologia-UFF*, 17(1), pp. 139-159.
- Gomes, J. C. L. (1990). *Maquiavel e a moderna concepção do político*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Grohmann, M. Z. & Flores Battistella, L. (2012). Maquiavelismo nas Organizações: o relacionamento entre perfil individual e personalidade maquiavélica. *Invenio*, 15(28), pp. 101-118.
- Harrell, W. A., & Hartnagel, T. (1976). The impact of Machiavellianism and the trustfulness of the victim on laboratory theft. *Sociometry*. 39(2), pp. 157-165 doi: <http://dx.doi.org/10.2307/2786216>
- Hartmann, F. G. H. & Maas, V. S. (2010). Why business unit controllers create budget slack: involvement in management, social pressure, and machiavellianism. *Behavioral Research in Accounting*, 22(2), pp. 27-49. doi: [doi.org/10.2308/bria.2010.22.2.27](http://doi.org/10.2308/bria.2010.22.2.27)
- Jain, K. & Bearden, J. N. (2011). *Machiavellianism and Overconfidence* (March 2, 2011). INSEAD Working Paper No. 2011/29/DS. doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1774523>
- Jensen, J. M. & Patel. P. C., (2011) Predicting counterproductive work behavior from the interaction of personality traits. *Personality and Individual Differences*. 5, pp. 466-471. doi: [doi.org/10.1016/j.paid.2011.04.016](http://doi.org/10.1016/j.paid.2011.04.016)
- Jones, D. N. & Paulhus, D. L. (2010). *Mating strategies among the dark triad: relationship focus, retention, and infidelity* (under review). [Working paper].

- Jones, D. N. & Paulhus, D. L. (2011). *Differentiating the dark triad within the interpersonal circumplex*. In L. M., Horowitz, & S., Strack. *Handbook of interpersonal psychology* (pp. 249-269). New York: Wiley and Sons.
- Judge, T. A., Piccolo, R. F. & Kosalka, T. (2009). The bright and dark side of leader traits: a review and theoretical extension of the leader trait paradigm. *The Leadership Quarterly*, 20(6), pp. 855-875. doi: doi.org/10.1016/j.leaqua.2009.09.004
- Kish-Gephart, J. J., Harrison, D. A., & Treviño, L. K. (2010). Bad apples, bad cases, and bad barrels: meta-analytic evidence about sources of unethical decisions at work. *Journal of applied psychology*, 95(1), pp. 1-31. doi: 10.1037/a0017103
- Lima, L. S., Garcia, F. C. & Pereira, L. Z. (2012). Valores Relativos ao Trabalho e Maquiavelismo: Estudo de Caso Envolvendo Gestores de uma Rede Varejista com Atuação no Estado de Minas Gerais. *Revista Gestão Organizacional*, 5(2), pp. 149-160.
- Lopes, S. S., Cardoso, P. R., Reina, D. & Reina, D. R. M. (2016, November). Dark Triad: Análise Do Perfil De Personalidade Em Estudades Da Área Contábil. *Congresso UnB de Contabilidade e Governança*, Brasília, DF, Brasil, 2.
- Malinowski, C. (2009). The relationship between Machiavellianism and undergraduate student attitudes about hypothetical marketing moral dilemmas. *Competitiveness Review: An International Business Journal*, 19(5), pp. 398-408. doi: https://doi.org/10.1108/10595420910996019
- Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de pesquisa*. V. 2. São Paulo: Atlas.
- Marcus B. & Schuler H. (2004). Antecedents of counterproductive behavior at work: A general perspective. *Journal of Applied Psychology*, 89, pp. 647-660. doi: 10.1037/0021-9010.89.4.647
- Milan, J. C. (2014). *Comportamento oportunista nas escolhas contábeis: a influência das emoções e do traço de personalidade*. Dissertação de Mestrado. Fundação de Comércio Álvares Penteado (FECAP), São Paulo, SP, Brasil..
- Murphy, P. R. (2012). Attitude, machiavellianism and the rationalization of misreporting. *Accounting, Organizations and Society*, 37(4), pp. 242-259. doi: https://doi.org/10.1016/j.aos.2012.04.002
- Mynatt, P., J. Omundson, R. G. Schroeder & M. Stevens (1997). The impact of Anglo-Hispanic ethnicity, gender, position, personality and job satisfaction on turnover intentions: A path analytic investigation. *Critical Perspectives in Accounting*, 8, pp. 657-883. doi: https://doi.org/10.1006/cpac.1997.0161
- Nascimento, E., Araújo, A. C., de Andrade, J. E.; Mendonça, M. & Maria, L. (2015). Adaptação transcultural da Workplace Deviance Scale (WDS) para o contexto brasileiro. *Revista Psicologia. Organizações e Trabalho*, 15(4). doi: http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2015.4.649
- Noronha, A. P. P. (2002). Análise de testes de personalidade: qualidade do material, das instruções, da documentação e dos itens qualidade de testes de personalidade. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 19(3), pp. 55-65.
- O'Boyle, E. H., Jr., Forsyth, D. R., Banks, G. C. & McDaniel, M. A. (2012). A meta-analysis of the dark triad and work behavior: a social exchange perspective. *Journal of Applied Psychology*, 97(3), pp. 557-579. doi: 10.1037/a0025679
- Paulhus, D. L., & Williams, K. M. (2002). The dark triad of personality: Narcissism, Machiavellianism, and psychopathy. *Journal of research in personality*, 36(6), pp. 556-563. doi: https://doi.org/10.1016/S0092-6566(02)00505-6
- Robinson, S. & Bennett, R. (1995). A typology of deviant workplace behaviors: A multi-dimensional scaling study. *Academy of Management Journal*, 38, pp. 555-572. doi: https://doi.org/10.5465/256693

- Rocha, J. D., Pinto, F. R. & da Silva, J. S. (2015). Maquiavelismo em lojistas: um retorno a origem. *Revista de Administração da UFSM*, 8(2), pp. 202-215. doi: <http://dx.doi.org/10.5902/198346595964>
- Roodpooshti, F. R., Nikoomaram, H. & Mahfoozi, G. (2012). Machiavellianism and accountants ethical approach: Evidence from Iran. *Journal of Basic and Applied Scientific Research*, 2(10), pp. 10576-10581.
- Rotundo, M., & Sackett, P. R. (2002). The relative importance of task, citizenship, and counterproductive performance to global ratings of job performance: A policy-capturing approach. *Journal of applied psychology*, 87(1), pp. 66-80. doi: 10.1037//0021-9010.87.1.66
- Santos, N. D. A. (2012). *Determinantes do desempenho acadêmico dos alunos dos cursos de ciências contábeis*. Dissertação de doutorado na Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil..
- Shafer, W. E., & Simmons, R. S. (2008). Social responsibility, Machiavellianism and tax avoidance: A study of Hong Kong tax professionals. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21(5), 695-720. <https://doi.org/10.1108/09513570810872978>
- Siegel, S. & Castellan Jr, N. J. (2006). *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento*. Artmed Editora.
- Sweeney, B., Arnold, D. & Pierce, B. (2009). The impact of perceived ethical culture of the firm and demographic variables on auditors' ethical evaluation and intention to act decisions. *Journal of Business Ethics*, 93(4), pp. 531-551. doi: 10.1007/s10551-009-0237-3
- Thiel, C. E., Bagdasarov, Z., Harkrider, L., Johnson, J. F. & Mumford, M. D. (2012). Leader ethical decision-making in organizations: Strategies for sensemaking. *Journal of Business Ethics*, 107(1), pp. 49-64. doi: 10.1007/s10551-012-1299-1
- VandenBos, G. R. (Org.). (2010). *Dicionário de psicologia da American Psychological Association*. Porto Alegre: Artmed.
- Vardi, Y. & Weitz, E., (2004). Misbehavior in organizations Theory, research, and managemen. *Lawrence Erlbaum Associates: Mawah, New Jersey*.
- Wakefield, R. L. (2008). Accounting and Machiavellianism. *Behavioral Research in Accounting*, 20, pp. 115-129. doi: <https://doi.org/10.2308/bria.2008.20.1.115>
- Ward, D. A., & Beck, W. L. (1990). Gender and dishonesty. *The Journal of Social Psychology*, 130(3), pp. 333-339. doi: <https://doi.org/10.1080/00224545.1990.9924589>
- Webster, R. L., & Harmon, H. A. (2002). Comparing levels of Machiavellianism of today's college students with college students of the 1960s. *Teaching Business Ethics*, 6(4), pp. 435-445. doi: <https://doi.org/10.1023/A:1021149204098>
- Weller, J. A. & Thulin, E. W. (2012). Do honest people take fewer risks? Personality correlates of risk-taking to achieve gains and avoid losses in Hexaco space. *Personality and individual differences*, 53(7), pp. 923-926. doi: <https://doi.org/10.1016/j.paid.2012.06.010>
- Zettler, I., & Hilbig, B. E. (2010). Honesty-humility and a person-situation interaction at work. *European Journal of Personality*, 24(7), pp. 569-582. doi: <https://doi.org/10.1002/per.757>
- Zettler, I. & Solga, M. (2013). Not enough of a 'dark' trait?: linking machiavellianism to job performance. *European Journal of Personality*, 27, pp. 545-554. doi: <https://doi.org/10.1002/per.1912>
- Zettler, I., Friedrich, N. & Hilbig, B. E. (2011). Dissecting work commitment: The role of Machiavellianism. *Career Development International*, 16(1), pp. 20-35. doi: <https://doi.org/10.1108/13620431111107793>

# Relação entre Lócus de Controle e resiliência de acordo com as características sociais dos estudantes de Contabilidade

## Resumo

**Objetivo:** Analisar a relação do Lócus de Controle Interno e Externo com a resiliência, de acordo com as características sociais dos estudantes de Contabilidade.

**Método:** Os dados foram obtidos por meio de survey, utilizando-se as escalas de Levenson (1973) e Pesce, Assis, Avanci, Santos e Malaquias (2005) para Lócus de Controle e resiliência, respectivamente. A amostra corresponde a 449 estudantes de Contabilidade, de todas as regiões do Brasil, em que 31,63% eram homens e 68,37% mulheres. Para a análise dos dados foi realizada regressão linear múltipla, teste T de Student, teste ANOVA e Coeficiente Alfa, de Cronbach.

**Resultados:** Os resultados demonstram que estudantes de Contabilidade, de maneira geral, possuem altos níveis de resiliência, bem como de Lócus de Controle Interno, o que faz com que tenham um perfil de pessoas determinadas, autoconfiantes e perseverantes frente às dificuldades oferecidas durante o processo de formação no curso de graduação em Ciências Contábeis. Foram encontradas diferenças de níveis de Lócus de Controle e resiliência entre os sexos feminino e masculino, estudantes de instituições privadas, públicas e públicas-privadas e de acordo com o estado civil, sendo que os maiores níveis de Lócus de Controle Interno foram encontrados no sexo masculino, e a resiliência foi maior no sexo feminino. A resiliência não obteve diferença significativa de acordo com o estado civil dos estudantes, porém, o Lócus de Controle Externo foi maior percebido nos estudantes solteiros. Por fim, tanto o Lócus de Controle Externo quanto a resiliência foram maiores para estudantes de instituições públicas-privadas.

**Contribuições:** O estudo contribui ao identificar os níveis de resiliência e lócus de controle dos acadêmicos de Ciências Contábeis de acordo com gênero, estado civil, ou até mesmo com o tipo da instituição, fatores estes da teoria de aprendizagem psicológica e social, que possibilitam compreender os critérios que mais afetam as questões como a de permanência do curso.

**Palavras-Chave:** Lócus de Controle; Resiliência; Estudantes de Contabilidade.

## Juçara Haveroth

<https://orcid.org/0000-0001-7327-0667>  
Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau (Furb) e Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração na Universidade Regional de Blumenau (Furb). **Contato:** Rua Antônio da Veiga, 140. Itoupava Seca. Blumenau (SC). CEP: 89030-903.  
E-mail: [jucara\\_haveroth@hotmail.com](mailto:jucara_haveroth@hotmail.com)

## Alyne Cecilia Serpa Ganz

<http://orcid.org/0000-0002-7192-6033>  
Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau (Furb) e Doutoranda em Métodos Quantitativos e Engenharia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). **Contato:** Avenida Cel. Francisco Heráclito dos Santos, 210. Jardim das Américas. Curitiba (PR). CEP: 81531-980.  
E-mail: [alyneserpa@hotmail.com](mailto:alyneserpa@hotmail.com)

## Ângela Bilk

<https://orcid.org/0000-0003-4321-854>  
Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau (Furb) e Professora no Centro Universitário Leonardo da Vinci. **Contato:** Rodovia BR-470, 1.040. Benedito. Indaial (SC). CEP: 89130-000.  
E-mail: [angbilk07@gmail.com](mailto:angbilk07@gmail.com)

## Marcia Zanievicz da Silva

<https://orcid.org/0000-0003-1229-7705>  
Doutora em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). E Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Regional de Blumenau (FURB). **Contato:** Rua Antônio da Veiga, 140. Itoupava Seca. Blumenau (SC). CEP: 89030-903.  
E-mail: [marciaza@gmail.com](mailto:marciaza@gmail.com)

Editado em Português e Inglês. Versão original em Português.

Recebido em 8/4/2018. Pedido de Revisão em 16/11/2018. Resubmetido em 7/12/2018. Aceito em 8/1/2019 por Dr. Vinicius Gomes Martins (Editor Associado) e pelos Drs. Orleans Silva Martins (ex Editor) e Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima (Editor). Publicado em 28/3/2019. Organização responsável pelo periódico: Abracicon.

## 1. Introdução

A contabilidade tradicional é comumente associada à responsabilidade pela elaboração e análise de demonstrações financeiras. No entanto, existem diversas outras informações no alcance da Contabilidade, não necessariamente de natureza financeira, que também devem ser consideradas e analisadas de modo a permitir o melhor auxílio aos usuários das informações. Nesse contexto, tem-se o campo de pesquisa na área de Contabilidade Comportamental, que considera a dimensão do comportamento humano aplicado à Contabilidade, sendo que engloba um conjunto de informações relevantes que devem (ou deveriam) ser analisadas pelos elaboradores das demonstrações contábeis (Lucena, Fernandes & Silva, 2011).

A Contabilidade, como parte integrante das ciências sociais aplicadas, influencia os processos de tomada de decisão, destarte, também utiliza princípios comportamentais, oriundos da psicologia, para melhor compreender usuários e utilizadores das informações contábeis. Especificamente em relação à Contabilidade Comportamental, por se tratar de uma área que contempla diferentes perspectivas, autores como Siegel e Ramanauskas-Marconi, (1989) e Lucena *et al.* (2011) segregam as pesquisas em três áreas: i) construção e utilização do sistema de contabilidade; ii) efeito do sistema de contabilidade sobre o comportamento humano; iii) métodos de previsão e estratégias adotadas pelos usuários da contabilidade para alterar o comportamento humano.

No contexto da segunda perspectiva (efeito do sistema de contabilidade sobre o comportamento humano), Farag e Elias (2016) relatam que é importante compreender os estudantes de Contabilidade, por representarem a população de potenciais responsáveis pelas demonstrações contábeis, esses alunos estão se preparando para ser a próxima geração de contadores. Deste modo, escolher uma carreira na Contabilidade deve ser produto de uma reflexão e percepção do indivíduo quanto as suas características e personalidade, frente ao ambiente em que encontrarão na profissão escolhida (Magalhaes, 2005), embora existam outras razões subjacentes.

Ademais, a Contabilidade em si tem sido considerada como uma ocupação estressante, embora nem todo o estresse seja ruim (Selye, 1974), e ainda, as condições ambientais, tais como carga de trabalho, pressão de tempo e deveres conflitantes, no campo da Contabilidade, têm sido consistentes com este conceito de estresse (Hasin & Omar, 2007). Portanto, pode ser favorável que exista uma relação entre a escolha da profissão e autoconhecimento, de modo que o indivíduo opte por carreiras que melhor representem a sua identidade pessoal, conjunto de interesses, habilidades e características de personalidade (Magalhães, 2005).

Desta forma, algumas variáveis comportamentais, como o Lócus de Controle e Resiliência têm sido foco de pesquisa em diversas áreas de conhecimento. No entanto, diferente de países da Europa e América do Norte, a temática no Brasil tem sido pouco investigada, especialmente quando aplicada em profissionais das áreas vinculadas às ciências sociais. Nesse sentido, compreende-se que a pesquisa sobre lócus de controle e resiliência no Brasil ainda é incipiente (Cowen, Wyman & Work, 1996; Yunes, 2003).

O lócus de controle corresponde à percepção de controle sobre a vida, determinada pelo próprio indivíduo, sendo um padrão de orientação (Rodrigues, 2007). Deste modo, existem dois parâmetros para o lócus de controle: interno e externo. Pessoas com Lócus de Controle Interno atribuem para si a responsabilidade, pelo o que lhes acontece, sentem-se responsáveis pelo controle da maior parte das situações que enfrentam e acreditam que podem interferir nos resultados destas situações (Dela Coleta, 1987; Callado, Gomes, Tavares, 2006). Enquanto pessoas com Lócus de Controle Externo tendem a atribuir a responsabilidade sobre o que lhes acontece aos outros ou ao que é externo, não se sentem capazes de controlar as situações pelas quais passam (Callado *et al.*, 2006).

Por sua vez, na pesquisa assume-se que a resiliência consiste na capacidade humana para enfrentar e superar experiências de adversidade, possibilitando que o indivíduo saia fortalecido ou transformado (Yunes, Szymanski, 2001; Minello & Scherer, 2014). Segundo Pesce, Assis, Santos e Oliveira (2004), a resiliência pode ser entendida como o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida sadia, mesmo vivendo em um ambiente não sadio. Os estudos e pesquisas sobre resiliência humana procuram compreender como algumas pessoas tem capacidade de desenvolvimento e superação melhor que outras, mesmo vivenciando as mesmas situações de adversidade, sendo que essas diferenças também podem ser proporcionadas pelo ambiente da graduação.

Diante do exposto e considerando haver uma lacuna de pesquisa sobre a temática na Contabilidade, formula-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual a relação do locus de controle interno e externo com a resiliência de acordo com as características sociais dos estudantes de Contabilidade?** Com base na questão de pesquisa, o objetivo do estudo é analisar a relação do Locus de Controle Interno e Externo com a resiliência de acordo com as características sociais dos estudantes de Contabilidade.

Para isso foi realizado um *survey*, utilizando as escalas de Levenson (1973) e Pesce, Assis, Avanci, Santos & Malaquias (2005) para Locus de Controle e resiliência, respectivamente. A amostra final compreende 449 estudantes de Contabilidade. A análise dos dados foi feita por meio de regressão linear múltipla, teste t de Student, ANOVA e Alfa de Cronbach. Os resultados demonstram que estudantes de Contabilidade, de maneira geral, possuem altos níveis de resiliência, bem como de locus de controle interno, o que faz com que tenham um perfil de pessoas determinadas, autoconfiantes e perseverantes frente às dificuldades oferecidas durante o processo de formação no curso de graduação em Ciências Contábeis. Foram encontrados ainda maiores níveis de Locus de Controle Interno em estudantes do sexo masculino, e resiliência maior para o sexo feminino. Tanto o Locus de Controle Externo quanto a resiliência foram maiores para estudantes de instituições públicas-privadas.

A presente pesquisa se difere das demais uma vez que a resiliência é pouco estudada neste cenário, como tema central ou suas ligações, sendo que usualmente é relacionada a parte operacional (Cowen;Wyman; Work,1996; Angst, 2013). Ainda, autores das ciências sociais, como Yunes e Szymansky (2001); Barreira e Nakamura, (2006); Angst (2013) estudam o Locus de Controle, porém, este como tema principal isolado. Desta forma, estudar estas relações em conjunto e ainda considerando as características sociais permite identificar os perfis dos acadêmicos de como estes reagem às situações, de acordo com seu nível de Locus de Controle e resiliência. Esses achados podem auxiliar instituições e interessados na preparação dos indivíduos para o processo em que estão passando e minimizando os custos de traumas profissionais que poderiam desenvolver com possíveis falhas no processo de formação.

A pesquisa ainda complementa o estudo de Damascena, França e Silva (2016) que pesquisou somente a relação entre Locus de Controle e resiliência com profissionais da área contábil, pesquisando acadêmicos e as subdivisões de Locus de Controle e resiliência. Este estudo, portanto, se difere por estudar a relação de Locus de Controle (interno, ao acaso e controle poderosos) com a resiliência (ações e valores, independência e determinação e autoconfiança e capacidade de adaptação às mudanças) de acordo com as características sociais, não identificada anteriormente.

O estudo de Locus de Controle é importante, pois ajuda a compreender as características dos sujeitos com Locus de Controle Interno e Externo, sendo que o tipo de Locus de Controle impacta a resistência à coerção, influencia a capacidade de aceitar desafios e propicia maior persistência nos esforços para obtenção de resultados (Rodrigues, 2007), o que de fato é necessário para o indivíduo inserido em um ambiente acadêmico. Bem como, conforme apresentado pela teoria da Aprendizagem Social, de Rotter (1966), é preciso considerar a interação do sujeito com o ambiente, as variáveis de personalidade e as características individuais.

Quanto à contribuição para as pesquisas sobre resiliência, tem-se o aumento do interesse de pesquisa devido à necessidade de investimento em prevenção de problemas e promoção da saúde mental dos indivíduos em quaisquer que sejam as áreas de atuação (Pesce *et al.*, 2004). No âmbito da educação, a resiliência desempenha um papel importante, porque há o favorecimento do desenvolvimento de habilidades sociais, acadêmicas e pessoais que permitem que o estudante supere as adversidades e tenha sucesso acadêmico, profissional e pessoal (Ruter,1987, Díaz, Giraldo, & Buitrago, 2011).

Além de todas as contribuições teóricas apontadas sobre conhecer os efeitos das variáveis especificamente, a compreensão destas em conjunto traz contribuições práticas para as instituições de ensino. Destaca-se que estas podem se utilizar dos resultados dos seus acadêmicos de acordo com gênero, estado civil, ou até mesmo com o tipo da instituição, relacionadas ao nível de resiliência e locus de controle, fatores estes da teoria de Aprendizagem Psicológica e Social (Lefcourt, 1976). Essas relações possibilitam compreender os critérios que mais afetam as questões como a de permanência do curso.



Neste sentido, sugere-se que a discussão sobre estes critérios é de suma importância para as instituições de ensino superior que tem visto ano a ano o problema de evasão ser frequente e ainda incapaz de ser solucionada e completamente compreendida. A análise das variáveis individualmente permite traçar perfis que podem ser treinados e compreendidos para que a promoção de potencial dos acadêmicos possa ser maximizado.

O presente estudo ainda contribui para a literatura de educação em Contabilidade, pois enfatiza as relações existentes entre variáveis específicas de estudantes do curso, auxilia a identificar características de personalidade em uma população de futuros contadores, bem como amplia discussões sobre pesquisas que auxiliam os estudantes, para torná-los mais bem-sucedidos no futuro.

## 2. Fundamentação Teórica

Para fundamentar o presente estudo, o referencial teórico contempla a abordagem sobre Lócus de Controle, apresentando os conceitos, bem como aponta momentos em que o tema se relaciona com as ciências sociais e a Contabilidade. A mesma abordagem e desenvolvimento são realizados para os estudos de resiliência.

### 2.1 Lócus de Controle

Diferente do estudo de Damascena, França e Silva (2016), que objetivou analisar as relações e características entre o lócus de controle e a resiliência do profissional da contabilidade, quanto a seu posicionamento em relação às decisões da vida e o seu nível de resiliência, o presente estudo voltou à atenção aos acadêmicos de Contabilidade. Sabe-se que fazer um curso de graduação não é uma tarefa simples e, segundo Hasin e Omar (2007), o curso de Ciências Contábeis exige comprometimento do indivíduo e deve prepará-lo para atuar em uma profissão estressante, sendo, deste modo, importante conhecer e compreender o Lócus de Controle e a resiliência.

Rotter (1966) foi um dos primeiros autores a descrever o conceito de *Lócus* de Controle. Segundo esse autor, o *Lócus* de Controle refere-se à expectativa existente de nossos comportamentos em relação às contingências. Ainda segundo o autor, o constructo do Lócus de Controle é constituído de uma dimensão bipolar: de um lado do polo está a dimensão de internalidade e, no outro, a dimensão de externalidade. De acordo com esse constructo, as pessoas cujo Lócus de Controle é Interno (internalidade) acreditam que o alcance de seus objetivos depende de seus esforços e competências. Por sua vez, as pessoas com Lócus de Controle Externo (externalidade) creem que o alcance de seus objetivos depende de qualquer outro fator que não elas próprias, como, por exemplo, sorte, fé, destino, azar ou acaso.

Para Dela Coleta (1987), Lócus de Controle é uma variável que busca explicar uma característica relativa à percepção das pessoas sobre a fonte de controle dos acontecimentos ao qual são envolvidas. Segundo a autora, um indivíduo pode perceber-se como controlador destes acontecimentos ou como sendo os mesmos controlados por fatores externos a ele. Callado *et al.*, (2006) contribuem com as discussões sobre o tema afirmando que as variáveis de personalidade e as características são consideradas individualmente, e estas não explicam o comportamento, pois é preciso considerar a interação do sujeito com o ambiente, e assim cada um demonstrará se é interno ou externo. Já para Rodrigues (2007), *Lócus* de Controle é a percepção de controle sobre a própria vida, ou seja, um padrão de orientação. Nas ciências sociais, autores como, Yunes e Szymansky (2001); Barreira e Nakamura, (2006); Angst (2013) e Damascena, França e Silva (2016) têm centrado atenção sobre a temática.

Decorrente da multidimensionalidade do constructo de *Locus* de Controle, surgiram diversas escalas para a mensuração desses fatores, assim como o conseqüente incremento dos estudos relacionados. Uma das principais contribuições propostas foi a realizada por Hanna Levenson, que dividiu a externalidade proposta por Rotter (1966) em duas, em que a sua versão de externalidade é dividida ao acaso e outros poderosos; o externo neste caso não deveria representar algo necessariamente ruim ou indesejável (Dela Coleta, 1987). Segundo Dela Coleta (1987), a escala de Levenson (1973) era semelhante à de Rotter (1966), teoricamente, mas, não, empiricamente.

Adaptada para o contexto brasileiro por Dela Coleta (1987) e validada por Tamayo (2012), escala de Levenson (1973) determina que as pessoas que depositam o controle em pessoas poderosas constituem os externos defensivos, os que percebem como fonte de controle o destino, a sorte, ou o azar, constituem os externos autênticos. E, por fim, pessoas que não acreditam no poder de outras pessoas, nem no acaso, destino ou sorte, mas em si próprios seriam os internos autênticos.

Em relação aos estudos de *Locus* de Controle, de maneira geral pode-se dizer que eles descrevem várias características atribuídas aos sujeitos com orientação interna e externa. Conforme tais estudos, pessoas com *locus* de internalidade são mais resistentes à coerção, engajam-se mais diretamente nas atividades para alcançar seus objetivos, aceitam mais os desafios, são mais persistentes e esforçados para obter resultados, resistentes à influência social, escolhem as situações à qual se submeter (Dela Coleta, 1982) – e estão associadas à maior ambição, motivação, sucesso na carreira profissional, aprendizagem no trabalho e desempenho organizacional (Macial & Camargo, 2010).

Enquanto os externos manifestam mais emoções, sofrem mais influência afetiva, não assumem responsabilidade direta sobre os objetivos e são mais passíveis de influência persuasiva (Dela Coleta, 1982), além de serem associados a líderes com maior efetividade. Indivíduos que sustentam a crença de que o seu sucesso depende mais de fatores externos do que internos frequentemente apresentam maior consideração para com seus liderados.

Diante do exposto, compreende-se que o *Locus* de Controle não é um conceito novo (Macial & Camargo, 2010) para a pesquisa. Estudos de diversas disciplinas, tais como Psicologia, Administração, Recursos Humanos e Empreendedorismo, já realizaram pesquisas utilizando-se do constructo. Em relação a esses estudos, é possível perceber que o conceito tem passado por certa evolução no desenvolvimento de distintas medidas desde sua apresentação inicial, no entanto ainda existe uma lacuna de pesquisa quanto a determinadas áreas como é o caso da Contabilidade.

A Contabilidade tem seu berço enraizado nas ciências sociais aplicadas e, ao lidar com os processos de tomada de decisões, utiliza-se de princípios comportamentais, oriundos da Psicologia (Lucena *et al.*, 2011). Partindo desse pressuposto, surge a oportunidade de pesquisa na Contabilidade Comportamental, envolvendo *Locus* de Controle. Segundo MacDonald (1973), o desenvolvimento do *Locus* de Controle pode ser afetado pela quantidade e qualidade das interações ambientais durante a infância, referentes à quantidade de controle que o indivíduo sente que obtém. Este conceito também cabe ao se explicar a resiliência. Portanto, a próxima seção discute a resiliência que, em conjunto de *locus*, compõe as variáveis estudadas nesta pesquisa.

## 2.2 Resiliência

A resiliência, diferente do *Locus* de Controle, é um tema recente, que se encontra em fase de construção, discussão e debate. Por resiliência entende-se o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento saudável do indivíduo, mesmo este vivenciando experiências desfavoráveis (Pesce *et al.*, 2004). Segundo Oliveira, Reis, Zanelato e Neme (2008), o tema tem sido estudado por diferentes áreas do conhecimento. Antes de ser utilizado propriamente no campo das ciências humanas e sociais, o termo foi sugerido pelas ciências exatas para se referir à capacidade elástica de determinados materiais.

Entretanto, a resiliência nos últimos anos passou a aparecer com mais frequência na literatura. Devido à tal atenção, pesquisas sobre este tema cresceram e a maioria destas utilizam definições com foco operacional (Cowen, Wyman; Work, 1996). O crescente interesse pelo conceito de resiliência nas ciências sociais e humanas são reflexos da necessidade do investimento em prevenção de problemas e promoção da saúde mental dos seres humanos (Pesce *et al.*, 2004).

O contemporâneo movimento pela promoção da saúde tem revelado a resiliência como um conceito importante nessa área de conhecimento (Pesce *et al.*, 2004). Os estudos e pesquisas sobre resiliência humana procuram compreender como algumas pessoas adquirem capacidade de superação melhor que outras, mesmo vivenciando situações similares de adversidade (Minello & Scherer, 2014). Nesse sentido, a resiliência não é um atributo de nascença, ou adquirido no seu desenvolvimento, mas um processo iterativo entre elas e seu meio (Rutter, 2012).

De forma geral, algumas definições de resiliência foram moldadas ao longo do tempo. Para Yunes (2003), resiliência se refere à habilidade de superar adversidades, o que não significa que não ocorram mudanças nos indivíduos, como sugerem os termos invulnerabilidade e invencibilidade. De acordo com Fortes, Portuguese e Argimon (2009), a resiliência é definida como a capacidade do indivíduo ou da família de enfrentar as adversidades, ser transformado por elas e conseguir superá-las.

Identifica-se que a resiliência possui várias definições. As pessoas e grupos diferem quanto às suas sensibilidades e vulnerabilidades diante de certos tipos de eventos, bem como em suas interpretações e reações, e isso parece estimular o desenvolvimento de pesquisas para mensurar a resiliência. As pesquisas sobre resiliência como tema central ou associado a outros aspectos são poucas e caracterizam a lacuna para a realização desta pesquisa, pois segundo Angst (2013) o termo não tem sido aplicado nas ciências sociais.

Nesse sentido, na análise das abordagens e descobertas sobre o conceito de resiliência, Grotberg (2003) identificou oito aspectos que representam os achados, sendo que destes destaca-se: a ligação das fases do desenvolvimento e crescimento humano, incluindo diferenças de idade e gênero, a sua possibilidade de mensuração, a participação na saúde mental e qualidade de vida. A prevenção e promoção são alguns dos conceitos a respeito da resiliência que é um processo: há fatores de resiliência, comportamentos resilientes e resultados resilientes.

No contexto do trabalho, a resiliência explica a mobilização de recursos psicossociais para o enfrentamento das rupturas e situações de tensão características da modernidade (Rogge & Lourenço, 2015). Destaca-se que não há consenso quanto ao número de eventos de vida negativos necessários para afetar a capacidade de resiliência do indivíduo (Pesce *et al.*, 2004). Os diferentes níveis individuais de tolerância ao estresse também oscilam conforme o período de vida em que o evento ocorre e conforme a situação é enfrentada: uma pessoa é perturbada por pequenas mudanças, algumas são afetadas por eventos de maior magnitude, outras quando a exposição ao evento é mais prolongada ou ainda algumas podem alcançar seu limite de tolerância apenas com o acúmulo de pequenos eventos estressantes do dia a dia (Savoia, 1999).

Para Díaz *et al.* (2011), é a combinação entre a natureza, a quantidade e a intensidade dos fatores de risco o que define o contexto da adversidade necessária para a resiliência. No âmbito da educação, a resiliência desempenha um papel importante, porque por intermédio de seu desenvolvimento, é possível ocorrer o favorecimento do desenvolvimento de habilidades sociais, acadêmicas e pessoais que permitam que o aluno supere as adversidades e tenha sucesso na vida (Rutter, 1987). Nesse sentido, e com o intuito de ampliar os estudos sobre o desempenho acadêmico, inclusive nos aspectos de evasão, a pesquisa centra atenção na discussão relativa aos aspectos de Locus de Controle, características pessoais e a resiliência, de maneira a identificar a percepção dos acadêmicos de Ciências Contábeis em tais aspectos.

### 2.3 Características sociais e desenvolvimento das hipóteses

A cada ano que passa, adquirem-se novas oportunidades de refletir sobre os eventos científicos que determinam nosso conhecimento sobre o melhor entendimento de todas as pessoas. Assim, a importância de promover o potencial de todos, tem ganhado foco e, conseqüentemente realçado a importância do conceito de resiliência (Infante, 2005). No âmbito da educação, a resiliência desempenha um papel importante, porque por meio da promoção pode favorecer o desenvolvimento de habilidades sociais, acadêmicas e pessoais que permitem o aluno superar as adversidades e ter sucesso na vida (Ruter, 1987).

No entanto, as pesquisas sobre a resiliência de estudantes, especialmente considerando o ensino superior, têm sido escassas. Embora, algumas tentativas voltem olhares ao desempenho acadêmico e busquem o analisar, se tem focado em sua multidimensionalidade, tentando discutir variáveis familiares sociais e de educação que podem afetar sua condição, porém, pouco se evidencia as informações sobre características sociais (Díaz, Giraldo & Buitrago, 2011). Isso indica que há poucos estudos que busquem compreender o desempenho acadêmico de forma mais aprofundada.

O problema é instaurado quando se identifica que o mau desempenho é um dos principais e mais comuns problemas nas universidades, que pode levar o aluno a se evadir do curso (Díaz, Giraldo & Buitrago, 2011), isso porque a evasão no âmbito da graduação é uma preocupação recorrente em qualquer Instituição de Ensino Superior (Cunha; Nascimento & Durso, 2014). Apesar de as características socioeconômicas e culturais serem distintas entre as diferentes instituições (públicas ou privadas), alguns estudos apontam características semelhantes desse fenômeno; uma delas se refere às percepções individuais de cada indivíduo.

A fim de auxiliar na redução desta lacuna, esta pesquisa utiliza fatores chamados de características sociais de estudantes, como sexo, estado civil e instituição de ensino frequentada, que devem ser analisados em situações de risco acadêmico, como, por exemplo, a frustração profissional que acompanhará um discente por toda a vida por começar e não terminar um curso de graduação (Cunha, Nascimento & Durso, 2014). Sendo interferentes nestes aspectos de interação com o ambiente e percepção dos acontecimentos em sua vida, tem-se o Locus de Controle e a resiliência.

O Locus de Controle é considerado uma característica derivada da percepção dos indivíduos sobre o comando das ocorrências e situações aos quais são submetidos (Dela Coleta, 1987). A percepção quanto à distribuição do comando pode ser quanto ao autocomando ou quanto ao comando por fatores externos e sem capacidade de alteração por parte do indivíduo. Ao passo de que a resiliência é entendida como um aglomerado de experiências e processos sociais e intrapsíquicos que auxiliam o desenvolver do indivíduo, independentemente da procedência das experiências vivenciadas (Pesce *et al.*, 2004).

Para Callado *et al.*, (2006) as discussões individuais como personalidade e características não devem ser investigadas de forma solitária, por que podem ser decorrentes de interações com o ambiente ao qual estão imersas, e desta forma ter-se-á a concepção se essas características quanto ao comando são internas ou externas/submetidas. O estudo do ambiente em que os indivíduos estão inseridos é de grande importância por esse influenciar seu comportamento e contribuir para com a formação de características e personalidade. Neste sentido, Minello e Scherer (2014) afirmam que mesmo vivenciando experiências similares de dificuldades e infortúnios, há indivíduos que adquirem maiores habilidades e capacidade de superação do que outros, e isto pode ser estudado por meio de pesquisas sobre resiliência.

Assim, a resiliência não é caracterizada como pronta, ou de posse de certo indivíduo e, sim, como construída/desenvolvida de acordo com o processo interativo entre esse e seu meio (Rutter, 2012). Logo, o Locus de Controle sendo entendido como um padrão do indivíduo, que age como reconhecedor das razões dos acontecimentos da sua vida (Rodrigues, 2007) e a resiliência a capacidade de enfrentar adversidades, sofrer mudanças por essas e conseguir a superação (Fortes, Portuguese & Argimon, 2009), pressupõe-se uma relação entre as temáticas uma vez que dependendo de como o indivíduo percebe o controle das situações vivenciadas na sua vida, diferente será sua reação a ele e, portanto, a sua capacidade de resiliência e superação.

Sendo o Locus de Controle Interno (LCI), Locus de Controle ao Acaso (LCC) e Locus de Controle Poderosos (LCP) diferentes percepções sobre quem é o responsável pelas situações adversas enfrentadas cotidianamente pelo indivíduo, ressalta-se que essas diferentes percepções irão impactar diferentemente a resiliência, uma vez que os julgamentos e sofrimentos derivativos de situações indesejáveis e infortunas permitem ao indivíduo reconhecer, desenvolver e mobilizar recursos e habilidades em si mesmo que podem antes nunca se ter feito notar (Calvo & Garcia, 2010). Isto é confirmado por Rodrigues (2007), que afirma que, além de influenciar nas estratégias de vida, o Locus de Controle também influencia como as pessoas se comportam e planejam seus atos baseadas em suas ações e resultados.

Ainda, Damascena *et al.* (2016) encontra em seu estudo com profissionais da área de Contabilidade uma relação direta e significativa entre o Locus de Controle e a resiliência. Diante de todo o exposto, desenvolveu-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

- **H1:** A resiliência de estudantes contábeis possui relação com o Locus de Controle.
- **H2:** As características sociais discriminam a resiliência e o Locus de Controle dos estudantes de Contabilidade.

### 3. Procedimentos Metodológicos

Com o propósito de atender o objetivo de analisar a relação do Locus de Controle Interno e Externo com a resiliência de acordo com as características sociais dos estudantes de Contabilidade, foi realizada uma pesquisa quantitativa com coleta de dados por questionário. A população da pesquisa compreende alunos do curso de Ciências Contábeis de todas as fases, e de todas as regiões do Brasil que responderam a *survey* encaminhada por *e-mail* de forma individual. Os dados referentes à população foram alcançados realizando buscas nas instituições de ensino superior tanto pública como privada que ofertavam o curso de Ciências Contábeis na sua instituição. O questionário foi repassado para os participantes por link do *google docs*, resultando em 449 respostas que compõe a amostra estudada.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário composto de três etapas. A primeira etapa corresponde aos dados demográficos dos respondentes, que nesta pesquisa recebe o nome de dados sociais. A segunda etapa corresponde à escala de *Locus de Controle*, sendo a utilizada a versão de Levenson (1973) que mensura, o *Locus de Controle* em três partes, sendo LCI – Locus de Controle Interno, LCC- Locus de Controle ao Acaso e LCP – Locus de Controle Poderosos. Por fim, a última etapa corresponde a escala de resiliência de Pesce, Assis, Avanci, Santos & Malaquias (2005) que classifica a resiliência em três fatores distintos, neste caso chamados de fatores I, II e III. Ambas as escalas são discutidas na próxima seção. O constructo referente ao questionário é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1

#### Constructo do Questionário

Variáveis	Descrição	Bloco	Questões
Características Sociais	-	1	1 a 10
	LCI		1, 4, 5, 9, 18, 19, 21, 23
Locus de Controle	LCC	2	2, 6, 7, 10, 12, 14, 16, 24
	LCP		3, 8, 11, 13, 15, 17, 20, 22
Resiliência	Fator I		1, 2, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 21, 23, 24, 25
	Fator II	3	5, 7, 9, 11, 13, 22
	Fator III		3, 4, 15, 17, 20

Fonte: dados da Pesquisa.

Após a coleta de dados, verificaram-se os métodos estatísticos a serem utilizados, optando-se pela estatística descritiva, regressão linear múltipla, teste T de *Student*, teste ANOVA e Coeficiente *Alfa de Cronbach* para análise de confiabilidade dos dados. A estatística descritiva é utilizada para compreender o comportamento de uma variável no conjunto de dados sob análise<sup>1</sup>. O teste t de Student e ANOVA são testes paramétricos para comparação de médias e foram usados para discriminação das médias de resiliência e Lócus de Controle quanto as características dos estudantes de Contabilidade. O teste t compara médias de forma binária e, segundo Hair, Black, Babin, Anderson e Tatham (2009), é utilizado para amostras quando não se conhece a variância populacional e se tem por objetivo testar se uma média assume, ou não, determinado valor.

O teste ANOVA compara médias de amostras maiores, sendo considerado uma extensão do teste t e é aplicado quando busca-se testar se as médias das populações são iguais (Hair *et al.* 2009). Para que a hipótese nula de que os dados são iguais seja rejeitada precisa existir pelo menos um grupo de médias diferente dos demais. No ANOVA assume-se que cada grupo provém de uma distribuição normal com médias e com variância homogênea. A normalidade dos dados foi assumida de acordo com o teorema do limite central, devido ao tamanho da amostra.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas também regressões, sendo estas lineares múltiplas. De acordo com Fávero, Belfiore, Silva e Chan (2009), a regressão linear tem por objetivo estudar a relação entre duas ou mais variáveis explicativas, apresentando uma relação com uma variável dependente métrica. As equações que demonstram os modelos de regressão utilizados neste estudo são representadas pelas equações a seguir, a iniciar pela regressão linear múltipla dada pela equação (1).

$$RFI = \beta_0 + \beta_1 LCI + \beta_2 LCC + \beta_3 LCP + \varepsilon \quad (1)$$

$$RFII = \beta_0 + \beta_1 LCI + \beta_2 LCC + \beta_3 LCP + \varepsilon \quad (2)$$

$$RFIII = \beta_0 + \beta_1 LCI + \beta_2 LCC + \beta_3 LCP + \varepsilon \quad (3)$$

$$RESIL = \beta_0 + \beta_1 LCI + \beta_2 LCC + \beta_3 LCP + \varepsilon \quad (4)$$

Onde RFI é referente ao Fator I de Resiliência, é referente ao Fator II de Resiliência, é referente ao Fator III de Resiliência, é referente à Resiliência de modo geral, LCI é referente ao Lócus de Controle Interno, LCC é referente ao Lócus de Controle ao Acaso, LCP é referente ao Lócus de Controle Poderosos, é o erro aleatório da regressão e são coeficientes gerados pela regressão, que expressam a sensibilidade da resiliência quanto às variáveis independentes. Por fim, é realizada a análise de confiabilidade dos dados que permite analisar a escala de mensuração utilizada na pesquisa, assim fornecendo informações sobre as relações entre os seis itens individuais dela, conduzindo a validação dos mesmos seis traços.

De forma específica, a estatística descritiva foi realizada com a intenção de descrever os dados utilizados na pesquisa, explanar o percentual de respondentes femininos e masculinos e os níveis médios de lócus e resiliência apresentados por eles. A regressão linear múltipla estimada pelos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) foi feita com o objetivo de diagnosticar a relação do Lócus de Controle com a resiliência.

O teste T de *Student* foi utilizado para testar se há diferença entre os níveis de Lócus de Controle e resiliência entre respondentes do sexo feminino e masculino. O teste ANOVA por sua vez explora a diferença de Lócus de Controle e resiliência entre os respondentes de instituições públicas, privadas e públicas-privadas, e também entre respondentes solteiros, casados e viúvos. Por fim, o Alfa de *Cronbach* comprova a validade dos respondentes para com a pesquisa. O desenvolvimento das escalas utilizadas é explanado de forma mais detalhada no próximo tópico.

### 3.1 Escalas de Locus de Controle e resiliência

A escala de Locus de Controle foi proposta por Rotter (1966), que inicialmente desenvolveu uma teoria de aprendizagem social na qual postulava que a tendência a realizar algum comportamento é, em parte, função da expectativa de que a resposta será seguida de reforço. Rotter (1966) define Locus de Controle como a expectativa generalizada de alguém em sua capacidade de controlar os acontecimentos que seguem as suas ações. Propôs uma divisão em dois grupos Locus de Controle Interno (LCI) e Locus de Controle Externo (LCE), em que o LCI corresponde à quando o indivíduo percebe os resultados como consequência de suas ações e o LCE corresponde à percepção dos resultados como consequência de fatores externos.

No entanto, Levenson (1973), ao estudar a teoria de Rotter, sugeriu a divisão da dimensão externalidade em duas subdimensões: atribuição ao acaso e atribuição a outros poderosos. De acordo com a pesquisadora, a externalidade não é uma dimensão negativa como se acreditava pela versão de Rotter. Levenson (1973) sugeriu os “externos defensivos” que vislumbram a possibilidade de haver algum controle pessoal no futuro, porém, determinam a consequência pelo que ela nomeou de poderosos. E os externos, similar ao proposto por Rotter (1966), percebem como a fonte de controle o destino, a sorte, ou o azar; estes constituem os “externos autênticos”.

A escala multidimensional de Levenson (1973) foi adaptada para o contexto brasileiro por Dela Coleta (1987) e validada por Tamayo (2012). De maneira geral, na divisão proposta por Levenson (1973) existem três tipos de orientações: 1ª Internos Autênticos (internalidade) - pessoas que não acreditam no poder de outras pessoas, nem no acaso, destino ou sorte, mas em si próprios; 2ª Externos Defensivos (poderosos) - pessoas que acreditam no poder de outras pessoas, mas não acreditam no azar e nem em si próprios; 3ª Externos Autênticos (acaso) - pessoas que acreditam apenas no poder do acaso, no destino ou na sorte, ou seja, não acreditam no seu próprio poder ou no poder de outras pessoas.

A escala é composta por 24 itens divididos em três subdimensões com oito assertivas cada uma: Locus de Controle Interno (LCI), Locus de Controle Outros Poderosos (LCP) e Locus de Controle ao Acaso (LCC). Lendo os itens que compõem as três subescalas da escala multifatorial de Locus de Controle, determina-se que escores maiores na subescala de “internalidade” indicam crença em si mesmo; maiores escores na subescala “outros poderosos” indicam crença em pessoas poderosas; e maiores escores na subescalas “acaso” apontam para crença no acaso. A escala é do tipo *likert* de cinco pontos, e os respondentes escolheram uma opção entre “Discordo totalmente” até “Concordo totalmente”. Assim como no estudo de Damascena *et al.* (2016) utilizou-se do critério para definição do nível do Locus de Controle: 4,20 a 5,00 - nível muito alto; 3,40 a 4,19 - nível alto; 2,60 a 3,39 - nível neutro; 1,80 a 2,59 - nível baixo; e 1,00 a 1,79 - nível muito baixo. Este estudo também confirmou sua confiabilidade por meio do *Alfa de Cronbach* representando um nível de 0,790.

Quanto à escala de resiliência, Wagnild e Young (1993), realizaram a primeira validação que possuía dois fatores a serem analisados, sendo o fator I denominado “competência pessoal”, e o fator II, “aceitação de si mesmo e da vida”. Após a adaptação, Pesce *et al.* (2005) abdicaram da classificação original, optando por dividir a escala de Resiliência em três fatores: Fator I – composto por 14 assertivas que indicam resolução de ações e valores (que dão sentido à vida, como amizade, realização pessoal, satisfação e significado da vida); Fator II - com seis assertivas, que transmitem ideia de independência e determinação e Fator III - composto de cinco assertivas, que apresentam indicativos de autoconfiança e capacidade de adaptação a mudanças. Para calcular os escores da escala de resiliência, foi aplicada a mesma lógica utilizada para análise da escala multifatorial de Locus de Controle. Também foi confirmada a confiabilidade por meio do *Alfa de Cronbach* representando um nível de 0,856.

Com base nos dados coletados, realizaram-se os procedimentos de análise, os quais tiveram por embasamento as variáveis estimadas de acordo com a Tabela 2, que apresenta de forma sucinta o constructo utilizado na pesquisa.

Tabela 2

**Constructo das variáveis da pesquisa**

Tipo da Variável	Variável	Mensuração
Dependente	RFI	Média da Resiliência das questões que compõe o fator I (Ações e valores)
	RFII	Média da Resiliência das questões do fator II (Independência e determinação)
	RFIII	Média da Resiliência das questões do fator III (Autoconfiança e capacidade de adaptação às mudanças)
Independente	LCI	Média das questões de Locus de Controle Interno
	LCC	Média das questões de Locus de Controle ao Acaso
	LCP	Média das questões de Locus de Controle Poderosos
	SEXO	Assume 0 quando masculino e 1 quando feminino
	Estado Civil	Assume 0 quando solteiro; 1 quando casado e 2 quando viúvo.
	IES	Assume 0 quando pública; 1 quando privada e 2 quando Pública/Privada

Fonte: elaborado pelas autoras.

Na Tabela 2 são explanados os três fatores de resiliência que compreendem a variável dependente e as variáveis referentes ao Locus de Controle e as características sociais (*dummies*) que são as variáveis independentes. Os testes estatísticos analisados foram efetuados por meio do software SPSS 21.0.

#### 4. Análise dos Dados

Nesta seção são discutidos os resultados do estudo. As estatísticas descritivas das variáveis estão apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3

**Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas na pesquisa**

Variável	Frequência	LCI	LCC	LCP	RFI	RFII	RFIII
Masculino	142	3,66 (0,43)	2,39 (0,66)	2,42 (0,62)	3,92 (0,44)	3,26 (0,45)	3,78 (0,52)
Feminino	307	3,65 (0,44)	2,44 (0,52)	2,26 (0,56)	4,01 (0,43)	3,34 (0,44)	3,89 (0,47)

Legenda: As informações sobre médias aparecem sozinhas no texto, enquanto as informações entre parênteses são referentes ao desvio-padrão.

Fonte: dados da Pesquisa

Na Tabela 3, observam-se as variáveis de Locus de Controle, resiliência e sexo. A começar pela análise de Locus de Controle, identifica-se que tanto homens (3,66) como mulheres (3,65) atribuem um nível alto ao Locus de Controle Interno (LCI), o que determina que os respondentes, em média, citam-se como responsáveis pelos acontecimentos da sua vida. Neste caso, pode-se identificar um perfil dos estudantes como internos autênticos. Esses resultados são particularmente importantes, considerando o ambiente acadêmico, visto que indivíduos com Locus de Controle Interno buscam engajar-se nas atividades que remetem a suas capacidades de alcançar seus objetivos, e são mais persistentes e esforçados para obter resultados (Dela Coleta, 1982), estando associadas à maior ambição, motivação, sucesso na carreira profissional (Macial & Camargo, 2010), o que configura uma característica importante para graduandos.



De forma geral, as variáveis de Locus de Controle foram, em média, semelhantes para homens e mulheres respondentes da pesquisa, apesar de ser de conhecimento geral que estes têm personalidades e características diferentes, isso não explica seu comportamento, pois é preciso considerar a interação com o ambiente (Callado *et.al*, 2006). Identificou-se, portanto que os homens, além de apresentarem maiores Locus de Controle Interno, também são os que mais determinam aos poderosos (LCP-2,42) os acontecimentos das suas vidas, antes de considerar a fatores externos de acaso (LCC-2,39). Sujeitos com Locus de Controle Interno mais elevados engajam-se mais diretamente nas atividades para alcançar seus objetivos, enquanto que os externos manifestam mais emoções de não responsabilidade direta (Levenson, 1973; Dela Coleta, 1987).

Analisando as estudantes mulheres, de forma geral, estas apresentaram uma média inferior à masculina quanto a Locus de Controle Interno (LCI), apesar de ser o único Locus com pontuação alta e considerável. Locus de Controle Outros Poderosos (LCP) e Locus de Controle Acaso (LCC) tiveram pontuações de nível baixo, no entanto, pode ser identificado que as mulheres, diferente dos homens, atribuem primeiramente as consequências da vida ao acaso antes de indicar aos outros poderosos, o que determina uma diferença, no grupo investigado, entre os sexos masculino e feminino quanto à determinação de poder de Locus de Controle.

Quanto à resiliência, homens e mulheres, novamente, apresentaram pontuações diferentes para cada nível analisado, recordando que o nível I representa a capacidade de resolução de ações e valores, que dão sentido à vida, como amizade, realização pessoal, satisfação e significado da vida. O nível II representa independência e determinação e o nível III autoconfiança e capacidade de adaptação a mudanças. Quanto aos estudantes homens os níveis I (3,92) e III (3,78), são considerados altos. Quanto ao nível II de resiliência foi considerado neutra para os homens. Quanto às estudantes mulheres, o mesmo aconteceu; os níveis I e III foram considerados altos e o nível II neutro, com os pontos de 4,01; 3,89 e 3,34 respectivamente. Comparativamente aos homens, as mulheres apresentam todos os níveis de resiliência maiores, indicando que estudantes mulheres são significativamente mais resilientes do que estudantes homens. Logo, as mulheres possuem uma capacidade de superação melhor que a dos homens, mesmo vivenciando situações similares de adversidades (Minello & Scherer, 2014).

Com os níveis I e III mais altos, subentende-se que as estudantes mulheres são mais realizadas e satisfeitas com suas vidas, tem maior autoconfiança e se adaptam melhor do que os homens em eventuais mudanças que possam acontecer no decorrer dos anos que estão na graduação. Esses achados também determinam que estudantes homens são resilientes, no entanto, com níveis mais elevados para os fatores como a resolução de ações, a realização pessoal, amizades, autoconfiança e adaptação a mudanças.

A Tabela 4 apresenta as estatísticas descritivas quanto as subdivisões de Locus de Controle e resiliência.

Tabela 4

#### Subdimensões de Locus de Controle e Características de Resiliência

Locus de Controle				
Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
LCI	1,000	4,750	3,654	0,440378
LCP	1,000	4,875	2,424	0,569004
LCC	1,000	4,875	2,312	0,578705
Resiliência				
RFI	1,000	5,000	3,983	0,432413
RFI	1,000	4,667	3,315	0,44449
RFIII	1,000	5,000	3,854	0,487784

Fonte: dados da Pesquisa

Ao analisar as subdimensões de Locus de Controle especificamente, observa-se pela Tabela 2 que as médias apresentadas apontam que o LCI, é o locus que melhor representa os respondentes da pesquisa por apresentar a única média com nível alto. Sendo que a amostra de pesquisa é caracterizada por pessoas que atribuem para si a responsabilidade pelo que lhes acontece, sentem-se responsáveis pelo controle da maior parte das situações que enfrentam e acreditam que podem interferir nos resultados destas situações (Dela Coleta, 1987; Callado, Gomes & Tavares, 2006). Enquanto isso o LCP e LCC apresentaram níveis baixos, não sendo tão considerados pelos estudantes pesquisados.

Quanto à resiliência, os níveis I e III representaram níveis altos e o nível II nível neutro, o que representa que em geral os estudantes de Ciências Contábeis do Brasil são autoconfiantes e têm um nível de satisfação inerentes a estes, que faz com que enfrentem as adversidades com mais perseverança. Isso significa que a amostra é caracterizada por indivíduos que dão sentido à vida, à amizade, à realização pessoal, à satisfação, à autoconfiança e à adaptação a mudanças, tendo em menor escala a ideia de independência e determinação (Pesce *et. al*, 2005).

Na Tabela 5 são apresentados os testes *t* entre o Locus de Controle, resiliência e sexo, quanto as respostas apontadas pelos respondentes da pesquisa, conforme representado a seguir.

Tabela 5

**Teste t entre Locus de Controle, Resiliência e Sexo**

Teste t					
Dados	Grupo	Qty.	Média	T	Sig.
LCI	0	142	3,664	0,311	0,756
	1	307	3,650		
LCC	0	142	2,391	-0,711	0,442
	1	307	2,440		
LCP	0	142	2,421	2,740	0,006*
	1	307	2,261		
RFI	0	142	3,926	-1,930	0,054***
	1	307	4,010		
RFII	0	142	3,257	-2,197	0,029**
	1	307	3,341		
RFIII	0	142	3,780	-1,877	0,061***
	1	307	3,889		

\*. A relação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

\*\*. A relação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

\*\*\*. A relação é significativa no nível 0,10 (2 extremidades).

Legenda: 0 para masculino; 1 para feminino; RFI: Resiliência Fator I (ações e valores); RFII: Resiliência Fator II (independência e determinação e autoconfiança); RFIII: Resiliência Fator III (capacidade de adaptação às mudanças); LCI: Locus de Controle Interno; LCC: Locus de Controle ao Acaso; LCP: Locus de Controle Poderosos;

Fonte: dados da Pesquisa

Quanto ao teste *t*, este determina a diferença encontrada nos grupos estudados. Ao analisar o sexo identifica-se que este foi estatisticamente diferente (0,006) para o grupo de Locus de Controle dos Poderosos (LCP), determinando que o grupo 0 que se refere aos estudantes homens é superior ao das mulheres, ou seja, homens acreditam mais que os poderosos, ou seja, pessoas mais importantes que ele podem ser responsáveis das consequências da sua vida do que as mulheres. Deste modo, tem-se que os homens manifestam mais emoções, sofrem mais influência afetiva, não assumem responsabilidade direta sobre os objetivos e são mais passíveis de influência persuasiva (Dela Coleta, 1982).

Quanto à resiliência, quando analisado o teste T em relação ao sexo, foi identificado que todos os três níveis foram estatisticamente significantes, sendo que o Nível I e o Nível II a 5% e o Nível 3 a 10%, com os valores 0,054; 0,029 e 0,061, respectivamente. Com estes resultados, é possível afirmar que em todos os grupos homens e mulheres apresentam níveis de resiliência diferentes e, em todos os casos, as mulheres foram mais resilientes do que os homens.

Esses achados ainda determinam que, por serem mais resilientes, as estudantes mulheres conseguem lidar melhor com pressões e problemas decorrentes do curso que estão realizando, fazendo com que permaneçam na graduação e não desistindo frente às dificuldades apresentadas pela graduação em Ciências Contábeis. Assim sendo, tem-se que independente da influência exercida pelo ambiente para com o indivíduo, as mulheres possuem uma maior facilidade e capacidade de adaptação às difíceis situações. Logo, o resultado desta pesquisa corrobora Yunes e Szymanski, (2001) e Minello e Scherer (2014) por encontrar forte resiliência nos achados. Na Tabela 6, são apresentados os testes ANOVA entre o Locus de Controle, resiliência e variável social denominado estado civil.

Tabela 6

**Teste ANOVA entre Locus, Resiliência e Estado Civil**

		ANOVA			
		Df	Quadrado Médio	F	Sig.
LCI	Entre Grupos	2	0,057	0,293	0,747
	Nos grupos	446	0,195		
LCC	Entre Grupos	2	2,089	6,613	0,001
	Nos grupos	446	0,316		
LCP	Entre Grupos	2	1,949	5,949	0,003
	Nos grupos	446	0,328		
RFI	Entre Grupos	2	0,006	0,033	0,968
	Nos grupos	446	0,188		
RFII	Entre Grupos	2	0,135	0,565	0,569
	Nos grupos	446	0,238		
RFIII	Entre Grupos	2	0,107	0,542	0,582
	Nos grupos	446	0,198		
Dependente	(I)	(J)	Diferença média (I-J)		Sig.
LCC	0	1	0,186283	0,003	
		2	0,192	0,192	
		2	0,192	0,192	
	1	0	0,003	0,003	
		2	0,897	0,897	
		2	0,897	0,897	
LCP	0	1	0,161232	0,015	
		2	0,063	0,063	
		2	0,063	0,063	
	1	0	0,015	0,015	
		2	0,482	0,482	
		2	0,482	0,482	
2	0	0,063	0,063		
	1	0,482	0,482		
	1	0,482	0,482		

Legenda: 0 – solteiro; 1- Casado/ Companheiro(a) 2- separado (a)/divorciado (a) 3- viúvo (a)

Fonte: dados da Pesquisa

Quanto à Tabela 6, o Teste ANOVA foi realizado considerando a variável social estado civil, em relação aos grupos de Locus de Controle, tanto o Locus de Controle Externo (LCC), como o Locus dos Poderosos (LCP) foram estatisticamente significantes, determinando diferença estatística de Locus de Controle dependendo do estado civil do estudante de Contabilidade. Quanto à resiliência, não houve nenhuma diferença entre os grupos estatisticamente, o que determina que os estados civis não são responsáveis pela diferença dos grupos. Tem-se deste modo que as diferenças no estado civil não alteram a capacidade de adaptação dos estudantes de Contabilidade, indicando que os estudantes não possuem maior ou menor motivação para enfrentar as dificuldades do ambiente, tendo um companheiro ou não.

Ainda quanto às diferenças no Locus de Controle, para identificar qual ou quais dos grupos de estado civil se diferenciam em relação ao grupo dos externos e poderosos, foi realizado o teste de Sheffer. Com base nos resultados do teste demonstrados também na Tabela 6, são possíveis algumas constatações. Ao observar o Locus de Controle Externo, o grupo 0 que se refere aos solteiros foi estatisticamente diferente do grupo 1 que se refere aos casados ou com companheiros. Esses resultados indicam que o Locus de Controle Externo (LCC) é mais encontrado para os estudantes solteiros.

Algumas pesquisas determinam que indivíduos com Locus de Controle Externo, os quais de fato não acreditam que podem controlar aspectos importantes de seus ambientes, são mais propensos a considerar o ambiente de trabalho ameaçador e estressante (Spector & O'Connell, 1994; Callado, Gomes & Tavares, 2006). Esses achados são importantes por compreender que estudantes solteiros podem considerar o ambiente da IES estressante e não conseguir lidar com eventos contrários decorrentes do percurso da graduação, fazendo por vezes desistir do curso.

Quanto ao grupo de Locus de Controle dos Poderosos (LCP), quando realizado o teste de Sheffer, foram identificados dois grupos estatisticamente diferentes tanto dos solteiros para os casados ou com companheiros, como dos solteiros para os separados ou divorciados. Os solteiros nos dois casos são os que mais determinam as consequências da sua vida, dependendo de pessoas poderosas, que, segundo Levenson (1973), são pessoas que acreditam no poder de outras pessoas, mas não acreditam no azar e nem em si próprios. De acordo, tem-se que os estudantes solteiros determinam de forma mais forte os acontecimentos de sua vida a pessoas poderosas; infere-se que tal fato pode ser decorrente de pessoas solteiras no ambiente do ensino superior serem em suma dependentes de alguém, como pais, responsáveis, parentes, namorados (as), colegas de quarto, entre outros e, portanto, não atribuírem de forma primeira as consequências somente a si próprio e, sim, pensarem que terceiros influenciaram os acontecimentos.

Na Tabela 7 são apresentados os testes ANOVA entre o Locus de Controle, resiliência e instituição de ensino superior.

Tabela 7

**Teste ANOVA entre Lócus, Resiliência e IES**

		ANOVA			
		Df	Quadrado Médio	F	Sig.
LCI	Entre Grupos	2	0,218	1,127	0,325
	Nos grupos	446	0,194		
LCC	Entre Grupos	2	0,933	2,907	0,056
	Nos grupos	446	0,321		
LCP	Entre Grupos	2	0,602	0,602	0,166
	Nos grupos	446	0,334		
RFI	Entre Grupos	2	0,660	0,660	0,029
	Nos grupos	446	0,185		
RFII	Entre Grupos	2	0,585	0,585	0,085
	Nos grupos	446	0,236		
RFIII	Entre Grupos	2	1,037	1,037	0,005
	Nos grupos	446	0,194		
Dependente	(I)	(J)	Diferença média (I-J)	Sig.	
LCC	0	1	0,039620	0,828	
		2	0,533929	0,056	
	1	0	-0,039620	0,828	
		2	0,494309	0,075	
	2	0	-0,533929	0,056	
		1	-0,494309	0,075	
RFII	0	1	-0,074181	0,334	
		2	0,431667	0,044	
	1	0	0,074181	0,334	
		2	0,505848	0,011	
	2	0	-0,431667	0,044	
		1	-0,505848	0,011	
RFIII	0	1	0,025029	0,903	
		2	0,422857	0,085	
	1	0	-0,025029	0,903	
		2	0,397828	0,102	
	2	0	-0,422857	0,085	
		1	-0,397828	0,102	

Legenda: 0 – Pública; 1 – Privada; 2- Pública-Privada

Fonte: dados da Pesquisa

Quanto a Tabela 5, o teste ANOVA foi realizado considerando a variável de IES, se pública, privada ou mista (pública-privada) em relação aos grupos de Lócus de Controle e resiliência. Quanto ao Lócus de Controle, identifica-se que apenas o Lócus de Controle Externo (LCC) foi estatisticamente significativa, determinando que para esta variável existem diferenças dependendo de qual IES o estudante pertence. Para tanto, identificou-se que em nível de 5% o Lócus de Controle justificado por fatores externos (LCC) é maior em IES mistas, pública-privada, do que nas IES públicas. Em cerca de 10% o resultado semelhante ocorre quando confrontado IES mistas, pública-privada e IES privadas.

Tem-se assim que estudantes de instituições mistas possuem um maior nível de Locus de Controle Externo, indicando que estes estudantes atribuem os acontecimentos no seu dia-a-dia a sorte ou terceiros ao invés de a si próprios. Para Dela Coleta (1982) os externalistas expressam mais suas emoções, recebem as ações das pessoas ao seu redor de forma mais afetiva, não se comprometem de forma forte com suas responsabilidades e sofrem maior influência de terceiros.

Quanto à resiliência, o teste ANOVA também determinou diferenças significativas para os níveis II e III. A resiliência de nível II é diferente entre os acadêmicos tanto das instituições públicas como das privadas em relação às IES mistas. Já para a resiliência de nível III, apenas a pública e a mista foram estatisticamente significantes, determinando uma diferença entre os grupos. Esses achados determinam que acadêmicos de IES mistas possuem níveis maiores de resiliência, indicando que os estudantes dessas instituições lidam melhor com situações de adversidades. Infere-se que tal fato ocorra por este estudante estar expostos às dificuldades desses dois tipos de instituições; o ônus financeiro das IES privadas e suposta maior exigência das IES públicas. Estes fatos podem influenciar a resiliência dos estudantes, uma vez que Díaz *et al.* (2011) afirmam que é a combinação entre a natureza, a quantidade e a intensidade dos fatores de risco o que define o contexto da adversidade necessária para a resiliência.

A Tabela 8 apresenta as regressões realizadas com a resiliência enquanto uma variável geral em relação aos níveis de Locus de Controle. Inicialmente, pode se observar que os pressupostos para a utilização da regressão foram atendidos, uma vez que os testes comprovam a normalidade dos dados, mesmo que pela grande quantidade de dados a normalidade já possa ser assumida. O mesmo pode ser comprovado pelos testes Pesarán-Pesarán, ANOVA, Durbin-Watson e VIF, que atendem ao necessário e assumem a homoscedasticidade, linearidade, auto correlação e multicolaridade dos dados.

Tabela 8

**Regressões: Resiliência e Locus de Controle**

Variável dependente	Variável independente	Beta	t-statistic	Sig.	VIF	R <sup>2</sup>	Sig. modelo
RFI	LCI	0,477	11,850	0,000*	1,017	0,255	0,000
	LCC	0,013	0,311	0,756	1,805		
	LCP	-0,129	-3,244	0,001*	1,816		
RFII	LCI	0,336	7,522	0,000*	1,017	0,132	0,000
	LCC	0,158	3,508	0,000*	1,805		
	LCP	-0,115	-2,591	0,010*	1,816		
RFIII	LCI	0,465	9,779	0,000*	1,017	0,182	0,000
	LCC	0,091	1,895	0,059***	1,805		
	LCP	-0,040	-0,841	0,401	1,816		
RESIL	LCI	0,440	12,580	0,000*	1,017	0,269	0,000
	LCC	0,063	1,790	0,074***	1,805		
	LCP	-0,108	-3,110	0,002*	1,816		
Pressupostos da Regressão							
Pressuposto	Teste		Valor				
Normalidade	Kolmogorov-Smirnov		0,453				
Homoscedasticidade	Pesarán-Pesarán		0,410				
Linearidade	ANOVA		0,000				
AutoCorrelação	Durbin-Watson		1,909				

\*. A relação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

\*\*.. A relação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

\*\*\*. A relação é significativa no nível 0,10 (2 extremidades).

Legenda: RFI: Resiliência Fator I ; RFII: Resiliência Fator II ; RFIII: Resiliência Fator III ; RESIL: Resiliência Geral; LCI: Locus de Controle Interno; LCC: Locus de Controle ao Acaso; LCP: Locus de Controle Poderosos;

Fonte: dados da Pesquisa

De acordo com a Tabela 8, quando testada a relação da resiliência Nível I e os 3 níveis de Lócus de Controle Interno, Externo e dos Poderosos, os resultados da regressão sugerem que o Lócus de Controle Interno (LCI) e o que se refere aos Poderosos (LCP) foram estatisticamente significantes, determinando que estes formatos de Lócus de Controle explicam o Nível I de resiliência, segundo esta amostra de estudantes respondentes. Quanto ao Nível II de resiliência, todos os lócus foram estatisticamente significantes, determinando que todas as formas de Lócus de Controle identificados nestes estudantes contribuem para determinar o quão resilientes eles são. Quanto ao Nível III de resiliência, tanto o Lócus de Controle Interno (LCI) como o Lócus de Controle Poderosos (LCP) explicam este nível.

Quando analisada a resiliência de forma geral, pode-se dizer que esta é explicada pelos Lócus de Controle encontrado em cada estudante, independente do que estes consideram, se o Lócus Interno, Externo ou os Poderosos. Esses achados são importantes visto que aspectos comportamentais impactam os trabalhos desenvolvidos pelas pessoas em suas respectivas áreas, bem como o apontado por Rotter (1966) sobre considerar a interação do sujeito com o ambiente, as variáveis de personalidade e as características individuais, considerando que a identificação destas percepções permite a identificação de grupos e de características que representam sinais de atenção para as instituições de modo que pode inibir sofrimento durante o processo de formação acadêmica e garantir a melhora como profissional no futuro.

Logo, os achados da pesquisa indicam que o Lócus de Controle, que compreende as características dos sujeitos e se estas impactam a resistência à coerção, influenciam a capacidade de aceitar desafios e a propensão de persistência nos esforços para obtenção de resultados (Rodrigues, 2007) e explica a resiliência, que é entendida como o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida sadia, mesmo vivendo em um ambiente não sadio (Pesce et al., 2004). Particularmente, no âmbito educacional, estudos como este são importantes considerando a necessidade de equilibrar as demandas de habilidades sociais, acadêmicas e pessoais e superar as adversidades para garantir sucesso em todas as esferas existentes na vida de um acadêmico (Ruter, 1987, Díaz, Giraldo, & Buitrago, 2011).

#### 4.1 Discussão dos resultados

Analisando individualmente cada variável, foi possível identificar um perfil para os estudantes de Contabilidade respondentes da pesquisa. De forma particular, foi possível identificar que homens e mulheres apresentaram um nível de Lócus de Controle Interno alto. Sendo assim, pode-se dizer que estes acadêmicos aceitam mais desafios e são mais esforçados no atingimento das metas e objetivos, como é o caso de concluir a graduação, mesmo com dificuldades no decorrer do curso. Por estes serem também mais resistentes à coerção, possivelmente são os acadêmicos que não trocaram de curso.

Mesmo que não pontuando de forma significativa como o Lócus de Controle Interno, os Lócus de Controle ao acaso e o Lócus de Controle aos Poderosos, tiveram pontuações diferentes para homens e mulheres. O que pode ser identificado com essas diferenças é que as mulheres primeiro atribuem a responsabilidade dos eventos da sua vida a fatores externos, como a sorte ou Deus, enquanto os homens, primeiro atribuem a outros poderosos, ou seja, pessoas que são mais importantes que ele próprio, atribuindo a esses a responsabilidade pela determinação dos seus resultados. No ambiente da graduação, figuraria como a mulher acreditando no azar, enquanto os homens acreditando que uma nota baixa seria consequência do professor, por exemplo.

Quando analisada a resiliência, que neste estudo foi mensurada por fatores, identificou-se que homens e mulheres apresentaram níveis altos para o Fator I e para o Fator III; igualmente os resultados foram neutros para o Fator II. Esses resultados determinam que os estudantes de Contabilidade apresentam altos níveis de resiliência, especialmente as mulheres que pontuaram em maior nível que os homens em todos os fatores. Como já identificado por pesquisas anteriores, existe, sim, diferença entre os sexos. Os Fatores I e III indicam que na vida de cada um estão presentes valores como amizades, satisfação e realização pessoal, bem como autoconfiança e capacidade de adaptação frente a mudanças, que, no caso da

graduação de Ciências Contábeis, poderiam estar relacionadas às frequentes mudanças de legislação, o que faz com que o aluno precise estar sempre atualizado e buscando novos conhecimentos; assim precisa estar amparado de confiança em si mesmo para persistir e ser o profissional que almeja.

Quando foi analisada na seção anterior a característica social de estado civil com o Locus de Controle e resiliência dos estudantes, foi encontrado que o Locus de Controle é diferente para os estudantes, dependendo do estado civil, mas não diferente estatisticamente quanto à resiliência. Com os testes realizados, foi possível identificar que o Locus de Controle Externo, que se refere ao acaso, é maior para os estudantes solteiros. Esses achados podem ser justificados, visto que os estudantes casados costumam ter maiores responsabilidades e sentir-se deste modo os maiores responsáveis por suas escolhas de vida, visto que já precisam tomar decisões diariamente dentro do seu ambiente familiar, fazendo com que sejam igualmente mais persistentes no curso.

O Locus de Controle dos Poderosos também foi estatisticamente diferente dos solteiros para os casados e dos solteiros para os viúvos. Os solteiros novamente são os que atribuem às consequências de sua vida às pessoas poderosas. Os achados determinam que de forma geral os solteiros são mais passíveis de influência persuasiva e sofrem mais de influências afetivas, ou seja, podem ser aqueles mais dispostos a desistir por se sentirem pressionados por outra pessoa, podendo ser os pais ou amigos. Conforme discutido na seção anterior, podem sentir mais a pressão do ambiente, e não saberem lidar com o estresse.

Quanto às variáveis de IES, pública, privada e mista (pública-privada) quanto ao Locus de Controle, foram encontradas diferenças estatísticas quando se referia ao Locus de Controle ao acaso. Os achados apontam que estudantes que pertencem a instituições de ensino com a característica de mistas são os que mais apresentaram Locus de Controle ao acaso, não tomando posse de suas responsabilidades sobre o que lhe acontecem. Quanto à resiliência os achados são semelhantes estudantes de instituições mistas possuem níveis de resiliência diferentes daqueles estudantes de instituições públicas ou privadas.

Foram realizadas ainda regressões de modo a identificar se fatores de Locus de Controle explicavam a resiliência dos estudantes pesquisados. Com as regressões analisando os fatores separadamente, foi possível determinar que o nível de resiliência tipo I que se refere às coisas que dão sentido à vida são constituídos por indivíduos que possuem Locus de Controle Interno e parte de Locus de Controle em Poderosos. No nível III, os achados se repetem e no nível II todos os formatos de locus foram estatisticamente significantes, fazendo com que se conclua que o nível de resiliência é determinado pelo Locus de Controle dos indivíduos, independente se Interno ou Externo. Assim, tem-se que as hipóteses desenvolvidas no estudo foram aceitas e estão expostas na Tabela 9.

Tabela 9

### Aceitação das Hipóteses

Hipótese	Situação
H1: A resiliência de estudantes contábeis possui relação com o locus de controle.	Não rejeita-se.
H2: As características sociais discriminam a resiliência e o locus de controle dos estudantes de contabilidade.	Não rejeita-se.

Fonte: dados da pesquisa.

Por fim, têm-se achados inéditos, que incitam novas pesquisas que compreendam a fundo estes ambientes estudados e que podem indicar possibilidades de pesquisas que auxiliem responsáveis, professores ou autoridades no treinamento de habilidades pessoais e de autoconhecimento, de modo que o indivíduo não se traumatize, seja mais resiliente e alcance maiores níveis de Locus de Controle Interno frente às dificuldades encontradas durante a realização do curso de Ciências Contábeis.



## 5. Considerações Finais

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a relação do Locus de Controle Interno e Externo com a resiliência, de acordo com as características sociais dos estudantes de Contabilidade. Desta forma, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, *survey* e quantitativa. Para a realização deste estudo, foi encaminhado a estudantes de Ciências Contábeis um questionário composto de três seções; a primeira referente a dados demográficos - nesta pesquisa denominados “dados sociais”; a segunda relativa a Locus de Controle; e por fim, a terceira sobre resiliência. Com os respondentes, a pesquisa contou com uma amostra 449 estudantes.

Os resultados apontaram que existem diferenças entre homens e mulheres frente aos Locus de Controle e resiliência. Mulheres possuem um nível um pouco mais baixo de Locus de Controle Interno comparativamente aos homens, apesar de ambos terem altos níveis. Quanto à resiliência as mulheres são as que possuem os maiores níveis em todos os níveis; I, II e III. As diferenças encontradas também se estenderam para o estado civil, sendo os solteiros os mais diferentes em relação aos estados civis encontrados na amostra. Quanto às IES, foi identificado que os estudantes de instituições mistas (pública-privada) são os que mais apresentaram Locus de Controle ao Acaso, não tomando posse de suas responsabilidades sobre o que lhe acontecem.

Tendo em vista os resultados encontrados e as discussões apresentadas por este trabalho, conclui-se que estudantes de Contabilidade, de forma geral têm altos níveis de resiliência, bem como de Locus de Controle Interno, o que faz com que tenham um perfil de pessoas determinadas, autoconfiantes e perseverantes frente às dificuldades oferecidas durante o curso de graduação em Ciências Contábeis. Destaca-se ainda a relação encontrada entre a resiliência e o Locus de Controle, estes comprovados na regressão, uma vez que foi encontrado que o Locus de Controle Interno e o Acaso aumentam a resiliência dos estudantes e o Locus de Controle outros Poderosos diminui a resiliência. Os achados também são importantes no cenário nacional por representar uma perspectiva de pesquisa pouco realizada quanto Contabilidade comportamental.

Como contribuição teórica, destacam-se os achados da pesquisa quanto aos estudantes de Contabilidade, potenciais futuros realizadores das demonstrações contábeis e a investigação na área de comportamento humano, trazendo a interdisciplinaridade ao estudo entre psicologia e ciências sociais aplicadas. Este estudo também tem como frente a abertura e o estímulo a novas pesquisas que compreendam o ambiente e as relações entre variáveis sociais e comportamentais, estabelecendo caminho e oportunidade para estudos futuros.

Como limitação para este estudo, destaca-se a escolha das escalas, segundo a interpretação dos autores, por ser uma escolha intencional. Para tanto, sugerem-se novos estudos como este ou utilizando outras variáveis, para melhor compreender as variáveis que podem de fato relacionar-se com fatores comportamentais dos indivíduos. Sugere-se, ainda, a realização de outros estudos com outros grupos pertencentes a Contabilidade, de modo que se possa comparar os achados com os resultados obtidos a partir desta pesquisa.

## Referências

- Angst, R. (2013). Habilidades sociais e resiliência em acadêmicos de licenciaturas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Barreira, D. D., & Nakamura, A. P. (2006). Resiliência e a auto-eficácia percebida: articulação entre conceitos. *Aletheia*, 23, pp. 75-80.
- Callado, M. C., Gomes, J. A. & Tavares, L. E. (2006). Locus de controle interno: uma característica de empreendedores. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(2), pp. 168-188.
- Calvo, J. C. A. & García, G. M. (2010). Established Business Owners'success: Influencing Factors. *Journal of developmental entrepreneurship*, 15(03), pp. 263-286.
- Dela Coleta, M. F. (1987). Escala multidimensional de locus de controle de Levenson. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 39(2), pp. 79-97.

- Cowen, E. L., Wyman, P. A. & Work, W. C. (1996). Resilience in highly stressed urban children: concepts and findings. *Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 73(2), p. 267.
- Cunha, J., Nascimento, E. & Durso, S. (2014). Razões e influências para a evasão universitária nos cursos de Ciências Contábeis de instituições públicas federais da região Sudeste. *Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 14.
- Damascena, L. G., França, R. D. & Silva, J. D. G. (2016). Relação entre locus de controle e resiliência: um estudo com profissionais contábeis. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(29), pp. 69-90.
- Dela Coleta, J. A. (1982). *Atribuição de causalidade: teoria e pesquisa*. FGV-Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Díaz, S. C. P., Giraldo, A. F. R. & Buitrago, H. C. (2011). Factores resilientes asociados al rendimiento académico en estudiantes pertenecientes a la Universidad de Sucre (Colombia). *Psicología desde el Caribe*, pp. 196-219.
- Farag, M. S. & Elias, R. Z. (2016). The relationship between accounting students' personality, professional skepticism and anticipatory socialization. *Accounting Education*, 25(2), pp. 124-138. doi: <http://dx.doi.org/10.1080/09639284.2015.1118639>.
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. L. & Chan, B. L. (2009). *Análise de Dados: Modelagem Multivariada para tomada de Decisões*. Rio de Janeiro, Elsevier.
- Fortes, T. F. R., Portuguese, M. W. & Argimon, I. I. D. L. (2009). A resiliência em idosos e sua relação com variáveis sociodemográficas e funções cognitivas. *Estud. psicol.(Campinas)*, 26(4), pp. 455-463. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2009000400006>.
- Grotberg, E. H. (Ed.). (2003). *Resilience for today: Gaining strength from adversity*. Greenwood Publishing Group.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E. & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Bookman Editora.
- Hasin, H., & Omar, N. (2007). An empirical study on job satisfaction, job-related stress and intention to leave among audit staff in public accounting firms in Melaka. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 5(1), pp. 21-39. doi: 10.1108/19852510780001575
- Infante, F. (2005). A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*, pp. 23-38.
- Lefcourt, H. M. (1976). Locus of control and the response to aversive events. *Canadian Psychological Review/Psychologie Canadienne*, 17(3), p. 202. doi <http://dx.doi.org/10.1037/h0077149>;
- Levenson, H. (1973). Multidimensional locus of control in psychiatric patients. *Journal of consulting and clinical psychology*, 41(3), p. 397. doi.apa.org/journals/ccp/41/3/397
- Lucena, W. G. L., Fernandes, M. S. A. & Silva, J. D. G. (2011). A contabilidade comportamental e os efeitos cognitivos no processo decisório: uma amostra com operadores da contabilidade. *Revista Universo Contábil*, 7(3).
- MacDonald, J. R. (1973). Theory of space-charge polarization and electrode-discharge effects. *The Journal of Chemical Physics*, 58(11), pp. 4982-5001. doi: <https://aip.scitation.org/doi/10.1063/1.1679086>
- Maciel, C. D. O. & Camargo, C. (2010). Locus de controle, comportamento empreendedor e desempenho de pequenas empresas. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 11(2), pp. 168-188. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712010000200008>.

- Magalhães, M. D. O. (2005). Personalidades vocacionais e desenvolvimento na vida adulta: generatividade e carreira profissional. Dissertação de pós-graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil
- Minello, I. F. & Scherer, I. B. (2014). Características resilientes do empreendedor associadas ao insucesso empresarial. *Revista de Ciências da Administração*, 16(38). doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n38p228>
- Oliveira, M. A., Reis, V. L., Zanelato, L. S. & Neme, C. M. B. (2008). Resiliência: análise das publicações no período de 2000 a 2006. *Psicologia ciência e profissão*, 28(4). doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932008000400008>
- Pesce, R. P., Assis, S. G., Avanci, J. Q., Santos, N. C., Malaquias, J. V. & Carvalhaes, R. (2005). Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. *Cadernos de Saúde pública*, 21(2), pp. 436-448.
- Pesce, R. P., Assis, S. G., Santos, N. & Oliveira, R. D. (2004). Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 20(2), pp. 135-143.
- Rodrigues, D. M. (2007). *Os aspectos cognitivos da qualidade de vida: um estudo entre as variáveis do lócus de controle e as do bem-estar subjetivo* (Doctoral dissertation). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Rogge, J. F. N. & Lourenço, M. L. (2015). A resiliência humana no ambiente acadêmico de cursos stricto sensu. *Revista de Administração IMED*, 5(3), pp. 291-301.
- Rotter, J. B. (1966). Generalized expectancies for internal versus external control of reinforcement. *Psychological monographs: General and applied*, 80(1), p. 1. doi <http://dx.doi.org/10.1037/h0092976>
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American journal of orthopsychiatry*, 57(3), p. 316. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1987.tb03541.x>.
- Rutter, M. (2012). Resiliência como um conceito dinâmico. *Development and Psychopathology. Cambridge University Press*, 24, pp. 335-344. doi: 10.1017/S0954579412000028,
- Savoia, M. G. (1999). Escalas de eventos vitais e de estratégias de enfrentamento (coping). *Revista de Psiquiatria Clínica*, 26(2), pp. 57-67.
- Selye, H. (1974). Stress without distress. New York, pp. 26-39.
- Siegel, G. & Ramanaukas-Marconi, H. (1989). Behavioral accounting. South-Western Publishing Company.
- Spector, P. E. & O'Connell, B. J. (1994). The contribution of personality traits, negative affectivity, locus of control and Type A to the subsequent reports of job stressors and job strains. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 67(1), pp. 1-12. doi: <https://doi.org/10.1111/j.2044-8325.1994.tb00545.x>
- Tamayo, Á. (2012). Validade fatorial da escala Levenson de locus de controle. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 5(1), 111-122.
- Wagnild, G., & Young, H. (1993). Development and psychometric. *Journal of nursing measurement*, 1(2), pp. 165-17847. doi: 10.4236/psych.2018.97107
- Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família.
- Yunes, M. A. M., & Szymanski, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. *Resiliência e educação*, 2, pp. 13-43.

## Diretrizes aos Autores

### 1. Regras para submissão de artigos

Para submissão de artigos à Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPeC, os autores devem seguir as normas e critérios definidos pela REPeC. A partir de Janeiro de 2013 são seguidas as normas da *American Psychological Association* (APA) no que se refere às citações e referências bibliográficas. Serão rejeitadas as submissões que não estiverem de acordo com as normas.

Os artigos submetidos à Revista devem ser inéditos, ou seja, não terem sido publicados ou enviados a outro periódico.

Os artigos podem ser redigidos em português ou inglês, com no mínimo 5.000 e máximo 9.000 palavras, incluindo tabelas, figuras, notas e referências. São permitidos, no máximo, 5 (cinco) autores por artigo. Todos os artigos aprovados serão traduzidos e publicados nas duas línguas: português e inglês.

Os artigos que contiverem Tabelas ou Figuras, estas devem estar em formato que permitam ser editadas. Caso algumas dessas Tabelas ou Figuras tenham sido importadas de outros programas, como Excel, Power Point etc., deve ser enviado também o arquivo de origem como Arquivo Complementar.

Não usar expressões como id., ibid., op. cit., loc. cit. e assemelhadas, ou notas de referência e de rodapé. São admitidas notas no final do texto, no entanto, devem ser evitadas.

A submissão dos artigos deve ser de forma eletrônica pelo site [www.repec.org.br](http://www.repec.org.br). Ao final da submissão será enviada mensagem eletrônica por e-mail com a confirmação do recebimento do artigo.

### 2. Conteúdo e formatação dos artigos

Para submissão, os artigos devem conter:

- o **título** no idioma de origem do artigo (português ou inglês) sem identificação do(s) autor(es);
- um **resumo** no idioma de origem do artigo (português ou inglês) em no mínimo 150 e máximo de 200 palavras, espaço simples entre linhas, composto pelos seguintes elementos, conforme Quadro abaixo: **Objetivo, Método, Resultados e Contribuições**. Ao final do resumo devem ser inseridas de **três a cinco palavras-chave**;

**Objetivo:** este estudo teve o objetivo de investigar a relevância da educação e da pesquisa em contabilidade para o crescimento da economia brasileira durante a primeira década do século XXI.

**Método:** na coleta de dados para a sua realização, este estudo contou com um questionário estruturado elaborado a partir da literatura pertinente, o qual foi testado e aplicado a uma amostra de contadores e empresários brasileiros durante o ano de 2017. Na análise desses dados foi realizada uma análise de conteúdo e utilizados testes estatísticos para o estabelecimento de relações entre as respostas obtidas.

**Resultados:** os principais achados deste estudo indicam que a ampliação da educação e da pesquisa em contabilidade no Brasil foi essencial para o crescimento da economia, de acordo com a percepção dos respondentes, embora ainda haja a impressão de que é necessário que contadores e empresários façam melhor uso das informações contábeis.

**Contribuições:** do ponto de vista acadêmico, as evidências desta pesquisa contribuem com o preenchimento de uma importante lacuna existente na literatura nacional. No que se refere ao mercado, contribuem ao fornecer evidências de que, apesar de haver percepção de relevância, ainda é preciso que seus usuários façam melhor uso das informações da contabilidade.

**Palavras-chave:** Educação; Pesquisa; Contabilidade.

- o artigo propriamente dito redigidos em português ou inglês, com no mínimo 5.000 e máximo 9.000 palavras, incluindo tabelas, figuras, notas e referências.
- as páginas dos artigos devem estar devidamente numeradas no canto superior direito, digitadas em editor de texto Word for Windows, nas seguintes condições:
  - papel formato A4 (210 x 297 mm);
  - fonte Times New Roman, tamanho 12;
  - espaço entre linhas: simples;
  - entrada de parágrafo: 1,25;
  - margens: superior 3cm, inferior 2cm, esquerda 3cm, direita 2cm;
  - tabelas e figuras em fonte Times New Roman, tamanho 10;
  - as citações e referências devem obedecer as normas atuais da APA (*American Psychological Association*).

### 3. Tabelas e Figuras<sup>1</sup>

As tabelas e figuras devem ser usadas nos artigos sempre que suas informações tornarem a compreensão do texto mais eficiente, sem que haja repetição das informações já descritas no texto.

#### 3.1 Tabelas

A tabela normalmente deve mostrar valores numéricos ou informação textual organizados em uma exposição ordenada de colunas e linhas. **Qualquer outra demonstração textual deve ser caracterizada como figura.**

A tabela deve ser apresentada com suas informações de forma visível e suficientes para sua compreensão e deve ser formatada da seguinte forma:

1 Grande parte dessas orientações foi adaptada do Manual de Submissão da Revista de Administração Contemporânea – RAC, disponível em [www.anpad.org.br](http://www.anpad.org.br).

Editor de tabelas	Word for Windows 97 ou posterior. Caso os autores tenham elaborado suas tabelas no programa Excel ou similares, por favor refaçam as tabelas utilizando o recurso em Word.
Fonte	Times New Roman, tamanho 10.
Espaçamento entre linhas	Simple.
Espaçamento antes e depois	3 pt.
Cores em tabelas	Utilizar apenas as cores preto e branco (escala de cinza).
Título	O título de tabela precisa ser claro e explicativo. Ele deve ser colocado acima da tabela, no canto superior esquerdo, e na linha seguinte, logo abaixo da palavra Tabela (com a inicial maiúscula), acompanhada do número que a designa. As tabelas são apresentadas com números arábicos de forma sequencial e dentro do texto como um todo. Ex.: Tabela 1, Tabela 2, Tabela 3 etc.
Citação de tabelas	Ao citar tabelas no corpo do texto escrever apenas o número referente à tabela, por exemplo: Tabela 1, Tabela 2, Tabela 3 etc. (a palavra 'Tabela' deverá ser apresentada com a primeira letra maiúscula). Nunca escreva 'tabela abaixo', 'tabela acima' ou ainda, 'tabela da página XX', pois a numeração das páginas do artigo pode alterar-se durante sua formatação.
Notas de tabelas	A fonte utilizada nas notas da tabela deve ser Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples. As notas devem ser descritas no rodapé da tabela e servem para indicar a Fonte das informações da tabela, além de outras informações importantes para o entendimento da tabela.

### 3.2 Figuras

A figura deve evidenciar um fluxograma, um gráfico, uma fotografia, um desenho ou qualquer outra ilustração ou representação textual.

A figura deve ser apresentada com suas informações de forma visível e suficientes para sua compreensão e deve ser formatada da seguinte forma:

Fonte	Times New Roman, tamanho 10.
Cores em figuras	Utilizar apenas as cores preta e branca (escala de cinza).
Formato	Encaminhar as figuras em formato editável.
Título	Explica a Figura de maneira clara e objetiva. O título deve ser colocado sob a figura e numerado com números arábicos de forma sequencial, precedido pela palavra Figura (com a inicial maiúscula). Ex.: Figura 1, Figura 2, Figura 3, etc. Depois do título, quaisquer outras informações necessárias para esclarecimentos da figura ou fonte devem ser acrescidas como Nota.
Legenda	A legenda é a explicação dos símbolos utilizados na figura e deve ser colocado dentro dos limites da figura.
Tamanho e proporção	As figuras devem ajustar-se às dimensões do periódico. Portanto uma figura deve ser elaborada ou inserida no artigo de modo a poder ser reproduzida na largura de uma coluna ou página do periódico em que ele será submetido.
Citação no corpo do texto	Ao citar uma figura no corpo do texto escreva apenas o número referente a figura, por exemplo: Figura 1, Figura 2, Figura 3 etc. (a palavra 'Figura' deverá ser apresentada com a primeira letra em maiúsculo). Nunca escreva 'figura abaixo', 'figura acima', ou ainda, 'figura da página XX', pois a numeração das páginas do artigo pode-se alterar durante sua formatação.

## 4. Citações e Referências

Para a versão completa das normas de citações e referências de acordo com a APA (American Psychological Association), acesse <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/1607/1237>.